

Neusa Maria Dal Ri
(Organizadora)

Trabalho Associado, Economia Solidária e Mudança Social na América Latina



Editorial PROCOAS

**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



NEUSA MARIA DAL RI
(ORG.)

TRABALHO ASSOCIADO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E
MUDANÇA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

MARÍLIA
2010

**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Diretora:
Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita
Vice-Diretor
Dr. Heraldo Lorena Guida

Copyright© 2010 Conselho Editorial

CONSELHO EDITORIAL

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)
Adrián Oscar Dongo Montoya
Arlenice Almeida da Silva
Célia Maria Giacheti
Cláudia Regina Mosca Giroto
José Blanes Sala
Marcelo Fernandes de Oliveira
Maria Rosângela de Oliveira
Mariângela Braga Norte
Neusa Maria Dal Ri
Rosane Michelli de Castro

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – Unesp - *campus* de Marília

T758 Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina / Neusa Maria Dal Ri (organizadora) ; Associação das Universidades Grupo Montevideú. – São Paulo : Cultura Acadêmica ; Marília : Oficina Universitária ; Montevideú : Editorial PROCOAS, 2010.
276 p.

Reúne os principais trabalhos apresentados e discutidos no 3. Seminário Acadêmico Internacional do Comitê PROCOAS.

ISBN: 978-85-7983-063-1

DOI:<https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-063-1>

1. América Latina – Mudança social. 2. Trabalho. 3. Cooperativismo. I. Dal Ri, Neusa Maria. II. Associação das Universidades Grupo Montevideú. III. Seminário Acadêmico Internacional do Comitê PROCOAS (3. : 2007 : Marília).

CDD 301.24098

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para com a realização do 3º Seminário Internacional do Comitê Acadêmico PROCOAS da AUGM e para a publicação deste livro.

Em especial, expresso minha gratidão:

À Professora Doutora Elisabeth Criscuolo Urbinati, Assessora Chefe de Relações Externas da Unesp, pois seu apoio foi fundamental para a realização do Seminário.

À FAPESP, Fundunesp e Banco Santander pelo apoio financeiro ao Seminário.

Aos funcionários e funcionárias técnico-administrativos/as do Escritório de Pesquisa e Saepe da Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, *campus* de Marília, pelo suporte técnico.

Ao Professor Diego Barrios, coordenador do Comitê PROCOAS.

S U M Á R I O

Apresentação	i
Introdução – Trabalho associado, economia solidária e mudança social Neusa Maria DAL RI	vii

PARTE I

TRABALHO ASSOCIADO E MUDANÇA SOCIAL

Empresas recuperadas: la proyección de la protesta y la gestión colectiva Gabriel FAJN	3
Trabalho associado e mudança social: uma leitura a partir das experiências do MST Pedro Ivan CHRISTOFFOLI	23
Cadeias produtivas em assentamentos de reforma agrária Farid EID; Andréa Eloísa Bueno PIMENTEL; Maico Roris SEVERINO; Caio Luis CHIARIELLO	43
Trabalho associado e mudança social Candido Giraldez VIEITEZ; Neusa Maria DAL RI	67

PARTE II

EDUCAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Movimientos sociales y estrategias socioeducativas: experiencias en empresas recuperadas y organizaciones sociales Roberto ELISALDE	97
Educar para a autogestão: uma nova metodologia e seus desafios Patrícia Leança ADRIANO	119
Educación formal, educación popular, movimientos sociales y economía solidária: el MOCASE y su propuesta de formación de maestros campesinos Kelly PEREYRA	137

PARTE III

POLÍTICAS PÚBLICAS, COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O ideal da autogestão como movimento social, política pública e objeto científico

André Ricardo de SOUZA 161

Intervencion directa del estado y la creacion de cooperativas de trabajo: el caso reciente de Argentina con el Programa Federal de Emergencia Habitacional

Edith Depetris GUIGUET; Gustavo ROSSINI 173

Trabajo asociado y cambio social

Elena ALBORNOZ 195

PARTE IV

METODOLOGIAS PARA FORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS E EXPERIÊNCIAS DAS INCUBADORAS DE COOPERATIVAS

Evolução na atuação da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar em relação à economia solidária

Ana Lucia CORTEGOSO; Fábio José FERRAZ;
Ioshiaqui SHIMBO; Miguel Gambelli LUCAS 205

Metodologias para formação de organizações associativas e experiências das incubadoras de cooperativas: o caso da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas

Miguel Juan BACIC 223

El viaje continua... El punto cero fue superado. Dónde estamos, quiénes somos, con quién estamos, como somos hoy?

Maria José DABEZIES; Cecilia MATONTE;
Diego MORENO; Anabel RIEIRO; Gerardo SARACHU;
Cecilia SORIA; Milton TORRELLI 241

El balance social como herramienta de transformación en la gestión de las cooperativas: el caso de la cooperativa eléctrica de Concórdia

Fabián Gustavo TISOCCO; Emilio Argentino SOTO 265

APRESENTAÇÃO

As universidades latino-americanas muito cedo conceberam a idéia de reunir esforços para fortalecer as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, já há um longo tempo, as universidades vêm impulsionando inúmeros esquemas de organização plurilateral e unilateral por meio de vários convênios, dentre outras formas, que vinculam essas instituições.

Foi nesse contexto que, em 1990, a Universidad de la Republica, do Uruguai, formulou a proposta de criar uma Associação que congregasse universidades com perfis acadêmicos semelhantes, para promover a integração e cooperações interinstitucionais como um valioso instrumento de desenvolvimento auto-sustentado.

Essa proposta foi concretizada em Montevideu, no dia 09 de agosto de 1991, quando os reitores de várias universidades da Região aderiram à iniciativa e criaram a Associação de Universidades denominada Grupo Montevideo (AUGM), com o propósito de criação de um espaço acadêmico comum para promover a integração.

Para integrarem-se a essa entidade, as universidades têm que cumprir as seguintes condições: ser pública, autônoma e autogovernada; ter uma estrutura acadêmico-administrativa semelhante; manter níveis compatíveis de qualidade no campo da formação docente e de incentivo à pesquisa; e estar a serviço da sociedade.

A AUGM adotou uma forma de organização não governamental (ONG), sem fins lucrativos e possui uma personalidade jurídica no país de sua sede (Uruguai), bem como nos países aos quais pertencem as

universidades participantes, ou seja, Uruguai, Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Chile.

Os objetivos definidos pela AUGM são: contribuir para com os processos de integração em nível regional e sub-regional; fortalecer a capacidade de formação dos recursos humanos, de pesquisa e de transferência de conhecimento; realizar atividades de educação contínua com o fim de contribuir para com o desenvolvimento integral das populações da Região; consolidar massas críticas de informação nas áreas estratégicas; fortalecer as estruturas de gestão das universidades integrantes; e intensificar as interações com o conjunto da sociedade.

Para operacionalizar esses objetivos, a AUGM promove atividades, tais como, o fomento de cursos de pós-graduação interinstitucionais que atendam às demandas científicas, profissionais e técnicas dos países participantes; desenvolvimento conjunto de programas multi e interdisciplinares de pesquisa sobre temas básicos aplicados; desenvolvimento de programas de intercâmbio de professores, pesquisadores e estudantes; estabelecimento de projetos de vinculação com os setores produtivos de bens e de serviços; realização de programas de gestão do meio ambiente; implementação de planos para a preservação e difusão das culturas dos povos; estabelecimento de sistemas de informação e bases de dados com referência às atividades científicas e acadêmicas, entre outras.

Atualmente, integram a AUGM treze Núcleos Disciplinares, cinco Cátedras UNESCO e doze Comitês Acadêmicos. Dentre os Comitês Acadêmicos encontra-se o Comitê Processos Cooperativos e Iniciativas Econômicas Associativas (Comitê PROCOAS) que foi formado no início do ano de 2004, com o objetivo geral de construção de um espaço acadêmico que contribua para com o desenvolvimento do ensino, pesquisa e distintas iniciativas da economia social e solidária no âmbito do Mercosul.

O Comitê PROCOAS conta com um grupo bastante significativo de universidades da Região, com docentes/investigadores experientes e comprometidos que desenvolvem pesquisas, têm publicações sobre a temática e fortes vínculos com o movimento cooperativo organizado e com a economia solidária. Esses pesquisadores têm como objetivo procurar o maior desenvolvimento possível para as suas investigações acerca dos distintos temas que afetam a evolução desse fenômeno social.

Já foram realizadas várias reuniões organizadas pelo Comitê PROCOAS. Mas, o principal evento promovido por ele é o Seminário Acadêmico Internacional de PROCOAS realizado uma vez por ano.

O 3º Seminário Acadêmico Internacional de PROCOAS foi realizado nos dias 12 e 13 de setembro de 2007, na Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Campus de Marília, na cidade de Marília, Brasil.

A realização desse Seminário constituiu-se em uma oportunidade ímpar para articular o debate, a troca de conhecimentos, experiências e idéias acerca da economia solidária e trabalho associado enquanto agentes de mudança social.

A obra que ora apresentamos aos leitores congrega os principais trabalhos apresentados e discutidos neste evento. Esses trabalhos apresentam resultados de pesquisas e experiências de diferentes autores de diversas universidades da América Latina no âmbito da economia solidária e do trabalho associado.

Os trabalhos foram divididos em quatro eixos temáticos que explicitam as principais problemáticas e questões que perpassam o tema do trabalho associado e a mudança social.

O evento integrou representantes de várias universidades da América Latina, dessa forma, optamos por deixar os artigos na língua original em que foram escritos.

Esperamos que os textos aqui apresentados possam contribuir para com as reflexões e debates sobre o fenômeno do trabalho associado e mudança social na América Latina.

Marília, verão de 2009.

Neusa Maria Dal Ri
Organizadora

INTRODUÇÃO

Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina

Neusa Maria DAL RI¹

Como demonstram, nas últimas décadas, o aparecimento e a consolidação de inúmeros movimentos e organizações sociais e econômicas no mundo que lutam por uma *contra-hegemonia*, os séculos de predomínio e expansão do capitalismo não conseguiram diminuir a resistência e a contraposição dos trabalhadores às suas práticas.

A história do capitalismo, desde o seu aparecimento, é também a história das lutas de resistência e crítica aos seus valores e práticas. A história do desenvolvimento do capitalismo é também a história do movimento operário popular.

As organizações de trabalho associado nasceram a partir do movimento dos trabalhadores e estão presentes na sociedade capitalista desde o início do século XIX. No princípio apareceram em forma de cooperativas de trabalhadores. Mas, com o passar dos tempos, além das cooperativas, outras configurações do trabalho associado foram surgindo. Dessa forma, podemos afirmar que há uma tendência estrutural no capitalismo à formação de organizações de trabalho associado.

O aparecimento e a expansão desse tipo de organização ocorrem com características e importância variáveis segundo as épocas históricas e

¹ - Professora Livre-Docente da Universidade Estadual Paulista; Faculdade de Filosofia e Ciências; *campus* de Marília, membro do Comitê PROCOAS da AUGM representando a Unesp e Coordenadora do 3º Seminário Acadêmico Internacional de PROCOAS.

de acordo com conjunturas sociais, econômicas e políticas específicas. Há períodos sócio-históricos do capitalismo em que o trabalho associado diminui, enquanto que em outros se torna mais forte e politicamente desafiador, o que ocorre especialmente quando se verificam crises econômicas e sérios conflitos sociais.

A fase do capitalismo neoliberal, que está declinando, corresponde a um período histórico propício à emergência das organizações de trabalho associado, em especial na América Latina. O capitalismo neoliberal na América Latina modificou a situação sócio-econômica da região. As suas ações e políticas exerceram forte efeito, maiormente, sobre as classes trabalhadoras que tiveram um agravamento de suas condições de vida e trabalho, as quais já eram muito difíceis mesmo antes da implantação do projeto neoliberal.

A forma neoliberal de acumulação do capital alterou a realidade social das nações. As políticas neoliberais desventraram cidades e regiões de suas formas de vida e trabalho; esvaziaram instituições e movimentos populares que ofereciam resistência ao capital; disseminaram e alimentaram racismos e conflitos nacionais; dividiram a classe operária; e precarizaram a força de trabalho e o mercado. Além disso, o capitalismo neoliberal esvaziou, teórica e praticamente, os elementos democráticos presentes na vida política pública. O Estado foi *enxugado* das políticas públicas sociais em nome de uma pretensa qualidade, e da racionalidade e eficácia econômico-administrativas. Retirados esses conteúdos, o Estado ficou *desnudo* e bem próximo da idéia, difundida por Karl Marx e Friedrich Engels no século XIX, de que ele não é muito mais do que um comitê para gerir os negócios da burguesia. As diversas e recentes ações efetuadas pelos Estados para conter a atual crise econômico-financeira demonstram bem essa tese.

Contudo, os principais ônus dessas políticas, mencionados pelos analistas, e que incidem mais diretamente sobre os trabalhadores latino-americanos são o desemprego e a precarização crescente dos mercados de trabalho, fenômenos denominados pelos neoliberais de *flexibilização do trabalho*.

Segundo a visão dos neoliberais, o refluxo dos movimentos e organizações populares e o conformismo das massas trabalhadoras para com a nova ordem mundial, verificados nos anos de 1980, seriam posturas que não mudariam. Contudo, o conformismo dos trabalhadores na América Latina para com a ordem estabelecida começou a dissipar-se ao explodir,

em 1989, na Venezuela, em meio à grave crise financeira, o *caracazo*, uma onda de protestos populares em Caracas que resultou em repressões e centenas de mortes.

A partir dos anos de 1990, surgiram movimentações das massas populares, com caráter de levantes, no Equador, na Bolívia, na Argentina e no México. No Equador a população obrigou os presidentes Bucarán, em 1997, e Gutierrez, em 2005, a deixarem o poder. Na Bolívia, em 2000, por meio da *guerra da água* a população se confrontou com a privatização dos serviços de água, o que gerou dezenas de mortos e centenas de feridos. Em 2003, ocorreram os movimentos contra as privatizações na área de energia e a *guerra do gás* iniciada em El Alto onde ocorreu o massacre da população no denominado *outubro negro* do mesmo ano. Em 2005, as massas populares derrubaram o presidente Lozada e o seu sucessor Mesa. Em 2001, na Argentina, que viveu grave crise econômica, social e financeira, com alto índice de desemprego que atingiu também a classe média, as movimentações populares culminaram com a renúncia do presidente De La Rúa.

Essa mesma tendência às manifestações populares de revolta e reivindicativas foi verificada nas populações de Oaxaca e Chiapas, no México, nos estudantes do Chile, nos trabalhadores da Colômbia e nos camponeses do Peru.

No Equador, Bolívia e Venezuela, depois dos fatos relatados, as populações elegeram presidentes que mantêm fortes vínculos populares e uma postura antineoliberal.

O governo da Venezuela, com o objetivo de acelerar as mudanças sociais no país, incentivou a formação de unidades de trabalho associado por meio da missão *Vuelvan Caras*. Essa missão ofereceu treinamento e financiamento para a criação de novas organizações, o que resultou num grande crescimento do número de cooperativas de trabalhadores na Venezuela. Ao mesmo tempo, em fábricas capitalistas abandonadas pelos patrões ou em processos de falência o trabalho associado foi se instalando e, nas empresas estatizadas, sob a forma do *control obrero*.

Na Bolívia houve um grande aumento das cooperativas de mineiros. As políticas neoliberais deixaram milhares de mineiros desempregados e sem perspectiva de encontrar trabalho. Foram criadas dezenas de pequenas

cooperativas de trabalhadores, que passaram a extrair minério em condições precárias e artesanais. Essas cooperativas participaram ativamente dos movimentos que levaram à queda de Lozada e Mesa, inclusive com duros enfrentamentos com as forças de segurança e policiais. Com a eleição de Evo Morales, as cooperativas passaram a apresentar e discutir pautas de reivindicações com o governo para o setor cooperativista.

Na Argentina formou-se o movimento das fábricas recuperadas e, no Brasil, o da economia solidária. No México e no Brasil os dois maiores e talvez mais importantes movimentos sociais da América Latina hoje, o Movimento Zapatista e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra adotaram a forma de cooperativas de trabalho associado para organizarem a produção.

Desse modo, desde o início do período do capitalismo neoliberal na América Latina, foram constituindo-se e expandindo-se empreendimentos de trabalho associado em quantidade e ritmo que há muito não se observava. A força que estimulou esse processo de crescimento foi semelhante àquela que ocasionou os eventos políticos na Bolívia, na Venezuela, no Equador, na Argentina e nos outros países, ou seja, a precarização geral dos mercados de trabalho, o desemprego, o desmonte da maior parte dos serviços públicos e, acima de tudo, a ausência de perspectiva de solução para esses problemas. As populações percebem que os postos de trabalho escasseiam e que os existentes estão sendo precarizados de tal maneira que as condições de vida das pessoas tornam-se crescentemente precárias, instáveis e mesmo miseráveis. Dessa conjuntura decorre o esforço dos trabalhadores para a preservação ou criação de postos de trabalho controlados por eles mesmos.

Notamos, ainda, em muitas dessas novas organizações, a implementação de linha política mais ampla buscando uma articulação com os movimentos mais gerais da classe trabalhadora e com as comunidades mais próximas.

O capitalismo neoliberal, pelas condições sócio-econômicas e ideologias que produziu e disseminou, colocou-se, teórica e praticamente, contrário à reprodução e ao desenvolvimento da solidariedade entre as classes trabalhadoras e, conseqüentemente, ao desenvolvimento de organizações com caráter autônomo e de classe. Foi adverso, também, com a ascendência do *pensamento único*, ao desenvolvimento independente e

criativo da ideologia dos trabalhadores, em especial aquela veiculadora de uma visão de transformação social. Como consequência, as organizações coletivas de massa aparentemente ficaram sem iniciativa e força política para a resistência, e as populações trabalhadoras pareceram conformadas com os valores capitalistas propagados por meio das instâncias sociais e de todas as formas possíveis.

Mas, isso não significou que, enquanto se manteve essa situação adversa e aparentemente monolítica, os trabalhadores não tenham oferecido resistência, travando lutas e tomado novas iniciativas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, e o Movimento Zapatista, no México, são exemplos de que ações de grande vulto foram realizadas, e que organizações populares importantes e inovadoras foram engendradas antes mesmo que a situação criada pelo neoliberalismo começasse a ser questionada com força na América Latina.

Com menor visibilidade que os Movimentos, mas de maneira articulada, os trabalhadores também empreenderam inúmeras ações de resistência à ação avassalante do capitalismo neoliberal sobre suas vidas e condições de trabalho. Dentre essas ações encontram-se a já citada criação de milhares de unidades de trabalho associado. Essas organizações têm origem, formatação e contextualização ideológicas distintas e, muitas vezes, até conflitantes. Entretanto, têm em comum o ato de resistência às relações capitalistas de produção e o esforço para preservar ou gerar postos de trabalho com base em critérios não capitalistas de apropriação do excedente econômico. Apesar da maior parte dessa atividade ainda ser pouco conhecida entre as massas de trabalhadores, algumas delas, como o Movimento de Fábricas Recuperadas na Argentina e o Movimento da Economia Solidária no Brasil têm uma divulgação, inclusive em âmbito internacional.

A ideologia capitalista e parte da teoria social preconizam que a organização burocrática é a única forma racional e universal de gestão das organizações. Entretanto, os trabalhadores, não apenas na América latina, mas em várias partes do mundo, estão demonstrando que outras formas de organização do trabalho são possíveis. A perspectiva de desemprego permanente tem levado os trabalhadores à luta pela preservação de postos de trabalho e à criação de cooperativas e empresas de autogestão nas quais os trabalhadores são ao mesmo tempo os proprietários dos meios de produção.

Embora essas organizações tenham que produzir excedente econômico para ser aplicado em seu desenvolvimento, um aspecto inovador é que elas não visam à acumulação de capital, mas, sim, à produção e à reprodução da comunidade de trabalho. A dimensão mais importante dessa comunidade é a extinção do trabalho assalariado e a sua substituição pelo trabalho associado. Do ponto de vista endógeno, a prática do trabalho associado desdobra-se em várias instâncias, dentre as quais se destacam: a política eqüitativa de distribuição de rendimentos; a organização diferenciada do processo de trabalho; e a gestão coletiva e democrática ou autogestionária do empreendimento.

Os rendimentos tendem a ser distribuídos de modo muito mais igualitário do que nas empresas tradicionais, observando-se o desaparecimento da camada de funcionários caracterizada por altas remunerações e que tem como função o controle dos trabalhadores. A organização do trabalho nesses empreendimentos passa por modificações nas quais se nota a tendência ao desaparecimento das hierarquias tradicionais, da burocracia e da típica estruturação taylorista do trabalho.

Como categoria organizacional, ressaltamos a autogestão ou gestão coletiva democrática, que se manifesta por meio da realização de assembléias gerais dos associados, instauração de comissões de trabalho e na eleição dos dirigentes escolhidos entre os trabalhadores.

O trabalho associado, a economia solidária e a autogestão reportam-se a uma realidade em que os trabalhadores associam-se em unidades de produção independentes, para realizar o trabalho de forma autônoma, suprimindo, portanto, os aspectos mais acentuados da exploração e da subordinação capitalistas do trabalho.

Apesar da relevância econômica, política e social desse fenômeno são ainda escassos os estudos sobre o assunto, bem como não há registros completos das organizações de trabalho associado existentes. Uma avaliação judiciosa dessa problemática permanece, portanto, na dependência de que se viabilizem mais informações, estudos e pesquisas acerca da temática.

Destacamos, ainda, que no interior dos denominados trabalho associado e economia solidária, encontram-se empresas e cooperativas de autogestão urbanas e rurais, empresas recuperadas, fábricas sob o controle dos

trabalhadores em Argentina, Brasil, Venezuela, entre outras, que promoveram profundas modificações nas relações e organização do trabalho e na gestão dos empreendimentos. São organizações que avançaram de vários pontos de vista e, portanto, constituem-se em objetos de pesquisa importantes e diferenciados, pois por meio do seu estudo podemos verificar as possibilidades de desenvolvimento e de significância política, social, econômica e educacional, pelo menos em termos de tendência.

Dessa forma, esperamos que os textos aqui apresentados, frutos, em sua maioria, de pesquisas empíricas e ações realizadas pelos autores em diferentes cidades e países, possam contribuir tanto para a informação e reflexão dos leitores, como para um considerável avanço na área de estudo da problemática indicada.

PARTE I
TRABALHO ASSOCIADO E
MUDANÇA SOCIAL

Empresas recuperadas: la proyección de la protesta y la gestión colectiva

Gabriel FAJN¹

Introducción

Entre fines de los años de 1990 y principios de 2000, una gran cantidad de empresas fueron recuperadas por sus trabajadores con el objetivo primordial de defender sus fuentes de trabajo y mantenerlas en funcionamiento. En torno al fenómeno que abarca alrededor de 180 unidades productivas en todo el país, se abre un conjunto de procesos sociales, dinámicas políticas, estrategias jurídicas y desarrollos económicos que proporcionan a esta problemática una gran complejidad y riqueza.

Estas empresas representan tal vez, uno de los emergentes más dramáticos de la destrucción sistemática del aparato productivo y de la lucha por parte de los trabajadores por conservar sus empleos.

Asimismo, las empresas recuperadas por parte de los trabajadores constituyen un nuevo fenómeno social que cobra importancia en la realidad argentina mediante prácticas colectivas que pueden entenderse como expresiones de respuesta a la crisis y como propuestas exploratorias de modalidades de gestión alternativas.

¹ Profesor de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina.

Los procesos de lucha están estrechamente relacionados con las formas autogestivas que cada organización fue construyendo, y que puede percibirse en las prácticas que se fueron desarrollando al interior de las empresas: redistribución igualitaria de los ingresos; implementación de procesos decisorios de carácter colectivo; formas de delegación, representación y control; dinámicas asamblearias, etcétera.

El presente artículo sintetiza y desarrolla algunas de las líneas de trabajo vinculadas al análisis de aquellos problemas que remiten al repertorio de la protesta en el marco de la recuperación de fábricas y a las dinámicas organizacionales en los procesos autogestivos que se desplegaron al interior de las empresas.

El repertorio de la protesta

Desde mediados de los años 90 con la profundización de la crisis, se intensificó la conflictividad social en la Argentina, acompañada por la emergencia de nuevos actores (trabajadores desocupados, asambleas barriales, ahorristas damnificados y otros) y por un abanico diverso de formas de expresión de la protesta. El ciclo de protesta que vive la Argentina actualmente es el más importante de todos los acontecidos desde 1983 por la cantidad de protestas, la expansión territorial de las mismas y la cantidad y variedad de sujetos involucrados. (SCHUSTER, 2001).

En este marco irrumpen los procesos de recuperación de empresas por parte de los trabajadores, propagándose con inusitada fuerza entre los años 2000 y 2002, aunque el ciclo de protestas y nuevas fábricas en proceso de recuperación por los trabajadores se mantiene hasta nuestros días, como en el caso de la textil Gatic, o la fábrica de cerámicos Zanón.

En el análisis de las luchas que se inscriben en tales procesos de recuperación se debe contemplar cuáles han sido los actores sociales involucrados en la confrontación, las estrategias desplegadas, los territorios en disputa, las acciones que desarrollaron y cuáles fueron los campos de acción sobre los que intervinieron.

Las más de 180 empresas recuperadas o en proceso de recuperación involucran a una gran diversidad de actividades – metalúrgicas, textiles, químicas, frigoríficos, gráficas, escuelas, clínicas, hoteles, etcétera – con

diferentes tamaños y dimensiones. Esta diversidad tiene su correlato en los distintos ritmos de recomposición, problemáticas, orientaciones políticas e ideológicas, etcétera. Lejos de encontrar una unidad empírica homogénea, el mundo de las fábricas y empresas recuperadas presenta una importante heterogeneidad, complejidad y diversidad interna.

Esto nos lleva a plantearnos algunos interrogantes centrales ¿Por qué de las 5.000 fábricas quebradas y/o en crisis en los últimos años, sólo fueron tomadas y generaron procesos de recuperación por parte de los trabajadores menos de 200? ¿Qué elementos o factores políticos, sociales, sindicales y subjetivos contribuyeron para la recuperación? ¿Qué recursos organizacionales y capacidades políticas poseían éstas fábricas que les daba ese diferencial?

Sobre estas preguntas no tenemos respuestas certeras y sólo podemos ensayar algunas explicaciones tentativas.

Seguramente para desarrollar las explicaciones que responda el por qué se produjo el surgimiento del movimiento de fábricas recuperadas, se deberá tener presente la combinación de múltiples factores externos e internos: *socioeconómicos*, como la destrucción del aparato productivo, la profunda recesión iniciada en 1998 y fundamentalmente el nivel que alcanza el desempleo estructural; y *políticos* como la intensificación del ciclo de la protesta, emergencia de nuevos actores sociales, crisis estatal, etcétera. Estos y otros factores generales indican las condiciones que hacen probable el surgimiento de luchas sociales pero no terminan de dar cuenta del pasaje a las resistencias organizadas. En el transcurso de toda rebelión hay algún tipo de descontento; pero lo que hay que explicar es el camino que lleva del descontento a la rebelión y a la cristalización de la acción colectiva y los elementos que lo hacen posible.

En el estudio de los movimientos sociales, diversos enfoques colocan el énfasis en factores como la organización de las oportunidades políticas, y los recursos. Estas orientaciones nos abren la posibilidad de plantear nuevos interrogantes sobre el surgimiento de fábricas y empresas recuperadas ¿Hubo redes organizativas previas que facilitaron la integración del movimiento? ¿Cuál fue su importancia? ¿Qué recursos organizativos y relacionales aportaron?

En primer término y como se desprende de la información obtenida, el rápido aumento de la cantidad de fábricas en proceso de recuperación (sobre todo en el período 2000 – 2002) estuvo signado por empresas de muy diversas actividades, integradas por trabajadores con disímiles trayectorias laborales. Unos pocos con antecedentes gremiales y políticos, mientras que la gran mayoría tenía escasa o nula experiencia en esos ámbitos.

Un elemento central es percibir cómo se fueron dando los procesos de vinculación con el movimiento social emergente de aquellas fábricas que arribaban a situaciones de crisis similares. En ese período no había un movimiento estructurado y homogéneo que integrase, rodease y protegiera a las fábricas que se encontraban en problemas. Por el contrario, los vínculos iniciales fueron sumamente informales y se establecieron a través de la aproximación a alguna empresa cercana (territorialmente) que termina jugando un rol de inclusora en el movimiento y de facilitadora para indicar el recorrido que debe atravesar la empresa para resolver la crisis. Se empiezan a compartir orientaciones con relación a formas de resistencia y estrategias legales para la supervivencia de la empresa.

El movimiento en general se va configurando con un collar de experiencias y recursos muy disímiles: unos pocos con antecedentes y estructuras sindicales importantes (UOM Quilmes; Empleados de Comercio en Rosario); otros con un activismo militante y gremial como en Zánón (Neuquén); en algunas experiencias participaron desde el inicio abogados con conocimientos en temas cooperativos, a la vez que gran parte de los trabajadores tenían escasos conocimientos y participación política y gremial.

El proceso de recuperación de fábricas, adquiere mayor visibilidad pública y apoyo social, en relación con la difusión de los medios masivos y las redes alternativas de comunicación. La emergencia de nuevos actores organizados, como las asambleas, establecieron un estrecho vínculo con las empresas recuperadas, participando en muchos casos activamente del conflicto. El punto más alto de la recuperación es el año 2001, y el 37% de las experiencias de alta intensidad ocurrieron en el mismo año. Crecen también las prácticas de negociación directa entre trabajadores y anteriores dueños, y en algunos casos intervienen también jueces y síndicos.

Existe también una mayor articulación entre las empresas, que comienzan a agruparse en distintos movimientos. En este punto las primeras

experiencias, como Metalúrgica IMPA, Unión y Fuerza, Frigorífico Yaguané funcionan como núcleo de los distintos movimientos, transmitiéndoles experiencia, contención, ayuda económica a las nuevas fábricas en los encuentros que empiezan a organizarse. En este período los movimientos cobran mayor visibilidad y participación en el ciclo de la protesta, Movimientos Nacional de Empresas Recuperadas, FENCOOTER, Fábricas Agrupadas bajo Control Obrero.

Sin duda, las redes preexistentes son soportes organizativos relevantes en la estructuración del movimiento pero, dada la velocidad de los hechos ocurridos entre el 2000 y el 2002, la configuración refiere a un proceso menos escalonado y mucho más complejo. El proceso de recuperación fue desordenado y caótico y lejos de contar con una planificación preestablecida se sumaron experiencias de gran diversidad. Adquiere relevancia – visto retrospectivamente - los recursos y redes organizativas que se fueron configurando en las experiencias iniciales a fines de los 90 (Metalúrgica IMPA; Frigorífico Yaguané y otros) y la estructuración embrionaria que representó para el movimiento, aunque esto no explica linealmente la emergencia de nuevas experiencias, ni supone una transferencia automática a otras fábricas.

Estrategias, actores y territorios

La toma de fábricas ha sido una práctica utilizada por la clase trabajadora en la Argentina en diferentes momentos de su historia. Cabe recordar el ciclo de luchas abierto a fines de los años 60 hasta entrados los años 70, encabezado por los obreros de las grandes corporaciones económicas. Éstos protagonizaron fuertes resistencias frente a los nuevos ritmos de la producción, a la intensificación del trabajo y al rechazo de las nuevas técnicas. Este proletariado joven, que contaba con alta estabilidad laboral y elevados salarios, fue el germen de un sindicalismo clasista que se transformó en un sujeto social que trascendió las reivindicaciones gremiales e intervino como sujeto político fundamental de esa etapa.

La estructura de las oportunidades políticas, las condiciones y recursos del movimiento obrero, el papel jugado por las direcciones sindicales y las estrategias ofensivas que desplegaron los trabajadores en aquel escenario se parece muy poco al nuevo ciclo de protestas abierto en estos últimos

años. Después del retroceso que significaron las políticas neoliberales para los trabajadores, del esmerilado de las conquistas históricas, de la reducción constante de los trabajadores ocupados, de un sindicalismo mayormente burocratizado y alejado de sus representados, la ocupación y recuperación de fábricas representa una *estrategia defensiva* – casi desesperada – que tiene por objetivo fundamental la supervivencia de la empresa y la conservación del trabajo. Este punto de partida es, tal vez, la mayor coincidencia que se encuentre en el conjunto de empresas que forman parte de estos procesos de recuperación, aunque las dinámicas políticas y las estrategias adoptadas posteriormente contemplen un abanico de diferentes opciones político-ideológicas.

Si con los piquetes los trabajadores desocupados lograron cierta visibilidad política cortando las rutas y las asambleas barriales se reunieron en espacios públicos, con los procesos de recuperación de empresas, la fábrica volvió a ser, después de mucho tiempo, el territorio de disputa social en donde participaban directamente los trabajadores que corrían el riesgo de ser desplazados del mercado de trabajo.

Sin otras alternativas visibles, los trabajadores resolvieron la toma, ocupación, acampes en la puerta de la fábrica, corte de ruta y otras medidas de fuerza, que tuvieron por finalidad resguardar el trabajo y mantener en funcionamiento a la empresa, custodiando las máquinas, herramientas y mercaderías y evitando las acciones de vaciamiento. La ocupación trasciende la expresión de una forma que adquiere la protesta dado que *la custodia de los puestos de trabajo*, a partir de la presencia en las fábricas es - en la práctica - el control efectivo en el lugar para evitar tales acciones de vaciamiento.

El objetivo de muchos empresarios fue circunscribir la resolución del conflicto al marco de lo judicial, no porque tuvieran un gran respeto por lo legal, sino para encontrar los vericuetos que les facilitaran evadir la ley y desentenderse de la empresa con los menores costos económicos personales, aunque esto significara la destrucción y el cierre de su fábrica. No se privilegió la racionalidad económica a fin de conservar las empresas, sino que primó una lógica predatoria que persiguió el beneficio personal.

En tal sentido, los campos de acción en donde se despliegan las estrategias de recuperación por parte de los trabajadores articulan varias lógicas de intervención, disputando en el plano de lo jurídico, en el espacio

de la empresa propiamente dicha y en las calles aledañas a la misma, espacios y confrontaciones articuladas e interdependientes.

Tal vez una de las novedades que puede observarse es que - en varias de las empresas - los trabajadores intervinieron en el mismo proceso de la quiebra, desarticulando las maniobras de vaciamiento y fracturando el dominio que ejercía el antiguo dueño y las sordas componendas con jueces y síndicos.

Los trabajadores intervienen en diferentes campos de acción durante la lucha por la recuperación, en la vigilancia de las máquinas, en el control de los síndicos, en el cuidado de los aspectos legales, en la construcción de nuevos vínculos con los vecinos, en las relaciones políticas con los trabajadores desocupados y las asambleas barriales, etcétera.

Procesos Autogestivos

Si bien es importante señalar que el punto de partida de las empresas lo constituyen situaciones de crisis terminales que amenazan seriamente la continuidad de la misma, convocatorias, quiebras, deudas millonarias, abandono de los dueños, quiebre del contrato laboral, deudas salariales prolongadas, etcétera, y que impulsan a los trabajadores a reaccionar para mantener sus fuentes de trabajo, también es cierto que la dinámica social colectiva produce en estos procesos un salto cualitativo no previsto, que representa un quiebre en la historia de la fábrica, impensado - y muchas veces ni siquiera deseado - que empuja en forma intempestiva e inmediata a los asalariados a conducir los destinos de sus organizaciones. Casi sin aprendizajes formales ni asesoramientos previos, sólo el conflicto y la lucha mediaron entre los trabajadores que tenían un rumbo seguro de desafiliación social. Pensando el nuevo rol colectivo que debieron asumir para dirigir la empresa, sabemos que en el transcurso de la acción surgen sin cesar consecuencias no deseadas por los actores y de manera retroactiva, estas consecuencias no intencionales pueden convertirse en las condiciones no reconocidas de ulteriores acciones. Se produce así una verdadera dialéctica de lo intencionado y lo no intencionado, donde lo intencionado está atrapado en complejas secuencias de actos que se le escapan y que llevan la acción más lejos de lo que los actores pretendían.

La recuperación de empresas, en este sentido, representa un momento re-fundacional, en el cual los trabajadores se hacen cargo de las fábricas en situaciones muy desfavorables y traumáticas. Así es como se reabre un nuevo ciclo organizacional, cuya primera fase resulta un camino complejo y con un margen de maniobra muy estrecho. Frente a una situación de alta incertidumbre jurídico-legal, sin acceso a capital de trabajo o a subsidios estatales, con clientes y proveedores que acarrearán deudas de los anteriores dueños y desconfían en general del nuevo proyecto, la recomposición de la capacidad productiva será un proceso lento y dificultoso en la mayoría de las fábricas, pero a la vez prioritario para la consolidación económica de la empresa. La reconstrucción del espacio organizacional desde una perspectiva autogestionaria tiene el efecto de desestructurar las relaciones capital-trabajo que son relaciones jerarquizadas en extremo, relaciones de obediencia y sumisión, y que, en las pequeñas y medianas empresas, fueron acompañadas generalmente por prácticas paternalistas de los anteriores dueños como modelo distorsionado de gestión. Esta desestructuración parece favorecer una reapropiación colectiva de los saberes de la gestión, así como la emergencia de procesos democráticos de toma de decisiones en el interior de la empresa. De hecho, en todas estas empresas es común la adopción de prácticas asamblearias para la toma de decisiones.

Múltiples elementos intervienen para facilitar el desarrollo de las instancias asamblearias como mecanismo fundamental para circular y transparentar la información, y también como ámbito privilegiado para el proceso de toma de decisiones colectiva. En primer lugar, por el hecho de que el fenómeno de empresas recuperadas abarca en su gran mayoría a unidades productivas pequeñas y medianas, que vienen de soportar largos procesos de achicamiento en sus dotaciones y se verían facilitadas por las interacciones directas - relaciones cara a cara - entre todos los miembros de la empresa. En segundo lugar, un alto porcentaje de las empresas atravesó situaciones de elevada conflictividad, lo que articuló nuevas relaciones de cercanía y cooperación entre los trabajadores en los momentos de la lucha y que luego encuentran su continuidad en la gestión colectiva, fundamentalmente en la participación en las asambleas. Finalmente, las experiencias que conforman el universo de empresas recuperadas no contienen –salvo unas pocas excepciones– altos grados de complejidad y diversidad en los procesos productivos, ni elevados niveles de estratificación

interna (división jerárquica), por lo que la proximidad de las distintas áreas facilitaría los procesos de horizontalidad. Se debe agregar que en gran cantidad de casos sólo quedaron los trabajadores de planta después de la recuperación de la empresa ya que los niveles jerárquicos y administrativos, en su mayoría no acompañaron estos procesos.

En todos los casos, no debe entenderse y/o analizarse de manera escindida la intensidad de la lucha desplegada en cada fábrica y la reorganización de las empresas a partir de las nuevas prácticas utilizadas para la gestión. El grado que el conflicto adquirió, impregnó e instituyó nuevas *formas del hacer* en la reapertura de las fábricas. Ese momento refundacional tendrá efectos importantes en los lazos construidos entre los trabajadores, en las prácticas colectivas que experimentaron y en los aprendizajes que incorporaron a partir de la lucha, constituyendo una continuidad transponible entre la profundidad de la lucha y los rasgos de un nuevo modelo organizativo. En este sentido, es factible establecer una relación importante entre la intensidad que adquirió el conflicto en las empresas y las iniciativas de gestión colectiva adoptadas por los trabajadores en los primeros momentos a partir de la puesta en marcha de la recuperación de la empresa.

En este escenario, guarda una importancia central el impacto que ha tenido la devaluación económica en las diferentes actividades industriales y de servicios y las posibilidades reales que cada empresa tiene para reinsertarse productivamente. Aquí múltiples factores juegan un papel destacado y dependen de las particularidades de cada sector, como la reestructuración del mercado interno, el acceso crediticio, el valor de los insumos, etcétera. En un contexto económico más estable y a largo plazo, y cuando las empresas en proceso de recuperación hayan podido superar el primer momento de este nuevo ciclo, es decir, cuando el margen de incertidumbre se haya reducido al menos en relación con lo legal y al marco de relaciones de su contexto pertinente (clientes y proveedores) se podrán evaluar con mayor precisión los procesos de recomposición y consolidación productiva. De la misma manera, los procesos autogestivos demandarán períodos prolongados para su consolidación, atravesarán avances y retrocesos y estarán plagados de tensiones y contradicciones. Por el momento, pueden verificarse pasos interesantes en donde se destacan las prácticas asamblearias

para la toma de decisiones estratégicas, la ampliación de los marcos participativos, la constitución de instancias deliberativas y, lentamente, el desarrollo de ciertos saberes colectivos en la gestión, y ensayos de rotación y desestructuración de los puestos fijos, implicando una democratización de los saberes específicos.

El problema del poder

Entre la mayor o menor integración al sistema y el ciclo organizacional determinado por los imperativos de la gestión, está en juego la dinámica de las relaciones de poder interno y la disolución o no de las prácticas autogestivas. Rosanvallon (1995) cita un estudio de Albert Meister sobre grupos voluntarios, como las cooperativas obreras y las comunidades de trabajo. Estos grupos están constituidos por voluntarios y son de pequeñas dimensiones, hasta 200 miembros. En su historia se distinguen varias fases:

- 1 La conquista. El grupo acaba de crearse, el entusiasmo domina, la actividad está definiéndose. Esta fase se caracteriza por la existencia de conflictos entre una democracia directa celosa de sus prerrogativas (la asamblea general se reúne con frecuencia y es soberana) y una actividad económica embrionaria.
- 2 La consolidación económica. Los imperativos de gestión y la preocupación por la eficacia adquieren una prioridad sobre los ideales del comienzo. La democracia directa se transforma en democracia delegada. Un núcleo de dirigentes y de especialistas se constituye y se hace indispensable para la colectividad. Sin embargo, la democracia directa, expresada por la asamblea general, sigue siendo activa en todo lo que se refiere a las actividades extraeconómicas.
- 3 La coexistencia. La democracia delegada se extiende a todas las actividades. Las instituciones, que se habían definido como reacción a la sociedad circundante, se anemian: la gestión, de la que se había querido hacer la tarea de todos, se convierte en la actividad de unos pocos; los principios igualitarios en la remuneración empiezan a ponerse en tela de juicio progressivamente.
- 4 El poder de los administradores. El poder efectivo y la definición de los objetivos están en mano de los técnicos y del pequeño grupo dirigente que se ha desprendido del grupo

Esta mirada sombría y pesimista se acerca a la idea de Michels (1996) de la ley de hierro de las oligarquías, en donde la organización conduce inevitablemente a la constitución de un grupo dirigente separado y dominante sobre el resto. La burocracia reaparece como la *mejor* tecnología de poder, acompañado por ideologías tecnocráticas que le sirven de sustento. Rosanvallon (1995) alerta sobre lo que denomina la entropía democrática, que define como la degradación de la *energía democrática* en una estructura, proceso que osifica y formaliza una democracia viva.

¿Emergerá necesariamente en las organizaciones, un estamento burocrático-tecnocrático dominante, independientemente de su pretensión democrática? Si bien creemos que esto no es necesariamente un futuro predeterminado, sí es un riesgo siempre latente que para confrontarlo habrá que determinar cuáles son los recursos estratégicos para que los trabajadores se reapropien colectivamente de los mismos y se fomente un ejercicio permanente de redistribución democrática.

En otros términos, la cartografía del poder organizacional estará determinada por la dinámica que las acciones colectivas logren instituir. La reapropiación colectiva de las capacidades y recursos para conducir los destinos de las empresas de los movimientos es un elemento central de tal dinámica: capacidades vinculadas al saber hacer de la gestión, a los conocimientos políticos, institucionales, productivos, técnicos, y otros, requeridos para gobernarla. El desarrollo de tales recursos debería ser un movimiento en permanente ampliación y - lo que es fundamental - en su reapropiación adquirir un carácter colectivo, evitando la emergencia de *manchones* burocráticos que se apoderen de tales capacidades.

Para Luther P. Gerlach (apud PEREZ LEDESMA, 1994) la estructura de un movimiento social se caracteriza por tres rasgos fundamentales:

- √ es una estructura *segmentada*, es decir, está integrada por grupos diversos, como células que crecen y mueren, se dividen y fusionan, proliferan y se contraen;
- √ *policéfala*, lo que supone la ausencia de una estructura única de mando y dirección o lo que es lo mismo, una multiplicad de líderes y aspirantes al liderazgo;

√ *reticular*, como consecuencia de las relaciones cruzadas, las actividades conjuntas y la similar definición de objetivos y oponentes.

Estos rasgos se encuentran presentes en varios de los movimientos sociales emergentes de los últimos años en Latinoamérica. Las críticas y debates se plantean en las supuestas ventajas en racionalidad y eficiencia de las organizaciones centralizadas, con una burocracia estable, una jerarquía bien definida y una clara división del trabajo.

Consideramos que es la dinámica y densidad política del movimiento la que en gran medida, se encuentra inextricablemente asociada a las formas organizativas y las que modificarán o no, con el paso del tiempo el marco en que se configura. Es decir, que un actor social que emerge al calor de la lucha social, es factible que adopte organizativamente formas segmentadas, policéfalas y reticulares, aunque a lo largo de su historia, su ciclo organizacional vaya mutando a lógicas jerarquizadas, burocráticas y eficientistas. Obviamente, esta no es una secuencia predeterminedada, sólo un riesgo potencial y - lamentablemente - altamente probable.

Vencer la resignación

Durante la década de los 90, los trabajadores en Argentina fueron perdiendo sistemáticamente las conquistas sociales obtenidas. Miles de desocupados, reforma laboral, precarización del contrato de trabajo, complicidades de las burocracias sindicales fueron generando un contexto de fuerte desprotección para el movimiento obrero.

En las entrevistas efectuadas a los trabajadores de las fábricas recuperadas los relatos se reiteraban al contar la historia de la última década: trabajadores despedidos, representaciones gremiales debilitadas, recortes salariales, pérdida de derechos, vacaciones no gozadas, salarios adeudados, etcétera. El clima de época está signado por la derrota y el proceso de desafiliación social es una secuencia segura. El pasaje de trabajador estable a engrosar las filas de desempleados, sobreviviendo como *cartonero* o *piquetero*, constituye la visión de un futuro crudo y desangelado, presentes en los relatos de los trabajadores.

En un escenario de crisis, y ante un contexto donde la exclusión se extiende catastróficamente, la pérdida de una fuente de trabajo implica mucho

más que el quebranto de una relación laboral. El trabajo constituye una vía para la conformación de identidad y de construcción de lazos sociales perdurables. La posibilidad de desafiliación afecta la subjetividad de los trabajadores, a partir de una pérdida de los lazos de contención social.

Esta situación es vivida por los trabajadores con una fuerte resignación, lo que hemos denominado *gestión de la resignación*.² El proceso no sólo representa la pérdida de derechos y condiciones de trabajo, sino también la imposibilidad de tener capacidad de resistencia a tales pérdidas, la naturalización de un clima opresivo que se vuelve inmodificable y que empuja a convivir con tal derrota, a administrar resignadamente la caída. Los procesos de recuperación encarnan una doble ruptura. Por un lado, subjetivamente, el seguro cierre de la empresa, la quiebra y el vaciamiento, con la consecuente pérdida del trabajo, es el escalón de tolerancia subjetivo que no están dispuestos a traspasar y el que los obliga a oponer resistencia. En otro orden, este quiebre de resignación los reagrupa y empuja a la acción de resistencia colectiva, a recuperar la iniciativa en forma conjunta.

Esta situación nos permite comparar *lógicas de resignación* con marcadas diferencias y también puntos de contacto. Gorz (1973), en un artículo escrito a principios de la década del 70 comenta críticamente la investigación realizada por Goldthorpe, en donde este llegaba a la conclusión de que la conciencia de clase era prácticamente inexistente en Vauxhall, dado que los obreros se comportaban de acuerdo a los modelos de clase media y reflexionaba en torno a que la lucha de clases pertenecía al pasado. Goldthorpe entrevistó a cada obrero separadamente y descubrió que estaban individualmente resignados. Estas miles de resignaciones individuales constituían una apatía colectiva. Todos se sentían de manera parecida: frustrados, aislados, y ninguno podía hacer nada para cambiar las cosas.

Sin embargo, el informe de Goldthorpe (apud GORZ, 1973) estaba todavía en imprenta cuando unos pocos militantes se apoderaron de un resumen de las conclusiones y distribuyeron cientos de copias entre los trabajadores. Simultáneamente, se conocieron las ganancias astronómicas que la empresa había tenido en el año y enviadas a la General Motors en los Estados Unidos, información que circuló también entre los trabajadores.

² Para mayor desarrollo, consultar FAJN, Gabriel (coord.). *Fábricas y empresas recuperadas*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación, 2003.

Violentos disturbios han estallado en la fábricas automotrices Vauxhall de Luton. Miles de obreros abandonaron las tareas reuniéndose en el patio de la fábrica. Sitiaron las oficinas de la gerencia, pidiendo a los gerentes que salieran, cantando 'Bandera Roja' vociferando a la horca. Grupos intentaron atacar las oficinas, y se enfrentaron con la policía que había sido llamada para protegerlas. Los disturbios se prolongaron durante dos días (GORZ, 1973, p. 239-240).

Entre otras cuestiones, esta situación pone de relieve la diferencia entre conocer la opiniones individuales de los trabajadores (en las entrevistas) en las que hacían manifiesta su apatía y resignación, frente a la dinámica social emergente a partir de la nueva información conocida y la discusión en torno a la misma, situación a la que Goldthorpe contribuyó casi sin proponérselo.

Evidentemente, las resignaciones de los trabajadores de Vauxhall hace treinta años atrás tienen poco que ver con la resignación de finales de siglo de los trabajadores argentinos. Mientras que en los primeros la resignación es producto de altos niveles de consumo y emulaban, según Goldthorpe (apud GORZ, 1973), los modelos de vida de la clase media, entre los segundos la gestión de la resignación es producto de un largo período de derrota social, de la sostenida caída en el tiempo y de la imposibilidad de encontrar capacidades y alternativas para resistir. Sin embargo, el punto de salida a la resignación es parecido, unos y otros recomponen lazos sociales, renuevan formas de resistencia y colectivamente enfrentan la situación.

¿Cambios en la organización del proceso de trabajo?

En general en las empresas recuperadas no se perciben modificaciones de envergadura en la organización del proceso de trabajo, sino por el contrario, cierta continuidad con las modalidades heredadas con anterioridad a la recuperación.

Esta ausencia de modificaciones en los procesos de trabajo refiere a la conservación de los modos de relación de los trabajadores con las máquinas y equipamientos tecnológicos y los materiales objetos de transformación. Es cierto también que las tecnologías condicionan en gran medida las posibilidades de reorganización del proceso de trabajo y estas

empresas se encuentran en una situación limitada para incorporar modificaciones importantes por el costo que representaría la renovación tecnológica.

En la organización del proceso de trabajo se perciben grandes similitudes con el resto de las empresas en relación a las funciones fijas, la fragmentación de las tareas, las repeticiones de la misma operación parcelaria, etcétera. Seguramente tienen mayor discrecionalidad para manejar el ritmo y la intensidad de las tareas ante la ausencia de la presión del capital y con la eliminación de los dispositivos de vigilancia anteriores. Ciertamente, los primeros pasos de la recuperación imponen tareas urgentes de recomposición económica, financiera, comercial y productiva, como la necesidad de acumular un capital de trabajo, recomponer las relaciones de confianza con los proveedores y clientes, instrumentar las condiciones contables básicas (facturación, balances, etcétera), mantener y calibrar las máquinas e instrumentos de producción, incorporar o desarrollar internamente personal que desempeñe tareas comerciales y una variedad importante de otras tareas urgentes.

Tal vez, es necesario incorporar una visión matizada, en la que la debilidad de los cambios incorporados en torno a la organización del trabajo, no nos impidan observar algunos movimientos que representan avances en este sentido. En una entrevista en el 2006, a un trabajador de una importante empresa metalúrgica, con más de tres años como recuperada, nos manifestaba que se observaba un sensible cambio en relación al control de la condiciones de seguridad en el trabajo, y que esto obedece a que el ingeniero responsable de estos controles antes sólo se reunía con los dueños y de manera *formal* registraba el uso de los elementos correspondientes; bajo la gestión colectiva, los ingenieros contratados entablaron una estrecha relación con los trabajadores para recabar información sobre el uso de elementos protectores y las modalidades de trabajo en cada lugar. En algunos no se utilizaban porque resultaban disfuncionales y en otros hasta contraproducentes, como por ejemplo el uso de guantes protectivos que generaba mayor cantidad de *enganches* con la máquina y altos riesgos de pérdida de los miembros. Lo que implicó una revisión sustantiva para adecuar estos elementos a la comodidad y seguridad de los trabajadores.

Es decir que el contacto directo entre profesionales calificados y los

trabajadores operarios de las máquinas, contribuyó al entendimiento y la baja proporcional de los accidentes de trabajo. La eliminación de instancias burocráticas, que solamente implicaban un registro formal, dio lugar a una mejora de las condiciones de trabajo. Si bien, podríamos relatar varias experiencias que manifiestan avances en esta sentido, no es posible afirmar que se hayan definido estrategias y políticas orientadas a mejoras sustantivas, en estos aspectos.

En muchas de las empresas que ya han transitado sus primeros años, que recompusieron gran parte de estas condiciones, que lograron reinsertarse comercialmente y aumentaron su producción, no aparece en su agenda de corto o mediano plazo políticas que modifiquen sensiblemente la organización del proceso de trabajo.

La centralidad que le damos al tema está relacionada, entre otras cuestiones, con que la rigidez de la organización del proceso de trabajo, que puede constituirse en una de las trabas más importantes del desarrollo de la gestión colectiva y las prácticas democráticas autogestionarias. Los cambios (o no) en la organización del trabajo aluden directamente a las modificaciones en las estrategias de control, en el desarrollo de las calificaciones, en la reestructuración del trabajo manual e intelectual y en los procesos de discrecionalidad y autonomía de los trabajadores.

El alejamiento de las fábricas no sólo de los empresarios (dueños anteriores) sino de gran parte de los profesionales, ingenieros y niveles intermedios,³ puede ser leído desde dos perspectivas contrapuestas. Por un lado, representa un efecto negativo en relación a la pérdida de ingenieros, técnicos y empleados con conocimientos en la gestión y lo comercial, que ocupaban un lugar estratégico y de difícil reemplazo en el proceso productivo de la empresa. Por el otro, también se elimina un conjunto de empleados que estaba al servicio de los dispositivos de control instituidos, capataces, gerentes de personal, etcétera. Es decir que desaparecen los actores centrales del diseño, la implementación y el mantenimiento de los mecanismos de control, descalificación, controles directos y reactivos, pero no se elimina necesariamente la arquitectura social edificada que logra conservar lógicas anteriores ya sin los actores que la sostenían. En gran medida, son los

³ Según nuestros registros sólo en el 20 % de las empresas permaneció personal de nivel jerárquico y en el 45 % personal administrativo.

soportes estructurales de la empresa expresados en las tecnologías, la división del trabajo y los imperativos de gestión eficiente los que mantienen tal estructuración.

A modo de síntesis

Tanto la superación de la crisis de gobernabilidad en los últimos cuatro años como la recuperación lenta, pero sostenida, de la producción y del empleo, amortiguaron la intensidad de las protestas. En este escenario disminuyeron, a partir del 2004, la cantidad de nuevas empresas en procesos de recuperación y aunque se mantuvo latente manifiesta una clara curva de amesetamiento.

El fenómeno en general ha perdido visibilidad pública. Las reapariciones están vinculadas a protestas específicas. Algunas empresas se consolidaron económicamente y se han corrido del protagonismo de las luchas, mientras que otras aún no han definido su situación legal. Es por esto que la intensidad en este período, puede pensarse como una ondulación del ciclo, signado por conflictos puntuales, como el tratamiento de una expropiación, la resistencia a una orden de desalojo, etc.

La indefinición en torno a sancionar una nueva ley de quiebras que resuelva en términos generales el marco legal de estas empresas, suscita una situación fragmentaria en la que cada una debe resolver autónomamente su continuidad, induciendo negociaciones particulares y reforzando las circunstancias de aislamiento.

Las empresas recuperadas, como fenómeno en transición, representan un espacio organizacional contradictorio, son productoras de mercancías y necesariamente intercambian sus productos en el mercado, lo que tendrá como consecuencia la sujeción a las irracionalidades y oscilaciones que en éste se producen, la devaluación es un buen ejemplo de tales oscilaciones. Así, participan de la competencia cuyas reglas están definidas por las empresas privadas dominantes y su funcionamiento se halla determinado por las leyes de valorización del capital (VIEITEZ; DAL RI, 2001). En tal sentido, las restricciones que les plantea el sistema, genera sensibles recortes de autonomía y márgenes de libertad.

Movimientos sociales con mayor historia, como Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra o el Zapatismo, vertebran experiencias con definiciones ideológicas, políticas, económicas con un claro horizonte de transformación social. La imposibilidad de las empresas recuperadas de cristalizar y mantener un fuerte movimiento social que reduzca el aislamiento y genere mayor homogeneidad interna es también una debilidad manifiesta. Las divisiones internas, la ausencia de un mayor desarrollo político y la inexistencia de estrategias conjuntas son síntomas de tal fragilidad. La consolidación de un movimiento unificado y sólido contribuiría sensiblemente a recuperar mayores márgenes de autonomía con relación al sistema social.

Varios de estos factores, como la ausencia de dinámica política general, la recuperación económica y la falta de consolidación de un movimiento social envolvente que aporte coherencia interna, favorecen un escenario en el que ocupan lugares de privilegio los cuadros técnicos vinculados a los saberes de gestión.

Asimismo, estas experiencias mantienen potenciales críticos de un modelo de organización emergente, en sus prácticas cotidianas de construcción participativa y democrática de los trabajadores, en los procesos de toma de decisiones y en las luchas por continuar con la experiencia viva. En forma embrionaria y asistemática han sido importantes sus aportes en torno a las regulaciones laborales, en los criterios por distribuir los ingresos, en las rotaciones internas, en la recalificación de trabajadores, etcétera.

Seguramente, la incidencia del fenómeno de empresas recuperadas en la Argentina es muy acotada en términos económicos, el impacto es mínimo en la economía general, pero su huella, en términos políticos y simbólicos ha sido fundamental. La recuperación de empresas forma parte hoy de la memoria política de los trabajadores y de la *caja de herramientas* de sus estrategias de lucha contra el sistema. En síntesis, este es un fenómeno en tránsito, contradictorio y complejo con un futuro abierto y por ahora incierto.

Referencias

FAJN, G. (coord). *Fábricas y empresas recuperadas: protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación: Buenos Aires: Ediciones IMFC, 2003.

GORZ, A. Táctica y estrategia del control Obrero. *Pasado y Presente*. Buenos Aires, n. 2/3, jul./dic. 1973. Nueva Serie

MICHELS, R. *Los partidos políticos: un estudio de la sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna*. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.

PEREZ LEDESMA, M. Cuando lleguen los días de la cólera. Movimientos sociales teoría e historia. *Revista Zona Abierta*. Buenos Aires, n. 69. 1994.

ROSANVALLON, P. *La nueva cuestión social*. Buenos Aires: Manatíal, 1995.

SCHUSTER, F.; SCRIBANO, A. Propuesta social en la Argentina de 2001: entre la normalidad y la ruptura. *Revista Observatorio Social de Latino América*. Buenos Aires, CLACSO, sep. 2001.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP&A: Rio de Janeiro: Finep, 2001.

Trabalho associado e mudança social: uma leitura a partir das experiências do MST

Pedro Ivan CHRISTOFFOLI¹

Introdução

O presente texto foi elaborado com vistas a refletir acerca das possibilidades de constituição e desenvolvimento de iniciativas de trabalho associado, como parte do movimento da luta pelas mudanças sociais mais amplas na sociedade. Para tanto, buscamos elementos teóricos sobre o papel da cooperação na superação do modo capitalista de produção, com base nas reflexões desenvolvidas por Marx, e utilizamos elementos de análise elaborados por autores como Germer (2006). Ainda, referenciamos-nos nas experiências de cooperação desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Procuramos estabelecer como base desta reflexão as contradições que surgem no processo mesmo de constituição de experiências associativas nos assentamentos de reforma agrária influenciados pelo MST.

Neste texto procuramos responder em que medida as experiências de cooperação podem contribuir com o processo de transformação social. Para responder a isso, é necessário discutir de que mudança social, em que horizonte de tempo, e a que esfera de organização da vida produtiva e social estamos nos referimos. Portanto, trata-se de uma reflexão que assume

¹ Doutorando em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasil.

que o estágio atual de desenvolvimento da sociedade, das forças produtivas e das suas relações sociais não está dado e passará por mudanças estruturais, mais cedo ou mais tarde.

Portanto, referenciamo-nos na busca de mudanças sociais estruturais, que permitam construir a possibilidade de sociedades organizadas em bases humanistas e socialistas, com outro caráter e outra forma de organização social e produtiva. É nesse contexto que discutimos o papel do desenvolvimento de experiências associativas avançadas.

Cooperativismo e Mudança Social

As cooperativas como forma organizativa específica, surgem num determinado momento histórico, como elemento particular da resistência dos trabalhadores, nos primórdios do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra que foi o *locus* onde esse modo de produção inicialmente se desenvolveu de forma avassaladora. As formas de resistência dos trabalhadores ao avanço do capital foram de diversos tipos e, mesmo nisso, a organização de cooperativas foi marginal, não tendo sido o centro da luta de classes. As formas principais de organização foram os sindicatos operários e os partidos políticos.

No campo especificamente cooperativista, essa resistência foi feita por duas grandes linhas de organização, o que representou desde o início do movimento cooperativista um divisor de correntes políticas em seu interior. De um lado, pelas cooperativas de consumo, que aglutinavam os trabalhadores em vista de aquisição conjunta de produtos de consumo e, mais tarde, de insumos produtivos, no caso das cooperativas agrícolas. De outro lado, pelas cooperativas de produção ou fábricas cooperativas, que representaram a tentativa dos trabalhadores em assumir o controle de todo o processo de trabalho e da produção de mercadorias. Para Marx que foi contemporâneo a esse momento histórico, apenas as fábricas-cooperativas conseguiam enfrentar as contradições centrais existentes no processo capitalista, uma vez que demonstravam na prática, entre outros aspectos, que era possível prescindir dos capitalistas para poder organizar o processo produtivo e, portanto, o conjunto das relações sociais numa dada sociedade.

[...] fábricas-cooperativas [...] demonstraram que a *produção em grande escala e em consonância com o avanço da ciência moderna* pode ser realizada sem a existência de uma classe de *patrões* (masters) que utiliza o trabalho de uma classe de *'mãos'* (hands) [mãos, operários – NT]; que, para produzir frutos, os meios do trabalho não precisam ser monopolizados como meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que [...] o trabalho assalariado é apenas uma forma social transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado² (MARX apud GERMER, 2006, p. 6).

Nas fábricas-cooperativas, e também nas sociedades capitalistas por ações, a *gestão da produção separa-se da propriedade privada dos meios de produção*: as fábricas-cooperativas são administradas por gerentes indicados por proprietários coletivos e não individuais, mas ambas permanecem prisioneiras da lógica do capital, como capitalistas coletivos que são (GERMER, 2006).

O conceito de *capitalista coletivo* é central para esta discussão, visto que, do ponto de vista teórico, a constituição de cooperativas coletivas de produção, ao eliminar o capitalista individual e, eventualmente, o trabalho assalariado (todos os trabalhadores sendo sócios da cooperativa) não elimina a contradição central existente em nível de sociedade: a propriedade segue sendo privada, ainda que sob controle de um conjunto de indivíduos. Ou seja, a propriedade não é social em seu sentido amplo, de pertencer ao conjunto da classe trabalhadora, mas sim pertence a um pequeno coletivo, em contraposição a uma ampla maioria de trabalhadores despossuídos de qualquer propriedade sobre os meios de produção, o proletariado. O capitalista não é mais apenas individual, e sim há uma apropriação coletiva do controle sobre a propriedade dos meios de produção.

E aqui pouca diferença faz o fato de serem esses proprietários eles mesmos trabalhadores, já que as contradições empurram para uma possível contratação de trabalho assalariado como forma de compensar as flutuações

² Marx escreveu esse texto em 1864. Em escrito posterior (1866), Marx pronunciou-se de modo idêntico. “Reconhecemos o movimento cooperativista como uma das forças motrizes para a transformação da presente sociedade, que repousa sobre contradições de classe. O seu grande mérito reside em mostrar, na prática, que o sistema vigente de *subjugação do trabalho* ao capital, despótico e causador de miséria, pode ser substituído pelo sistema republicano e enriquecedor da *associação de produtores livres e iguais*” (MARX, 1991, grifos do autor). Deve-se notar que por movimento cooperativista, Marx entende o movimento das fábricas-cooperativas (GERMER, 2006).

na exigência de força de trabalho, ocasionado pelas variações de demanda de mercado. Essa contradição ressurgue em momentos de expansão das cooperativas nos quais se torna necessário o aumento do número de trabalhadores, quando a cooperativa se vê obrigada a contratar trabalhadores assalariados, inicialmente em caráter temporário, que se converte gradualmente em permanente e, portanto, já assumindo característica de elemento necessário, imprescindível à reprodução da unidade produtiva cooperativa.

Essa situação reforça a dinâmica capitalista, ainda que não de forma absoluta.

Na medida que a forma jurídica capitalista da propriedade subordina de modo determinante todas as formas divergentes dela, as formas coletivas só podem desenvolver as suas potencialidades depois que a forma privada individual tenha sido abolida, o que só pode ocorrer, no entanto, no contexto de uma mudança social global do modo de produção. O cerne do modo de produção reside no caráter de classe do poder de Estado, cujo componente essencial é a forma jurídica da propriedade. A defesa e garantia desta é a função central do Estado nas sociedades divididas em classes. (GERMER, 2006, p. 8, grifo do autor)

Consequentemente, para que estas mudanças se materializem é necessário que a forma jurídica vigente da propriedade privada seja abolida. No entanto, ela é assegurada pelos instrumentos de força sociais, ideológicos e militares concentrados no Estado, ou seja, é a natureza do poder de Estado que é decisivo e que necessita ser alterado como pré-condição da instituição do novo modo de produção (GERMER, 2006). Esse é um argumento central para demonstrar o equívoco teórico e prático em se pautar as transformações sociais a partir do foco central na organização de experiências no campo econômico e social como o são as cooperativas.

[...] o sistema cooperativista, limitado às formas elementares [no original *zwerghafter*: nanicas] que os escravos assalariados podem desenvolver através dos seus esforços privados, jamais transformará a sociedade capitalista. Para converter a produção social em um sistema abrangente e harmonioso de trabalho livre e cooperativo, são necessárias mudanças sociais gerais, mudanças nas condições gerais da sociedade, que só poderão ser realizadas através da transferência do poder organizado da sociedade, isto é, do poder de Estado, das mãos dos capitalistas e proprietários de terras aos próprios produtores (MARX apud GERMER, 2006, p. 9).

Portanto, ao se ter o socialismo como objetivo e horizonte estratégicos, impõem-se como medida central a abolição da propriedade privada dos meios de produção e a instituição da propriedade coletiva como condições, o que pressuporia a necessidade da conquista do poder de Estado como pré-condição essencial para o desenvolvimento pleno dessas novas relações sociais.

No entanto, e aí está outro nível de desafio, ao qual se dedica o presente texto, diz respeito ao possível papel das experiências de trabalho associado nos processos de transformação social.

O associativismo nos assentamentos de reforma agrária

O processo de trabalho nos assentamentos de reforma agrária se dá basicamente através da forma histórica de *produção simples de mercadorias*, ou seja, são trabalhadores rurais que produzem prioritariamente para consumo da unidade familiar e que usualmente vendem o excedente produzido³.

Em geral, trata-se de unidades produtivas que não conseguem gerar excedente em escala apreciável, que não conseguem apropriar-se da renda da terra, perdida para o capitalismo comercial, especialmente para atravessadores, ou para o sistema financeiro (financiamentos bancários), que obtém baixa produtividade do trabalho, e que têm sérias dificuldades em se manter, sem ter de recorrer a rendas externas, sejam elas oriundas do Estado, seja do assalariamento temporário ou permanente⁴ de um ou vários membros do grupo familiar.

³ Seja porque de fato houve produção excedente em relação ao consumo, ou seja, através de subconsumo forçado, em vista do enfrentamento do empobrecimento e a perda da viabilidade da unidade produtiva frente ao capitalismo. Nesse caso, o agricultor se vê face à necessidade de restringir o consumo, em vista de assegurar a reprodução familiar por outros meios, dentre os quais o assalariamento temporário.

⁴A renda oriunda fora do estabelecimento produtivo desse segmento de trabalhadores rurais assentados é estimada, em diversos estudos, em 1/3 da renda total obtida pelos mesmos. Diversos autores enxergam nesse processo um conjunto de estratégias autônomas adotadas pelos produtores. No entanto, há vários indicadores demonstrando a insuficiência da renda obtida com o trabalho agrícola dentro da unidade familiar, como uma condição presente nessas supostas *estratégias*. Preferimos adotar a tese de que o campesinato, frente ao avanço das condições capitalistas de produção e de sua progressiva inviabilização como produtor autônomo, ao se perceber em processo de proletarização, se obriga a vender sua força de trabalho no mercado rural ou urbano, ou no mercado de trabalho unificado, como é o caso dos bóias-frias, e da migração atual dos assentados maranhenses para o corte da cana no centro-sul do Brasil.

Frente a isso, os trabalhadores rurais assentados buscam se organizar em uma diversidade de formas associativas, dentre as quais se destacam as cooperativas e as associações. Além destas, tem-se uma importante diversidade de formas: núcleos de base de famílias; grupos informais de cooperação; associações; condomínios de produção e/ou serviços (suínos, máquinas, armazenagem, leite); grupos coletivos; cooperativas de comercialização; cooperativas de produção coletiva (CPAs); cooperativas de trabalho; cooperativas de crédito.

As associações são geralmente organizações que visam à representação política e, no máximo, à aquisição ou venda de produtos em comum, pois há restrições legais à operação de atividades econômicas através das associações, ou seja, inserem-se na mesma corrente do cooperativismo de consumo.

Os grupos coletivos e as CPAs são formas associativas que buscam organizar a produção de forma coletiva, reestruturando os lotes individuais de modo a que a produção seja organizada, decidida e realizada coletivamente, como se fosse uma empresa única.

Entretanto, esse tipo de organização mal alcança 5% do total de famílias assentadas, mostrando que, ainda que o processo de reforma agrária objetivamente provoque reestruturação fundiária, não consegue atuar massivamente ao nível da consciência organizativa das famílias. As famílias buscam reproduzir nas áreas de assentamento a mesma estrutura produtiva dominante, baseada na pequena unidade de produção familiar, que está claramente fragilizada frente à concorrência com as grandes unidades produtivas empresariais (MORAIS, 1986).

Essas diversas formas de cooperação se reúnem em nível dos estados, numa organização coletiva de direção, na forma de cooperativas Centrais Estaduais de Reforma Agrária (CCAs) e em nível nacional na Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab). No MST as áreas de assentamento e suas organizações são agrupadas pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente.

Princípios da cooperação no MST

No decorrer da história da construção do MST, houve em vários momentos a busca de estabelecimento de um conjunto de orientações e princípios organizadores das experiências de cooperação. Elencamos a seguir alguns deles.

- A cooperação é vista como um elemento a mais na luta para transformação da realidade social, da existência social das pessoas, portanto, não vista como iniciativa puramente econômica. Tampouco é vista como elemento central no processo de transformação, ou seja, como elemento central para uma transição pacífica entre os modos de produção capitalista e socialista. A cooperação é empregada como elemento auxiliar, como apoiador do processo de organização social e política de classe. Como elemento que pode e deve apoiar a dinamização da luta de classes no interior da sociedade capitalista.
- A cooperação, portanto, não pode somente visar o econômico, deve levar em conta aspectos sociais e políticos. Na dimensão política representa a demonstração material para a classe trabalhadora de que é possível organizar mesmo processos complexos de produção e do funcionamento da sociedade sem que sejam necessários os capitalistas e seus instrumentos de opressão.
- Respeito à voluntariedade combinado com a indução ativa a processos de cooperação. A participação nas atividades de cooperação deve ser voluntária. Ninguém deve ser forçado a entrar ou permanecer na cooperação. No entanto isso não significa que se adote postura passiva. Adota-se o critério de que a necessidade comanda a vontade. Ou seja, mais do que a vontade de cooperar, deve-se buscar aspectos objetivos que configurem necessidades sentidas pelas famílias. Ao identificar e iniciar a organização dos trabalhadores a partir de suas necessidades concretas, as chances dessa organização avançar são muito maiores, pois respondem a anseios e a problemas reais. Também se busca realizar um convencimento teórico e prático sobre as vantagens do trabalho cooperativado, através de ações de formação, intercâmbios, visitas técnicas, etc.

- A cooperação, para o MST, deve ser desenvolvida sob as mais diversas formas, sem priorizar necessariamente a forma cooperativa. O importante é cooperar e não a forma como essa cooperação vai se dar. Mas, deve-se ter clara a necessidade de se ir avançando das formas mais simples para formas mais complexas de cooperação. Nesse ponto também é importante conciliar a proposta organizativa com os níveis de consciência organizativa do grupo social envolvido (MORAIS, 1986);
- Indução e democracia. Há alguns limites para as experiências. Até que ponto é possível forçar a indução à cooperação, na medida em que isso resulta em perda na qualidade de participação dos associados, de restrição real da democracia interna.

A cooperação nos assentamentos deve observar ainda três grupos de objetivos:

Objetivos Políticos - Manter os trabalhadores organizados, liberar quadros para a organização e para a luta em geral, ser um ensaio real e pedagógico para as massas de como pode se organizar uma sociedade mais solidária e sem patrões e, por último, ser uma demonstração prática de que os trabalhadores têm capacidade de construir essa nova sociedade.

Objetivos Sociais - Trazer melhorias imediatas e concretas para a massa assentada nas áreas de educação, saúde, moradia, alimentação, cultura e lazer.

Objetivos Econômicos: Conquistar avanços sociais e econômicos através da produção organizada. Melhorar a capacidade de resistência e de enfrentamento econômico das unidades produtivas cooperadas.

O MST/SCA tem assumido a hipótese de que uma produção organizada e planejada, com especialização e divisão técnica do trabalho, incorporação de tecnologias de maior produtividade e que respeite o meio ambiente pode trazer de fato melhorias significativas ou ao menos evitar a destruição das unidades produtivas associadas dos agricultores assentados. Mas que, em essência, deve existir uma combinação dinâmica entre organização econômica e luta política de classes.

Relação entre as iniciativas de cooperação e a organização política do movimento social

Em relação aos limites e possibilidades da economia solidária e do cooperativismo no processo de transformação social, temos que tomar em conta os seguintes elementos (CHRISTOFFOLI, 2006).

1. As iniciativas de economia popular e solidária não se constituem num fim em si mesmo. São alternativas populares ao desemprego e à exclusão social, mas não se esgotam nesse papel econômico.
2. Em geral, elas são originadas em períodos de crise nas sociedades capitalistas periféricas e da piora das condições de vida da classe trabalhadora. Mas, também, podem estar sendo gestadas a partir de uma crise de projeto político da esquerda tradicional e popular, o que seria um equívoco histórico.
3. Isso implica num risco. Historicamente nos períodos de crise social há ascensão de experiências da economia social, popular ou agora solidária. O primeiro momento da ascensão do capitalismo resultou no surgimento das experiências cooperativistas, que até hoje se constituem em importante ferramenta de organização e luta dos trabalhadores. Contudo, nos períodos de ascensão econômica da economia capitalista há um evidente refluxo nas experiências alternativas ao sistema, seja pela sua inviabilização econômica, seja ao contrário, pelo seu sucesso, isto é, empresas sociais bem sucedidas que ao se expandirem se convertem em capitalistas coletivos.
4. Portanto, essas experiências surgem nos momentos de debilidade do capitalismo, como fruto de sua crise, e deveriam ter clareza de seu papel para contribuir na superação desse modo de produção. No entanto, ou elas naufragam nas vagas da competição mercantil capitalista, ou nas vagas ideológicas que fervilham de contradições o interior do corpo de associados, difundindo a ideologia capitalista como forma hegemônica de pensamento e organização social.
5. As cooperativas ou empresas da economia popular e solidária não conseguiram derrotar o capitalismo desde dentro, desde uma perspectiva de criar uma economia alternativa, como era a idéia dos socialistas utópicos. Essa é uma lição que a história nos traz e que devemos ter em mente quando atuamos na economia popular e solidária.

6. As iniciativas de economia solidária devem ser ferramentas de organização e luta dos trabalhadores e não devem voltar-se apenas para a economia. Esse seria seu maior equívoco e é o ideal para o sistema, que cria as crises e joga os custos para os trabalhadores pagarem.
7. A economia solidária deve, portanto e necessariamente, se vincular ao movimento de trabalhadores mais amplo, sindicatos, movimentos, partidos de classe, etc. Não pode se isolar como iniciativa apenas de cooperação econômica.
8. Isso implica também que parte dos resultados econômicos da cooperação deveria ser direcionados: a) para apoiar a luta dos trabalhadores; b) para trazer melhorias ao entorno social da experiência; c) para fomentar a luta ideológica no conjunto da sociedade.

Na compreensão do MST, a organização econômica **deve estar ligada aos objetivos estratégicos do movimento social**. Não caberia nessa ótica, uma experiência de iniciativa puramente econômica, descolada dos objetivos sociais e políticos. Isso porque se analisa que a sociedade em que vivemos, a sociedade capitalista, é intrinsecamente injusta, exploradora e opressora das classes subalternas, em especial no mundo do trabalho, com proletários do campo e cidade, camponeses, etc., mas não só nele, pois há opressões de gênero, raça, etnias, etc. Essa sociedade apresenta contradições insolúveis em si mesma, contradições que se movem a partir das disputas e lutas de interesse entre as diferentes classes sociais.

Portanto, iniciativas que não se articulem com projetos estratégicos de luta de classes, de disputas de hegemonia na sociedade, tendem a se inserir subordinadamente no projeto das classes dominantes, uma vez que não enfrentam as contradições centrais⁵ da esfera capitalista da sociedade.

Mas, essa opção classista das organizações econômicas que servem aos interesses dos trabalhadores não é tão fácil ou simples de ser exercida na vida real, no dia a dia das relações econômicas de sobrevivência das empresas sociais, submetidas como são à dinâmica concorrencial, na maioria das vezes em condições desvantajosas perante as firmas capitalistas.

⁵ As contradições centrais se localizam na esfera da luta capital-trabalho. As disputas que ocorrem no campo econômico entre as empresas sociais (cooperativas, etc.) e as empresas capitalistas, mais bem se inserem em disputas relativas a mercados, custos, produtividade do trabalho, enfim, se referem às disputas intercapitalistas.

O desafio de organizar cooperativas coletivas nos assentamentos de reforma agrária

Uma questão central para a economia cooperativista ou solidária, numa perspectiva de enfrentamento da exploração de classes, reside em como combinar ações massivas (lutas sociais) e ações econômicas (não apenas de grupos, e sim também massivas,) sob pena de criarmos *ilhas de prosperidade* em meio ao mar de pobreza e degradação.

A organização de cooperativas coletivas seria uma forma necessária de enfrentamento com o capital, sendo, no entanto, limitada em seus efeitos sobre o conjunto das famílias assentadas e mais ainda ao conjunto da classe trabalhadora. No entanto, são justamente essas experiências que possibilitam tornar aparente a contradição central contida nas formas capitalistas de produção, onde o trabalho é social, mas a apropriação dos resultados é realizada de forma privada pelos capitalistas.

Contudo, as experiências de cooperação coletiva, similares às fábricas cooperativas citadas por Marx (1991), desenvolvidas pelo MST carregam em si, como não poderia deixar de acontecer, contradições inerentes à sua inserção, enquanto unidade produtiva coletiva, no mercado capitalista. Para entender algumas dessas contradições é necessário, primeiro, situar a questão da competição capitalista e as empresas sociais coletivas.

Numa economia capitalista de plena liberdade para as forças do mercado, vige nas relações de troca de mercadorias a Lei do Valor. Essa lei, de acordo com Marx (1991), terá vigor permanente enquanto durar o capitalismo⁶, ou ao menos enquanto o desenvolvimento das sociedades humanas não conseguir prescindir do trabalho vivo para a produção de mercadorias. Em tese, no comunismo, em vista do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, a necessidade do trabalho humano se reduziria enormemente e deixaria de se constituir numa

⁶ Nesse ponto reside uma polêmica. Há correntes que entendem que com a implantação do socialismo revoga-se imediatamente a lei do valor, porque se elimina a exploração do homem sobre o homem. Outra posição entende que a lei do valor é inerente à economia mercantil, e que, portanto, numa economia socialista, que continuaria sendo economia mercantil, a lei do valor persistirá em vigência. É uma lei econômica que persistirá enquanto o trabalho humano vivo for empregado na produção de mercadorias. O efeito prático dessa discussão está no espaço que cabe ao mercado dentro de uma economia socialista.

obrigatoriedade a fim de assegurar a sobrevivência biológica. Converter-se-ia, então, em uma necessidade de desenvolvimento individual e cultural, tendo em vista que a simples sobrevivência já estaria assegurada. Nesse momento estaria revogada a lei do valor, ou seja, haveria máquinas que produziram o básico, sem a necessidade de intervenção (com uma intervenção residual) do trabalho humano.

O valor de troca de uma determinada mercadoria reflete o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção num determinado momento histórico, ou seja, o tempo médio ponderado gasto por todos os produtores daquela determinada mercadoria que têm acesso ao mercado num momento histórico determinado. Por isso, o valor de troca das mercadorias muda constantemente ao longo do tempo e tende normalmente a diminuir em função de constantes evoluções tecnológicas, de processo, isto é, pelo aumento continuado da produtividade do trabalho, através de sua reorganização e especialização.

De acordo com Marx (1991), o preço das mercadorias gira em torno do seu valor. Com isso há uma competição intercapitalista a respeito do custo de produção praticado num dado momento, ou seja, acerca do tempo necessário para produzir as mercadorias nas condições históricas dadas daquela sociedade.

O grupo de produtores que tem seus custos abaixo do preço médio de mercado consegue lucrar e acumular capital em função de sua maior eficiência. E esse capital é reinvestido na produção, na aquisição de novas máquinas mais modernas e eficientes e na construção de novas fábricas ou aquisição/desenvolvimento de tecnologias mais avançadas e mais produtivas que as anteriormente utilizadas.

Já o grupo de produtores que tem seus custos acima do preço médio de mercado, se não conseguir aumentar rapidamente sua produtividade e eficiência, tende a ser deslocado do mercado devido à inviabilidade de custos.

Se um produtor (capitalista ou não), ficar para trás, se não conseguir aumentar a produtividade de seu trabalho ao mesmo ritmo que os demais, seus custos de produção serão mais elevados, ganhará menos, porque só pode vender ao preço que gira em torno ao valor de troca; até que chegue o dia em que não ganhará nada, vendo-se obrigado a fechar seu negócio

(seja ele um boteco ou uma fábrica).⁷

O produtor que tiver uma produção ineficiente, com custos acima do socialmente estabelecido, tende a desaparecer do mercado. A concorrência intercapitalista gera, portanto, uma corrida permanente pela evolução tecnológica e pela busca de eficiência que aumenta a produtividade do trabalho, do que resulta na constante redução no volume de trabalho vivo⁸ necessário para produzir uma unidade de mercadoria.

As empresas associativas totalmente coletivas, nos moldes desenvolvidos nos assentamentos, usualmente são constituídas pelo agrupamento de várias famílias convencidas e induzidas ao trabalho associado. Não são empresas constituídas com base em critérios capitalistas de lucro e eficiência produtiva. Além disso, devido à dinâmica em que se dá o processo de constituição dos assentamentos e as formas de motivação que o MST tem historicamente utilizado para estimular a cooperação agrícola, é dada maior relevância ao processo organizativo em si do que à possível viabilidade econômica da empresa social em si. Para que essa segunda vertente se consolidasse, seria necessário estabelecer primeiro uma análise de viabilidade do negócio, o que indicaria um tamanho ótimo de empresa, face às determinantes da concorrência mercantil.

Dessa forma, o processo consiste dos seguintes passos. Primeiro, busca-se convencer o maior número possível de pessoas (famílias) a ingressarem no coletivo, utilizando-se muitas vezes de argumentos contraditórios em relação, por exemplo, à necessidade objetiva de elevação constante da produtividade do trabalho. Após o coletivo iniciar seu funcionamento é que se consolidam as discussões a respeito de normas de trabalho, planejamento econômico, regimento interno, etc., o que pode conduzir a algumas defecções iniciais no grupo.

Após certo tempo de início do coletivo, eventualmente alguns anos

⁷Adaptado de Marta Harnecker em *Os conceitos elementais do materialismo histórico*, 1973.

⁸Trabalho vivo corresponde ao tempo de trabalho humano diretamente empregado em determinado processo produtivo para produção de uma mercadoria. Diferencia-se do trabalho morto, que é aquele trabalho humano que já foi incorporado quando da produção das matérias primas, máquinas e equipamentos utilizados durante o processo de produção da referida mercadoria. O trabalho vivo é consumido por ocasião em que é utilizado e incorpora-se como trabalho morto nessa nova mercadoria produzida.

para alguns dos grupos, se percebe que muitas dessas organizações não têm viabilidade pela forma como estão estruturadas, seja pelas debilidades estruturais do grupo ou do ramo de atividade econômica escolhido. Contudo, nesse ponto, tentar fazer mudanças profundas no tom e no estilo do coletivo costuma ser muito difícil e, em grande parte das vezes, se constitui num processo doloroso que conduz a novas defecções de associados.

Um problema comumente identificado reside em que grande parcela dos associados não tem trabalho produtivo real, ou seja, não existem postos de trabalho em quantidade suficiente no coletivo, para absorver a *população economicamente ativa* do grupo. Com isso, a produtividade geral do trabalho coletivo nesse estágio é baixíssima e os custos de produção e, especialmente, de manutenção dos sócios⁹, muito elevados, compromete a viabilização econômica da empresa. Sem resultados econômicos positivos há um desestímulo dos sócios em relação ao coletivo, o que pode baixar ainda mais o empenho no trabalho. E, como as famílias precisam se manter, o pouco de sobras que forem obtidas tem de ser dividido, restando pouco para reinvestir na produção, gerando assim um círculo vicioso.

Essa situação tende a durar por algum período, até que o coletivo se dê conta do problema e consiga implementar linhas de produção que absorvam parte ou a totalidade da mão de obra ociosa.

Numa análise econômica profunda, seria necessária uma reestruturação que resultaria em flexibilização das formas de funcionamento do coletivo em direção a formas semi-coletivas¹⁰, e à redução do quadro de associados vinculados diretamente à produção coletiva, desde o momento

⁹ Os primeiros coletivos criados nos assentamentos buscaram criar condições dignas de vida para as famílias associadas logo nos primeiros momentos do coletivo sem, no entanto, terem criado as condições objetivas para isso. Em muitos casos, criaram-se refeitórios coletivos para melhorar o padrão da alimentação e liberar força de trabalho. Em outros casos, o coletivo era instado a suprir deficiências do Estado através do fornecimento de medicamentos e auxílio social. Aos poucos foi se percebendo a inviabilidade deste *Mini-Estado de bem estar social* e se regrediu a formas mais duras e reais de condução dos apoios sociais dos coletivos às famílias associadas.

¹⁰ As formas semi-coletivas, ainda que instáveis – com base na experiência histórica do MST – poderiam contemplar dois elementos de interesse nesse caso. De um lado, a cooperativa coletiva absorveria apenas e tão somente a força de trabalho necessária com base em critérios de economicidade, evitando assim sua inviabilização ou o retardamento de seu desenvolvimento devido aos custos de manutenção da força de trabalho ociosa. De outro, seria aproveitada a capacidade de iniciativa presente nos grupos sociais camponeses para absorver de forma privada (familiar) a força de trabalho excedente, desonerando o coletivo dos custos de manutenção de

inicial dos coletivos, devido a que a grande maioria dos sócios não tem trabalho coletivo estruturado suficiente para absorvê-los.

Por outro lado, esse *excesso* de força de trabalho vai criando um tom negativo no coletivo, um estilo de indolência, morosidade e baixíssima produtividade frente ao ritmo e intensidade do trabalho. Não há uma exigência objetiva para apertar o ritmo do trabalho, devido ao fato de que não há linhas de produção que absorvam a força de trabalho. A pressão objetiva dos critérios de produtividade vigente no mercado se reflete de forma marginal na maioria dos casos. Disso deriva a subutilização da força de trabalho que acaba reforçando comportamentos ideológicos próximos do lumpesinato, no sentido empregado por Moraes (1986). Nesses casos costumam surgir problemas pontuais como pessoas acumularem horas de trabalho sem que resulte em maior produção¹¹ ou em melhorias concretas do nível de vida das pessoas do coletivo.

Outro aspecto importante, no que toca à alavancagem do desenvolvimento econômico das cooperativas coletivas, está no processo de definição da distribuição das sobras do final do exercício. Devido aos níveis de pobreza e extrema necessidade por que passam as famílias, além de terem que dividir a produção com um número elevado de pessoas, do ponto de vista econômico, ao terem que optar entre o acúmulo de capital ou de consumo das famílias, a tendência óbvia e quase que obrigatória é a opção pela segunda.

Já a empresa capitalista tende a se preocupar apenas marginalmente com a situação social dos trabalhadores, uma vez que assegura um mínimo necessário para não ocasionar revolta social, greves ou descontentamento que possam ocasionar perda de produtividade e redução na apropriação da

parte dos membros dos grupos familiares ligados à cooperativa coletiva. Obviamente esse formato deveria ser transitório, na medida em que a expansão dos postos de trabalho coletivos absorveria gradualmente essa força de trabalho excedente e sub-remunerada nas unidades produtivas familiares.

¹¹ Em geral os coletivos utilizam critérios de distribuição dos excedentes ou do retorno monetário aos associados com base no número de horas trabalhadas individualmente. Ora, isso permite que haja um descasamento entre a necessidade real (ou a produtividade real do trabalho) e o número de horas acumuladas, registradas pelos trabalhadores. Ou seja, um número maior de horas pode ter sido acumulado sem que isso resulte em aumento da riqueza real do grupo social.

mais-valia. A mais-valia acumulada pelo capitalista é em parte reinvestida na produção, ampliando a capacidade produtiva. Quanto ao número de empregados, ele se molda de acordo com os níveis de demanda do mercado. Se há expansão, contrata mais trabalhadores, se há recessão ou queda de vendas, demite trabalhadores e enxuga a empresa.

Outra contradição diz respeito à expectativa de que os grupos sociais envolvidos em processos coletivos de produção consigam evoluir mais rapidamente em direção à formação de consciência crítica, no sentido empregado por Paulo Freire (1980), ou organizativa (MORAIS, 1986). A conformação de novas relações sociais de fato se dá nesses grupos ainda que, em si ou por si só, são insuficientes para gerar novos patamares de construção do que seriam alternativas solidárias.

Como a evolução tende a se dar com base nas contradições que surgem do próprio processo, os coletivos e dentro deles os indivíduos se obrigam a evoluir quando são colocados *frente ao espelho*. Esse espelho pode ser a crítica e a autocrítica dos companheiros de caminhada, ou dos aliados externos ao grupo, ou mesmo partir dos conflitos que emergem dos processos internos de decisão, de trabalho, dos efeitos da competição econômica, etc. Muitos desses processos se dão de forma enviesada e não estão sendo percebidos.

Por outro lado, a co-existência entre princípios mais bem próximos do socialismo no âmbito interno das organizações, mais presente nos períodos iniciais, e o enfrentamento das pressões concorrenciais de caráter intercapitalista no mercado, conduzem a um recolhimento, a um *internismo* dos membros em vista da sobrevivência econômica da experiência sócio-econômica do coletivo. Essa tendência se manifesta mais fortemente nos períodos de crise econômica ou política, pois em vários desses grupos foi determinado em assembleias internas que membros liberados para trabalho voluntário junto a movimentos sociais retornassem ao coletivo, sendo muitas vezes vistos como *salvadores da pátria*. O MST enfrenta essas questões com formação e discussões acerca da relevância política do trabalho desempenhado por estes militantes e pela necessária contribuição que as cooperativas coletivas devem dar à reforma agrária.

No entanto, apesar do longo tempo de existência das experiências

coletivas mais antigas, falta uma análise mais aprofundada que identifique a evolução das estruturas ideológicas do grupo social, o que aponta para interessantes questões de pesquisa na área da psicologia social.

Por último, temos a questão da repressão estatal às experiências de cooperação alternativa que buscam apoiar transformações sociais. Nos últimos anos, organizações associativas ligadas aos agricultores assentados sofreram diversas perseguições que vão desde exigências descabidas e ideológicas quanto à forma de organização dos assentamentos (se coletivo ou individual), passando por restrições ilegais ao registro de cooperativas da reforma agrária, até a perseguição policial militar e institucional, como foi o caso da CPMI da Terra, em 2006, e a perseguição às cooperativas no período do governo de Fernando Henrique Cardoso.

A formação político-ideológica articulada com a capacitação técnica e de gestão

Os diversos elementos anteriormente discutidos remetem para uma questão crucial na sobrevivência de experiências associativas de tipo socialista, ou que apontem em sua dinâmica interna apoio à luta para a superação do modo capitalista de produção: a necessidade de formação político-ideológica dos associados.

Por outro lado, as exigências do processo de competição intercapitalista no mercado também levam a que essa formação tenha componentes integrados de preparação técnica, de modo a que as organizações cooperadas de trabalhadores possam fazer frente às exigências de mercado, ao passo que lutam pela sua superação. Nesse necessariamente duplo sentido da formação dos trabalhadores da economia cooperada, elencamos alguns pontos básicos, mesmo sem ter condições de, nos limites deste artigo, buscar aprofundar a discussão.

- Necessidade de formação técnica. O papel da escolarização e da capacitação técnica na construção de novos sujeitos sociais. Formação como dimensão integral do ser humano
- Formação em gestão. Desafio de se apropriar coletivamente de ferramentas que contribuam fundamentalmente para a sobrevivência das experiências sociais alternativas, com geração de excedentes

econômicos.

- Contradição entre desenvolvimento econômico, assunção gradual da ideologia capitalista, e os objetivos socialistas iniciais. Ou, um desvio esquerdista? Destruir a experiência econômica em vista de construir um mini-Estado ou certo purismo da experiência? Como balizar isso? A formação deve discutir essa questão e preparar os militantes para identificar os equívocos e desvios de rota.
- Unidade e Disciplina, vigilância, crítica e reunião, formação ideológica e mecanismos *empresariais*, uso de métodos de capacitação massiva na organização de empresas sociais (MORAIS, 1986).
- Resgate do planejamento e de princípios socialistas de distribuição dos resultados como ferramentas básicas de gestão.

Conclusão

A experiência histórica da América Latina mostra os limites das iniciativas puramente econômicas. Não temos conseguido avançar nas experiências reais além de um limite consentido pelas elites e pelas classes dominantes. E, enfrentamos momentos de repressão, de descaracterização (traição, cooptação) ou de destruição econômica pura e simplesmente. Isso nos obriga a repensar a relação Estado – partidos – experiências da economia popular e solidária.

Os Estados latino-americanos sempre jogaram um forte papel para promover um tipo de capitalismo rentista, dependente e subalterno ao capital internacional colonial, imperial ou das potências hegemônicas atuais.

Agora é o momento de discutirmos a construção de políticas públicas alternativas para o setor social e cooperativo, numa disputa de espaços que se por si só não assegura a sobrevivência e ampliação dos espaços vitais da economia solidária, ao menos confere peso na disputa ideológica com os segmentos capitalistas dominantes.

Por outro lado, o Estado sempre procura cooptar, dirigir e desmantelar as organizações dos trabalhadores; procura negar sua autonomia, procura ditar ritmos e direção. Como enfrentar isso? Apostando forte na autonomia dos movimentos sociais e seus braços econômicos em

relação a estados ou partidos, mas não significando isso um afrouxamento estratégico. A referência socialista deve continuar sendo uma bandeira fundamental para o movimento da economia solidária.

Referências

CHRISTOFFOLI, P. I. *O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades*. 2000. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

CHRISTOFFOLI, P. I. *A formação política na economia solidária*. Curitiba, 2006. (digitalizado)

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (O Mundo de Hoje, 21).

GERMER, C. A “economia solidária”: uma crítica marxista. *Revista do Instituto de Estudos Socialistas*. São Paulo, n. 14, p 193-214, out. 2006.

HARNECKER, M. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. [S. L.: s.e.], 1973.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

MORAIS, C. S. *Elementos sobre a teoria da organização no campo*. São Paulo: MST, 1986.

SOBRADO, M. *Apogeu e decadência dos artesãos*. Porto Velho: Edufro, 2002.

Cadeias produtivas em assentamentos de reforma agrária

Farid EID¹

Andréa Eloísa Bueno PIMENTEL²

Maico Roris SEVERINO³

Caio Luis CHIARIELLO⁴

Introdução

Estudos sobre cadeias produtivas na agricultura brasileira, em geral, estão relacionados a poucas commodities tais como soja, café, açúcar e álcool, laranja e carne bovina. Discute-se cada vez mais a relevância da coordenação desses grandes sistemas agroalimentares e soluções para redução dos custos de transação entre os agentes das cadeias.

¹ Professor Associado do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, Brasil. Coordenador do Grupo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária (GEPES).

² Professora substituta da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil. Pesquisadora do Grupo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária.

³ Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil. Pesquisador do Grupo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária.

⁴ Mestrando em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos, bolsista Capes, Brasil. Pesquisador do Grupo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária.

Tal estrutura decorre do modelo de crescimento econômico imposto ao país, nos anos de 1960-70, cujo sistema creditício e os demais instrumentos de política agrícola foram direcionados para tais culturas produzidas, predominantemente, por grandes propriedades localizadas nas regiões sul e sudeste do Brasil. Este processo de transferência de recursos públicos, caracterizando e reforçando uma economia de renda (EID, 1994) intensificou a concentração de terras, de renda e de poder nas mãos de grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Todavia, o maior controle na aplicação dos recursos públicos nos anos de 1980 e 1990 fez com que, por um lado, os empreendimentos agrícolas procurassem novas ferramentas de gestão visando reduzir custos e ganhar competitividade, sinalizando uma passagem gradual de uma economia de renda para uma economia de risco característica da economia capitalista (EID, 1994). Como conseqüência, verifica-se na atualidade intensiva adoção de novas tecnologias e mudanças organizacionais que elevam a produtividade do trabalho, da lavoura e melhoram a qualidade dos produtos.

Ao mesmo tempo, a indústria fornecedora de insumos, exercendo forte papel estratégico dentro dos sistemas agroindustriais, passou a oferecer não apenas fertilizantes, defensivos, sementes, rações, produtos veterinários, dentre outros, mas também um conjunto de atividades de prestação de serviços como crédito, comercialização, gestão de risco, etc. O mesmo passou a ser feito por diversas indústrias agroalimentares. Para estes produtores rurais, tal junção de serviços pode trazer benefícios como ganho tecnológico, redução de custos e aumento da produtividade. Porém, em muitos casos, leva a reprodução das relações históricas de dependência e subordinação do trabalhador.

Dentro desse contexto, tais mudanças foram responsáveis por superávits históricos na balança comercial brasileira, colocando o país como grande exportador de commodities na atualidade. Destarte, a opção de crescimento econômico feito nos anos de 1960 fez acelerar a expulsão de milhares de trabalhadores no campo. Isso ocasionou e ainda acarreta graves conflitos pela posse de terras, com ênfase para os anos de 1990, quando se intensificaram as ações dos movimentos sociais do campo, com destaque ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST.

Carvalho (2002) analisa que a valorização da vida, a proteção à saúde

e ao meio ambiente, a luta contra o capital monopolista e pela alteração do modelo econômico vigente, devem ser valores utilizados para a construção de comunidades de resistência e superação. Tais valores também podem ser utilizados para distinguir a natureza da oferta dos produtos da pequena agricultura familiar, em comparação aos ofertados pelas propriedades capitalistas, que produzem com custos mais baixos. Como afirma Eid (2002), é imperativo fazer o contraponto com o pensamento liberal que traduz a viabilidade somente do ponto de vista econômico-financeiro, através da relação custo/benefício.

Portanto, inserir-se no mercado parece ser inevitável para a viabilização da produção, escoamento e comercialização advinda da reforma agrária seja ela coletiva ou individual. Todavia, a construção da viabilidade deve trabalhar com o planejamento da demanda e passa pela articulação com os movimentos sociais (EID, 2002).

De fato, através da pesquisa teórica e de campo em alguns estados da Região Sul do Brasil verificamos ser possível organizar pequenas cadeias produtivas agropecuárias no interior de assentamentos de reforma agrária nos elos estratégicos da produção de matéria-prima, beneficiamento e industrialização, armazenagem, transporte e comercialização direta destes, sob controle de famílias cooperadas do MST. Este trabalho tem por objetivo analisar a importância e o funcionamento de cadeias produtivas solidárias e a contribuição destas para a gestão democrática dos empreendimentos e melhoria na qualidade de vidas das famílias assentadas.

1. Cooperação no MST

No início do século XXI, o MST atua em vinte e quatro estados brasileiros, organizando cerca de 1,5 milhões de pessoas, com mais de 350 mil famílias assentadas e aproximadamente 100 mil vivendo em acampamentos. Esta organização encontra-se estruturada em setores. O Setor de Educação desenvolve pedagogia própria para escolas do campo em cerca de 1500 escolas públicas de assentamentos, com cerca de 150 mil crianças e 3500 professores pagos pela rede municipal e estadual. Ainda, aproximadamente 25 mil jovens estão sendo alfabetizados e várias universidades brasileiras formaram parcerias para contribuir na formação de professores, engenheiros, advogados e administradores, entre outras

profissões, visando à melhoria na formação e qualificação dos assentados. Quanto ao Setor de Comunicação, coordena as atividades do Jornal Sem Terra e acompanha a formação de repórteres populares, programas de rádio e rádio comunitária em assentamentos, divulgação de informações, notícias na página da Internet e via e-mail para diversas organizações e grupos de apoio em nível nacional e internacional. O Setor de Direitos Humanos articula uma rede nacional com 60 advogados que trabalham de forma voluntária, em processos que envolvem prisões, assassinatos e outras questões relacionadas com a defesa da Reforma Agrária. O Setor de Relações Internacionais coordena as atividades internacionais, principalmente em fóruns como a Via Camponesa que agrega 80 organizações camponesas dos cinco continentes (MORISSAWA, 2001, EID; PIMENTEL, 2000). O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, presente em cerca de 700 municípios brasileiros, conta com aproximadamente 400 associações de produção, comercialização e serviços, 49 cooperativas de produção agropecuária (2300 famílias), 32 cooperativas de prestação de serviços (11 mil sócios), duas cooperativas regionais de comercialização, duas cooperativas de crédito (6 mil sócios) e 96 agroindústrias processadoras de frutas, leite, grãos, café, carnes, doces e cana-de-açúcar. Este setor conta com centenas de técnicos, recebe apoio do Programa de Acompanhamento das Empresas Sociais (PAES) vinculado a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), desenvolve parcerias com diversas universidades de todas as regiões do país e atua na perspectiva do desenvolvimento e implantação de uma nova matriz tecnológica com valores agroecológicos e sustentáveis.

Essas experiências poderiam ser vistas como embriões de novas formas de produção, organização do trabalho e mercado, revigorados por setores populares utilizando-se de tecnologias produtivas e organizacionais que sejam instrumentos de emancipação?

No meio rural, é comum o desenvolvimento de formas mais embrionárias de cooperação, tais como os mutirões, as trocas de dias de serviço, as roças comunitárias. Essas formas de cooperação vêm dos tempos da colonização até os dias atuais (VAZZOLER, 2004). A cooperação autogestionária, através da utilização conjunta dos meios de produção e o compartilhamento do processo decisório, tem sido a forma associativa melhor utilizada pelo MST na luta pela terra e viabilização da vida no campo.

De acordo com Eid e Pimentel (2000), o cooperativismo, para os assentados do MST, é entendido como um dos caminhos para a emancipação humana, apoiado no desenvolvimento organizacional que fomente o trabalho coletivo, voluntário e remunerado. Há compromisso e disciplina pessoal de seus membros com o cumprimento dos objetivos sociais, definindo estratégias de crescimento econômico que não tenham como referência principal a aferição de sobras líquidas, mas sim o desenvolvimento do ser humano. Esses empreendimentos econômicos ou empresas sociais como são chamadas na CONCRAB, têm gerado trabalho, renda e impostos que beneficiam indiretamente cerca de 700 municípios do interior do Brasil (VILLELA; WILKINSON, 2002).

No entanto, atualmente, boa parte da produção dos assentados da reforma agrária estudados é escoada via *atravessador*, o que reduz os ganhos da comercialização dos produtos – geralmente matérias-primas e produtos *in natura* com baixo valor agregado percebido. Essa exploração, que transfere “para fora da porteira” uma parte da riqueza que poderia ser mantida dentro dos assentamentos e em seu benefício, pode ser amenizada com a utilização de ferramentas de gestão adaptadas à realidade destes empreendimentos (BETANHO; EID, 2007).

2. Instrumentos de gestão

Primeiramente, para não incorrer em erro de dimensionamento do tamanho de cada unidade produtiva e do número de cooperados, trabalhadores que serão futuros cooperados, gradativamente, percebem que é fundamental um prévio estudo de mercado e análise da viabilidade social e econômica do projeto de criação de uma cooperativa, por exemplo, de produção.

Uma análise de mercado pode indicar tipos de produtos que apresentam maior demanda, o preço possível de ser obtido, a tecnologia adequada de produção, a escala mínima viável para a unidade de produção. A análise de viabilidade do projeto se faz necessária para dimensionar corretamente as obras e a infra-estrutura, o arranjo físico, a projeção do fluxo dos processos produtivos, verificar as exigências legais e normas ligadas aos serviços de inspeção sanitária e os equipamentos necessários ao processo produtivo, além dos postos de trabalho e as qualificações

necessárias. Com informações qualificadas, uma cooperativa pode passar a planejar suas ações e inversões de maneira mais segura, definindo-se com menor grau de incerteza os postos de trabalho, requisitos de qualificação, número de cooperados necessários, enfim, adequando as dimensões da planta produtiva a cada realidade, sem deixar de levar em consideração o tempo para lazer, cultura, educação e outras atividades.

Numa perspectiva de viabilidade, faz-se necessário buscar permanente ganho de produtividade e qualidade, daí a preocupação com a formação contínua de quadros técnicos. Além disso, considera-se importante que os dirigentes tenham algum tipo de experiência administrativa. No entanto, devido a baixa escolaridade dos associados, são poucos os que possuem experiência e qualificação na área de gestão de uma pequena propriedade (CHRISTOFFOLI, 1998).

Face a isso, a CONCRAB criou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), instalado no município de Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Esse centro de formação e capacitação técnica promove, entre outros cursos, o curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) e as Oficinas de Capacitação Técnica em Agroindustrialização, que visam qualificar assentados.

Dentre os métodos de capacitação massiva utilizados pela CONCRAB, destacam-se os Laboratórios Organizacionais (LO), formadores de quadros para organização de empresas associativas e os LO de Cursos, os quais visam a capacitação em algumas áreas técnicas específicas. Nos cursos de Formação Integrada com a Produção, os participantes conjugam trabalho no lote individual ou coletivo com o aprendizado de técnicas agropecuárias e noções organizativas (CONCRAB, 1996)

O MST considera que a evolução de uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) se dá através de três etapas, não necessariamente seqüenciais e com coexistência de mais de uma etapa: a) produção agrícola para subsistência; b) comércio de excedente; c) agroindústria.

Para esta organização, perseguir um mercado alternativo parece estratégico para sobrevivência e crescimento, tendo as seguintes características: popular, local/regional; ideológico/propaganda da reforma agrária; de comercialização direta entre os trabalhadores. De fato, conforme estudo de Kunz (1999), a experiência na criação de canais próprios de aquisição de

matéria-prima básica para unidades de beneficiamento de erva-mate por cooperativas dos três estados da Região Sul, através de relações de inter-cooperação, mostra que esse pode ser um importante caminho a ser desenvolvido, a inter-cooperação por ramo de atividades. Buscar novos mercados para produtos de maior valor agregado pela via da diferenciação de produtos, através do uso da marca registrada *Produtos da Terra*, ou pela via de preços menores, parece ser alternativa interessante. No Estado do Rio Grande do Sul, a Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados (COOPERAL), desenvolveu sementes agroecológicas BIONATUR, onde não foram usados agrotóxicos nem qualquer substância agressiva ao homem ou à natureza no seu cultivo, pós-colheita ou em seu enlatamento.

Observa-se uma preocupação crescente no desenvolvimento da agroecologia, advinda da chamada revolução verde, enquanto uma alternativa em relação à agricultura tradicional que utiliza agrotóxico ou a transgenia. Estudo desenvolvido por Cadore (1999), analisa a viabilidade da produção de arroz agroecológico pela cooperativa COOPAN, no estado do Rio Grande do Sul.

Outra estratégia é a diversificação da produção. As cooperativas não apenas podem elevar seus rendimentos, garantir um fluxo de caixa com receitas ao longo do ano, aferindo renda mesmo em períodos de flutuações na demanda ou por perda da colheita, quanto tendem a reduzir a mão-de-obra ociosa nos assentamentos. Porém, a diversificação intensiva, no atual estágio de desenvolvimento das cooperativas, pode acarretar perda de foco do negócio. Nesse sentido, a adoção de algumas normas técnicas de produção vem sendo introduzida gradativamente no processo produtivo e administrativo (CHRISTOFFOLI, 1998), ao mesmo tempo em que se percebe pelos depoimentos de dirigentes do MST, da CONCRAB e de diversas cooperativas, uma preocupação pelo desenvolvimento do cooperativismo autêntico no interior da organização, sem deformação dos princípios de solidariedade, questionando riscos de reprodução da organização taylorista do trabalho, centralizadora e excludente.

De fato, para alcançar a eficácia nas decisões tomadas é necessário se ter a adesão de todos os que vão executá-la. No entanto, um dos maiores desafios para os empreendimentos autogestionários é encontrar mecanismos de poder e de decisão equilibrados e que atendam às exigências essenciais da

democracia e da eficácia organizacional (CHRISTOFFOLI, 1998; EID; PIMENTEL, 2000). Para garantir esse equilíbrio, os dirigentes da CONCRAB entendem que a formação e a capacitação devem ser continuamente desenvolvidas entre os cooperados, em todos os níveis hierárquicos: dirigentes, coordenadores e base (GONÇALVES, 1999, p. 97).

È possível encontrar diluição de responsabilidades dos cooperados na gestão e no trabalho da cooperativa. Onde acontece, deixa-se de advertir àqueles que atuam com desleixo ou ineficiência no processo produtivo e no gerenciamento, assim como também se deixa de reconhecer e estimular os que desempenham sua função de forma a cumprir ou superar as expectativas. Christoffoli (1998) conclui em sua análise que há necessidade de se definir claramente as atribuições e níveis de autoridade e responsabilidade dos coordenadores e das instâncias de base.

Caso isso não ocorra, os coordenadores podem não se sentir respaldados em assumir o ônus das decisões operacionais que lhes caberia. O efeito disso pode ser a morosidade na tomada de decisões, afrouxamento no ritmo e na produtividade do trabalho e dissolução da hierarquia funcional. Com relação à jornada diária de trabalho, estabelece-se um horário de trabalho que cada associado deve cumprir, geralmente de 8 horas. A jornada varia conforme as demandas das atividades da cooperativa.

Como as cooperativas de produção trabalham principalmente com atividades agropecuárias, ocorre, em alguns casos, um desbalanceamento entre o potencial disponível de trabalhadores e a necessidade concreta de trabalho. Deve-se organizar o trabalho de modo a promover a melhor utilização possível dos associados. A distribuição das sobras, em geral, se dá por horas ou dias trabalhados. No entanto, pode ocorrer que nos coletivos novos não seja possível, por um período de tempo, gerar receitas para distribuir aos sócios. Com isso, pode haver desistência por parte de algumas famílias, uma das principais causas que levam cooperados a se desligarem das cooperativas, conforme estudo desenvolvido por Gumieiro (1999). Por outro lado, a noção de valor de troca dos bens, equipamentos, ferramentas, animais e instalações fica clara somente quando o cooperado toma contato direto com o mercado, através da venda ou troca de um produto por outro, o que nem sempre é o caso (EID; SCOPINHO; PIMENTEL, 1998).

3. Economia Solidária: para além da reprodução simples

O fomento à geração de trabalho e renda para beneficiar pessoas pobres e marginalizadas é indispensável, porém o sucesso dessas iniciativas implica a capacidade de mobilizar, motivar e envolver as pessoas para a gestão eficiente das atividades coletivas nos grupos informais, associações, cooperativas, empresas autogestionárias, entre outras. Tendo como elemento central o trabalho, a Economia Solidária (SINGER, 1999) pretende transformar-se em uma Economia do Trabalho. Para isso, é essencial que a racionalidade técnica sempre esteja a serviço da racionalidade social, fundamentada na cooperação. A manutenção dos postos de trabalho e melhoria das condições de trabalho, *a priori*, tem prioridade sobre a acumulação, que deve estar subordinada ao atendimento das necessidades definidas pelo coletivo de trabalhadores. De fato, a formação efetiva dos associados e o desenvolvimento sustentável do empreendimento só são possíveis a partir de uma metodologia de formação específica para essas iniciativas econômicas (EID, 2005).

Experiências econômicas solidárias e autogestionárias, ao longo da história do capitalismo sempre existiram, através dos movimentos sociais dos trabalhadores, organizados ou espontâneos, com caráter de resistência aos modelos de concentração da terra, renda e poder. Todavia, estas experiências têm sido marcadas pelo isolamento, existência efêmera e servem, notadamente, como espaços de uma sociabilidade com pouca repercussão para a gestação de uma Economia do Trabalho (CORAGGIO, 2001) que pretenda se tornar uma alternativa concreta ao modo de produção capitalista (GAIGER, 2004).

Se desde os primeiros anos de atividade econômica pretende-se assegurar condições mínimas à (re) conquista da dignidade e da subsistência, supõe-se que no decorrer dos anos, com o processo de maturação dos investimentos e da coesão social, os impactos sejam maiores na qualidade de vida das famílias associadas e em seu entorno econômico, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento das localidades urbanas e rurais. Isto significa ultrapassar a noção restrita de economia popular orientada, em sua grande maioria, para a reprodução simples, através da satisfação do consumo básico e da sobrevivência, garantindo para as famílias associadas apenas a reprodução imediata das condições materiais de vida.

No campo restrito da economia popular se vêem limitadas a um circuito onde pessoas pobres produzem e vendem ou prestam serviços para outras pessoas pobres. Demonstram, via de regra, pouca ou nenhuma capacidade de articulação externa, em termos de construção de redes com empreendimentos solidários ou na obtenção de apoio, parcerias e reconhecimento junto às instituições públicas.

Pode-se concluir que estas experiências estariam restritas a uma dimensão comunitária com reduzido impacto nas questões sociais e econômicas mais gerais. Por outro lado, a Economia Solidária surge e se desenvolve articulando-se com uma economia popular e solidária, entretanto isso não significa que deva ser interpretada como uma economia dos pobres. Sua trajetória e perspectiva histórica parece ser a de buscar superar as suas dificuldades iniciais e estar orientada para a reprodução ampliada das condições de vida em sociedade, o que significa reconhecer que tais iniciativas reivindicam também por direitos, ou seja, ampliam o campo de atuação, com ações sobre um espaço público (GENAUTO; LAVILLE, 2004).

Nessa linha de raciocínio, pretende-se que a Economia Solidária se transforme em um núcleo efetivo de geração de trabalho, renda e consumo, segurança alimentar e bem-estar, mas também potencializar sua vertente econômica e produtiva. Para isso, depende fundamentalmente do impulso continuado àquelas iniciativas e da qualificação dos seus sujeitos e demais agentes envolvidos. Essa dupla linha de ação pode trazer importantes efeitos demonstrativos ao transformar pessoas e expectativas, criar condições para sustentabilidade dos empreendimentos solidários, com base no potencial produtivo da cooperação e da autêntica responsabilidade social e solidária com a população e o ambiente.

4. Cadeias produtivas solidárias ou tradicionais?

Os empreendimentos solidários para sobreviverem se vêem obrigados a lidarem com o mercado, compreendendo-o enquanto um procedimento de trocas, na base de diferenças recíprocas, complementares e que estão marcados historicamente, pelo menos de forma predominante, na utilidade dos bens trocados. Interpretam que não são as pessoas que são trocadas e sim os bens, conforme interesses de cada uma das partes. Se o

mercado pode também ser um ambiente propício à Economia Solidária, este deve ser modelado, perdendo suas feições predominantes atualmente. Pode-se partir do pressuposto de que nos procedimentos de trocas as relações podem ter uma soma positiva, que as partes podem ganhar. Não se trata de tirar de um para dar para outro, mas estabelecer-se um sistema de relações econômicas e sociais que permitam ganhos mútuos. Pode-se encontrar em empreendimentos solidários elementos internos de uma outra lógica que os torna objetivamente propensos a praticarem um outro tipo de relação de troca (METELLO, 2007).

Cabe aqui uma questão: como passar de uma economia popular onde há empreendimentos solidários relativamente isolados, praticando solidarismo nas suas relações internas, para um solidarismo horizontal, onde se possa criar e desenvolver um conjunto de práticas que inter-relacionam essas iniciativas? Ir além da economia popular pressupõe pensar que o desenvolvimento sustentado das comunidades rurais e urbanas pode significar inicialmente buscar planejar a integração de cada cadeia produtiva solidária (MANCE, 2003), estratégica para aumentar seu impacto no desenvolvimento local, endógeno e comunitário. Para isso, é estratégico que ocorra um processo de mobilização dos recursos, das potencialidades e dos agentes do desenvolvimento, criando oportunidades de trabalho e renda, com melhoria nas condições e relações de trabalho da população local.

Ao pesquisar redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense, Mior (2005) aponta que as localidades estão ativamente envolvidas em sua própria transformação, sendo uma somatória de energias resultantes da aglomeração individual como centros de consciência coletiva e não meramente espaços passivos e residuais. Para o autor, o desenvolvimento local faz referência a dois tipos de abordagem: a) exógena: as instituições locais seriam meras executoras de ações e projetos de desenvolvimento formulados por atores externos. Nesse contexto, a agricultura familiar se ajustaria às cadeias produtivas tradicionais atendendo à produção de commodities segundo padrões de consumo externos; b) endógena: as instituições locais/regionais seriam centros de conhecimento e experiência, motivando a ação das atividades com autonomia quanto ao direcionamento de sua produção, não somente orientada pelo mercado. A agricultura familiar, no contexto da reforma agrária, seria indutora do desenvolvimento rural.

A dualidade entre as abordagens exógena e endógena define a relação entre as dimensões econômica e social, levando em conta as relações de poder, de onde se constata que o modelo de desenvolvimento endógeno pode equilibrar forças externas e locais para configuração de uma estrutura econômica e social com diferentes chances de sustentabilidade.

Para Ávila (apud PIMENTEL, 2004), há três termos diferenciados na abordagem local: a) desenvolvimento no local: os atores desenvolvem-se fisicamente num local enquanto houver aferição de lucro. Com a redução dos lucros, ocorre a translação para outra localidade. b) desenvolvimento para o local: projetos de curta duração que trazem benefícios para as comunidades locais, mas seus efeitos não permanecem; c) desenvolvimento local: possibilita a aglutinação da comunidade para desenvolver iniciativas solidárias, alterando as dinâmicas de sensibilização, mobilização e planejamento de ações conjuntas no âmbito local. O debate acerca do desenvolvimento local, orientado segundo a lógica exógena ou endógena, é trazido para a realidade dos empreendimentos solidários, pois ao optarem por desenvolver atividades visando o mercado local e a intercooperação, passam a ter maior autonomia sobre a administração da produção, direcionando seus esforços para a construção de mercados que aparentemente se formam à margem do mercado global e das cadeias produtivas com grande concentração de poder. Portanto, buscam atender a demandas específicas, locais, produzindo artigos diferenciados e customizados, de acordo com as singularidades regionais e culturais. As redes formadas por essas iniciativas se dão horizontalmente, com suas atividades imersas em economias locais. Passa então a ocorrer uma interação na qual nenhum agente tem o controle total do funcionamento das redes, que por sua vez são voltadas para economias de escopo com alta intensidade de trabalho (MIOR, 2005).

Na análise de Mance (2003, p. 26-27), pode estar em processo de formação sistemas de Redes de Economia Solidária que integram organizações solidárias de crédito, produção, consumo, comércio e serviços que passam a analisar as melhores estratégias de expansão, chegando algumas a sinalizar sobre a necessidade da remontagem de cadeias produtivas. “A idéia básica dessa remontagem consiste em substituir fornecedores de insumos que operam sob a lógica do capital por fornecedores que operam

sob a lógica da economia solidária.” (MANCE, 2003, p. 26-27). O objetivo é alcançar a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

E, se a estratégia adotada em uma determinada localidade fosse priorizar, desde o início, o mercado externo convencional, significaria, na grande maioria das situações concretas, integrar os empreendimentos solidários em cadeias produtivas tradicionais controladas por grupos econômicos oligopolistas, geralmente transnacionais. Ao coordenarem estas cadeias, determinam o ritmo da acumulação de capital, subordinam os empreendimentos solidários ao seu controle, e a dinâmica do processo e o controle social passa a ser dado pelas primeiras. Seria pensar na reprodução dos processos históricos de integração entre produtores, muito comum nas relações camponato e empresário rural e agro-industrial (GAIGER, 2005).

5. Análise sobre a experiência da COPAVI (Paraná, Brasil)

5.1 Histórico

O assentamento Santa Maria com aproximadamente 250 ha está localizado a 500 metros de distância da cidade de Paranacity, distante 403 Km da capital Curitiba e 80 Km de Maringá, no noroeste do estado do Paraná. A vegetação na área de preservação ambiental é de floresta tropical perenifólia, apresentando as seguintes espécies: peroba, pau d’alho, canela, guajuvira, figueira branca, entre outras (MOURA, 2005).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) concedeu a emissão de posse para vinte e cinco famílias ligadas ao MST para serem assentadas. Considerando que cinco desistiram foi reivindicado ao INCRA, e concedida, a redução da capacidade do assentamento para vinte famílias.

A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória LTDA (COPAVI), fundada em 10 de julho de 1993, é vinculada à CONCRAB por meio da Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR) e segue as orientações do MST nas suas linhas políticas, princípios e símbolos definidos em nível nacional, estadual e regional.

Em seus aspectos infra-estruturais, os assentados transformaram a área, que em 1993 era praticamente coberta com cultura de cana-de-açúcar,

em um lugar de moradia, lazer e geração de trabalho e renda. As moradias foram construídas em forma de agrovila, havendo em todas as casas energia elétrica e água encanada. Em 2005, devido a uma linha de financiamento conseguida pela cooperativa, apenas duas casas eram de madeira e as dezenove demais eram de alvenaria.

Em 2003, a COPAVI era constituída por vinte e uma famílias, sendo trinta e sete cooperados, que trabalham em conjunto com mais sete adolescentes, perfazendo um total de quarenta e quatro trabalhadores. E ainda dezessete crianças menores de quatorze anos que não trabalham, dedicando-se integralmente aos estudos. Já em 2005, a cooperativa era constituída pelas mesmas vinte e uma famílias e os mesmos trinta e sete cooperados, porém com apenas cinco adolescentes. Neste período, pela necessidade de força de trabalho para a realização das atividades produtivas foram contratados seis trabalhadores, perfazendo um total de quarenta e oito trabalhadores. E ainda um número de dezoito crianças. (SEVERINO, 2006).

Como estratégia de otimizar o tempo do intervalo para o almoço, de permitir maior socialização entre os trabalhadores e ter um local para a realização das assembléias e festividades, a cooperativa possui um refeitório comunitário onde são servidos de segunda a sexta uma média de 110 refeições. Quanto às benfeitorias instaladas na cooperativa pode-se destacar, além das casas e do refeitório, a existência de dois escritórios, um parque de diversão, barracão para estocagem de insumos, produtos acabados, máquinas e equipamentos, secador solar, usina-engenho, curral, chiqueiro, granja, laticínio, viveiro de hortaliças, viveiro de mudas de plantas nativas da região para reflorestamento e abatedouro.

Destaca-se que teoricamente o número de associados potenciais - adolescentes e crianças do assentamento - deveria aumentar ao longo do tempo devido ao envelhecimento das pessoas e ao aumento da natalidade. Todavia, observa-se preocupação contínua com a formação expressa quando, em 2003, seis adolescentes, ao concluírem o ensino médio, foram liberados temporariamente da cooperativa para realizarem seus estudos do ensino superior ou técnico em outras cidades. Ressalta-se que apenas um desses jovens estudantes realiza o curso de ensino superior normal, os demais participam de convênios entre universidades com o MST, através dos cursos do TAC e de cursos de graduação especial - pedagogia, agronomia e outros. A educação é uma constante preocupação neste

assentamento: as crianças até quatorze anos dedicam-se integralmente aos estudos, os adolescentes de quinze a vinte e um anos trabalham apenas meio período, os jovens são licenciados para realização de cursos técnicos ou de nível superior e todos os adultos que não haviam concluído o ensino médio, realizaram e concluíram o supletivo.

A renda das famílias da COPAVI é distribuída através do cálculo da somatória das horas trabalhadas dos membros de cada família, multiplicada pelo valor da hora média dos cooperados, definida em assembléia. Uma família - casal com dois adolescentes - conseguia em 2005 obter em média uma renda monetária de seiscentos reais (R\$ 600,00) mensais, trabalhando aproximadamente vinte e seis dias no mês. Aparentemente esta renda é baixa comparando-se ao salário médio pago para trabalhadores no Brasil. No entanto a maior renda conquistada pelo trabalhador na cooperativa é a renda não-monetária oriunda do consumo coletivo e assumido pela cooperativa, de energia elétrica, água, transporte e café da manhã, tratada como encargo da COPAVI. O almoço é realizado no restaurante comunitário, onde as refeições são pesadas e os valores são descontados da renda familiar, e o acesso aos produtos da cooperativa, tais como queijo, leite, carne, ovos, verduras, melado, açúcar, frutas é gratuito. Desta forma, verifica-se que importantes itens do consumo básico de cada família são custeados pela cooperativa, sendo a renda monetária destinada para melhoramentos nas infra-estruturas de moradia, saúde e gastos individuais dos membros.

Quanto aos objetivos da COPAVI, encontram-se expressos no Regimento Interno: a) Ser uma cooperativa de produção, comercialização e industrialização; b) Liberar mão-de-obra para contribuir no MST e seus setores de organização; c) Ser uma organização social de reivindicação e de luta em favor da reforma agrária e do interesse de seu quadro social; d) Dar exemplo através dos resultados econômicos e sociais de que 'a reforma agrária dá certo'; e) Buscar a especialização da mão-de-obra; f) Garantir a participação nas decisões, execução e controle e divisão das sobras através da gestão democrática. Desta forma, espera-se que a COPAVI, enquanto CPA, atinja a eficiência econômica e seja um instrumento de luta política. Para alcançar estes fins, a cooperativa é organizada com base nas exigências da legislação de cooperativas vigente no país e das normas apontadas no planejamento anual. Esses dois elementos definem a estrutura organizacional da COPAVI, que em 2003 era a seguinte: Assembléia Geral; Diretoria;

Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo. O último é formado pelos Coordenadores dos Setores e Coordenadores dos Núcleos de Famílias, e responsável por encaminhar e decidir sobre as atividades a serem realizadas.

Os sócios trabalhadores da cooperativa, em 2003, estavam divididos nos seguintes setores: horticultura e reflorestamento; canavieiro; pecuária leiteira; bananicultura; pecuária de corte (avicultura, suinocultura e piscicultura) e apoio (administrativo, comunicação, comercialização e *serviços*). Destes setores estima-se que 15% da produção era destinada para o autoconsumo, 65% destinada para os consumidores locais (Paranacity/PR) e 20% para os demais mercados. Esta diferença de percentual é justificada em razão do preço baixo dos produtos, pelos principais produtos serem altamente perecíveis e pela ineficiência dos canais de distribuição nos demais mercados. Os itens produzidos pela cooperativa em 2003 eram: açúcar mascavo, rapadura, melado, leite pasteurizado, queijo, iogurte, doce de leite, banana-passa, hortaliças, madeira e pão. Em seu histórico de comercialização é comum, além dos produtos da COPAVI, fazerem a venda de outros produtos de assentamentos do MST.

5.2. Sobre a cadeia produtiva do leite na COPAVI

Nesta cooperativa o setor de pecuária leiteira é considerado fundamental para sustentação da COPAVI. As atividades relacionadas a este setor iniciaram-se no período de acampamento em 1992. À época havia dois animais para fornecimento de leite para a nutrição das crianças. No período entre 1993 e 1995 a pecuária leiteira era vista como uma atividade de subsistência, apenas com a comercialização de alguns animais por membros da cooperativa e de modo individual. Vislumbrando a pecuária leiteira como uma atividade produtiva rentável em 1995, via decisão votada em assembléia, houve o investimento na infra-estrutura de um laticínio e na compra de algumas cabeças de gado. Para o desenvolvimento deste setor, no período de 1995 a 2003, foi destinado cerca de 120 ha da área total. Para o manejo bovino utilizava-se do método semi-extensivo, no qual os animais permanecem no pasto durante a maior parte do dia. Considerando as características não favoráveis do solo e clima, havia dificuldades para a alimentação bovina, quando os animais eram confinados três vezes ao dia no verão, e ainda, durante o período de seca, sua criação se dava no sistema

intensivo de confinamento total. Para a alimentação no sistema intensivo utilizava-se uma ração preparada com milho e farelo de soja e eventualmente utilizava-se silagem de sorgo, com produção anual de 600 toneladas do produto ensilado. A reprodução era feita através de inseminação artificial pelos próprios cooperados e a cooperativa contava com acompanhamento veterinário mensal. O manejo desses animais era realizado por cinco trabalhadores. O rebanho da cooperativa era composto de sessenta e nove cabeças de gado leiteiro, sendo quarenta e oito ordenhadas, cinco bezerros, sete animais de 5 a 6 meses e nove recém-nascidos. As cabeças de gado, desde a implementação do laticínio, são ordenhadas por sistema mecânico (6 ordenhadeiras e 3 medidores) possibilitando uma produção média de 700 litros diários de leite, destinados para o laticínio da cooperativa.

A partir de 2002, iniciou-se a discussão sobre a implementação do método de Pastoreio Racional Voisin (PRV). Esta discussão surgiu a partir da necessidade de diminuir o alto custo da alimentação por silagem, além da necessidade de diminuir mão-de-obra utilizada na atividade e principalmente para tornar a produção pecuária orgânica.

A princípio, a adoção do PRV permite alcançar, entre outras, as seguintes vantagens, em comparação ao tradicional sistema de pastoreio contínuo: a) aumento da produtividade da pastagem; b) melhoria da qualidade das pastagens, sem necessidade de reformas; c) maior facilidade de manejo; d) economia em suplementos e medicamentos; e) facilidades para produção da carne ecológica e leite ecológico; e) mais gado e maior rentabilidade por unidade de área. O método PRV constitui-se numa tecnologia de processo que atende às exigências para o crescimento e desenvolvimento das pastagens e suprimento das necessidades dos animais em pastoreio. Através dos tempos de repouso concedidos aos piquetes, proporcionam-se às plantas todas as condições para que possam crescer sem interrupções ou agressões, até que atinjam um novo ponto de corte.

Na COPAVI, os animais, duas vezes ao dia, todos os dias, saem de uma parcela semi-pastoreada, de odor desagradável, na qual depositaram seus excrementos, e seguem para uma nova, de pasto fresco e odor agradável. Esse manejo diário é o mais poderoso indutor de consumo de pasto verde nos sistemas rotativos de utilização de pastagens, além de todos os benefícios ecológicos. Em cada piquete há uma ampla disponibilidade de água, sal e

sombra com bebedouros e árvores entre piquetes, para que o pasto seja colhido diretamente pelo animal. Criadas as condições para tal, o próprio bovino colhe a sua comida e distribui de forma uniforme seus excrementos sobre o solo, fertilizando-o sem o uso de adubos solúveis formulados e poupando uso de trabalho. Para o manejo do PRV em 2005 eram utilizados seis trabalhadores e um adolescente. A intensa incidência de luz solar na região da COPAVI permite o acelerado crescimento dos vegetais através da fotossíntese, possibilitando a manutenção permanente dos animais em regime de pastoreio. Para este manejo, houve a necessidade de uma nova divisão da área por meio de piquetes divididos por cerca elétrica.

Outro quesito importante do PRV é o constante acompanhamento do desenvolvimento do gado e da pastagem por veterinário e agrônomo. No mesmo período da transição do manejo, a COPAVI cedeu um espaço para a Secretaria Estadual de Agricultura do Paraná, com a instalação de um escritório regional, possibilitando assistência diária de agrônomos e veterinários. A partir disto, houve todo o mapeamento e planejamento de ocupação dos piquetes, e também o fichamento de todas as cabeças de gado com registro de inseminação, cria e produtividade de leite. Para esta mudança de prática de manejo houve a necessidade da substituição dos animais da raça holandesa por animais de porte mais rústico para sobrevivência e produtividade nas novas condições. Desta forma, teve início o processo de inseminação com sêmen de animais da raça girolanda em animais da raça holandesa para a adequação da raça ao manejo.

Em 2005 a COPAVI contava com um plantel de 145 cabeças de gado, sendo aproximadamente 13 bezerros, 20 descartes, 60 repasses e 48 cabeças leiteiras. E, por estar em fase de transição do manejo semi-extensivo para o Voisin, verificou-se que no ano de 2005 ocorria uma diminuição da produtividade, mas por outro lado houve diminuição de custo e aumento da qualidade. Estima-se que haverá nos próximos anos maior produtividade deste método quando houver toda a mudança da raça dos animais e estes estiverem adaptados às condições do manejo PRV.

Além das atividades de manejo do gado, neste setor há atividades relacionadas ao laticínio, onde a COPAVI conta desde 1995 com uma infraestrutura de caixa d'água, depósito, caixa de depósito, pasteurizador e embaladeira, utilizados na produção de leite pasteurizado, iogurte, doce de

leite e queijo. As atividades do laticínio são realizadas por dois trabalhadores fixos e um adolescente. A principal produção do laticínio é de leite pasteurizado, com aproximadamente 500 litros diários, com validade para três dias. A cooperativa desenvolve com os estabelecimentos comerciais um sistema de devolução das unidades de litro de leite não comercializadas até o prazo de validade. Estes litros devolvidos, adicionados a uma parcela da produção diária, são utilizados para a produção de iogurte, doce de leite ou queijo. Em 2005 havia produção média de 100 litros de iogurte por dia, enquanto que semanalmente eram produzidos 65 kg de doce de leite, comercializados em embalagens plásticas de 480 gramas. O excedente do leite é utilizado na produção de queijo para consumo dos cooperados.

Os principais consumidores do leite da COPAVI são as creches e escolas dos municípios próximos ao assentamento, os estabelecimentos comerciais locais e principalmente os consumidores de venda direta cadastrados na cooperativa. Para o setor do laticínio, buscava-se uma estratégia focada na tecnologia de processamento, gestão, garantia e controle de qualidade. Com isto, busca-se o certificado de inspeção sanitária estadual ou federal para o leite pasteurizado, a certificação para o iogurte e doce de leite, e ainda como estratégia de diferenciação a efetivação da implementação do PRV para certificação do leite orgânico.

Do mesmo modo que no setor de horticultura, no setor de pecuária leiteira houve redução do número de postos de trabalho, o que possibilitou a transferência de capacidade de trabalho para o setor canavieiro, demandante de maior quantidade de trabalho. Desta forma, verifica-se uma menor dependência do processo de produção em relação ao trabalho intensivo, pois o manejo da terra diminuiu, permanecendo principalmente as atividades de pastoreio e ordenha, e menos do preparo de silagem. Nas atividades de processamento de leite observa-se atividades padronizadas e repetitivas em função do processo produtivo de pasteurização e embalagem. Assim, quem determina a quantidade de produção de leite pasteurizado em saquinhos é o mercado, enquanto que para os outros produtos quem determina são os trabalhadores. Em relação às atividades de pecuária e rodízio de gado nos piquetes, estes são planejados a partir de uma análise do uso do solo, porém flexíveis à observação direta dos membros que atuam no setor. Ressalta-se que as atividades de pecuária são realizadas por trabalho em grupo, enquanto o processamento do leite é feito por

trabalhadores especializados e capacitados, havendo pouco rodízio nesta atividade de trabalho.

Conclusão

A lógica da autêntica economia solidária, anticapitalista, se encontra em processo de gestação e é oposta à lógica do mercado globalizado. Este, em sua perseguição pelo lucro máximo, separa-se de questões que não sejam econômicas. A chamada globalização e seus impactos sobre o setor agrário são interpretados como um processo de padronização de políticas de fazenda, aumentando-se a expansão das fronteiras agrícolas, medidas uniformes de proteção ambiental, aumento da competitividade e da produção e comercialização de alimentos com controle cada vez maior pelas firmas transnacionais sobre a cadeia produtiva. Porém, longe de conduzir à homogeneidade, a globalização pode oferecer a oportunidade de repensar a diversidade local e pode ajudar comunidades locais a encontrarem novos espaços no mercado em uma economia global nova ou resistir às pressões globais (MCMICHAEL apud LEVI, 2000, p. 2). Nem os valores clássicos nem os princípios podem prover meios suficientemente resistentes à ameaça do paradigma neoliberal. Isso implica ir além da concepção convencional sobre cooperativismo e de recorrer à variedade de formas sociais, culturais e que a comunidade espera que sejam adotadas pelas cooperativas, principalmente as rurais (LEVI, 2000, p. 13).

E se contrapondo ao pensamento único neoliberal, observamos na atualidade um crescimento do debate acadêmico e político, onde se coloca em discussão uma globalização alternativa (CORAGGIO, 2001).

Nessa linha de raciocínio, a participação na elaboração, implementação e gestão das ações de desenvolvimento local não se restringe apenas às instâncias governamentais ou aos seus órgãos, circunda, também, atores da sociedade civil e política circunscritos ao território (SANTOS, 2000). Para que as potencialidades de uma comunidade possam alavancar o desenvolvimento coletivo, os atores devem estar unidos na ajuda mútua e no controle social de meios essenciais de produção e distribuição (SINGER, 2004). Neste sentido, o desenvolvimento da cooperação, da democracia, do controle social e da autonomia é fundamental e deve estar, sempre que possível, presente em todos os elos de uma cadeia produtiva solidária.

Concluimos que podemos estar diante de experiências, notadamente no campo da produção coletiva rural e urbana, que podem ser vistas como embriões de novas formas de produção, organização do trabalho, e mercado revigorados por setores populares utilizando-se de técnicas produtivas e organizacionais que contribuam com a construção da emancipação.

Referências

BETANHO, C.; EID, F. Marketing para produtos da Reforma Agrária? O Arroz Agroecológico de Lagoa do Junco (RS). *Anais do XIV SIMPEP*. Bauru, São Paulo, 2007.

CADORE, E. A. A matriz tecnológica nos assentamentos do MST. *Curso de Especialização em Administração de Cooperativas*. Brasília: ITERRA/UNISINOS/UNB, 1999.

CARVALHO, C. *Comunidade de resistência e superação*. São Paulo: Perez, 2002.

CHRISTOFFOLI, P. I. *Eficiência econômica e gestão democrática nas Cooperativas de Produção Coletiva do MST*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Especialização Superior em Cooperativismo). UNISINOS, São Leopoldo, 1998.

CONCRAB. Cooperativas de Produção - Questões Práticas. *Caderno de Formação*. São Paulo, v. 2., n. 21, abr. 1996.

CORAGGIO, J. L. Problematizando la economía solidaria y la globalizacion alternativa. In: *Encuentro Internacional sobre la Globalization de la Solidariedad*, 2, 2001. Québec. *Anais..* Québec, 2001.

EID, F., *Economie de rente et agroindustrie du Sucre et de l'Alcool au Brésil*. Tese de Doutorado. 1994. Université de Picardie: França, 1994.

EID, F.; SCOPINHO, R. A.; PIMENTEL, A. E. B. A dinâmica recente da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 36, 1998. *Anais...* Poços de Caldas, 1998. p. 767-778

EID, F.; PIMENTEL, A. E. B. Dinâmica da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária no Brasil. In: *World Congress of Rural Sociology*, 10, 2000. *Anais...* São Paulo, 2000.

EID, F. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária. In: TIRIBA L.; PICANÇO, I. (orgs.) *Arquitetos e Abelhas*. Niterói: Idéia e Letras, 2005.

GAIGER, L. I. G. As emancipações no presente e no futuro. In: GAIGER L. I. G. (org.) *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Leituras Cotidianas*. Porto Alegre, n. 127, jan., 2005.

GENAUTO, C. de França ; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GONÇALVES, B. V. *A lógica de construção das cooperativas de prestação de serviços*. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Especialização em Administração de Cooperativas). ITERRA/UNISINOS/UNB, Brasília, 1999.

GUMIEIRO, A. *Uma análise das desistências das famílias associadas na cooperativa de produção agropecuária Vitória Ltda - COPAVI (Paranacity/PR)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Administração de Cooperativas). 1999. ITERRA/UNISINOS/UNB, Brasília, 1999.

KUNZ, M. F. B. *Inter-cooperação das unidades de beneficiamento de erva-mate dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Parana*. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Especialização em Administração de Cooperativas). ITERRA/UNISINOS/UNB, Brasília, 1999.

LEVI, Y. Globalization and the 'cooperative difference'. In: World Congress of Rural Sociology, 10, 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2000.

MANCE, E. A. Cadeias produtivas solidárias. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

METELLO, D. G. *Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama – cadeia solidária do algodão agroecológico*. 2007. Dissertação (Mestrado. em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.

MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, I. F. *Assentamentos rurais: agregação de valor e comercialização – o caso do assentamento Santa Maria (Paranacity – PR)*. Dissertação de Mestrado. 2005. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

PIMENTEL, A. E. B. *Assentamentos de reforma agrária na Região do Pontal do Paranapanema e seus impactos econômicos e sociais*. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEVERINO, M. R. *Processo de trabalho e organização do trabalho em uma cooperativa de reforma agrária do MST: análise comparativa entre empresas capitalistas e empreendimentos de economia solidária*. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SINGER, P. I. *É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?* Texto para discussão. Brasília: SENAES, 2004.

VAZZOLER, M. R. *Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista*. 301f. 2004. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. VILLELA, M. U.; WILKINSON, J. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária e a inovação agroindustrial. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (org.) *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq: Brasília: Paralelo, 2002.

Trabalho associado e mudança social

Candido Giraldez VIEITEZ¹

Neusa Maria DAL RI²

Introdução

No movimento histórico de resistência ao capitalismo, os trabalhadores criaram uma tecnologia social que é uma modalidade específica de associativismo, as organizações coletivas de massa, como sindicatos, comitês de fábrica e cooperativas³. Neste trabalho tomamos como objeto de reflexão as associações que buscam modificar as relações de produção nas unidades de trabalho, e que denominamos organizações de trabalho associado (OTAs).

A idéia de mudar a sociedade mediante a ação política tem seus paradigmas clássicos na revolução francesa e na revolução russa.

A Revolução Francesa tem suscitado diversas interpretações. Para muitos autores, essa revolução é o grande divisor de águas político da história do Ocidente e do mundo porque ela introduziu o conceito de democracia

¹ Professor Assistente Doutor da Univ Estadual Paulista; Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, *campus* de Marília, Brasil.

² Professora Livre-docente da Univ Estadual Paulista; Faculdade de Filosofia e Ciências, *campus* de Marília, Brasil. Membro do Comitê PROCOAS da AUGM.

³ Para Thompson (2004) esse tipo de organização é um dos eixos sob os quais gira a roda da história.

como o poder do povo. Laclau e Mouffe (2004, p. 197-8), por exemplo, afirmam que “O momento chave nos começos da revolução democrática pode ser localizado na [...] Revolução francesa, uma vez que, [...] foi ao nível do imaginário social que surgiu então algo verdadeiramente novo com a afirmação do poder absoluto do povo”.

A postulação do povo como única fonte legítima do poder apresentou-se como negação dos sete mil ou mais anos de história das sociedades de classes, nas quais as classes dominantes arvoraram seu monopólio político com base na origem de nascimento e na vontade divina.

De fato a Revolução Francesa, bem como o iluminismo, sua matriz intelectual primordial, concentraram-se na igualdade política e jurídica, abstraindo determinantes imprescindíveis à concretização da igualdade. A influência dessa visão fez-se notar no emblemático levante da Comuna de Paris. A Comuna, um movimento que eclodiu enunciando a era dos conflitos característicos ao embate da classe operária, conduziu a limites radicais os elementos democráticos presentes na Revolução Francesa e ainda adiantou “[...] as premissas da autogestão (posta em marcha pelos operários associados das oficinas abandonadas pelos seus patrões) [...]” (VILLARD, 1999, p. 102). Entretanto, a questão da igualdade não foi cabalmente colocada pelo movimento da Comuna.

Coube à Revolução Russa de 1917, a segunda grande revolução paradigmática da era moderna, dar esse passo. A Revolução Russa reelaborou o conceito de igualdade, enunciando que a igualdade econômica é a base imprescindível para a concreção da igualdade real e não simplesmente formal, inclusive nas esferas da política e da lei. Os bolcheviques, empenhados na revolução, declaravam-se comunistas e reivindicavam o legado político e intelectual de Marx e Engels. Segundo Texier (2005), Marx e Engels aderiram ao conceito de comunismo, não porque fossem antagonistas da democracia, mas, sim, porque sendo democratas radicais, julgaram importante diferenciarem-se de um movimento democrata que, em sua época, mantinha a democracia confinada à instância política.

É sintomático, portanto, que durante uns poucos anos, antes e depois da Revolução Russa, mas sob a égide do processo revolucionário mais candente, diversas variantes de trabalho associado tenham florescido na Rússia sob a designação de *controle operário*, o que constituiu um testemunho

das aspirações dos trabalhadores a respeito da democratização econômica no quadro mais geral da revolução (BRINTON, 1975; LÊNIN, 1978).

As forças burguesas internas e externas acabaram por derrubar a Revolução Russa e com ela a maioria dos países de socialismo histórico (BETTELHEIM, 1979). No entanto, no estrito senso, a burguesia também derrotara a Revolução Francesa. A soberania popular não se concretizou e, em vez dela, a burguesia conseguiu impor diversas versões retóricas de *soberania popular* mediante a eleição periódica de representantes para os parlamentos⁴.

Afirmam Liria, Liria e Zahonero no livro *Educação para a Cidadania* (2007, p. 130, grifos dos autores):

A sociedade moderna foi a única sociedade da história humana que pretendeu constituir-se a si própria **por meios políticos**, a partir de um espaço **político** para a **cidadania**. E, no entanto, [...] há motivos de sobra para afirmar que jamais existiu uma sociedade na qual a vida política da cidadania tenha estado mais impossibilitada. Frente ao imenso oceano da economia privada, o espaço público da cidadania, na atualidade, não pode ser mais do que uma anedota. A Idade Contemporânea celebrou o triunfo da cidadania justo no momento em que esta se fazia mais impossível do que nunca. E desde então não se fez mais do que insistir no mesmo mal entendido. Quanto mais o mundo se converte em um açougue no qual cinquenta multinacionais disputam a dentadas a carne de homens e mulheres, mais se fala e fala do Estado de direito.

Essas revoluções foram derrubadas⁵, mas paradoxalmente continuam a ser dramaticamente importantes no teatro da história de longo prazo.

⁴ A democracia liberal é apenas uma dentre várias formas de governo do capitalismo. Outras formas foram o nazismo e fascismo. As burguesias latino-americanas em alianças com burguesias metropolitanas, em especial dos Estados Unidos da América, historicamente instalaram sangrentos regimes ditatoriais em vários países.

⁵ “Em 1991, a URSS, por certo, não ‘caiu sozinha’. [...] Daqueles que descreveram o recente fim da URSS, ninguém ou quase ninguém referiu que um dos objetivos explícitos da Iniciativa de Defesa Estratégica, lançada em 1983 pela equipe Reagan, era ‘pôr de joelhos a potência soviética’, abalá-la e depois arruína-la por meio de um relançamento desenfreado da corrida armamentista. Parece-nos, por isso, absolutamente evidente o caráter mistificador de categorias que pretendem definir como processo puramente espontâneo e interno uma crise que não pode ser separada da formidável pressão exercida pelo campo adverso. E a categoria de ‘implosão’ ou de ‘colapso’, assim como todos os seus sucedâneos [...] poderia, portanto, ser incluída numa mitologia apologética do capitalismo e do imperialismo. Ela só serve, como escreveu D. Losurdo, para ‘coroar os vencedores’” (SALEM, 2008, p. 37-8).

Os elementos básicos da desigualdade nas sociedades de classes, as prerrogativas de linhagem, a ascendência das forças sobrenaturais sobre as estruturas de poder, a guerra, o colonialismo e imperialismo, o racismo, o sexismo e antes de tudo, o dinheiro, seguem atuando mais ou menos triunfalmente, como o vêm fazendo no transcurso dos milhares de anos das sociedades de classes (FERNANDEZ-ARMESTO, 2002)⁶. A tendência à polarização social de classes vaticinada por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* (1968) para a sociedade contemporânea, que pareceu ser contraditada pelo interregno de *welfare state* do pós-guerra, retomou seu curso sob o capitalismo neoliberal.

No entanto, não há porque acreditar que a humanidade esteja simplesmente conformada com essa situação. Por um lado, as situações sociais objetivas que constituíram a base da irrupção das grandes revoluções seguem presentes. Por outro lado, os valores de liberdade e igualdade introduzidos no proscênio histórico por aquelas revoluções são invariavelmente retomados por praticamente todos os movimentos sociais portadores de elementos anti-sistêmicos que se apresentam na arena política. Uma evidência da importância que essas categorias passaram a ter no mundo contemporâneo, talvez se encontre no fato de que o próprio capitalismo vê a necessidade ou conveniência de emoldurar suas políticas predatórias com o manto da retórica democrática e civilizadora.

É nesse sentido que podemos afirmar que se, por um lado, essas revoluções foram derrubadas pela luta de classes, por outro, elas são vitoriosas, pois todas as lutas sociais que desde a Revolução Francesa as classes subalternas vêm opondo aos donos do mundo estão de algum modo iluminadas pela aspiração de mudanças antitéticas à ordem estabelecida.

No entanto, entre 1970 e 2000, os movimentos populares de luta contra o capitalismo sofreram um portentoso refluxo em todo o mundo, o que na América Latina fez-se ainda mais marcante dada a sua história de conflitos.

São várias as determinantes que poderiam ser arroladas para explicar esse refluxo. Porém, uma das principais determinantes foi a reversão do

⁶ Fernandez-Armesto (2002) não escreve sob a perspectiva teórica das classes sociais. Contudo, o enorme conjunto de indicadores empíricos que seu trabalho oferece é perfeitamente passível de ser reinterpretado segundo um foco de classes.

socialismo histórico e o concomitante sucesso do capitalismo. A derrubada do socialismo histórico não foi nada menos do que a aparente derrota das categorias de emancipação enunciadas pelas referidas revoluções. Diante da estatura do fenômeno, compreendemos que uma profunda crise ideológica tenha se abatido sobre as classes trabalhadoras e que estas tenham adentrado numa era de torpor político.

Um movimento inverso foi percorrido pela burguesia. Uma vez suprimido o antagonista, que malgrado todos os seus problemas era uma força de contenção do capital e de alento dos trabalhadores, a burguesia típica empolgou o poder em todo o mundo ingressando na era do neoliberalismo. A influência material do neoliberalismo sobre todos os países cresceu explosivamente, e a sua ascendência política foi tão grande que os seus ideólogos julgaram-se aptos a enviar para o escaninho histórico das utopias supostamente descabeladas os valores de igualdade e liberdade substantivas, vaticinando o fim da história no triunfo absoluto do capitalismo.

Hoje, quando o acúmulo de problemas coloca a economia mundial à beira de uma assombrosa crise (LI, 2008; DIERCKXSENS, 2008), já podemos olhar o ufanismo neoliberal com certo distanciamento. A crise política e intelectual das forças populares não foi ainda debelada. No entanto, na América Latina, desde fins do século passado, as massas populares de vários países voltaram a se movimentar, muitas vezes tempestuosamente, recuperando valores das revoluções francesa e russa em franca oposição às políticas do capitalismo neoliberal, pretensamente democráticas. Mas, antes mesmo de ocorrerem as manifestações de massas, ainda sob a plena ascendência neoliberal, os trabalhadores vinham ensaiando diversas ações autônomas e inovadoras que buscavam de algum modo recompor, mesmo que fragmentariamente, sua iniciativa política e sua capacidade de se antepor ao sistema.

Este é o caso das organizações de trabalho associado na vigência do capitalismo e da hegemonia política da burguesia. O trabalho associado remonta a meados do século XIX e a sua relevância vem se apresentando mais em virtude do potencial de resistência dos trabalhadores ao capital do que propriamente por sua presença quantitativa na sociedade. Porém, a partir de 1980, em muitos países do mundo, mas particularmente na América Latina, o trabalho associado vem adquirindo um maior empuxe e visibilidade.

O trabalho associado encontra-se inextricavelmente ligado à mudança social. A criação ou recuperação de uma unidade de trabalho sob sua égide é um ato de mudança, porque ao afastar-se de imediato do paradigma dominante de organização do trabalho, erige-se sobre relações de produção relativamente democráticas. Esta sua característica encontra-se no fato de que todas as teorizações que buscam a inteligibilidade do fenômeno coloquem a questão da mudança da ordem estabelecida. O motivo é evidente. Para que os benefícios democráticos do trabalho associado sejam de fato historicamente relevantes, estes devem transcender, quantitativa e qualitativamente, uma situação social de subalternidade ou mera complementaridade da atividade capitalista.

Portanto, a mudança social encontra-se tanto nos atos concretos de estabelecimento de unidades de trabalho associado, quanto nas ilações teóricas ou ideológicas que buscam determinar o seu sentido e direção histórica. Porém, aqui terminam as confluências. As unidades de trabalho associado apresentam diversas variantes de organização, e as teorizações a seu respeito chegam ao ponto de se contraditarem em suas formulações.

O termo *trabalho associado* aparece mais comumente na literatura como uma expressão para referir-se às cooperativas de trabalhadores. Entretanto, neste texto, nos referimos a uma determinada variante do trabalho associado, ou seja, aquela que do nosso ponto de vista apresenta um maior potencial para impulsionar a mudança social, e que não toma necessariamente a forma de cooperativa e nem tampouco faz parte orgânica do cooperativismo. Uma vez apresentada essa variante, polemizamos com certo cânone de pensamento presente em diversas correntes que tratam do tema, o qual defende que a expansão do trabalho associado, até o ponto de se tornar geradora de mudança social sistêmica, pode ser realizada predominante pela via econômica. Finalmente, sustentamos que o trabalho associado é uma estrutura contraditória altamente instável frente à dominação capitalista, ou seja, uma estrutura de transição cuja possibilidade de desenvolvimento de modo algum pode prescindir de sua articulação com um amplo movimento de luta anti-sistêmico e pela instauração da democracia real ou socialismo.

1. O trabalho associado mais-democrático

Na literatura, *trabalho associado* aparece mais usualmente como uma expressão equivalente a cooperativas populares ou de trabalhadores. De fato, na vigência do capitalismo e da hegemonia política burguesa, a maior parte das organizações de trabalho associado (OTAs) toma a forma jurídica de cooperativas. Entretanto, há diversas formas de OTAs sob regimes jurídicos legais ou simplesmente *de facto*.

O trabalho associado apresenta variantes substantivas distintas. Todavia, neste texto, e sob as condições assinaladas, discutiremos em linhas genéricas as principais determinantes das OTAs *mais-democráticas* (VIEITEZ; DAL RI, 2001, p. 119-126), pois defendemos que estas, em princípio, apresentam maior propensão a se engajarem em processos de mudança social.

O perfil evolutivo de uma OTA, que em parte está indicado pelas determinantes que apresentamos em continuidade, encontra-se quase sempre sobredeterminado pela incidência da situação ou conjuntura histórica das formações sociais capitalistas na qual se situa e, também, pela influência de movimentos ou organizações mais amplos que em geral são dotados de programas próprios.

Quanto às situações históricas a que podem estar sujeitas as formações sociais, as que convêm destacar são: presença de hegemonia política e ideológica da burguesia; crise de hegemonia burguesa com ação de forças anti-sistêmicas; situação revolucionária.

Como assinalado, organizações de trabalho associado encontram-se presentes na sociedade desde meados do século XIX. Se considerarmos a magnitude dos seus empreendimentos, concluímos que esta atividade atravessou quase dois séculos sem deixar de ocupar um lugar excêntrico no conjunto das atividades econômicas. Com o advento da fase do capitalismo neoliberal, o trabalho associado cresceu juntamente com o crescimento do cooperativismo, da economia solidária, da economia social, dos empreendimentos de autogestão, dentre outras denominações que abrigam diversificadas formas de cooperação.

No entanto, a presença secular do trabalho associado, mesmo na condição de fenômeno intersticial da ordem social capitalista, num sentido determinado é significativa. O trabalho associado dá testemunho da

resistência secular dos trabalhadores ao trabalho alienado, mostra sua inclinação latente para a igualdade social, reatualiza a cada novo empreendimento os valores de liberdade e igualdade e acumula experiências e saberes que se agregam ao patrimônio histórico do Movimento Operário Popular (MOP). Porém, o trabalho associado na vigência da dominação do capital encontra-se permanentemente pressionado e o perigo de involução democrática ou mesmo de extinção ronda cada OTA.

A Revolução Russa é o exemplo clássico de situação revolucionária. Uma característica central de uma revolução social é que as massas tomam subitamente consciência de sua força, e essa consciência desenvolve-se com um ímpeto ininterrupto e com uma espantosa amplitude. Foi assim que no torvelinho político e social resultante da revolução, o heterogêneo movimento pelo controle operário das fábricas, que gerou embriões de trabalho associado, foi tanto um impulsor da revolução quanto sua decorrência.

A Venezuela atual é exemplo de uma situação em que a hegemonia burguesa encontra-se estremecida, enquanto que o governo, ou parte dele, juntamente com setores populares, encontra-se aparentemente empenhado em mudar a sociedade. Neste ambiente de alta energia política transfixado pela finalidade de mudança, o trabalho associado emerge tão rapidamente quanto rapidamente mudam as suas formas de organização. Um caso emblemático é o da *Inveval*, originariamente *Constructora Nacional de Válvulas*, fábrica metalúrgica produtora de válvulas para a indústria petrolífera, localizada em Carrizal, Los Teques. A Inveval passou rapidamente da condição de fábrica ocupada à condição de cooperativa de trabalhadores em co-gestão com o Estado. Em seguida, em parte por instância dos próprios operários, a empresa foi estatizada, mas sob o compromisso de o Estado preservar a autonomia do *conselho de fábrica* e, portanto, o controle do empreendimento pelos seus trabalhadores.

Em 2003 e 2004, tendo em vista tantos tropeços sofridos, decidimos tomar a entrada da empresa. Permanecemos aí dois anos, em acampamento. Em dezembro de 2005 nos entregaram a chave. E aí começamos. Já tínhamos a cooperativa. Somos trabalhadores do Estado, mas como isto está começando [...] Teremos que nos reunir, pois teremos que fazer uma espécie de estatutos. Como estamos como Estado, a visão que estamos tendo é que a empresa passa a mãos do Estado totalmente, mas será sob o controle dos trabalhadores⁷.

⁷ Entrevista realizada em janeiro de 2008 na Inveval com os trabalhadores Rolando e Ramón do Conselho de Fábrica da empresa.

Essas observações têm o intuito de fazer um esclarecimento. Em seguida apresentamos as determinantes elementares daquela forma de trabalho associado que no nosso entender encontra-se melhor contemplada para o desenvolvimento democrático e, portanto, para contribuir para com a mudança social. Entretanto, esse rol de determinantes não deve ser tomado como uma tipologia, mas sim compreendido como um conjunto de determinações com certa capacidade de ensejar um vetor evolutivo às OTAs, mas que, no entanto, pode ter, e frequentemente tem seu curso modificado por organizações ou movimentos mais inclusivos e situações histórico-sociais diferenciadas.

Em seguida apresentamos as principais características do que estamos denominando de trabalho associado mais-democrático enfatizando as suas instâncias basilares: a associação; a propriedade; o poder; a distribuição; e as relações com os movimentos sociais.

A constituição de empresa de trabalho associado

No capitalismo os trabalhadores são organizados coletivamente em unidades de trabalho com o objetivo de prestarem um serviço ou produzirem um bem num sistema de cooperação para o capital. O trabalho associado surge quando essa mesma força de cooperação coletiva é empregada pelos trabalhadores com o objetivo de instituírem um sistema de cooperação **autônomo** ou **para si**.

Este sistema de cooperação autônomo incide sobre praticamente todos os determinantes constituintes da organização. No entanto, uma dimensão fundamental no conjunto das mudanças que ocorrem está em que o trabalho associado altera o modo de *apropriação do excedente econômico no empreendimento*. Uma outra determinante básica é a constituição de relações no trabalho baseadas na distribuição igualitária⁸ de poder e riqueza.

Em geral, o arcabouço legal que regula as cooperativas não coincide totalmente com a modalidade de trabalho associado que aqui estamos

⁸ O termo igualitário expressa aqui uma tendência e não uma igualdade em sentido estrito. Também convém ter presente que a realização da igualdade real entre os trabalhadores não pode ocorrer sob a vigência da lei do valor mesmo que os valores dos proventos dos trabalhadores sejam monetariamente iguais.

apresentando, embora a legalidade cooperativa seja usualmente utilizada pelas OTAs. Isto significa, em última análise, que o trabalho associado mais-democrático se institui mediante a aprovação de uma **constituição de empresa**, seja esta formal ou informal, que define e regula a natureza das relações de produção no âmbito da organização.

Em qualquer modalidade de trabalho associado, a elaboração desta constituição corporativa é realizada pela instância máxima de tomada de decisões que é a assembléia geral dos trabalhadores. Os delineamentos básicos desta constituição podem ocorrer numa única assembléia ou no decurso de várias, com maior ou menor grau de formalização, e ainda com maior ou menor grau de consciência por parte dos trabalhadores de que nesse processo são colocados os fundamentos da sociabilidade de uma organização de trabalho associado.

Diferentemente do assalariado que pode ser demitido a qualquer momento, o trabalhador de uma OTA, uma vez admitido como associado, integra-se à comunidade de trabalho em princípio indefinidamente, salvo por intercurso de alguma recorrência pessoal grave. Portanto, os critérios para a admissão e demissão de associados são reveladores.

Nas cooperativas de um modo geral é usual que se cobre dos novos associados uma taxa de ingresso, uma vez que os associados não são proprietários de capital. Nas OTAs mais-democráticas estas taxas de ingresso ou não são cobradas, ou tendem a ser simbólicas. Tanto a admissão quanto o desligamento de associados é determinado em última instância pela assembléia geral dos trabalhadores e os desligamentos são excepcionais.

Em síntese, é mediante um ato de vontade política societária⁹ que os trabalhadores decidem constituir uma associação para organizar o seu próprio trabalho, estabelecendo as normas e procedimentos que definem parte significativa das relações sociais do empreendimento de trabalho associado mais-democrático.

⁹ A (des)politização da sociedade e o confinamento da política a determinadas instâncias do Estado é tanto uma técnica operacional da política burguesa quanto um mecanismo de controle das classes subalternas.

A propriedade

No contexto do capitalismo, a maior parte das OTAs mais-democráticas é detentora do que podemos denominar de *propriedade associativa*, ou seja, uma variante modificada da propriedade privada. Uma dimensão diferencial básica é que inversamente do que ocorre na propriedade privada típica, na propriedade associativa os trabalhadores individualmente considerados não detêm qualquer fração do capital. Não há a possibilidade de associação mediante a inversão de capital. E, tampouco há a possibilidade de enriquecimento pessoal, uma vez que a natureza da distribuição nas OTAs impossibilita que a riqueza gerada pelo trabalho se concentre em mãos de uns poucos, do que resulta que os associados sempre dependerão do seu trabalho para a obtenção de um provento regular.

Apesar dessas modificações, a propriedade associativa, no que diz respeito a sua inserção jurídica e também real, social e econômica, segue sob a lógica da propriedade privada dos meios de produção. Isto ocorre porque, se por um lado ela pertence a um coletivo de trabalhadores e, neste sentido, encontra-se mais socializada, por outro lado, como qualquer outra do mesmo estatuto, ela é detentora de uma grande autonomia, quase que uma espécie de soberania frente à totalidade social. Esta é uma das razões pelas quais as OTAs sob o capitalismo, passado mais de um século, seguem sendo tipicamente produtoras de mercadorias. A diferença em relação à propriedade privada mais usual é que esta variante, em princípio, apresenta virtualidades favoráveis à socialização democrática que não existem na pequena ou grande propriedade capitalista.

Há indícios de que a forma de propriedade mais promissora para ao trabalho associado sob o capital é a propriedade estatal. No entanto, o trabalho associado apenas pode preservar sua peculiaridade se a estatização for acompanhada da concessão aos trabalhadores de relativa autonomia de gestão

A propriedade estatal combinada com a autonomia de gestão dos trabalhadores ocorreu na Revolução Russa, porém, em determinadas fábricas e durante um breve período. Depois de um tempo a autonomia de gestão foi anulada e substituída pelo poder hierárquico verticalmente organizado dos diretores nomeados pelo Estado.

A empresa estatal combinada com a autonomia de gestão dos trabalhadores recentemente reapareceu na Venezuela de forma embrionária.

Neste país o governo está facilitando a emergência de várias formas de trabalho associado, dentre as quais a empresa estatal *bajo control obrero*. Entretanto, a posição do governo não é muito clara. Por um lado, recentemente o presidente Hugo Chávez fez elogios ao modelo de estatização sob controle dos trabalhadores. Referindo-se à audiência concedida por Chávez aos trabalhadores da Inveval, Antonio Betancourt e Pablo Comenzana (2008, p. 1-2) ligados a essa empresa, contam que o Presidente elogiou os trabalhadores afirmando que eles estão compreendendo o processo vivido pela Venezuela.

Também os felicitou pela forma em que estão dirigindo a empresa por meio do conselho de fábrica, tendo ressaltado que são os únicos a compreenderem como é preciso fazer as coisas, e que devem ser um exemplo para as demais empresas, que é necessário difundir sua experiência porque desse modo devem funcionar as empresas socialistas. Em seguida agregou que logo a Inveval passaria a ser uma empresa 100% estatal, mas preservando-se o controle dos trabalhadores sobre a mesma por meio do Conselho de Fábrica, tal como vem ocorrendo até agora.

Contudo, por outro lado, o posicionamento do Ministério do Trabalho da Venezuela e em geral o da burocracia do Estado parece favorecer a manutenção de formas hierárquicas do trabalho. Na Invepal, fábrica de papel situada na cidade de Morón, Estado de Carabobo, que em tese é uma empresa de co-gestão, a cooperativa dos trabalhadores foi ignorada na prática e o Ministério do Trabalho estabeleceu uma administração hierárquica sob controle direto de funcionários do Estado¹⁰.

A história do MOP é uma história de divisões em função de divergências políticas, programáticas e outros interesses. No campo do trabalho associado não é diferente, e um dos quesitos que ensejam a discórdia é o da propriedade.

Uma posição polar é a do cooperativismo tradicional que tem como referência a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Na ACI o trabalho associado é apenas uma das modalidades de cooperação que integra o campo cooperativista¹¹, pois, de acordo com a visão deste movimento, a propriedade privada é a garantia da autonomia das cooperativas.

¹⁰ Conforme dados coletados em colóquio realizado com um grupo de trabalhadores da cooperativa Invepal, cidade de Morón, Venezuela, em janeiro de 2008.

¹¹ Este movimento cooperativista de há muito abandonou suas raízes populares, uma vez que juntamente com cooperativas de trabalhadores afilia cooperativas de capitalistas.

Num outro pólo encontra-se uma corrente política que tem como referência o processo da Revolução Russa. Essa corrente tem forte crítica às cooperativas por considerar que reproduzem o corporativismo e o egocentrismo da empresa capitalista. Essa vertente defende a ocupação das fábricas e sua estatização sob o controle dos trabalhadores. Contudo, neste momento, não é claro se o preconizado controle dos trabalhadores é o controle operário que o Partido Bolchevique defendeu durante a revolução, que era uma modalidade de supervisão, ou se os próprios trabalhadores devem gerir as unidades de trabalho.

Negação do trabalho assalariado

Uma das características mais importantes das OTAs mais-democráticas é a rejeição prático-ideológica do trabalho assalariado, seja em sua forma típica, seja sob forma disfarçada ou indireta. O trabalho assalariado apenas é admitido em caráter supletivo ou emergencial.

As legislações sobre cooperativas dos diversos países variam quanto a isto. Em geral, entretanto, elas possibilitam uma utilização significativa de trabalhadores assalariados. Além disto, não é raro que as cooperativas que já utilizam trabalho assalariado ou dependente não tenham pruridos em contornar a lei cooperativa para expandirem a sua planilha de trabalhadores assalariados para além do legalmente permitido.

A utilização de um segmento de trabalhadores assalariados estabelece imediatamente a exploração de um grupo por outro e constitui um segmento de trabalho tipicamente alienado. Há justificativas práticas para a adoção desse procedimento. Contudo, o seu uso, mesmo que mitigado, choca-se com os próprios objetivos de existência de uma OTA democrática, sendo uma contradição nos termos.

Entretanto, a inexistência de uma legislação democrática e específica para esse tema, demanda que a não utilização do trabalho subordinado seja o resultado de uma deliberação do coletivo de trabalhadores associados.

Distribuição do excedente econômico

O excedente econômico, ou seja, o que restou após o pagamento de todos os fatores de produção, é dividido entre os associados em parte iguais.

Quanto aos proventos mensais dos associados, a distribuição tem como referência a igualdade, podendo ser chamada de eqüitativa. Este tipo de distribuição se caracteriza pelo fato de que o intervalo entre o piso e o teto dos valores das retiradas é pequeno, situando-se em geral na proporção de um para três.

De fato, o estabelecimento de retiradas aritmeticamente iguais é muito difícil na prática sob o domínio da lei do valor de mercado. Mas, em geral, as diferenças existentes observáveis nas organizações que praticam esse princípio decorrem mais de montantes diferenciais de trabalho prestado, e das necessidades dos associados, do que propriamente de critérios decorrentes de concepção meritocrática, que é dominante na sociedade. Assim, por exemplo, em muitas cooperativas de produção agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o montante de horas trabalhadas para além da jornada obrigatória resulta em certo diferencial de rendimentos (DAL RI; VIEITEZ, 2008). Já na fábrica Zanon, situada na cidade de Neuquém, Argentina, são as diferentes necessidades dos trabalhadores que geram diferentes rendimentos. Os mais antigos na empresa, ou seja, os mais velhos recebem um pequeno *plus* extraordinário, assim como os que têm família mais numerosa, ou os que necessitam de cuidados médicos.

A retribuição igualitária é mais fácil de praticar nas OTAs que apresentam uma composição profissional mais simples e homogênea, vale dizer, uma composição profissional menos transfixada por premissas educacionais escolares, uma vez que a escola capitalista, habilitadora universal da força de trabalho no sistema, realiza também uma indexação profissional supostamente baseada no mérito profissional. Assim, por exemplo, as profissões superiores são mais bem remuneradas que as que demandam curso médio e estas melhor pagas que as que requerem apenas o ensino fundamental.

É muito difícil para uma OTA que apresenta uma escala profissional diversificada implementar uma política de distribuição igualitária, encontrando-se mais nesses casos, e não sem dificuldades, uma escala eqüitativa¹².

¹² Também convém ter presente que a realização da igualdade real entre os trabalhadores não pode ocorrer sob a vigência da lei do valor. E a questão da igualdade está longe de poder ser reduzida à distribuição monetária dos proventos.

Nas OTAs a distribuição é comumente um dos eixos, ou o eixo principal, em torno do qual se reapresentam os conflitos de classe típicos da sociedade capitalista. A estrutura de classes, a composição do sistema de *status* social, o dinheiro, a estrutura de consumo vigente e o sistema escolar, propiciam uma tendência poderosa à promoção da desigualdade, e o florescimento desta não é outra coisa do que a corrosão da democracia na OTA. Portanto, a questão da pressão social que clama por desigualdade nunca está realmente resolvida nas OTAs sob o regime burguês, o que demanda uma luta difícil e recorrente contra ela.

O poder

O núcleo do poder no trabalho associado está na assembleia geral dos trabalhadores. Em princípio, a assembleia dos trabalhadores que originariamente funda a OTA e aprova os estatutos e normas, no desenvolvimento da vida da organização transforma-se na instância mais importante de tomada de decisões.

Na variante de trabalho associado que estamos aqui considerando encontramos duas práticas básicas de organização de poder: a representativa e a horizontalizada. Na prática *representativa*, embora a assembleia seja a principal instância de poder, na maior parte do tempo as decisões são tomadas pelo Conselho Administrativo ou Conselho Diretor eleito pelos associados. Essa é a modalidade típica que em trabalho anterior (VIEITEZ; DAL RI, 2001) denominamos de gestão de quadros.

Na prática que estamos denominando de *horizontalizada*, a maior parte das decisões são tomadas nas assembleias gerais e, geralmente, a OTA possui órgãos intermediários para discussão e tomada de decisões setoriais. Neste segundo tipo, embora o executivo tome decisões, ele tem menos autonomia do que no caso anterior e atua predominantemente como um instrumento de execução das decisões tomadas pela assembleia. Os quadros continuam tendo ascendência na OTA por suas qualidades intelectuais e experiência, no entanto, o poder encontra-se mais descentralizado. Nas OTAs desse tipo há uma preocupação do coletivo em fazer com que todos os trabalhadores tenham oportunidades de adquirir experiências profissionais, administrativas e políticas.

2. Trabalho associado, mudança social e concepção de mundo

No tópico anterior evidenciamos as determinações básicas das OTAs mais-democráticas que, em nosso entender, apresentam maior potencial para preservar relações de trabalho democráticas e para auxiliar ou impulsionar mudanças sociais mais amplas de signo também democrático. Neste tópico, discutimos a condição do trabalho associado diante da perspectiva de mudança social totalizadora.

O trabalho associado introduz mudanças importantes, subversivas incluso, nas unidades de produção sob seu controle. Neste sentido, o trabalho associado traz consigo, imanentemente, a idéia de mudança social desde as suas origens. Contudo, desta característica não se depreende automaticamente que os trabalhadores associados tenham uma visão de mudança socialmente totalizadora, e muito menos que se empenhem em ações sociais para além das unidades de trabalho com esse propósito. Além disso, as ideologias, teorias ou movimentos sociais que de algum modo se preocupam com o fenômeno, ou que estão organicamente ligados a ele, têm posições distintas e até contraditórias quanto ao seu significado social, em especial quando o trabalho associado se apresenta na vigência da hegemonia política burguesa e sob o estatuto jurídico de propriedade privada dos meios de produção.

Recordemos brevemente algumas das posições ou influências que pontuaram historicamente este tema e que ainda hoje seguem presentes.

Os *socialistas utópicos* foram muito importantes num determinado momento histórico do movimento operário e popular e tiveram grande influência na formação do cooperativismo moderno. Alguns deles, como Robert Owen, por exemplo, foram importantes no movimento operário, contribuindo para sua organização e suas lutas. Mas, supuseram que seria possível construir uma nova sociedade mediante a criação de comunidades alternativas microcósmicas, que poderiam expandir-se a expensas da ordem estabelecida e sem a necessidade de guerrear com o capitalismo diretamente nas empresas ou com as forças do Estado.

Os cooperativistas, que construíram um movimento de âmbito mundial, acreditam que a organização das atividades econômicas mediante cooperativas é em si mesma a grande e suficiente mudança social a ser promovida. A cooperativa aparece aqui como o verdadeiro demiurgo da

reorganização social. Em consequência, todos os sujeitos sociais que organizam cooperativas observando os princípios são considerados cooperativistas, independentemente de suas *situações* e *posições de classe*. Em termos de mudança social, o problema a ser considerado é, portanto, basicamente, o problema da universalização na sociedade do modelo cooperativista de atividade econômica baseado na propriedade privada. Fundamentalmente, o movimento cooperativista declara-se politicamente neutro. É certo que as cooperativas estão em luta com as empresas capitalistas, mas nesta visão isto ocorre pela competição econômica e não pela luta política e social.

A organização cooperativa tende naturalmente a internacionalizar-se qualquer que seja o aspecto que possa tomar a orientação econômica e social, uma vez que o primeiro princípio da cooperação é a associação, isto é, a unidade. Sua essência consiste em buscar uma solução aos problemas coletivos graças a uma ação a partir da associação, a título individual, de homens e mulheres em sociedades cooperativas; e em seguida, mediante a conjunção dessas associações cooperativas em federações; finalmente o curso natural de sua evolução conduz à organização, por meio de federações de alcance nacional, de instituições internacionais que têm por objeto a assistência mútua e o acordo para o progresso dos interesses comuns (WATKINS, 1973, p. 15).

O materialismo histórico diferencia-se radicalmente do socialismo utópico e do cooperativismo. Os seus fundadores entenderam como positiva a criação de cooperativas de trabalhadores, considerando que a formação dessas organizações era uma indicação de como um novo modo de produção poderia emergir a partir do velho (MARX, 1991, p. 509). Contudo, eles não atribuíram a essas organizações nenhum papel especial no revolucionamento da sociedade capitalista. Para os fundadores do materialismo histórico os sujeitos deste movimento de transformação são os assalariados, particularmente o operariado, e o método visando à transformação é a luta de classes contra as instituições capitalistas, que deve culminar na conquista do Estado e, subsequentemente, em todo o revolucionamento da ordem social.

Com o advento do capitalismo neoliberal, observamos o florescimento de organizações de trabalho associado, a maioria das quais toma a forma legal de cooperativas. Inúmeras destas cooperativas de trabalhadores colocam-se sob influência da legislação cooperativa ou

integram o movimento cooperativista tradicional, que tem na ACI o seu norte. Porém, concomitantemente, formam-se visões e organizações novas que contraditam o cooperativismo tradicional. Estas organizações apresentam um importante elemento comum: a rejeição do pluralismo de classes pretensamente neutro do cooperativismo tradicional e a opção unilateral pelos trabalhadores. No Brasil surgem diversas iniciativas de cooperativas populares: a economia solidária, as fábricas de autogestão, o sistema cooperativista do MST, dentre outras. Na Argentina notabilizaram-se recentemente as fábricas recuperadas. E, na Venezuela o governo faz um esforço para estimular a formação de novas cooperativas de trabalhadores, que se multiplicaram.

A emergência deste renovado impulso do trabalho associado, concomitantemente à formação de novas organizações dirigentes ou de referência, colocou uma vez mais a questão de qual é o papel que essas organizações podem ou devem desempenhar na sociedade de classes com relação à transformação social.

Há visões e respostas divergentes para essa questão. Mas, neste espaço vamos comentar apenas uma dessas posições que, na ausência de melhor termo, denominamos de proposição *immanentista*¹³. Essa posição encontra-se apenas aflorada no plano propriamente teórico. Entretanto, está amplamente disseminada na literatura sobre as cooperativas de trabalhadores, a qual, segundo Gutierrez (2004, p 9-24), antes de examinar criticamente o fenômeno, encontra-se por ora mais voltada para divulgá-lo segundo visão otimista e esperançosa. Nessa visão, variavelmente subjaz uma perspectiva immanentista.

Essa corrente preserva um vínculo com os *socialistas utópicos* e com o movimento cooperativista. Isto não deixa de ser paradoxal, dado que uma marca de sua práxis é a negação do pluralismo social presente no cooperativismo e, conseqüentemente, a assunção da tese de que apenas os trabalhadores podem desenvolver associações para o trabalho conseqüentes

¹³ No Brasil, o immanentismo é bastante presente, por exemplo, na economia solidária, a qual atualmente é uma das mais importantes referências para o trabalho associado. O tipo de impostação esposada pela economia solidária situa-se em vivo contraste com outra organização promotora de trabalho associado, a Confederação Brasileira das Cooperativas da Reforma Agrária (CONCRAB) ligada ao MST, muito embora alguns autores classifiquem a CONCRAB no campo da economia solidária.

com valores democráticos transcendentais à chamada democracia liberal e, portanto, conseqüentes com a mudança social de natureza revolucionária.

Podemos dizer, grosso modo, que o imanentismo se caracteriza por acreditar na superioridade política e econômica da unidade de trabalho associado em relação à empresa capitalista, com os seguintes desdobramentos: a) a maior capacidade econômica das organizações de trabalho associado, conjuminada com as dificuldades aparentemente crescentes de reprodução do capitalismo, conduzirão as OTAs à expansão ilimitada, a qual culminará na sedimentação de um novo e irresistível modo de produção; b) *pari passu*, o caráter democrático do trabalho associado, que se contrapõe à natureza despótica do capitalismo, desenvolverá competências e motivações que atrairão as massas para o trabalho associado contribuindo para que este se torne dominante.

Em continuidade, apresentamos resumidamente argumentação indicativa de que a assunção dessa teleologia para o trabalho associado sob a égide da propriedade privada, da dominação capitalista e da hegemonia política da burguesia, não se apresenta como plausível.

O fulcro do problema parece decorrer, sobretudo, da visão de que o capitalismo é primordialmente uma economia, ou seja, uma constelação de sujeitos econômicos egocêntricos, os quais acabam por promover a alocação racional dos fatores econômicos, mediamente e não intencionalmente, competindo no mercado e guiados pela *smithsoniana* mão-invisível.

Essa teoria, extremamente útil para a gestão econômica, política e ideológica do capitalismo pela burguesia, refere-se a uma ordem de problemas do sistema tão importante quanto parcial. Esta é uma das razões do porque Marx apresentou o seu estudo *O capital* (1972), com o subtítulo de *crítica da economia política*, e não simplesmente da economia. Uma idéia central no trabalho de Marx (1982, p. 228-229) é a tese de que a economia política capitalista está baseada num sistema geral de roubo do tempo de trabalho alheio.

Parece evidente que o roubo do tempo de trabalho alheio não pode ser classificado como fato meramente econômico, embora assim apareça à sociedade, e nem tampouco pode ser identificado com uma pretensa racionalidade de alocação de fatores econômicos. O roubo do tempo de

trabalho alheio em âmbito societário é um fenômeno ao mesmo tempo econômico e político, que demanda também uma *administração* político-ideológica, além de econômica. Afora isso, o roubo do tempo de trabalho alheio, erigido em sistema de dominação de uma classe sobre as demais, não pode prescindir de uma *administração* policial e militar, sendo pouco provável que o capitalismo possa sobreviver por um dia sequer sem o controle social, virtual ou *manu militari*, exercido por suas forças armadas, como o indica claramente o desenvolvimento da história das classes trabalhadoras (PERRAULT et al., 1998).

Além do mais, é preciso considerar que o roubo do tempo de trabalho alheio jamais esteve adstrito àquela forma típica ou específica ao capitalismo que Marx denominou de *mais-valia*. O próprio Marx (1972, p. 607-649) demonstrou em *A denominada acumulação originária*, que a formação do capitalismo é indissociável da pilhagem planetária do excedente econômico produzido por outras civilizações. Esse fato pode ser observado, também, por meio de outras leituras, como, por exemplo, a narrativa epopéica, empírico impressionista do navegador português Fernão Mendes Pinto (2001). No entanto, é o próprio Marx (1972, p. 607) que, na introdução do capítulo citado, alerta-nos quanto às interpretações *piedosas* do sistema de acumulação capitalista.

Tão pronto se apresenta o problema da propriedade, se converte em um dever sacrossanto abraçar o ponto de vista da cartilha infantil, como o único que convém a todas as idades e a todos os períodos. Mas é sabido que na história real desempenham um grande papel a conquista, a escravização, o roubo e o assassinato; a violência, em uma palavra. Na doce economia política, ao contrário, reinou sempre o idílio. As únicas fontes de riqueza foram desde o primeiro momento a lei e o ‘trabalho’ [...].

Nessa linha de pensamento, comentando as relações entre a economia e a política, Lukács (2007, p. 126-127) afirma:

[...] a tão popular contraposição de violência e de economia, no melhor dos casos é metafísica e não dialética. A violência pode ser uma categoria econômica imanente. No tratamento da renda do trabalho, por exemplo, Marx indica que sua essência, a mais-valia ‘só pode ser extraída por coação extraeconômica’. Além do mais, quanto a isto analisa as condições econômicas em que se baseia a existência da renda do trabalho, acrescentando, porém, que ‘apenas a coação produz aqui a realidade a partir da possibilidade’.

Entretanto, *A denominada acumulação originária* pode induzir à impressão de que os métodos drásticos de acumulação e conversão às relações capitalistas de produção foram acontecimentos das origens, e que, afinal, o capitalismo civilizou-se. Não foi e nem é o que acontece. Wallerstein (1994) demonstra que *o roubo do tempo de trabalho alheio*, na forma de mais-valia ou de outras modalidades de apropriação do excedente econômico, constitui um dos fundamentos da grandeza, riqueza e poder de todas as potências do sistema de economia mundo, passadas ou presentes, o que inclui os diversos tipos de colonialismos ou imperialismos.

Poderíamos multiplicar as referências, porém, vamos assinalar apenas duas mais recentes.

O livro *Confissões de um assassino econômico* apresenta-nos o testemunho de um homem de ação que atuou como sujeito operador das políticas de apropriação encetadas por países e organizações hegemônicas. Eis um excerto de suas *confissões*.

‘Assassinos econômicos’ [...] são profissionais altamente remunerados cujo trabalho é lesar países ao redor do mundo em golpes que se contam aos trilhões de dólares. Manipulando recursos financeiros do Banco Mundial, da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), além de outras organizações americanas de ‘ajuda’ ao exterior, eles os canalizam para os cofres de enormes corporações e para os bolsos de algumas famílias abastadas que controlam os recursos naturais do planeta. Entre os seus instrumentos de trabalho incluem-se relatórios financeiros adulterados, pleitos eleitorais fraudulentos, sexo e assassinato. Eles praticam o velho jogo do imperialismo, mas um tipo de jogo que assumiu novas e aterradoras dimensões durante este tempo de globalização. (PERKINS, 2005, p. 9).

Diversamente do caráter de depoimento do texto acima, *Capitalismo gangster* é um estudo acadêmico. Essa pesquisa não tem a pretensão de tratar o gangsterismo como um atributo universal do capitalismo, e situa-se num período determinado da história dos EUA. No entanto, a visão aterradora que oferece, a respeito das práticas contemporâneas da maior potência capitalista do mundo, é plenamente compatível com o espírito prevalecente durante a chamada acumulação originária. O autor mostra que a violência e o banditismo são simbióticos ao funcionamento do capitalismo. E, mais ainda, que infelizmente o *gangsterismo* funcional do capitalismo *respeitável*, que não aparece à sociedade como tal, escondendo-se o quanto pode, tem

alcance e conseqüências muitíssimo mais importantes que sua dimensão mediante propriamente dita.

Após o período Nixon, os promotores públicos e a polícia dos Estados Unidos tiveram êxito freqüente no uso dos poderes de controle do crime organizado de que passaram a dispor, com o objetivo de atacar os gângsteres ou grupos de bandidos que escolhiam. No entanto, a tese central deste livro é que as guerras contra a Máfia e outros grupos de gângsteres foram pouco mais do que uma distração divertida que desviou a atenção em relação a acontecimentos mais importantes, os quais fizeram com que os Estados Unidos voltassem a uma situação de capitalismo gângster semelhante à que ocorrera na década de 1920. Esses acontecimentos abriram oportunidades criminosas para corporações e profissionais numa escala sem precedentes, e a podridão tomou conta do país durante o governo de Richard Nixon. (WOODIWISS, 2007, p. 123).

Em suma, o que desejamos enfatizar aqui é que a alocação racional de fatores econômicos segundo as leis de competição do mercado constitui uma dimensão parcial e unilateral da economia política. De fato, a economia política funciona segundo uma articulação de fatores ao mesmo tempo econômicos, políticos e militares, nos quais o roubo do tempo de trabalho alheio manifesta-se sob as formas mais diversas: da classe dominante sobre as subalternas; e das nações centrais sobre as periféricas. Isso ocorre envolvendo desde sempre a luta pelo acesso vantajoso à força de trabalho, aos mercados, às terras, minérios, fontes de energia e tantos outros fatores. Faz parte da referida visão *piadosa* do capitalismo, a suposição de que esses acontecimentos dizem respeito apenas aos assuntos das grandes nações ou das grandes *corporations*, e que a maioria dos sujeitos econômicos se encontram atuando sob o império da lei e do trabalho. Mantidas as devidas proporções, hoje é praticamente de domínio público que esses procedimentos são moleculares, como nos dão ciência as diuturnas denúncias a respeito do moderno sistema de *acumulação primitiva*, envolvendo corrupção, atos ilícitos de toda ordem e crimes, na esfera pública em simbiose com a esfera privada, na instância municipal, provincial, federal e internacional.

Numa palavra, o poder de competição da empresa capitalista, longe de ser um fenômeno meramente econômico, - a melhor alocação de fatores mediante a competição no mercado - é um fenômeno ao mesmo tempo

jurídico, policial e militar (ARUGUETE; ISAÍA, 2008), político e ideológico, cujo poder e eficiência erigem-se em conseguir as melhores oportunidades para levar adiante a apropriação do tempo de trabalho alheio¹⁴.

Como é possível, portanto, frente a esta realidade, imaginarmos que o trabalho associado possa expandir-se indefinidamente por métodos puramente econômicos, mesmo se aceitarmos a duvidosa hipótese de que ele seja portador de maior eficiência econômica? Em última análise, o que se encontra em jogo não é simplesmente a eficiência econômica, mas o poder de classe, a eficiência econômica traduzida em acumulação infinita, que é indissociável do controle político, ideológico e militar visando à apropriação de tempo de trabalho e riqueza.

Em virtude destas determinações do poder do capital, nem mesmo em meio ao advento de uma grande crise catastrófica de realização de acumulação seria plausível a universalização do trabalho associado por meios estritamente econômicos. A segunda guerra mundial foi uma variante de crise catastrófica do capital na qual morreram cinquenta milhões de pessoas (DELPLA, 1998, p. 163-188), em decorrência das ambições imperiais das potências capitalistas. E, nem assim o sistema ruiu. A sua ruína poderá ocorrer, mas isto não acontecerá como decorrência automática de uma grande crise, ou seja, sem a ação de uma força política antagônica desejosa de consumir a derrubada e substituição do sistema, pois a classe burguesa não envidará esforços de qualquer natureza, inclusive a mais bárbara, para preservar e perpetuar seu domínio.

Há ainda outro óbice, tão ou mais impeditivo que o anterior à expansão ilimitada das OTAs sob o regime de produção de mercadorias que é o *desemprego estrutural*. Tudo indica que este fenômeno constitui um problema insolúvel na atual fase do capitalismo. Segundo Mészáros (2004, p. 17),

O que torna essa questão particularmente grave é que o desemprego crônico representa um limite *absoluto* – no sentido de insuperável – do sistema do capital em si em todas as suas variedades possíveis. É por isso que somente uma mudança verdadeiramente fundamental, que institua uma ordem social radicalmente diferente, será capaz de superar a desumanidade do

¹⁴ Embora emirjam indicações de que a apropriação do tempo de trabalho alheio vai se aproximando de seu limite histórico estrutural, esta apropriação continua a ser a fonte e a medida da riqueza, ou seja, do valor de troca.

desemprego cada vez mais globalizado: um problema de que nem mesmo a maior 'casualização' – um sinônimo educado de *precarização* – será capaz de arranhar a superfície.

Embora as OTAs formem-se frequentemente com o intuito de preservar postos de trabalho sob risco imediato de extinção, e ainda que usualmente elas pratiquem políticas de retenção de seus associados, estes são acontecimentos pontuais. No plano macro social, enquanto produtoras de mercadorias regidas pela lei do valor, as OTAs estão sujeitas às leis econômicas geradoras de desemprego tanto quanto as empresas capitalistas, de modo que, neste ponto, as limitações das OTAs são praticamente as mesmas que as limitações do capitalismo. O início de ruptura com estas determinações, que de per si não anulariam as condições impeditivas à generalização pelo método econômico arroladas anteriormente, exigiria que as OTAs fossem capazes de dar início a um embrião de economia não regida pela produção de mercadorias e a lei do valor, o que até o momento não se vislumbra.

Conclusão

O trabalho associado na vigência do capitalismo e sob a hegemonia política burguesa é um arranjo econômico altamente contraditório. As reformas democráticas significativas que ele opera, imediatamente favoráveis aos trabalhadores, encontram-se sujeitas a essas contradições. Particularmente importante é o fato de que, contrariamente ao que possa sugerir a observação superficial, as unidades de trabalho associado não representam a harmonização das relações de produção, que é um dos supostos de sua pretensa superioridade econômica. Ainda que de forma mais mediada, o trabalho associado, sob o domínio geral do capital, segue imerso na luta de classes. Esta se desenvolve externamente, pela incontornável inserção das unidades de trabalho na sociedade capitalista, e de modo endógeno nas unidades de trabalho pelos conflitos internos. A luta de classes trava-se, em parte e nem sempre de modo claro e explícito, entre os próprios trabalhadores associados. Os trabalhadores, cercados e pressionados pelo conjunto totalizador das determinações capitalistas, a longo prazo tenderão a se dividir entre os favoráveis a preservar e aprofundar

os elementos democráticos socialistas presentes nas unidades de trabalho associado, e os que verão na retomada e empuxe das categorias econômicas capitalistas a realização de suas inclinações, bem como a chave do sucesso.

O desafio do trabalho associado é, portanto, duplo. Por um lado, é necessário sobreviver em meio a uma economia política capitalista que, muito para além da alocação racional de fatores econômicos, utiliza as vantagens econômicas obtidas por meios imagináveis e inimagináveis, que vão da prosaica corrupção à guerra, meios estes que além de não estarem ao alcance do trabalho associado, são incompatíveis com sua natureza democrática. Por outro lado, o trabalho associado tem as suas próprias contradições, que ameaçam permanentemente sua precária higidez e valores democráticos embrionários.

As organizações de trabalho associado não são mais tipicamente capitalistas. Mas, tampouco são as organizações de trabalho de um modo de produção alternativo emergente. No sentido da mudança, o que podemos afirmar sobre as OTAs é que, sem se livrarem absolutamente das determinantes capitalistas que nelas seguem subsistindo, instauram em suas práticas alguns elementos democráticos significativos, dentre os quais sobressaem com grande destaque a supressão do assalariamento e a instauração do controle democrático dos trabalhadores. As OTAs são, portanto, antes de tudo, organizações da luta de resistência dos trabalhadores ante o capital, organizações *in flux*, altamente problemáticas e, em última análise, organizações de transição. Dessa forma, o problema da perspectiva para o futuro não está tanto na questão da universalização pela via econômica a expensas das empresas capitalistas, mas, sobretudo, na possibilidade de sua sobrevivência e progressiva expansão relativa, sob a condição de que sejam capazes de preservar o controle democrático dos trabalhadores, sem o que sua própria existência não faria sentido. Entretanto, mesmo considerando esta perspectiva mais modesta, é pouco plausível que as OTAs sigam essa rota de desenvolvimento balizando suas existências em uma visão economicista, uma vez que, como defendemos, a economia é em parte uma ficção. Dessas considerações podemos inferir que a política é tão importante para o desenvolvimento das OTAs quanto é para o capital. Porém, neste caso, trata-se de uma política de signo radicalmente distinto, ou seja, trata-se da política anti-sistêmica dos trabalhadores. Apenas a integração dessas organizações num amplo movimento anti-sistêmico dos trabalhadores,

possibilitará às OTAs levarem avante a própria luta econômica contra o capital. Somente a participação num amplo movimento democrático anti-sistêmico pode oferecer ao trabalho associado os elementos culturais, políticos, ideológicos e outros, para preservar a sua relativa higidez e impedir a sua degeneração democrática e conseqüente regressão. Desse modo, as OTAs poderiam contribuir significativamente para o movimento de mudança social revolucionária, uma vez que a derrocada do sistema, certamente não ocorrerá sem um enfrentamento com o capitalismo em todas as suas instâncias, econômica, política e ideológica.

As OTAs estão presentes no sistema praticamente desde os tempos da revolução industrial. No transcurso desse longo tempo, elas se expandiram e se contraíram em movimentos mais ou menos esporádicos sem que tivessem maior impacto sobre o sistema. Houve época em que tiveram uma apreciação positiva por parte do MOP que chegou a considerá-las como parte da resistência dos trabalhadores ao capital ao lado dos sindicatos e outras organizações e, portanto, consideradas passíveis de integrarem o movimento revolucionário (GRAMSCI, 1970, p. 71-77). Posteriormente à Revolução Russa de 1917, verificou-se uma substantiva dissociação entre o MOP e as OTAs. Na atual quadra histórica do capitalismo neoliberal, as OTAs estão aparentemente passando por um renovado impulso de expansão e, ao mesmo tempo, observa-se certa reaproximação entre elas e o MOP, o que abre uma via de possibilidades positivas.

O capitalismo neoliberal vem usando todo seu poder e riqueza para inculcar nos trabalhadores a idéia de que ele é a própria encarnação da democracia. Esse intuito vem sendo notavelmente facilitado pelo fato de que o capital detém agora verdadeiro monopólio das mídias visuais, escritas e radiofônicas, deixando muito pouco espaço para a divulgação de opiniões divergentes. Entretanto, nem mesmo essa colossal barragem ideológica vem sendo capaz de neutralizar totalmente o fato de que, objetivamente, por suas ações, o neoliberalismo é uma das variantes societárias do capitalismo que mais francamente tem deixado exposta a incompatibilidade atávica existente entre ele e a democracia, o que significa que neste regime social a democracia apenas pode subsistir como falácia.

Iniciado este século, acumulam-se indícios de que os problemas da humanidade acrescentam-se em flecha. E, daqui em diante é a própria

reprodução do ser humano que se encontra em perigo sob a dupla combustão incontida da força de trabalho e da natureza. Por causa disso, aos povos de todos os quadrantes cabem colocar de ponta cabeça o *slogan* neoliberal de que *não há alternativa* ao capitalismo e reafirmar, na tradição das revoluções francesa e russa, que de fato a única alternativa compatível com a continuidade da reprodução do gênero humano é a socialista democrática.

O trabalho associado contém de modo imanente elementos importantes de democracia e socialização. Mas, a sua incorporação consciente às lutas anti-sistêmicas, em aliança com outras forças populares, é o único método que poderá garantir a ultrapassagem de suas limitações econômico-corporativas, elevando-o à categoria de força de nível hegemônico, isto é, de força capaz de contribuir para engendrar uma outra concepção de mundo no plano reflexivo e prático.

Referências

- ARUGUETE, N.; ISAÍA, W. W. *La guerra ya no es para instalar otro modelo económico: ella es el modelo*. [jul. 2008]. (entrevista a Dario Azzelini, investigador italiano de las nuevas guerras). Madrid: *Rebelión*, 2008. Disponível em: <<http://WWW.rebelión.org/noticia.php?id=69651>>. Acesso em: 01 jul. 2008.
- BETANCOURT, A.; COMENZANA, P. Inveval, un ejemplo a seguir. [mai. 2008] Caracas: *Net. Aporrea.*, 2008. Disponível em: ,<http://www.aporrea.org/imprime/n103775.html>.. Acesso em: 06 mai. 2008.
- BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BRINTON, M. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone: Fapesp, 2008.
- DELPLA, F. A segunda guerra mundial. In: PERRAULT, G. et al. *O livro negro do capitalismo*. Porto: Campo das Letras, 1999. p. 163-190.
- DIERCKXSENS, W. La crisis sistémica, como oportunidad. Caracas: *Aporea*. fev. 2008. Disponível em: <<http://www.rebelion.com>>. Acesso em: 16 fev. 2008.
- FERNÁNDEZ-ARRESTO, F. *Milênio – uma história de nossos últimos mil anos*. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2002.
- GRAMSCI, A. Por una renovación del partido socialista. In: GRAMSCI, A. *Antología*. México: Sigloveintiuno, 1970.

GUTIERREZ, G. L. Economia solidária: de movimento político a política do Estado. *Org & Demo*. Marília, v.5, n.1, p. 9-24, jan./dez., 2004.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonía y estrategia socialista – hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

LÊNIN, V. I. *El control obrero y la nacionalización de la industria*. Moscú: Progreso, 1978.

LI, Minqi. Uma era de transição: os EUA, a China, o pico petrolífero e a morte do neoliberalismo. Lisboa: *Resistir*. mai. 2008. Disponível em: <<http://www.resistir.info/>>. Acesso em: 20 mai. 2008.

LIRIA, C. F.; LIRIA, P. F.; ZAHONERO, L. A. *Educación para la ciudadanía – democracia, capitalismo y estado de derecho*. Madrid: Akal, 2007.

LUKÁCS, G. *Marx, ontologia del ser social*. Madrid: Akal, 2007.

MARX, C. *El capital*. Crítica de la economía política. México: Fondo de Cultura Económica, 1972. Tomo 1-3.

MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1984. v. I.

MARX, K. *O capital*. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. Livro 3, v. 5.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Escriba, 1968.

MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

PERKINS, J. *Confissões de um assassino econômico*. São Paulo: Cultrix, 2005.

PERRAULT, G. et al. *O livro negro do capitalismo*. 3. ed. Porto: Campo das Letras, 1999.

PINTO, F. M. *Peregrinação*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001. v. 1

SALEM, J. *Lenin e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TEXIER, J. *Revolução e democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: UFSM, 2005.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP&A: Finep, 2001.

VILLARD, C. 1871: traição de classe e semana sangrenta. In: PERRAULT, G. et al. *O livro negro do capitalismo*. 3. ed. Porto: Campo das Letras, 1999.

WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno*. Porto: Afrontamento, 1994.

WOODISS, M. *Capitalismo Gângster*. Quem são os verdadeiros agentes do crime organizado mundial. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

PARTE II
EDUCAÇÃO E
ECONOMIA SOLIDÁRIA

Movimientos sociales y estrategias socioeducativas: experiencias en empresas recuperadas y organizaciones sociales

Roberto ELISALDE¹

Proceso histórico, antecedentes e influencias

Entre los años ´80 y principios del nuevo milenio, la implementación de *políticas neoliberales* basadas en un modelo de apertura económica y en la aplicación de medidas de corte monetarista, significaron para Latinoamérica la profundización de las desigualdades existentes: aumento de la desocupación, deterioro de los salarios, flexibilización/ precarización laboral e incremento de los índices de pobreza; como consecuencia de ello un creciente sector de la población quedó excluida del acceso al empleo, al consumo e incluso a la educación.² Precisamente en el plano educativo la aplicación de las reformas tuvo un carácter global, sobre todo para nuestro continente. El proceso de *transformación educativa*, como lo llamaron sus gestores, estuvo enmarcado en un contexto en el que la función del estado era redefinida a partir de los principios básicos de la *ideología monetarista*. El estado se reorganizó internamente y se convirtió, al mismo tiempo, en el responsable de la conducción general del proceso económico, social y político. El debilitamiento de la estructura estatal se llevó a cabo a través de

¹ Profesor e investigador de la Universidad de Buenos Aires (UBA), Magíster en Educación e integrante de la Cooperativa de Educadores e Investigadores (CEIP), Buenos Aires, Argentina.

² “(En la Argentina), la implementación de un modo de acumulación flexible produjo una estructuración diferente del mercado de trabajo, reflejada en la multiplicación de las formas de contratación (empleo autónomo, tercerización, subcontratación, trabajos temporarios)” (SVAMPA, 2005, p. 42).

la privatización de las empresas nacionales y de la desregulación de los servicios públicos. En el marco de predominio de estas ideas se implementaron reformas educativas en la mayor parte de América Latina - los países del *Conosur* fueron en su totalidad cubiertos por estas medidas, constituyéndose Chile y luego Argentina en los referentes máximos del neoliberalismo en la región.

El contexto en el que se desarrollaron las reformas educativas fue el proceso de globalización, el cual está caracterizado por la profundización del desarrollo capitalista, la consolidación y la ampliación de las desigualdades estructurales. Estas políticas fueron, entre otras, la apertura económica indiscriminada tanto del comercio como de la libre circulación de las divisas internacionales. (ZIBECHI, 2003, p. 25).

En este plano el punto de partida fue la negación de la educación como derecho social y la actividad educativa será planteada como un servicio en el que el conocimiento adquirió un carácter mercantil. Se la pensó como una dimensión regida por las leyes de la economía de mercado, dejando librada las posibilidades de estudiar a cada sujeto en su situación social individual. La descentralización financiera y administrativa del sistema educativo y la centralización pedagógica ejercido “desde afuera” a través de los sistemas de evaluación se presentaron como claves del nuevo esquema(CTERA; CNTE, 2005, p. 46-47).

Hacia fines de los ´90 –incluso antes- y comienzos del 2000 surgieron en América Latina movimientos colectivos de resistencia al conjunto de estas políticas; fueron protagonizadas por organizaciones sociales representadas por un amplio abanico que abarca desde la experiencia del *zapatismo*, en México, el *Movimientos de los Sin Tierra* (MST) en Brasil, hasta los destacados movimientos campesinos de Bolivia y Ecuador.

En la Argentina, la expresión de esta reacción fue llevada a cabo por *movimientos de desocupados* (como ejemplo podemos citar a los MTDs, el MTL, MOI, MTR, entre otros³), organizaciones de *trabajadores que recuperaron sus*

³ MTD: Movimiento de Trabajadores Desocupados, MTL: Movimiento de Trabajo y Liberación; MOI: Movimiento de Ocupantes e Inquilinos y MTR: Movimiento de Teresa Rodríguez. La CTA (Central de Trabajadores Argentinos), por su parte, es una organización de tercer grado, si bien nuclea a organizaciones sociales se plantea como una central sindical alternativa a la CGT. El mismo criterio es extensivo a la CCC (Corriente Clasista y Combativa).

fábricas (MNER, MNFR)⁴ y un amplio abanico de *organizaciones territoriales* (cooperativas de vivienda, tierras, salud, educación, entre otras-, comedores, centros culturales, etc) que desplegaron tareas de índole comunitaria, construyendo y dando cuenta de las demandas y necesidades de la población de sus barrios, mayoritariamente con necesidades básicas insatisfechas, a la vez de manifestarse contrarios a las reformas de los años noventa. El impacto de estos movimientos se hizo sentir no solo en el entramado social sino también en el plano político institucional:

Desde comienzos de los noventa, la movilización social derribó dos presidentes en Ecuador y en Argentina, uno en Paraguay, Perú y Brasil y desbarató los regímenes neoliberales de Venezuela y Perú. En varios países frenó o retrasó los procesos privatizadores, promoviendo acciones callejeras masivas que en ocasiones desembocaron en insurrecciones. De esta forma los movimientos sociales forzaron a las elites (políticas y corporativas) a negociar y a tener en cuenta sus demandas; y contribuyeron a instalar gobiernos progresistas en Venezuela, Brasil y Ecuador. El neoliberalismo se estrelló contra la oleada de movilizaciones sociales que abrió grietas más o menos profundas en el modelo. (ZIBECHI, 2003, p. 23).

Los movimientos más significativos - como los mencionados -, pese a las diferencias espaciales y temporales que caracterizan su desarrollo, poseen rasgos comunes, tal como lo demuestran recientes investigaciones (SVAMPA, 2005; ZIBECHI, 2003), ya que responden a problemáticas que atraviesan a todos los actores sociales del continente. De hecho, forman parte de una misma *familia* de movimientos sociales y populares.

Buena parte de estas características comunes derivan de la *territorialización* de sus organizaciones, es decir, de su arraigo en espacios sociales recuperados o conquistados a través de extensos conflictos. Es la reacción estratégica de los trabajadores (desocupados o precarizados) a la crisis de la tradicional territorialidad de la fábrica y la hacienda, y a la reformulación por parte del capital de los viejos modos de sujeción. Este proceso alude, por tanto, a la recuperación de tierras usurpadas o a la ocupación de fábricas quebradas, y en el caso de algunas comunidades, no se limita sólo a este aspecto. El compartir un mismo territorio implica también la posibilidad de construir una nueva sociabilidad en torno a la

⁴ MNER: Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas y el MNFRT: Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas por su Trabajadores.

práctica y acciones cotidianas y a la integración en proyectos con el resto de la comunidad, referidos tanto a sus propias actividades productivas como a tareas vinculadas a la salud, la cultura y la educación.

La *desterritorialización* productiva (durante las dictaduras y las reformas neoliberales) hizo entrar en crisis a los anteriores *movimientos populares (clase obrera organizada)*, debilitando sujetos que vieron desintegrarse las territorialidades en las que habían desarrollado poder y creado sentidos. El retroceso abrió una etapa, aún inconclusa, de reacomodos que se plasmaron, entre otros, en la reconfiguración de los espacios sociales. El resultado, en todos los países latinoamericanos citados, aunque con diferentes intensidades, características y ritmos, es la situación activa de los sectores populares en nuevos territorios ubicados a menudo en los márgenes de la *institucionalidad*.

En ese contexto, los movimientos sociales que venían recorriendo caminos similares aunque con dinámicas propias, abrieron un proceso que incidió no sólo a nivel social y político sino también en las elaboraciones teóricas acerca de estas formas de organización, sus alcances y su posible viabilidad – por cierto diferente a las teorizaciones diseñadas a partir de la centralidad de la clase obrera⁵ - para convertirse en un sujeto social de cambio y transformación.

Es en este sentido que los especialistas caracterizan a estas experiencias como *movimientos sociales de resistencia o contrahegemónicos*, (GRAMSCI, 1981) ya que se presentan como desafiantes a la vez la lógica y los valores del capitalismo neoliberal.

Ahora bien, surgidos y constituidos de esa manera, el gran desafío con el que se enfrentaron es la posibilidad de superación de esa etapa de resistencia a partir principalmente de la articulación con otros sectores sociales y organizaciones con los que encuentran coincidencias. Esta situación trajo aparejada la emergencia de formas y prácticas a la vez *confrontativas* y de *autovalorización*⁶. Frente al desconocimiento de sus demandas por parte del Estado, se profundizaron las alternativas de seguir reclamando, pero a la vez impulsando y fortaleciendo su autogestión.

⁵ La producción teórica marxista ortodoxa sostiene a la clase obrera industrial como único y principal sujeto de cambio social. Ver Fontana (1995, p. 45).

⁶ El concepto de *autovalorización* lo hemos tomado de NEGRI, T. *Dominios y sabotaje*. Barcelona: El Viejo Topo, 1979.

Al interior de estos movimientos se desarrolló un proceso de construcción de un imaginario social o colectivo, operándose la configuración de una representación de la realidad social, como conjunto de ideas través de las cuales estos grupos sociales construyeron su legitimidad.

Estos imaginarios sociales son inescindibles de las prácticas que el movimiento social lleva adelante y ambos aspectos, junto con las adscripciones ideológicas, políticas y teóricas a las que se apela o en el marco de las cuales se elaboran las políticas y los proyectos, que diseñan el proceso de formación de su propia identidad.

De este modo, en la Argentina las organizaciones sociales, a diferencia de Brasil y México, generalmente campesinas, asumieron un carácter fuertemente urbano y de base obrera⁷, sobre todo en las empresas recuperadas, en los movimientos de desocupados y en las organizaciones territoriales.

La emergencia de estos procesos sociales, son abarcados por diversos analistas bajo el concepto de *movimiento social*. Esta noción, surge en el siglo XIX para designar principalmente al movimiento obrero durante su etapa de consolidación y como protagonista de las luchas al interior de las sociedades con mayor desarrollo capitalista. Hacia la mediados del siglo XX, como consecuencia de la aparición en la escena política de nuevos actores sociales con sus particulares reivindicaciones y formas de organización principalmente en Estados Unidos y Europa, el concepto adquirirá una nueva centralidad en el marco de los estudios sobre los procesos de movilización política y social.

Existen notables diferencias de análisis y perspectivas entre estas vertientes que se abocarán al estudio de los “movimientos sociales”.⁸ Por una parte, la sociología norteamericana adscribe a un análisis estructural-

⁷ Sin embargo, no desconocemos la importancia de los movimientos sociales campesinos en el interior de la Argentina, tales como el MOCASE en Santiago del Estero, el Movimiento Campesino Poriñajú en Chaco, entre otros. En este estudio el contexto histórico y las relaciones con las experiencias de escuelas y educación popular provienen de movimientos sociales eminentemente urbanos.

⁸ La multiplicidad de significados del concepto *movimiento social* se debe a que fue y es interpretado como una forma de identificar toda forma de acción colectiva, especialmente vinculada a los sectores populares. Ver Alberto Olivera, El concepto de Movimientos sociales: un balance inicial sobre su empleo en México (1970-1996), artículo publicado en el libro *Movimientos sociales - Desafíos teóricos y metodológicos*. México, Ediciones de la Universidad de Guadalajara, 1999.

funcionalista que incorpora conceptos tales como “movilización de recursos y estructura de oportunidad política”, entre otros, mientras que la vertiente europea que inaugura la denominada “teoría de los nuevos movimientos sociales”, y cuestionará que el análisis del conflicto social sea reducido sólo al enfrentamiento de clases, abriendo así una perspectiva que incorpora la consideración de otros elementos tales como la construcción de las identidades colectivas

Recientemente el investigador A. Melucci (apud OLIVEIRA, 1999, p. 109) junto a otros especialistas en el tema, ha subrayado con insistencia que los movimientos sociales no son homogéneos ni tienen necesariamente que adquirir una cualidad organizativa centralizada, y que son más bien expresiones simbólicas de un nuevo orden cultural emergente. Al respecto señala:

[...] que el surgimiento de nuevos tipos de movimientos sociales: a. cuestiona el viejo orden político centralizado, b. invocan la solidaridad, c. manifiestan un conflicto social, d. conllevan una ruptura de los límites de compatibilidad del sistema capitalista dentro del cual la acción tiene lugar...por lo tanto no todas las formas de acción colectiva son movimientos sociales. El punto crítico es definir el sistema de acción concreto y el momento o el grado en que sus límites se rompen. (MELUCCI apud OLIVEIRA, 1999, p. 109).

En ese sentido, podemos considerar que las nuevas formas de acción colectiva que han surgido en América Latina y en particular en la Argentina, aún sin una gran visibilidad pública, constituyen en su conjunto un movimiento social en la medida en que cuestionan el viejo patrón de acción política y la centralización del poder, reivindicando desde su perspectiva conceptos movimientistas tales como la autogestión y la autovalorización.⁹

El arraigo territorial (tierra o fábricas) es el camino recorrido por muchos de los emergentes movimientos sociales, mediante la creación de infinidad de espacios autogestionados, como por ejemplo, los indígenas

⁹ En los últimos años las organizaciones no gubernamentales (Ongs) han crecido de manera sorprendente, ocupando espacios en la esfera pública. Las Ongs son un fenómeno cuyo origen se remonta más de veinticinco años atrás, sin embargo, es a partir de los años ochenta que adquirieron una gran presencia. Dos factores fueron determinantes en este proceso: el acceso creciente de las Ongs al financiamiento internacional, y en los noventa, la sustitución paulatina del concepto de servicio a los movimientos populares por una creciente profesionalización y una orientación a la definición de políticas sociales alternativas. En muchos casos estas organizaciones toman distancia de sus orígenes militantes y del concepto de *movimiento social*. Sus estrategias de desarrollo se *mercantilizan* y *eficientizan*, y en algunos casos con un discurso progresista, atendiendo problemáticas que van desde la educación hasta la vivienda (OLIVEIRA, 1999, p. 125-6).

ecuatorianos, que expandieron sus comunidades hasta reconstruir sus ancestrales “territorios étnicos” y por los indios chiapanecos que colonizaron la selva Lacandona (GARCIA DE LEON, 2002; GARCIA LINERA, 2001). Esta estrategia, originada en el medio rural, comenzó a imponerse en las franjas de desocupados urbanos: los excluidos crearon asentamientos en las periferias de las grandes ciudades, mediante la toma y ocupación de predios. En todo el continente, varios millones de hectáreas han sido recuperadas o conquistadas por los trabajadores, haciendo entrar en crisis las territorialidades instituidas y remodelando los espacios sociales de la resistencia (PORTO GONÇALVES, 2001, p. 47). Desde sus territorios, los nuevos actores enarbolan proyectos de largo aliento, entre los que destaca la capacidad de producir y reproducir la vida, a la vez que establecen alianzas con otras fracciones de los sectores populares y de las capas medias. En la Argentina los desocupados protagonizaron estas iniciativas:

La experiencia de los desocupados (*piqueteros*) argentinos resulta significativa, puesto que es uno de los primeros casos en los que un movimiento urbano pone en lugar destacado la producción material y el desarrollo en sus espacios sociales de actividades culturales y educativas. (PORTO GONÇALVES, 2001, p. 35).

La exclusión de los integrantes de estos movimientos sociales de status institucionales tales como la *ciudadanía* parece inducirlos a buscar construir otro mundo desde el lugar que ocupan, sin perder sus rasgos particulares. De ahí que la dinámica actual de estas organizaciones se vaya inclinando a superar el concepto de ciudadanía, que fue de utilidad durante dos siglos a quienes necesitaron contener y dividir a las “clases peligrosas”, tal como afirma el investigador I. Wallerstein (2002).

Otro rasgo desarrollado por los movimientos sociales es la de formar sus propios intelectuales y articular con organizaciones pertenecientes a otros segmentos sociales.¹⁰ La lucha por espacios educativos y culturales permitió a los movimientos sociales atender a la formación e integración de sus militantes, y crear lazos más fuertes con la comunidad circundante,

¹⁰ “En estos años se ha pensado la figura del intelectual en función de una articulación renovada con la sociedad civil - especialmente con las experiencias que hicieron de la autoorganización el núcleo de la recomposición de los lazos sociales -, no sólo impulsando un alicaído deber cívico, también abonando el vínculo entre sectores medios y populares, clases que se desconocen cada vez más en su creciente vecindad” (CANAVESE; FORNILLO, 2006, p. 28).

abriendo vínculos culturales, sociales y políticos. En paralelo, profesionales con formación universitaria y terciaria, se volcaron a trabajar en el *dia a dia* con organizaciones sociales, planteando una caracterización diferente sobre la formación profesional y su función social, a la vez de promover el desarrollo de personas con nuevos conocimientos y capacidades que faciliten la autogestión y la autoformación.

Los movimientos están tomando en sus manos la educación y la formación de sus dirigentes, con criterios pedagógicos propios a menudo inspirados en la educación popular, crean escuelas populares y espacios culturales de diferente naturaleza. (ZIBECHI, 2003, p. 56-7).

En este punto, llevan la delantera los indígenas ecuatorianos que han puesto en pie la *Universidad Intercultural de los Pueblos y Nacionalidades indígenas* -que recoge la experiencia de la educación intercultural bilingüe en las casi tres mil escuelas dirigidas por indios-, y los Sin Tierra de Brasil, que dirigen 1.700 escuelas en sus asentamientos, y múltiples espacios de formación de docentes, profesionales y militantes (DAVALOS, 2002).

En la Argentina poco a poco, movimientos, como los desocupados o las empresas recuperadas, se plantean la necesidad de *tomar la educación en sus manos*, creando escuelas populares, jardines de infante, espacios de alfabetización y centros culturales.

Por último, las formas de acción tradicional, cuyo mejor ejemplo es la huelga, tienden a ser acompañadas por otras acciones autovalorativas, a través de las cuales los nuevos actores se hacen visibles y reafirman sus rasgos y señas de identidad en tanto trabajadores. Las *tomas de las ciudades* de los indígenas representan la reapropiación, material y simbólica, de un espacio “ajeno” para darle otros contenidos así como las *tomas de las fábricas* tienen su impacto autovalorativo para los obreros.

“La acción de ocupar la tierra o la fábrica (a pesar de sus diferentes connotaciones socioculturales) representa, para el campesino sin tierra y el obrero desocupado, la salida del anonimato y es su reencuentro con la vida.” (DÁVALOS, 2002, p. 124)

Movimientos sociales y educación

Los movimientos sociales son medios que nos hablan a través de la acción. Éste es el mejor medio de comunicación y de educación del que disponen para transmitir su proyecto alternativo de sociedad. La acción transformadora como lugar educativo es, por tanto, un factor común en el campo de los movimientos sociales. Si se analiza, a modo de ejemplo, cuál es la visión de la educación de uno de los movimientos que más fuerza tiene en la actualidad a escala mundial – *el Movimiento de los Sin Tierra de Brasil (MST)*- se observa que, para ellos, la mayor escuela es el propio movimiento, su dinámica de movilización, lucha y resistencia.

En América Latina, existen movimientos sociales que se caracterizan por haber dado a la escuela un lugar preferencial en su proyecto y en sus movilizaciones. Algunos de los rasgos más significativos de su propuesta pedagógica han sido recogidos y sistematizados por la investigadora M. Harnecker (2002). Señala que para este movimiento la lucha social es entendida como lugar educativo, con sus contradicciones, enfrentamientos, conquistas y derrotas; la educación para el trabajo y por el trabajo, como un modo de vincular pensamiento y acción; el poder de elección y de participación en el movimiento como una forma de educarse en la participación social; el valor de la historia, ya que supone educar en una cultura de la memoria y en su carácter procesual e inacabado, la historia como algo que es construido por las personas y, finalmente, la alternancia entre escuela y comunidad, que permite superar los límites de los muros del aula.

Su práctica supone un reto para otros movimientos sociales que, a partir de contextos diferentes, intuyen las posibilidades de la educación para la participación y una ciudadanía activa. Los movimientos sociales libran una batalla con el poder hegemónico por el control y el cambio de los códigos desde los que interpretar y dar sentido a la realidad. Hay un conflicto por la información y formación de la realidad. Por ello, el análisis de las relaciones que pueden llegar a establecer los movimientos sociales con la educación va más allá de la simple posibilidad de transmisión de formaciones alternativas.

“Es generar nuevos modos de relación social y cultural que permitan construir identidades colectivas, en la consolidación de unas cosmovisiones y sistemas de valores que cimienten prácticas emancipadoras y proyectos alternativos de sociedad.” (ZUBERO, 2004, p. 25).

En Latinoamérica son abundantes estos emprendimientos educativos –las escuelas, por ejemplo- llevadas a cabo por movimientos sociales de carácter popular e insertos en una dinámica de reclamo social por recuperar y construir espacios de poder y generar instancias de producción de conocimientos desde la disputa sociopolítica llevada al campo de la organización social.

En la Argentina en los inicios del milenio, y como respuesta a la crisis económica y al retroceso del estado en política social –por ejemplo en el conurbano y la Capital Federal- fueron creciendo iniciativas educativas de carácter autogestivo en el terreno de los movimientos sociales. Instalando un proceso, que al igual que en el resto Latinoamérica colocaba en tensión y a la vez cuestionaba la función social de la escuela, el rol del estado (por ejemplo en áreas habitualmente olvidadas, como la educación de jóvenes y adultos) así como en el diseño de los espacios sociales escolares y su propia gramática escolar. En nombre de la educación popular, diversos movimientos adoptaron experiencias provenientes de la larga *tradición freiriana* y la adecuaron a las nuevas necesidades. La institución escolar fue objeto de revisiones y praxis dentro de los diferentes movimientos sociales, según la dimensión y la historia de cada uno de ellos. El caso brasileño, con sus 17000 escuelas, sin duda, influyó en forma en el resto de las experiencias del continente.

Acercarnos a nuestro objeto de estudio, es decir, a las experiencias de escuelas construidas en organizaciones sociales supone adentrarnos en un marco conceptual que dentro del campo de la investigación educativa apela a categorías tales como gramática e identidad escolar.

Revisaremos a continuación, a modo de antecedentes e influencias en nuestras experiencias estudiadas, parte de este debate y exploraremos algunas de las escuelas creadas en y por los movimientos sociales, focalizando nuestra investigación en dos organizaciones sociales de la Argentina en los que se formaron escuelas populares–bachilleratos de jóvenes y adultos–construidos, uno en el marco de la empresa recuperada y el otro en una organización territorial cooperativa en el conurbano bonaerense.

Escuelas populares: gramática e identidad escolar

Las instituciones escolares son sin duda unos de los espacios sociales más normados, reglamentados y controlados. Como sabemos, existen muchos dispositivos escolares, entre ellos el currículum, que de hecho ha oficiado y oficia como mecanismo relativamente eficaz a la hora de prescribir el acontecer y el ritmo de las actividades. A la vez le otorga, y esta afirmación es parte del debate educativo, una marca estandariza, una gramática escolar identificable a través del tiempo y el espacio. En esta dirección, la hipótesis de investigadores como Tyack y Cuban (1995) sostiene que existe en las escuelas una gramática escolar¹¹ estandarizada y regular que a permanecido casi imperturbable a los variados intentos de reformas o cambios del sistema educativo e incluso en los diferentes espacios en las que se construye. En este sentido, señala el autor que es muy poco lo que se modificó en las escuelas, en las formas de organizar los tiempos, los espacios físicos, la clasificación de los alumnos, la distribución en los cursos, así como también los mecanismos de graduación y acreditación formal.

Este señalamiento realizado por Tyack y Cuban (1995), establece, al mismo tiempo, críticas de diferente magnitud acerca de las reformas y/o alternativas educativas llevadas a cabo en las últimas décadas en los diferentes países occidentales. Destacan que los reformistas ignoraron la complejidad de las culturas escolares y consideran que la naturaleza de quienes realizaron los movimientos de reforma tuvieron un alto grado de *mesianismo*, así como un fuerte sesgo de superficialidad en las propias medidas pedagógicas y políticas que caracterizaron a las reformas impulsadas. Este conjunto de planteos fueron acompañados por la opinión de numerosos especialistas, tales como Escudero (1994) e Fullan (1992).

Desde diversas perspectivas, se establecieron críticas a los argumentos de Tyack y Cuban (1995), sobre la persistencia de la gramática escolar y la incidencia o no de los programas de reforma. Los críticos de esta postura, Antonio Viñao (2001, p. 34) y Agustín Escolano (2000), señalan que Tyack

¹¹ El concepto de *gramática escolar* es utilizado por varias de los autores consultados como equivalente al de *cultura escolar*, sin embargo, sería interesante entender este último concepto como menos esquemático y estructural que lo sugerido por Tyack. La noción de *cultura escolar* comprende un complejidad de sentidos y significantes que pareciera no estar planteados por los autores norteamericanos citados. Para esta noción consultamos Peter Mac Laren (1995) y Henry Giroux (1997).

y Cuban (1995) establecen un análisis excesivamente globalizador del problema, entienden que estos autores se refieren más a la gramática de los profesores, que a la de los alumnos, *toman a las partes como el todo*. No tienen en cuenta, afirman, la complejidad de la cultura escolar, como por ejemplo, la de los alumnos, la ritualidad y sobre todo los contextos políticos y educativos en los que fueron diseñadas los pilares constitutivos de las gramáticas escolares y sus espacios sociales. La vida escolar no tiene ni cobra sentido sino es experimentada por sus habitantes, si no es contada y recreada por los que a través de sus prácticas la reproducen y recrean cotidianamente, y si el currículo no es vivido y resignificado por aquellos que mediante enseñanzas y aprendizajes llevan a cabo, de manera contextualizada y concreta, los procesos de transmisión y recreación cultural en la propia escuela.

Así por ejemplo, Escolano (1999) sugiere analizar la cultura escolar desde tres culturas, la cultura empírica de los docentes, la científica de los académicos y la política de los gestores. Por ello sostiene que no debe hablarse de una sola cultura escolar sino de varias, el problema del *fracaso o el éxito* de las reformas se encuentra en la omisión de las particularidades de la cultura múltiple escolar. En síntesis, las críticas al planteo de Tyack y Cuban (1995) sostienen que estos atienden superficialmente al concepto de gramática escolar y su relación con los cambios y resignificaciones sociales.

Entendemos que la noción de cultura escolar es el resultado de un proceso histórico, en el que la gramática escolar no aparece de una vez y para siempre sino que es el resultado de permanentes modificaciones. De hecho es interesante el recorrido histórico que hace el investigador J. Trilla (1999) sobre el proceso de construcción del espacio social y sus modificaciones a través de las diferentes etapas históricas; en este punto de vista, la diversidad y los cambios en la gramática escolar son evidentes, incluso a la luz de las experiencias reseñadas e investigadas en este estudio. Sin duda que pueden tener muchas cosas en común escuelas diseñadas en un sistema escolar tradicional con las construidas en movimientos sociales, pero, como veremos más adelante, acaso ¿no es posible destacar las particularidades y resignificaciones sociales de las denominadas “escuelas populares”? o ¿estudiar la influencia de los movimientos sociales en el diseño, gramática e identidad escolar? En este sentido, rescatamos la pertinencia y

atención a la particularidad de estas nuevas configuraciones socioeducativas. Por otro lado, el planteo de Tyack y Tobin no parece tener en cuenta nociones y conceptos que han enriquecido el estudio de las culturas escolares, tales como ritualidad,¹² la conflictividad social o el diseño de otros espacios sociales y por lo tanto de otra gama de relaciones interpersonales y colectivas, tal como lo veremos en nuestros estudios de caso y en los antecedentes e influencias del MST brasileño.

La escuela como *organización social* en empresas recuperadas y organizaciones territoriales¹³ de la Argentina

La síntesis del debate precedente sobre la existencia o no de una gramática escolar única ha sido presentada como escenario y contexto adecuado para la problematización de las escuelas estudiadas en el presente trabajo. Más aún cuando han surgido en los últimos años, desde diferentes latitudes y especialmente en Latinoamérica, diagnósticos y propuestas que subrayan la necesidad de establecer nuevos marcos de discusión acerca de la función social de la escuela, involucrando como un aspecto particular el diseño de espacios sociales escolares, conforme a los cambios ocurridos en las sociedades contemporáneas. Sin pretender abarcar desde nuestro universo de análisis el conjunto de esta problematización, nos parece, empero, adecuado atender a sus fundamentos teóricos y establecer relaciones que nos permitan comprender la naturaleza de las *escuelas populares autogestionadas* (bachilleratos de jóvenes y adultos) construidas en los movimientos sociales analizados en el presente estudio. La crisis de este sistema educativo, que no es otra cosa que la expresión particular de una crisis general que sufre la Argentina hace varias décadas, generó la necesidad desde diversos sectores de interés (especialistas, gobiernos, comunidad educativa y movimientos sociales, entre otros) de un replanteo del papel de la escuela y el objetivo de la misma dentro de la sociedad. Los años del neoliberalismo instalaron la noción y en muchos aspectos efectivizaron una cuestionada caracterización *reformista* de las políticas públicas en el

¹² Sobre el concepto de ritualidad consultamos MC LAREN, P, *La escuela como un performance ritual*. México: Siglo XXI, 1995.

¹³ Ver Roberto Elisalde y Marina Ampudia. Notas sobre la escuela como organización social. Buenos Aires, *Revista MNER*, 2005.

terreno educativo, así como restaron protagonismo a campos específicos tales como la educación de jóvenes y adultos.

Es en ese escenario que diversas organizaciones sociales tomaron la iniciativa de atender y crear espacios de formación socioeducativa, generalmente situados en los límites de sus propias iniciativas. Esto fue lo que ocurrió en las empresas recuperadas y en innumerables organizaciones territoriales del conurbano.

Desde esta perspectiva fue considerado como necesario –para los movimientos sociales- la apertura de ámbitos de discusión y construcción en los que comiencen a plantearse sus problemáticas educativas, y por ende, un debate en torno a la función social de la escuela y en especial la de jóvenes y adultos.

Parte de estas reflexiones se tradujo en la construcción de *escuelas como organizaciones sociales autogestionadas* que trascienden el *adentro-* y que se integran en el ámbito de lo barrial y social, alcanzando el *afuera-*, suprimiendo los límites de la diferencia entre uno y otro espacio; donde la escuela pueda ser parte de la comunidad, concibiéndola, asimismo, como un campo de tensión y discusión permanente entre una y otra dimensión.

Plantear *la escuela como y en organizaciones sociales* significa para estos movimientos pensarla como integrada en los barrios, al mismo tiempo de considerar sus estrategias socioeducativas como acciones que se despliegan y son parte del entramado *societal* a través de la coordinación de múltiples tareas con otras organizaciones sociales y la representación de las necesidades del propio espacio en el que se encuentran insertos.¹⁴

Esta noción sugiere y promueve el cambio y la apropiación de significados y construcciones colectivas, tomando distancia de la negatividad de la educación popular comprendida como adoctrinamiento o la teoría de la instrucción, en tanto interpretación prescriptiva.

¹⁴ Cuando nos referimos a escuelas fundidas en los barrios pensamos en un significado claramente político, el trabajo barrial adquiere significado en tanto coordinación con las tareas desarrolladas por y con organizaciones sociales y populares, tales como cooperativas, Ongs, o movimientos de desocupados. Este planteo se ubica en una concepción que va mas allá de la tradicional escuela que presta eventual e irregularmente “servicios” a la comunidad. Aspira a una incorporación y participación de la propia comunidad en su organización.

Los movimientos sociales estudiados - empresas recuperadas y organizaciones territoriales, junto a la cooperativa de educadores - conciben a la *escuela como un lugar donde conviven distintos saberes, académicos y populares*, científicos y de resistencia, donde esa tensión permite y genera la riqueza de la praxis. En definitiva, se trata de una interpretación educativa que promueve una relación dialógica opuesta a la educación *bancaria*, que sintetiza *saberes eruditos, locales y de lucha* (FREIRE, 1980). Una escuela en el campo de la educación popular, desde una perspectiva de *educación para la liberación*, como afirmaba P. Freire (1980), y de formación integral, para la apropiación y reconfiguración de saberes.

El binomio educación formal-educación no formal, es cuestionado por entender que la educación popular debe introducir y ser parte de la educación para jóvenes y adultos, para aquellos que especialmente fueron excluidos, tanto del sistema económico como del sistema educativo: entendemos que organizar escuelas significa desterritorializarlas de su función social y reterritorializarla, apropiándonos de ella en tanto organización social y llevarla al campo de lo popular, con sus demandas y reivindicaciones (AMPUDIA, 2007).

Paulo Freire (1980) planteaba que la educación popular debe ser parte de la *re-invencción del poder popular*. Esta afirmación implica pensar la escuela y la educación desde una nueva relación: *las escuelas y los movimientos sociales*; en definitiva, *las escuelas como organizaciones sociales* cuestionadoras de los saberes instituidos, sin falsos neutralismos, buscando trascender los límites del *afuera* y del *adentro escolar*, y por lo tanto, *desfetichizando* sus fronteras y constituyéndolas como espacios en puro movimiento, acción colectiva y en permanente circulación. La exclusión aquí no se traduce en inclusión para la contención, sino para la incorporación de herramientas teóricas y prácticas que sirvan a la acción y comprensión de los problemas del presente.

Desde este enfoque, las escuelas son representadas como iniciativas populares autogestionadas; pensadas como organizaciones sociales e impulsadas y diseñadas según las necesidades y estrategias socioeducativas de la propia comunidad territorial y los movimientos sociales responsables de su implementación.

Esta concepción no significa en absoluto la renuncia a una escuela pública, estatal, popular y gratuita sino más bien incorporar a esta tradición

de lucha otras herramientas de construcción que reconozca las particularidades del campo de la educación de jóvenes y adultos y el protagonismo de los movimientos sociales de tradición popular.¹⁵

La empresa recuperada Impa y la organización territorial El Telar constituyen los dos escenarios sociales en los que fueron construidas las escuelas populares de jóvenes y adultos objeto de nuestro trabajo. Revisar parte de su historia implica analizar, asimismo, las claves culturales e históricas de las experiencias educativas desarrolladas en estos movimientos sociales.

Dos experiencias de escuelas populares en empresas recuperadas y organizaciones territoriales

a. Breve historia de una empresa recuperada por sus trabajadores: *ocupar, resistir, producir*¹⁶ ... y educar

Fundada como empresa alemana en 1910, se nacionaliza en 1945 y se transforma en cooperativa de trabajo en 1961. En 1998 sufre un proceso de vaciamiento que lleva al cierre de la fábrica hasta que en mayo de ese año los trabajadores recuperan la fuente de trabajo, volviéndola a poner en marcha hasta el día de hoy, afrontando grandes dificultades y hasta el momento prácticamente sin apoyo de políticas públicas.

La empresa produce papel aluminio, que en su versión de recipiente o envase flexible, tiene su mercado en la industria de la alimentación y expendio de mercaderías perecederas. Asimismo mediante diferentes procesos, se elaboran envases rígidos de alta seguridad que permiten a las industrias cosmética, medicinal y química envasar productos que requieren condiciones de higiene, hermeticidad, seguridad y calidad regidas por normas legales y técnicas específicas. Las impresiones exteriores de estos envases, forman la presentación de los mismos, imprimiendo los textos y especificaciones necesarias.

¹⁵ En reiterados documentos la Cooperativa de educadores (Ceip) plantea como herramienta válida para la educación de jóvenes y adultos la organización de escuelas autogestionadas no estatales, no así para el resto del sistema educativo.

¹⁶ *Ocupar, producir, resistir*. Ese fue el lema de las empresas recuperadas por los trabajadores en sus planes de reorganización y demanda de permanencia de sus fuentes de trabajo, a la vez de proponer y llevar a cabo acciones para gestionar ellos mismos las fábricas. La consigna citada fue tomada del MST de Brasil.

La sección imprenta papel aluminio de Impa cuenta con impresoras flexográficas y huecograbado de hasta seis colores; el foil de aluminio puro e impreso es un insumo básico en la industria alimenticia por sus características y barrera a la luz, los gases y demás elementos que reducen la vida útil de un producto. También se fabrican tapas impresas, aptas para termosellado con diversos compuestos poliméricos; fabricando también compuestos en las que el aluminio, junto con otros sustratos como papel, celofán, polietileno, etc., protege y presenta los productos en envases flexibles de gran uso y demanda.

El foil de aluminio envasado en rollos para uso hogareño o industrial, es fabricado en espesores que permiten entregar productos para usos variados. Actualmente procesa aluminio en sus fases de fundición, laminación, extrusión e impresión. Además de llevar a cabo tareas de producción propias de una fábrica, Impa se conformó desde su recuperación como proyecto cultural, denominado *La Fábrica Ciudad Cultural*:

Cuando en 1998 nos integramos a IMPA La Fabrica Ciudad Cultural, lo primero que nos impresionó fue como en un lugar concreto se podía expresar en su denominación y forma una concepción tan amplia como: ciudad-espacio-producción fabril y producción artística-cultural. Se rescataba desde los trabajadores una concepción integral de producción y creatividad que los creadores de la Escuela Bauhaus llevaron adelante en su tiempo. En el siglo XX un grupo de trabajadores no solo recuperaban su fabrica para sí, la ponían a producir con criterios solidarios, rompían la lógica del capitalismo, sino que además audazmente convocaban a los sectores de la cultura a que se sumaran a su proyecto, se lo apropiaran y juntos construyeran esta Ciudad Cultural. (MEMBRO GRUPO, 2003).¹⁷

Este emprendimiento desarrolla sus actividades dentro de la fábrica y es una experiencia solidaria hacia la comunidad llevada también a parques, escuelas y otros centros y espacios culturales. Desarrolla ciclos de conferencias y de educación popular y recibió la colaboración y el apoyo de diferentes organismos culturales nacionales e internacionales. En el interior de esa Ciudad Cultural, en ese lugar de trabajo, en esa trama urbana de largos pasillos, de múltiples espacios que caracteriza a una fábrica

¹⁷ Entrevista a un integrante del grupo fundador de *La Fábrica Ciudad Cultural*, diciembre 2003.

metalúrgica, los obreros y artistas impulsaron un proyecto cultural único, que busca expresar lo fabril y lo artístico.

A partir de diciembre del 2001 a la vez que las fábricas comenzaban a cerrar sus puertas, producto de la crisis económica que se profundizaba en la Argentina, surgieron nuevas experiencias de empresas recuperadas, en la Capital Federal, en Provincia de Buenos Aires y en el interior del país. Su lema continuaba siendo *ocupar, resistir y producir* y muchas de estas iniciativas fueron acompañadas también por sectores de la cultura y la educación. Actualmente existen más de 180 empresas recuperadas y autogestionadas por más de 10.000 trabajadores en todo el país. Al inicio de este proceso se nuclearon en el Movimiento Nacional de Empresas recuperadas (MNER), que junto con otras organizaciones de este sector reúne a la mayoría de las fabricas. Incluso estas experiencias se extendieron hacia Latinoamérica, de tal modo que países como Uruguay, Brasil, Perú y Venezuela cuentan con iniciativas de similares características.¹⁸

El proyecto educativo en Impa se inició en el 2003 y la escuela popular –bachillerato– de jóvenes y adultos abrió sus puertas un año después, diseñándose dentro del espacio fabril, con la asistencia y colaboración de los trabajadores del área de producción. El carácter de escuela “de la fabrica recuperada Impa” o sencillamente “nuestra escuela” como la definen los propios trabajadores, demuestra actualmente la rápida apropiación del proyecto por parte de la cooperativa de producción.

b. Una organización territorial del conurbano bonaerense¹⁹

La Asociación El Telar –*la Cooperativa* la llaman todos los vecinos de su barrio– surge como tal en el proceso de ocupación y organización de un terreno –de origen fiscal– en el barrio Bancalari, en la localidad de Don Torcuato, Partido de Tigre. La *ocupación²⁰ fue de hecho*, sin permiso ni título

¹⁸ En octubre del 2005 se llevó a cabo en Venezuela el *1er Encuentro de Empresas Recuperadas de Latinoamérica*.

¹⁹ La cátedra de Psicología institucional de la UBA, a través de una propuesta de trabajo de docentes y estudiantes, realizó una investigación sobre El Bachillerato El Telar. En Impa fueron varios los grupos de trabajo de la Universidad de Buenos Aires que realizaron estudios sobre su escuela.

²⁰ La ocupación de tierras hacia mediados de los ´80 fue un proceso social que se extendió por diferentes distritos de Buenos Aires. Así por ejemplo, en el sur de la Provincia surgieron numerosas organizaciones sociales, una de las más reconocidas en *la Federación de Tierra y Vivienda (FTV)*, integrante de la *Central de Trabajadores Argentinos (CTA)*.

de propiedad. Allí un conjunto de militantes sociales, algunos ligados a experiencias de base de la iglesia y otros provenientes de experiencias políticas de los ´70, llevaron a cabo a mediados de los años ´80 emprendimientos comunitarios con la finalidad de dar cuenta de alguna de las necesidades más urgentes del barrio. Primero fue construido un comedor, luego un jardín de infantes, y más tarde se sumaron numerosos proyectos en el área productiva. Una panadería/cooperativa, una feria, emprendimientos textiles - elaboración de guardapolvos. Más tarde crean un *Centro de Formación Profesional* que tiene como finalidad capacitar a jóvenes para el mundo del trabajo. Esta propuesta incluyó formación en oficios a través de cursos de mecánica en herramientas, soldadura, electricidad e informática, con títulos oficiales y talleres de capacitación en saberes que permitan “la autogestión y organización del trabajo solidario y asociativo”. Estas acciones incluyen la participación de centenares de familias dentro de una organización social constituida bajo los principios de la solidaridad y la participación comunitaria.

La propuesta educativa del *Bachillerato de Adultos El Telar* es organizada a partir de 1999 y se dirige especialmente a jóvenes y adultos, la mayoría proveniente de hogares muy pobres de la localidad de Bancalari. La creación de esta escuela fue una iniciativa de la *Asociación/Cooperativa El Telar* e implementada –como fue señalado en la Parte I- por la Cooperativa de Educadores (Ceip), formada por docentes e investigadores de la Universidad de Buenos Aires²¹. El diseño de la escuela y las estrategias socioeducativas para su apertura se llevaron a cabo en varias etapas. Una primera consistió en la realización de relevamientos en el barrio a fin de realizar un diagnóstico de las condiciones socioeducativas de la población y una segunda etapa consistió en la construcción de la escuela propiamente dicha, coordinación de la propuesta pedagógica, orientación académica del bachillerato y definición del equipo de trabajo.

Consideraciones finales

En este trabajo describimos y analizamos las experiencias pedagógicas que dieron como resultado la creación de bachilleratos populares en

²¹ El grupo de trabajo se denominó *Equipo de Educación Popular* y fue el antecedente de la *Cooperativa de Educadores e investigadores Populares(CEIP)*.

empresas recuperadas y organizaciones territoriales en la Ciudad de Buenos Aires y el conurbano bonaerense de la Argentina. Este fenómeno relativamente reciente tiene como marco histórico el proceso de surgimiento y consolidación de los movimientos sociales latinoamericanos y argentinos al calor del rechazo de las políticas neoliberales de los años '90. Y en un contexto en el que estos movimientos asumen el desafío y el protagonismo de construir espacios educativos en su propia territorialidad, como formas de autovalorizar su identidad y desarrollar en la acción, los principios de autogestión y cooperación social, reclamando a la vez al estado la garantía por el derecho a una educación pública y popular.

Referencias

- AMPUDIA, M., Educación de jóvenes y Adultos en contexto de desigualdad social. En: GOBBO, F.; COSTA, C. (Comp.) *Antropología y educación en A. Latina*. Roma: Editoria Ciusu, 2007.
- CANAVESE, M; FORNILLO, B. Intelectuales en la acción política. *Diario Clarín*. Buenos Aires, sep., 2006. Suplemento Ñ
- CTERA, CNTE, et al. *Las reformas educativas en los países del Cono Sur*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- ELISALDE, R.; AMPUDIA, M. Notas sobre la escuela como organización social. *Revista MNER*. Buenos Aires, 2005.
- ESCOLANO, A. Los profesores en la historia. In: MAGALHAES, J.; ESCOLANO, A. (orgs.) *Os professores na História*. Porto: Sociedades de Ciências da Educação, 1999.
- ESCOLANO, A. Las culturas escolares del siglo XX. Encuentros y Desencuentros. *Revista de Educación*. Número extraordinario, 2000
- ESCUADERO, J. M. El desarrollo del currículo por los centros en España. *Revista de Educación*. Madrid, 1994.
- DÁVALOS, P. Movimiento indígena ecuatoriano: construcción política y epistémico. In: MATO, D. (Comp.) *Estudios y otras prácticas interculturales latinoamericanas en cultura y poder*. Caracas: Clacso, 2002.
- FONTANA, *La historia después del fin de la Historia*, Barcelona: Crítica, 1985.
- FREIRE, P. *Pedagogía del oprimido*. Madrid: Siglo XXI, 1980.
- FULLAN, M, Reformas educativas: utopía, retórica y práctica. *Cuadernos de pedagogía*. n. 209,1992.

- GARCÍA DE LEÓN, A. *Chiapas: una modernidad particular*. México: Océano, 2002.
- GARCÍA LINERA, A. Multitud y comunidad: La insurgencia social en Bolivia. *Chiapas*. México, n. 11, 2001.
- GIROUX, H. *Los profesores como intelectuales hacia una pedagogía crítica del aprendizaje*. Perfiles educativos. Barcelona: Paidós, 1997.
- GRAMSCI, A. *La Alternativa Pedagógica*. México: Fontamara, 1981.
- HARNECKER, M. *Sin Tierra*. Construyendo movimiento social. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- MC LAREN, P. *La escuela como un performance ritual*. México: Siglo XXI, 1995.
- NEGRI, T. *Dominios y sabotaje*. Barcelona: El Viejo Topo, 1979.
- OLIVEIRA, A. El concepto de Movimientos sociales: un balance inicial sobre su empleo en México (1970-1996). In: OLIVEIRA, A. *Movimientos Sociales*. Desafíos Teóricos y Metodológicos. México: Ediciones de la Universidad de Guadalajara, 1999.
- PORTO GONÇALVES, C. W. *Geografías*. Movimientos sociales y nuevas territorialidades y sustentabilidad. México: Siglo XXI, 2001.
- SAEZ, M. (coord.). *La red es de todos*. Cuando los movimientos sociales se apropian de la red. Madrid: Popular, 2004.
- SVAMPA, M., *La sociedad excluyente*. La Argentina bajo el signo del neoliberalismo. Buenos Aires: Taurus, 2005.
- TYACK, D.; CUBAN, L. *Tinkering toward utopia: a century of public school reform*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- TRILLA, J. *Ensayos sobre la escuela, el espacio social y material de la escuela*. Barcelona: Laertes, 1999.
- VIÑAO, A. Fracassam as reformas educativas? A desposta de um historiador. *Sociedade Brasileira de Historia da Educação*. São Paulo, p. 34, 2001.
- WALLERSTEIN, I. *Un mundo incierto*. Buenos Aires: Del Zorzal, 2002.
- ZIBECHI, R. *Genealogía de la revuelta*. Argentina: la sociedad en movimiento. Buenos Aires: Letra Libre, 2003.
- ZUBERO, I. “Conocer para hacer: la tarea cultural de los movimientos sociales”. Em: MARÍ SAEZ, M. (coord.). *La Red es de todos*. Cuando los movimientos sociales se apropian de la red. Madrid: Editorial Popular, 2004.

Educar para a autogestão: uma nova metodologia e seus desafios

Patrícia Leança ADRIANO¹

Breve histórico da ANTEAG

A fundação da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG) deu-se em meio à conjuntura política e econômica do Brasil, no início da década de 1990, momento de abertura do mercado nacional às empresas estrangeiras, e a chamada 3ª reestruturação industrial, com seu avanço tecnológico e a substituição da força humana por computadores. Tal quadro teve como consequência o fechamento de diversas indústrias nacionais, até então acostumadas a um mercado interno fechado, e o desemprego de grande parte de trabalhadores, considerados *velhos* e desqualificados diante das novas demandas promovidas pelo aumento da competição do mercado e a velocidade das informações dessa nova época.

Em 1991, a ocupação pelos trabalhadores da Fábrica de Sapatos Makerly, então em processo de falência, na cidade de Franca, São Paulo, fez com que surgisse uma nova experiência de luta de trabalhadores no Brasil, a experiência da recuperação da empresa pelos trabalhadores sob o regime da autogestão. Assim, nasceu a idéia da ANTEAG, que veio a formalizar-se juridicamente em 1994 como uma associação de empresas de autogestão,

¹ Psicóloga social e assessora técnica da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão – ANTEAG, São Paulo, Brasil.

empresas estas que, a exemplo da Makerly, foram adotando o mesmo caminho de adoção do regime de autogestão como saída para a crise.

Os fundadores da ANTEAG, então chamados a intervir no processo da Makerly, eram provenientes do movimento sindical e operário de oposição à ditadura militar e à estrutura sindical oficial, que continuava a mesma desde o período de Getúlio Vargas no novo sindicalismo brasileiro. Sob a bandeira *liberdade e autonomia sindical*, esse grupo de militantes lutava pelo desatrelamento da estrutura sindical do Ministério do Trabalho. Além dessa origem, alguns dos fundadores haviam estado no Chile na época do governo de Allende, onde ocorreram importantes experiências autogestionárias, fomentadas por aquele governo. Essa é a herança política e cultural da ANTEAG.

A definição pela autogestão foi uma novidade considerável, pois não havia até aquele momento experiências de recuperação de empresas falidas pelos trabalhadores no Brasil que pudessem servir de referência.

Desse modo, o grupo fundador da ANTEAG iniciou a construção de uma metodologia de assessoria e qualificação dos trabalhadores para a autogestão, baseada nas experiências da pedagogia popular e na atuação a partir da realidade dos trabalhadores que viviam a mudança de empregado para sócio-trabalhador. A formação e a assessoria foram, dessa forma, elementos centrais na atuação da ANTEAG com as empresas, uma vez que a recuperação e a mudança para uma empresa autogestionária exigiam dos trabalhadores uma série de habilidades e comportamentos os quais eles não possuíam enquanto empregados das empresas convencionais.

Devido à persistência do quadro conjuntural de desemprego, a ANTEAG pôde ter contato com mais de setecentas empresas em situação falimentar às quais orientou em seus processos. Muitas se desenvolveram de forma autogestionária e existem até hoje, como, por exemplo, a Cooperminas (SC), Catende (PE), Coopram (SP). Outras encerraram suas atividades ou voltaram a ser empresas capitalistas. Todas contribuíram, e seguem contribuindo para a construção da história da autogestão no Brasil, que não está dada e tampouco livre de contradições, como veremos mais adiante.

No início, a ANTEAG atuava quase exclusivamente com empresas que provinham de situação pré-falimentar ou, simplesmente, de falência. Porém, no início da década de 2000, a partir de convênios com o poder

público para a constituição de empreendimentos com população desempregada, das periferias das cidades ou do campo, ampliou seu raio de atuação através do trabalho de incubação de empreendimentos populares e trouxe para seu horizonte novas questões do mundo do trabalho: não apenas o trabalhador da fábrica que estava em vias de estar desempregado, mas, também, a população já desempregada, muitas vezes fora do mercado formal há anos, muitas vezes sem conhecimento acerca dos processos de produção e sem a disciplina de trabalho organizado, coisa que o trabalhador das empresas recuperadas, bem o mal, sempre possuía.

O formato jurídico de **Cooperativa** logo se mostrou como o modelo mais adequado para a garantia da autogestão, tanto para as empresas recuperadas como para os empreendimentos populares. A resistência anterior em adotar a bandeira do cooperativismo (destacando sempre a *autogestão*) dava-se por conta de marcar diferenças ideológicas e práticas com o cooperativismo existente no Brasil. A partir do desenvolvimento da economia solidária e da consolidação das empresas como cooperativas de produção, o cooperativismo brasileiro passou a ser ressignificado e as empresas e empreendimentos de economia solidária tornaram-se cada vez mais diferenciadas das inúmeras cooperativas brasileiras tradicionais, principalmente das agrícolas tão afastadas do autêntico cooperativismo.

O objetivo da ANTEAG é aglutinar essas empresas e empreendimentos de autogestão de maneira a potencializá-los como força econômica e política e promover uma nova cultura, com valores e formas de interação grupal que não sejam marcados pela política de dominação e exploração, tanto nas unidades produtivas, quanto em redes de produção e serviços. Seus esforços atuais vão ao sentido de garantir o desenvolvimento e a sustentabilidade dos empreendimentos e, também, de garantir sua autonomia em relação ao governo e ao movimento sindical. A economia solidária e a autogestão devem ser apoiadas pelos sindicatos e governos, porém, devem manter seus próprios referenciais, construindo suas formas próprias de representar, articular e atuar com os trabalhadores. Isso porque a estrutura sindical representa relações de trabalho assalariado, portanto, diferentes da autogestão na qual temos uma associação de pessoas em prol do benefício comum da geração de trabalho e renda. Já os governos têm caráter transitório e, não raro, nas concessões de benefícios, fomentam uma cultura de dependência ao invés de autonomia.

Qualificação profissional e economia solidária

Desde seu surgimento, a ANTEAG acompanhou a evolução da qualificação profissional no Brasil pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O primeiro convênio se deu em 1997 ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Os programas de qualificação profissional, até esse momento, eram concebidos a partir da lógica exclusiva de recolocação no mercado de trabalho e, de modo geral, oferecendo treinamento em atividades como manicure, costura, pintura, marcenaria, etc. As principais críticas que recaíam aos planos de qualificação da época envolviam a carga horária dos cursos (muito pequena), a qualidade e a efetividade econômica e social dos mesmos. Eram cursos de curta duração, voltados ao tratamento de habilidades específicas exclusivamente através de treinamento operacional, imediatistas, segmentados e pragmáticos, com baixa efetividade social e econômica. Outras críticas referiam-se ao baixo controle social sobre o recurso do Fundo de Amparo ao Trabalhador investido nos programas de qualificação, o que resultou, na época, em graves denúncias de desvios e má utilização do recurso.

O que ficou visível, no entanto, foi a gritante modificação ocorrida no mundo do trabalho, com o surgimento de novos tipos de trabalhadores, com novas demandas a serem atendidas, de maneira que qualificar apenas para a busca do emprego passou a ser ação ineficaz. Avançar na sistematização e validação de novas metodologias para a qualificação profissional passou a ser uma necessidade.

As primeiras ações para sistematização e desenvolvimento de metodologia de educação para a autogestão se deram com a confecção dos *Cadernos de Formação do Trabalhador*, através do convênio com o Ministério do Trabalho, o Plano Nacional de Formação (Planfor). Tratava-se já de um processo de sistematização de novas demandas de *novos tipos de trabalhadores*, os trabalhadores das empresas de autogestão. O diferencial foi que os trabalhadores das empresas associadas à ANTEAG participaram ativamente de sua elaboração, levantando as demandas de formação com a equipe de assessoria que, em resposta, elaborou oito cadernos que abordam aspectos centrais da gestão de uma empresa de autogestão. Os cadernos foram utilizados nos cursos de formação oferecidos para milhares de trabalhadores

das empresas e seus conteúdos focam bastante o processo de mudança da empresa convencional para a empresa de autogestão, bem como os desafios da mesma.

Apesar dos trabalhadores associados à ANTEAG não estarem fora do mercado de trabalho, ou seja, de não se tratar de um público de desempregados, estavam em situação de risco de desemprego, pois organizando cooperativas e assumindo uma estrutura produtiva, estavam ocupados, mas dependiam de viabilizar a empresa para não perderem o posto de trabalho. Na maioria dos casos, a gerência não permanecia após a passagem da empresa para o sistema de autogestão. Com isso, muitas vezes, a direção da nova empresa vinha do *chão de fábrica* e necessitava de qualificação gerencial. Isso apontou a necessidade iminente de qualificação desses trabalhadores para o gerenciamento da empresa e, dado que a opção foi de organização em autogestão, uma qualificação para o público voltada para esse tema, considerando suas peculiaridades, mostrou-se de extrema importância.

Foram desenvolvidos os denominados MBAs (*Master in Business Administration*) regionais e nacionais. Em parceria com Universidades, foram realizadas atividades de qualificação para os gestores das empresas de autogestão.

Os MBAs foram nossa primeira experiência nesse sentido, ainda no âmbito da Secretaria de Formação (SEFOR) na gestão anterior ao governo Lula. Consideramos um avanço significativo, dado que foi a primeira experiência de investimento público em qualificação dos gestores nas Empresas de Autogestão, e dos trabalhadores sem função diretiva na compreensão da nova relação de trabalho instituída com a autogestão pelos trabalhadores. O Convênio da ANTEAG com a SEFOR durou até 1999, mas ainda era considerada uma experiência atípica no âmbito do antigo Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP).

O governo Lula sucedeu o de FHC e tratou de propor elementos de superação de algumas das lacunas da qualificação profissional através dos novos Plano Nacional de Qualificação (PNQs). Surgiram os Programas Especiais de Qualificação (ProEsQs) que têm como objetivo trazer qualidade pedagógica ao PNQ através de ações de estudos, pesquisas e desenvolvimento de materiais técnico-didáticos, metodologias e tecnologias de qualificação. As atividades dos ProEsQs devem desenvolver e validar

teorias e práticas que referenciem e orientem projetos de qualificação, tendo em vista uma formação integral para os trabalhadores e não mais aquela fragmentada.

Além do ProEsQ, foram criados os Plano Territorial de Qualificação (PlanTeQs) e o Plano Setorial de Qualificação (PlanSeQs), esses últimos programas de qualificação, cursos com carga horária pré-definida, diferente do ProEsQ, um trabalho de sistematização de metodologia desenvolvido através de cursos, oficinas, seminários e estudos para experimentação e validação.

O PNQ trouxe a perspectiva da qualificação profissional como política pública, orientada por objetivos sociais e partindo do pressuposto de que os sujeitos são dotados de saberes e identidades diferenciadas e que qualquer proposta de qualificação precisa respeitar estes fatores. Se o foco principal dos planos de qualificação anteriores era a re-inserção no mercado formal, o PNQ traz à evidência outras realidades: os trabalhadores informais e os associados e cooperativados da Economia Solidária e as diferenças regionais. Realidades que passaram a se destacar tanto qualitativa como numericamente no Brasil e que possuem demandas e necessidades específicas, não podendo ser tratados de maneira homogeneizada.

Essa é a razão para uma entidade de representação de trabalhadores e empresas de autogestão, como a ANTEAG, ser chamada para realizar o convênio, trazendo seu acúmulo de anos voltados à assessoria de empresas e empreendimentos de autogestão em nível nacional e podendo, através de sua rede de relações, acessar realidades diversas das experiências de Economia Solidária do país e sistematizá-las.

O primeiro ProEsQ voltado para a Economia Solidária foi realizado pela ANTEAG em 2003 com o apoio de atores diversos presentes no Fórum Brasileiro de Economia Solidária. A construção da metodologia foi feita de maneira coletiva, em que a ANTEAG, além de resgatar sua metodologia e suas informações, sistematizou as contribuições teóricas e práticas de grupos diversos da Economia Solidária: trabalhadores de empresas e empreendimentos autogestionários, entidades, gestores públicos, universidades e movimentos sociais. As entidades compunham, assim, o conselho gestor do projeto, recebendo informações periódicas e sendo convidadas a participarem das atividades de reflexão metodológica.

O projeto PNQ I foi iniciado tendo em mente que seria fundamental haver um diagnóstico das demandas de qualificação, bem como as áreas e temas de relevância que pudessem servir de base para um desenvolvimento de metodologia voltada para as empresas e empreendimentos de autogestão. Todas as atividades, seminários, cursos e oficinas, foram concebidos para atingir o objetivo de construir um quadro das demandas do público alvo prioritário.

Nos anos posteriores de 2004 e 2005, a ANTEAG seguiu com o ProEsQ de maneira bastante irregular, com grandes espaços de tempo entre um e outro, uma vez que os projetos atrasavam em seu financiamento promovendo certas *quebras* na lógica do trabalho. O ProEsQ 2004 envolveu a sistematização e elaboração das experiências de formação e assessoria para a economia solidária realizadas em conjunto com empresas, empreendimentos e entidades. Através de oficinas de trabalho em grupo, uma equipe de sistematização relatava os conteúdos a serem compilados no produto final do projeto.

O ProEsQ, 2005 foi a validação dos PNQs anteriores aplicados nas empresas através de cursos, assessorias, seminários e oficinas.

Os produtos dos três foram os cadernos *Autogestão e economia solidária, uma nova metodologia*, volumes 1, 2 e 3, (ANTEAG, 2004b, 2005, 2007) distribuídos gratuitamente a trabalhadores de empresas e empreendimentos de autogestão, gestores públicos, entidades e movimentos sociais ligados à Economia Solidária dirigido especialmente para trabalhadores, formadores e pesquisadores em autogestão e economia solidária. Foi confeccionado, também, no ProEsQ 2004, o caderno do trabalhador *Autogestão e economia solidária* (ANTEAG, 2004a), voltada para as empresas e empreendimentos, caderno este validado nas empresas e empreendimentos contendo uma linguagem mais didática.

Além de servir como instrumento de interlocução das diversas experiências entre as entidades que compõem o Fórum Brasileiro, pode-se observar que, muitas vezes, o movimento de Economia Solidária utilizou os livros como forma de subsídio para as discussões junto aos trabalhadores. O retorno sobre a utilização dessas publicações apontou casos bem diversos no uso:

- √ Atividades de formação para comunidades indígenas em Roraima;
- √ Subsídio para a elaboração do Programa Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários do BNDES;
- √ Formação de pesquisadores para o Mapeamento de Economia Solidária (Estado de São Paulo), inclusive com a utilização do índice de indicadores da autogestão;
- √ Formação de gestores públicos, assessores e formadores em entidades de economia solidária²;
- √ Utilização em disciplinas de cursos de graduação.

Outros relatos dão conta de sua utilização como subsídio para a realização de outros trabalhos: discussão sobre metodologia de pesquisas para empresas e empreendimentos de autogestão e de economia solidária; estudos acadêmicos; assessorias a empreendimentos sociais e, conseqüentemente, divulgação da autogestão e da economia solidária. A utilização do material por outras entidades foi, também, a validação dos produtos construídos através do ProEsQ, o qual preconiza que os instrumentos e tecnologias desenvolvidos devem ser validados junto aos atores da área em que se desenvolve, em nosso caso, a economia solidária.

A seguir apresentaremos alguns pontos do que pudemos apreender, através de nossa experiência com qualificação profissional, no que se refere à formação em autogestão e economia solidária.

Educar para a autogestão e economia solidária

Propor uma metodologia de formação para Economia Solidária no Brasil é tarefa bastante complexa. Estamos lidando com um universo variado e amplo de experiências, pois o campo da Economia Solidária no Brasil é composto tanto por grandes empresas, que passaram por processo falimentar e cujos trabalhadores adotaram a autogestão como forma de reorganizar o trabalho, até pequenos grupos de produção ou serviços ainda não formalizados.

² O livro vem sendo utilizado na formação de assessores da ANTEAG por diversas Incubadoras Universitárias, pela UNICAFS, pela UNISOL Brasil, FETRABALHO/ SP, Cáritas PA, entre outras.

Estas experiências se dão no meio rural e no urbano - de cidades pequenas a grandes metrópoles - e têm origens diferentes: algumas delas contam o com o apoio de políticas públicas, incubadoras, organizações religiosas, da sociedade civil ou de trabalhadores, enquanto outras surgiram e se desenvolveram a partir da organização espontânea dos trabalhadores.

Diferentemente das empresas que se constituem dentro do mercado convencional, as empresas e empreendimentos da Economia Solidária encontram um universo de limitações e indefinições, tanto de caráter jurídico quanto no que diz respeito às políticas públicas, gerando dificuldades para acessar linhas de crédito tradicionais, participar de licitações ou até mesmo para a formalização do empreendimento.

Essas indefinições fazem com que, hoje, a maior dificuldade de muitas empresas e empreendimentos da Economia Solidária seja a inserção de seus produtos ou serviços no mercado. Em geral, o resultado dos esforços nesse sentido fica aquém do esperado, as táticas utilizadas não estão assentadas em um projeto definido e tampouco são adotadas ferramentas que possam auxiliar esse processo. Nascidas da crise e desenvolvendo-se em sua maioria de forma periférica ao capitalismo, em geral, com atividades econômicas não-centrais na economia nacional, as empresas e empreendimentos possuem ainda bastante dificuldade para sobreviver economicamente. O Mapeamento de economia solidária (primeira fase) mapeou em torno de 15.000 empreendimentos autogestionários no Brasil, porém que representam um valor mínimo no PIB brasileiro. Trata-se de uma importante experiência sociológica, mas que ainda não conseguiu avançar no aspecto econômico, o que traz certo risco ao movimento no que se refere à sobrevivência desses trabalhadores e trabalhadoras.

A questão da mudança cultural é algo que recebe bastante destaque quando falamos em educação para a autogestão. Estamos diante de um novo tipo de trabalhador, o ator da economia solidária: o que era empregado, por vezes militante sindical, e sofreu uma mutação na passagem de sua empresa para uma empresa autogestionária. O desempregado marginalizado, que se encontra agora diante do desafio de tocar um empreendimento. Carregam uma herança cultural de empregado e são envolvidos pela complexidade do duplo papel de sócio-trabalhador, onde necessitam combinar a posse individual com a coletiva. Todos terminam imbuídos por um forte sentido de experimentação, que lhes é bastante desafiadora.

A cultura competitiva do mercado convencional é avessa à idéia da autogestão em diversos aspectos: preconiza a competição, ao invés da solidariedade; o individualismo, ao invés do trabalho coletivo; e inculca a idéia de que os trabalhadores da produção não têm potencialidade para gerenciar a própria empresa. A idéia da divisão do trabalho, a separação que compartimenta os que pensam e os que fazem, a heterogestão, (BOURDET; GULLERM, 1976) é algo ainda bastante arraigado em nossa cultura de trabalho e dificulta sobremaneira os processos autogestionários.

Durante o processo de recuperação das empresas por parte dos trabalhadores, os resíduos culturais herdados da organização hierárquica passam a constituir uma carga que requer um processo de desconstrução de uma determinada concepção e a construção de uma nova visão e prática, pois a cultura do assalariamento e da visão do trabalho subordinado impedem o estabelecimento de uma organização autogestionária.

A partir desse rápido panorama, é possível perceber que a formação em Economia Solidária no Brasil, requer formações diferenciadas e com diferentes níveis de aprofundamento. Com isso, nosso desafio passa a ser o de apontar alguns conceitos fundamentais para a formação em Economia Solidária nas diferentes áreas trabalhadas na execução deste projeto e delinear os princípios metodológicos em que a formação deve se basear, indicando estratégias de formação e recursos metodológicos.

Princípios metodológicos

A *autogestão* subentende a existência de autonomia e pressupõe capacitação para a administração coletiva do negócio. Autonomia tanto nas unidades produtivas quanto em sua instância representativa, isto é, sem dependência dos órgãos governamentais ou para-estatais. Acreditamos que quando se defende a autogestão deve-se garantir o *direito à informação e democracia nas decisões*. Democracia não apenas como voto ou mera representação, mas, principalmente, como partilha de poder e controle da vida do empreendimento coletivo. Por conta disso, *educar para a autogestão* significa promover autonomia e a inteligência coletiva dos trabalhadores.

Na autogestão o *método e a forma de relacionamento* determinam profundamente o trabalho educativo e o resultado da assessoria que se

pretende. Aqui, os meios determinam os fins: coerência e adequação do método com os objetivos são decisivas.

Por conta desses fatores, podemos dizer que a autogestão necessita de um tempo de aprendizado que promova a transformação da heteronomia para a autonomia, da heterogestão para a autogestão. E, as empresas e empreendimentos de economia solidária do Brasil necessitam qualificação profissional e formação política.

A Economia Solidária parte do princípio de que o aspecto central na organização da sociedade é o ser humano. É essa noção que vai redefinir relações sociais, econômicas, afetivas e produtivas. Portanto, a formação em Economia Solidária preza o diálogo com o trabalhador, trazendo para o conteúdo do processo formativo o sentido que é dado pelas suas vivências e anseios. O conhecimento não é um conteúdo que, despejado no trabalhador, vai imediatamente ganhar sentido e transformar-se em ferramenta para lidar com os problemas que se apresentam. Isso só se torna possível quando o formador em Economia Solidária trabalha o sentido da formação juntamente com o trabalhador.

Podemos dizer que a base do processo de formação está na adoção de situações e preocupações concretas capazes de dialogar com a realidade do trabalhador, para só então despertar preocupações mais universais e abstratas que se estendam para todos os trabalhadores e, até mesmo, à humanidade. Estabelecer essa ponte do concreto ao universal, da situação particular daquele trabalhador e daquela empresa/ empreendimento à situação do trabalho e dos trabalhadores em geral, é condição necessária para ajudar cada trabalhador individual a reconhecer-se no coletivo, ampliar o sentido do seu trabalho compreendendo as profundas implicações da escolha de um modelo autogestionário para a sua vida.

Sem dúvida, para os trabalhadores combinarem subjetivamente e objetivamente, a posse individual com a posse coletiva da empresa/ empreendimento é algo complexo, o duplo papel de sócio/trabalhador é de difícil compreensão. Qual o momento de exigir os direitos? Qual o momento de assumir os deveres e responsabilidades? O que significa ser dono do negócio? Deve haver hierarquia, ou não? Como fica a coordenação dos processos e funções? São perguntas que permeiam as concepções de trabalho dos sócios dos empreendimentos e empresas de autogestão.

Quando falamos em formação para a autogestão, falamos na promoção de formas autogestionárias de organização, o que é, antes de tudo, um empenho na elaboração de alternativas, requerendo trabalho permanente de crítica ao estabelecido, com o propósito de construir novas perspectivas em relação ao mercado de trabalho. A promoção de novas formas de administração envolve uma constelação de áreas constitutivas da vivência das pessoas e dos grupos. Neste projeto de educação não basta a consideração do nível consciente e verbalizado de uma determinada cultura organizacional, nem é suficiente tratar apenas daquilo que constitui o universo do conhecimento. Exige-se, ao mesmo tempo, que se leve em conta elementos do inconsciente, reelaborando-se informações e juízos já adquiridos e incorporados, muitas vezes como se fossem naturais. Por conta disso, a construção de um novo paradigma requer a afluência de diferentes áreas, envolvendo conhecimentos, valores, comportamentos, desejos e ideais.

A constituição de agrupamentos de autogestão requer que se mexa em escala de valores, afetando o comportamento e a qualidade das interações dos indivíduos com o grupo em que convivem no dia-a-dia. No entanto, temos que estar cientes de que se trata de um processo em desenvolvimento, que reclama um permanente investimento educativo para que se viabilize, o que nem sempre é algo bem visto pelas empresas, que relegam esse aspecto da formação, muitas vezes, a algo não prioritário em relação a outras áreas como a jurídica e comercial, por exemplo.

Estas considerações são necessárias para compreendermos que a formação de um trabalhador em autogestão vai além da formação para a mera execução de tarefas. Passa pela superação da dicotomia entre pensamento e ação. Como todos os trabalhadores da empresa/empreendimento são responsáveis, é preciso que adquiram uma visão organizacional estratégica do negócio e da sua relação com o campo político. Para isso é importante adotar uma prática pedagógica que tenha como centro o trabalhador e o significado que ele dá aos seus problemas e que, partindo desse significado, permita situá-lo em um contexto mais amplo, mas não desvinculado de sua prática atual. Uma abordagem histórica dos fatos e situações presentes hoje na vida do trabalhador pode ser um recurso metodológico valioso para que ele possa compreender porque é preciso atuar sobre a realidade. O conhecimento de que não é somente o objeto fabricado que é um produto, mas que também o trabalhador é um produto

de uma longa história de dominação, pode ajudá-lo a pensar e agir no sentido de modificar esse estado de coisas. Nesse sentido, a formação pode ser emancipadora, libertando o trabalhador de modos de pensar e ver a realidade segundo a ótica dominante. A economia solidária é um caminho profundamente pedagógico para a ação autônoma dos trabalhadores.

O método de abordagem e de relacionamento determina profundamente o conteúdo do trabalho educativo. Ao contrário da concepção de que o resultado é o que interessa e não o meio para atingi-lo, da idéia de que o produto final é o que interessa e não o processo, no trabalho de educação voltado para a Economia Solidária é necessária coerência entre o método e o conteúdo. Se for usada uma metodologia autoritária no trabalho de autogestão, ela marca o conteúdo irremediavelmente. Podemos estar educando para dissociar o gesto da fala, ou ainda, o espaço de formação da realidade das empresas e empreendimentos. Por isso, o uso de práticas autogestionárias no ambiente de formação é um processo educativo, tanto quanto a elaboração de documentos e instrumentos de gestão, como o estatuto social, as normas internas, o regimento interno, os acordos e o plano de negócios.

O desenvolvimento da Economia Solidária e dos seus princípios envolve um processo lento de educação, de formação, qualificação e capacitação, tendo, necessariamente, que ser permanente e integral.

A metodologia, tanto quanto possível, precisa responder a esses momentos diferentes extraindo sua validade das experiências dos trabalhadores nas empresas e empreendimentos.

Para a superação da cultura *patrão e empregado* é necessário criar um envolvimento generalizado dos cooperados com o todo da produção. É necessário que os cooperados tenham uma visão integrada da empresa e conhecimento de seus processos, compreendendo como se dá o processo do faturamento, sobras e retiradas, o conhecimento sobre os clientes e fornecedores e as características do mercado no qual a empresa está inserida.

Propiciar este nivelamento de conhecimento é uma questão de vontade política dentro da empresa, afinal, informação é poder.

A educação é aqui compreendida em seu mais amplo sentido de interiorização e compreensão dos valores e regras do conjunto da sociedade.

A educação nos permite a aquisição da linguagem, sem a qual não podemos nos comunicar e formular nossas experiências no universo humano. E a linguagem permite adquirir uma visão do mundo, de modo que podemos situar e nele atribuir lugares diferentes para as coisas e os homens. Nesse sentido, a educação permeia a nossa presença no mundo, desde que nascemos até a nossa morte. É parte integrante da formação de todos os seres, portanto, deve ser considerada como fator externo, mas que influencia sobremaneira em qualquer processo formativo (VIGOTSKY, 1991).

Usando os instrumentos que a educação fornece nós nos formamos. Vamos fazer escolhas, decidir com base na experiência e na inteligência, o que consideramos como sendo o melhor caminho para os fins que nos propomos a atingir. Esse é o processo de formação, que pressupõe intenção e escolha. Para trabalhar essas escolhas lançamos mão de processos de capacitação e qualificação. Pensamos como qualificação, um processo formativo voltado para as questões do trabalho. Ela pode envolver formas diversas como assessorias ou cursos de capacitação.

As escolhas devem, pois, indicar o que queremos ser ou fazer e pedem uma avaliação de nossa possibilidade de realizá-las. Precisamos fazer um movimento de por em ação nossas potencialidades e também nossos desejos, para ganhar essas qualidades e, assim, qualificarmo-nos para tanto. A qualificação é a soma de muitas capacidades e, muitas vezes, temos que adquirir essas capacidades, através de atividades que nos abram novas portas.

Propostas de formação e assessoria

Uma formação em Economia Solidária deve partir da realidade e das necessidades de cada empreendimento. O acompanhamento através de *Incubação* ou *Assessoria Permanente* é base para a identificação das demandas e planejamento da(s) estratégia(s) de formação adotada. Essa formação pode ocorrer em dois níveis diferentes, de acordo com a demanda e a realidade da empresa ou empreendimento, o que chamamos de *Cursos de Sensibilização* e *Cursos de Aprofundamento*. A Economia Solidária ainda tem peculiaridades que fazem com que certas estratégias adotadas por empresas convencionais não possam, simplesmente, ser transpostas e empregadas pelas empresas e empreendimentos do campo da economia solidária. Podemos tomar como

exemplo a contratação de um profissional capacitado para assumir a tarefa da inserção no mercado e da comercialização. Um primeiro limitador é o valor que o mercado pagaria a esse profissional, pois muitas empresas/empreendimentos não podem cobrir essa oferta. Um segundo fator peculiar diz respeito ao compromisso de todos os cooperados com as empresas, muitas noções administrativas de que elas carecem são fundamentais para a tomada de decisões responsáveis pelo conjunto dos sócios, *não podendo essa tarefa ser delegada unicamente a um profissional externo ao grupo.*

As formulações dos ProEsQs desenvolvidos pela ANTEAG apontam para a necessidade das empresas receberem *formação permanente e integrada, bem como acompanhamento a partir das necessidades*, o que nos levou a *repensar os conceitos de capacitação e assessoria* e considerarmos inadequado pensar em uma capacitação com conteúdos e carga horária pré-definida. Propusemos, dessa forma, pensar metodologia de capacitação que não seja 100% presencial e sim marcada pela alternância entre capacitação e aplicação dos conteúdos no dia-a-dia, mesclando-se teoria e prática nas empresas/empreendimentos - um avanço no que se refere à qualificação profissional, em geral bastante rígida em relação a esse quesito.

No que se refere às assessorias, percebemos que a intervenção dentro de uma empresa convencional é feita de tal maneira que o assessor cria dependência em relação às empresas, ele não *ensina como pescar* e sim *leva o peixe* para a empresa de maneira que ela necessitará sempre de seus serviços. Na autogestão esse trabalho deve ser a favor da autonomia, ou seja, para que os trabalhadores possam apropriar-se dos instrumentos da assessoria de maneira a utilizá-los da forma como crêem ser a correta, dispensando, se for o caso, a figura do assessor. A assessoria deve caminhar conjuntamente com a capacitação, o trabalhador deve compreender as origens dos problemas e o modo de solucioná-los.

Outro recurso formativo, muitas vezes subestimado pelos programas de formação, mas sempre lembrado pelos trabalhadores, é a realização de *intercâmbio* entre trabalhadores de diferentes empresas/empreendimentos ou regiões como forma de compartilhar o conhecimento consolidado (ou mesmo os problemas enfrentados, o que também é formativo) com outras experiências.

Futuro da Autogestão

De fato temos no Brasil experiências bastante interessantes de desenvolvimento de gestão democrática, novas formas de relacionamento entre as pessoas (mais solidárias) e até propostas de práticas econômicas diferenciadas da lógica da acumulação de capital, como as redes, comércio justo, clube de trocas. Porém, observamos, também, que de fato essas empresas e empreendimentos autogestionários atuam como ilhas de experimentação que não se engendram em um movimento maior de transformação social coletiva. Temos os fóruns de economia solidária que talvez sejam os embriões da estruturação de um discurso e prática de um projeto sócio-político comum, mas que atuam até hoje como plenárias de reivindicação de benefícios do governo e de demandas imediatistas para a sobrevivência econômica dos empreendimentos. Não se conseguiu avançar, ainda, na discussão política em direção a um norte comum. A autogestão das unidades produtivas pode ser um instrumento para transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Seu potencial democrático, igualitário, coletivo, emancipatório e solidário constitui-se em uma excelente forma de produção para a construção de uma sociedade que supere a lógica produtivista acumulativa que está causando o esgotamento dos recursos naturais e promovendo uma precarização dramática da vida humana. Porém, sendo ela um instrumento, nada impede que seja utilizada também pelo capitalismo para fortalecê-lo em sua racionalidade produtivista acumulativa, com as devidas adaptações, próprias do capitalismo.

A educação tem um papel fundamental de aprimoramento desse instrumento e, sobretudo, de ampliação da consciência desses trabalhadores. Para isto, deve ser orientada por um projeto sócio-político, um horizonte comum para uma nova sociedade. Sem isto, teremos a tendência de ter empresas com a autogestão bastante desenvolvida em suas práticas internas, voltando a ser empresas capitalistas por não compreenderem estar fazendo parte de um movimento que tem o POTENCIAL de transformar a atual realidade.

Devemos trabalhar para o desenvolvimento de uma educação que dissemine relações de trabalho nas quais todos os homens e mulheres sejam considerados capazes de aprender tarefas e habilidades diversas, de tomar

decisões sobre os rumos da empresa, enfim de ser dono de seu trabalho e sujeito de sua própria história. Uma cultura de trabalho que tenha a humanidade e o planeta como centro de suas atenções, que combata a discriminação, transformando as diferenças étnicas, religiosas, culturais e de gênero não em desigualdade e sim em complementaridade e uma cultura de trabalho e produção que não promova endividamento ambiental, mantendo a solidariedade também para as futuras gerações.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO. *Cadernos de Formação dos Trabalhadores. Autogestão e Economia Solidária*. São Paulo: ANTEAG, 2004a.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO. *Autogestão e Economia Solidária – uma nova metodologia*. São Paulo: Altamira Editorial, 2004b. v. 1.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO. *Autogestão e Economia Solidária – uma nova metodologia*. São Paulo: Altamira Editorial, 2005. v. 2.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO. *Autogestão e Economia Solidária – uma nova metodologia*. São Paulo: Altamira Editorial, 2007. v. 3.

BOURDET, Y.; GUILLERM, A. *Autogestão: uma mudança radical*. São Paulo: Zahar, 1976.

VIGOTSKY, L. S. *Pensamento e Linguagem*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. (Série Psicologia e Pedagogia).

Educación formal, educación popular, movimientos sociales y economía solidaria: el MOCASE y su propuesta de formación de maestros campesinos

Kelly PEREYRA¹

De las anónimas gentes, de las sufridas gentes, explotadas gentes, aprendí que la paz es fundamental, indispensable. Pero la paz, implica luchar por ella. La paz se cría, se construye en y por la superación de realidades sociales perversas. La paz se construye en la construcción incesante de la justicia social. Por eso no creo en ningún esfuerzo, por más que se autotitule 'educación para la paz' que, en lugar de revelar las injusticias del mundo, las torne opacas e intente miopizar a sus víctimas (FREIRE, 1986)².

Introducción

El presente artículo se propone analizar y reflexionar respecto a las condiciones de surgimiento y construcción de la Escuela de Formación de Maestros Campesinos del MOCASE (Movimiento de Campesinos de Santiago del Estero) integrado por trece organizaciones pertenecientes a diferentes zonas del territorio de Santiago del Estero, que comprende alrededor de cinco mil familias y en proceso de institucionalización e inscripta en el territorio argentino.

¹ Docente y investigadora de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, Argentina. Integrante por parte de la Universidad de Buenos Aires del Comité de PROCOAS de la AUGM.

² Paulo Freire en discurso al recibir el Premio *Educación para la paz* de la UNESCO, París, 1986.

El interés de esta experiencia radica en la integralidad de la propuesta de formación y en las relaciones que establecen entre la educación formal, la educación popular y la economía solidaria.

En primer término, se va a situar la experiencia en una dimensión geográfico- económica, para en un segundo término abordar la dimensión histórica de este proceso, íntimamente vinculada a la problemática de la tierra y la producción rural en Santiago del Estero. Las diferentes organizaciones sociales, en los distintos momentos históricos, emergen como prácticas de resistencia, vinculadas a necesidades u orientadas a conquistar o defender derechos que se consideran lesivos o avasalladores de la dignidad humana. En estos procesos de construcción social se van configurando identidades alrededor de una acción colectiva con vistas a un proyecto común.

En tercer término, se va a relatar el inicio de las luchas en tanto momento paradigmático hacia la conformación de la organización y su proceso de ampliación de los planos de acción, lo cual nos va a permitir comprender la conformación del MOCASE, su forma de organización y la importancia que tienen la creación de cooperativas en este proceso. En este punto se establecen algunos ejes de análisis posibles que permitan aproximarnos a la complejidad de la evolución de este movimiento: a) la tenencia precaria de la tierra y el constante peligro de desalojo; b) las principales luchas; c) principales hitos hacia la conformación del movimiento: desarrollo de la solidaridad entre las comunidades campesinas y la conformación de cooperativas; d) forma de organización interna.

Finalmente, se va a tratar como el Movimiento de Campesinos de Santiago del Estero se plantea un nuevo campo de disputa: la educación y como se vinculan los diversos elementos de la propuesta, a fin de focalizar la mirada sobre estos procesos de recuperación y organización de la cultura, la identidad y el trabajo que conllevan aprendizajes, experiencias³ y saberes⁴

³ En primer término para comprender la conformación del MOCASE como organización, se recupera el concepto de experiencia de E. Thompson (1989), planteada en la Introducción de su obra plantea algunas pistas interpretativas del concepto de *experiencia* con potencia explicativa para comprender el proceso de conformación y posterior desarrollo del caso de MOCASE. Thompson (1989) establece componentes en la experiencia de los trabajadores ingleses hacia su conformación como clase: una referida a la explotación a la que estaban sometidos; otra respecto a la represión política que padecieron y finalmente la presencia de tradiciones de carácter

en relación a la percepción de *un nosotros*, de *si mismo*, de la forma de participar, de luchar, de vincularse con y de ejercer el poder, de autogestionar la vida en sus diversas dimensiones.

El Movimiento de Campesinos de Santiago del Estero: algunos datos hacia su contextualización

La Provincia de Santiago del Estero tiene una superficie de 136.351 Km² y una población de aproximadamente 806.347 habitantes⁵.

El carácter más destacado del territorio es el de ser una provincia mediterránea con un clima subtropical donde en el verano abundan las lluvias⁶ y las altas temperaturas. Los inviernos son de temperatura moderada pero con grandes sequías⁷. Durante los meses invernales en la provincia se producen las ráfagas más fuertes de viento (75 km/ hora) provenientes del sur y del norte.

Sus principales recursos hídricos lo constituyen el Río Dulce y el Río Salado, con un aprovechamiento y caudal desigual. De menor importancia son los ríos Horcones, Urueña y Albigasta.

La estructura productiva de Santiago del Estero está basada en la producción primaria del sector agrícola, ganadero y forestal, entre los que cobró importancia, en la última década, la producción de algodón, alcanzando al 26% de lo que se produce en todo el país. En la actualidad esta importancia está siendo desplazada por el cultivo de la soja.⁸ Sin embargo este incremento en la producción aldonera no ha contribuido a mejorar las condiciones de vida de los campesinos involucrados.

comunitario. Thompson va a sostener que estos componentes básicos van a dar origen a la organización de la clase. En el caso del MOCASE estos tres tipos de experiencias han estado presentes y han ido jugando un papel importante en su conformación como movimiento.

⁴ Se entiende como saberes a los que provienen de las experiencias concretas de la vida cotidiana y de aquellas significaciones y sentidos que se le otorgan a la misma así como de reflexiones realizadas por los sujetos sociales acerca de la misma.

⁵ Censo nacional de población y vivienda, año 2001 y datos provistos por la Provincia de Santiago del Estero.

⁶ En verano las temperaturas en la provincia llegan a alcanzar alrededor de 47° centígrados.

⁷ Durante los meses de abril a septiembre las temperaturas son moderadas y oscilan entre 4° a 10° centígrados.

⁸ Fuente: Ministerio de Economía

Si bien la actividad económica productiva primaria es diversificada (fruti horticultura, cereales, forrajes, fibras, batata, zapallo, sandía, porotos, melón destinados al consumo local y nacional) esta se ve afectada en muchas zonas por la salinización del suelo y la marcada merma de agua. En la zona noroeste de la provincia debido a una extensa área provista de aguas no salinizadas, por estar bajo la influencia del sistema del Aconquija se produce un microclima que permite el cultivo de soja, sorgo, plantas aromáticas, poroto, entre otros.

Esta estructura económica está sufriendo en los últimos años una serie de cambios provocados por el desmonte y el avance de la producción de soja. El avance de los agronegocios, constituye, en la actualidad, la principal amenaza para la vida campesina, ya que intentan suplir la producción de alimentos por la fabricación de biocombustibles. Esto, sin duda, como bien lo visualizan los movimientos, va a tener consecuencia directa no solo en la vida de los pobladores rurales sino en toda la población a partir del aumento de la superficie agrícola basados en procesos de degradación ambiental, desforestación, utilización de grandes cantidades de agroquímicos que afectan la fauna y flora autóctonos y contaminan las aguas, el empobrecimiento físico-químico del suelo y su contaminación, la tendencia al monocultivo, migraciones de la población rural y el incremento desmesurado de precios de los alimentos básicos de la cual una de sus consecuencias económicas directas va a ser la inflación.

Desde el punto de vista demográfico, Santiago del Estero es una de las provincias que posee mayor población campesina en el país. De acuerdo al documento central de la Mesa de Tierras de Santiago del Estero, viven en el campo alrededor de un 40% de la población total; lo que correspondería a aproximadamente 28.000 familias de pequeños productores minifundistas. Si bien estos datos son los oficiales se estima que si se tiene en cuenta los procesos internos de migración campo – ciudad y los procesos externos, hacia otras provincias, debido a la situación de pobreza y expulsión de las tierras, esta población alcanzaría entonces el 70%.

Respecto a los indicadores educativos de la población santiagueña, según datos provistos por el informe del monitoreo de la ley de financiamiento educativo realizado por CIPPEC (año 2006), la tasa de escolarización es uno de los más críticos del país junto con los de las

Provincias de Misiones, y Corrientes. La tasa de analfabetismo⁹ asciende al 6,0% y la tasa de escolarización en el nivel medio es del 50,4 %.

Si bien la provincia posee dos centros universitarios (uno público y uno privado) y 53 centros de educación superior no universitaria¹⁰, en los centros urbanos la tasa respecto a los estudios secundarios completos llega alrededor del 46% de la población económicamente activa (PEA) mientras que en los sectores campesinos escasamente alcanzan este nivel de formación.

Breve recorrido histórico

La historia de la explotación campesina se remonta a la época colonial, con la implementación de la figura de la *encomienda*¹¹.

Durante las décadas transcurridas en la colonización de América, el repartimiento o encomiendas de indios, para que sirvieran y trabajaran para los invasores, fue el pilar económico sobre el que se construirían los nuevos reinos de la corona Castellana. (LORANDI, 2002, p. 71).

Ya desde la dominación española en Santiago del Estero, a partir de la cosecha de algodón, se constituyó la producción textil, alrededor de verdaderas fábricas donde los encomenderos encerraban a los indígenas, tanto hombres como mujeres.¹²

⁹ Según el informe del monitoreo de la ley de financiamiento educativo de CIPPEC hay en la Argentina 720.000 niños que han quedado fuera del sistema educativo y unos 730 adultos de más de 15 años que son analfabetos puros. No existen cifras precisas respecto a los analfabetos funcionales.

¹⁰ Fuente: AGENCIA DE DESARROLLO DE INVERSIONES. 2004. *Provincia de Santiago del Estero: Información Socioeconómica*. Secretaría de Industria, Comercio Y Pyme. Mayo de 2004.

¹¹ La encomienda fue una vieja institución que data de a Reconquista de los reinos moros. “Desde 1500, por decreto de Isabel La Católica, se reconocía la libertad de las poblaciones americanas como directos vasallos de la corona, si bien jurídicamente fueron equiparados a los rústicos y menores del viejo derecho castellano. Bajo este paraguasdoctrinario, el rey podía ponerlas bajo su protección directa, recibiendo tributos a cambio. Pero también podía ceder los tributos de los indios a aquellos vasallos que por sus méritos en la conquista y servicios a la Corona así lo merecieran” (LORANDI, 2002, p. 72). Esto permitió el sometimiento a sistemas de semiesclavitud a los pueblos indígenas de la colonia.

¹² Dalgortz (1998, p. 6) sostiene que “Al comenzar a hablar de los obrajes es muy importante consignar como antecedente la aparición del obraje textil como una variante del sistema de encomienda. Y este último era una forma productiva del territorio conquistado que seguía al de la ocupación militar”.

El obraje textil se constituyó en verdaderas fábricas de tejido ubicadas en “lugares sombríos, techados con ramas, cercados de muros y adobes y donde fueron encerrados los indias e indias de los encomenderos (DALGORTZ, 1998, p. 6).

En el siglo XVIII se siguieron desarrollando la producción de algodón así como otras economías de subsistencia.

Durante el siglo XIX comienzan a producirse cambios vinculados a la nueva coyuntura de los mercados internacionales y la nueva división del trabajo internacional: los países que se consolidaban como centros industrializados principalmente los de Europa, demandan materias primas de aquellas regiones productoras de bienes primarios. A esto se suma la importancia que va cobrando el puerto de Buenos Aires y su potencial comercializador que facilita la imposición a nivel nacional de una política extractiva de materias primas mientras que el mercado interno va siendo invadido por productos manufacturados de las potencias industriales. Se instala así un modelo agroexportador que va del año 1870 a 1930 (TORRADO, 2003), momento en que da paso a una etapa de diferente naturaleza. Este modelo fue impulsado por una oligarquía terrateniente poseedora de las mejores tierras para el cultivo: las de la Pampa Húmeda. Susana Torrado (2003, p. 48) caracteriza esta etapa de la siguiente manera:

[...] los grandes propietarios terratenientes de la Pampa Húmeda – se abocaron a resolver cuatro cuestiones prioritarias: a) la organización nacional; b) la atracción de capitales externos que posibilitaron el desarrollo de formas modernas de producción agropecuaria; c) la promoción de la inmigración europea y d) la educación universal y obligatoria.

Si bien durante este período se incrementaron increíblemente las exportaciones, este modelo además trajo como consecuencia una gran concentración de la tenencia de la tierra, fundamentalmente en la Pampa Húmeda, una creciente dependencia externa y una situación de debilidad al basar su economía en el sector primario.

De igual modo, este nuevo contexto económico y político produce la crisis de las incipientes industrias de las provincias, entre ellas la de Santiago del Estero. A fines del siglo XIX y principios del XX, bajo el modelo

agroexportador, la economía de la provincia de Santiago del Estero¹³ se encamina a la explotación de vastas extensiones de bosques de quebracho y algarrobo (árboles naturales de la región) cuya madera es utilizada para la construcción de los durmientes de los ferrocarriles. Se estima que había en ese entonces alrededor de 11.000.000 de hectáreas de bosques vírgenes.

Esta forma irracional de explotación forestal tuvo en la provincia un efecto de empobrecimiento de las tierras dejándolas con un escaso valor económico. Lo sucedido en Santiago del Estero es un reflejo de lo ocurrido en América Latina, como dice el historiador Raúl Dargoltz (1988, p. 2), que “La historia de América Latina es la historia de la destrucción de sus recursos naturales. Desde la conquista y colonización hasta nuestros días fue la región de las venas abiertas al decir de E. Galeano”.

Este proceso de destrucción forestal comienza alrededor de 1880, en las zonas del corredor de Frías y Loreto. Luego la actividad continúa en Salavina y Atamishiqui para continuar alrededor de 1907-1910 en Añatuya, Quimilí y Tintina.

La implantación de este modelo productivo de carácter extractivo en Provincias como Santiago del Estero, va a favorecer la continuidad de relaciones sociales de producción precapitalistas.

De la mano de la empresa inglesa Forestall Land, Timber and Railway Corporation se llevó adelante este arrasamiento de los recursos forestales. Los hacheros, en general de origen quechua, eran sometidos a condiciones de trabajo semiesclavos del que solo con la muerte se podía escapar. Se inicia, a partir de este momento, un proceso de desterritorialización del campesino que ahora migra de un obraje al otro y pierde una de sus formas de vida ancestrales: la armonía con el monte y sus prácticas agrícolas ganaderas. El desarraigo y la precariedad invaden la vida de los hacheros condenados a la pobreza y el analfabetismo. Un errante que comienza a olvidar su propia lengua.

¹³ Estas industrias incipientes del noroeste argentino basado en talleres textiles se remontan a la época del Virreynato, en el siglo XVI. Estas economías en un desarrollo casi artesanal se desarrollaron y conformaron un comercio interregional. En Santiago del Estero se producía algodón que luego era industrializado por los pobladores indígenas que trabajaban bajo el régimen de la *encomienda*, forma de dominación política religiosa de los colonizadores españoles y mediante la cual se obligaba a los indígenas a trabajar en situación de semiesclavitud.

En la década del 60 esta empresa inglesa, luego del saqueo de los recursos madereros y ante el agotamiento del recurso, decide abandonar el país e irse a África, demantelando y dinamitando la infraestructura. La impunidad de sus abusos estaba garantizada por la indiferencia del gobierno local.

La tierra y la Ley de Prescripción veinteañal: un tema de estricta justicia

En Santiago del Estero la mayoría de las familias campesinas pequeño productoras, tienen una tenencia precaria de la tierra¹⁴, o sea, que no tienen regularizada la posesión de aquellas tierras que durante varias generaciones han ocupado. De acuerdo a la información que se dispone habría alrededor de 24.000 campesinos propietarios legítimos en vías a ser desalojados.¹⁵

Sin embargo estas familias en su mayoría desconocen la existencia de una ley que establece que aquellos ocupantes de tierra que han ejercido una posesión continua por un período de 20 o más años, con el objeto de alcanzar su sustento, realizando mejoras, etc., tienen derecho a reclamar la legitimidad de la propiedad. Y en aquellos casos que la conocen los campesinos no tienen los recursos suficientes para iniciar un trámite que demanda asesoramiento legal, mensura de los terrenos muy costosa y altos honorarios.

Además hay que tener en cuenta que muchas familias ya han sido desalojadas sin que su situación se haya presentado ante ningún juzgado o simplemente desplazados hacia otras tierras de menores dimensiones y totalmente empobrecidas. El avasallamiento, la represión y la falta de consideración como ciudadanos plenos condenan a los campesinos a una situación de *no derecho*.

¹⁴ Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos establece que si bien el derecho asiste a la gran mayoría de los campesinos, y esto es ratificado por el documento de la Mesa de Tierras de la provincia, (que es un espacio de la Pastoral Social de la diócesis de Santiago del Estero integrada, además del Mocase, por organizaciones no gubernamentales, técnicos y profesionales) existe una Ley de Prescripción Veinteañal que complica la situación ya que determina la necesidad de hacer mediciones que son muy costosas, de que el plazo de posesión es muy largo, y que para llevar adelante este proceso es necesario un asesoramiento legal que muchas veces los campesinos no pueden costear.

¹⁵ Fuente: Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos. Defensor del Pueblo de la Provincia de Sgo. Del Estero. Subsecretaría de Derechos Humanos de Santiago del Estero. Ministerio de Justicia, Trabajo y Derechos Humanos. 0385-450-4446/4448 / Salta 326 (4200) Sgo. del Estero

Los sucesivos ataques a los derechos campesinos y los desplazamientos y desalojos a los que en diferentes momentos han sido sometidos ha constituido un proceso de pérdida de su cultura. Con la tierra no solo se pierde la posibilidad de poder trabajar para el sustento, sino un lugar donde vivir, del hábitat con el cual han convivido en equilibrio por generaciones. Se les está arrebatando sus anclajes identitarios sumiéndolos en una situación de incertidumbre, de inestabilidad profunda al no reconocimiento del derecho a tener una vida digna.

Durante la dictadura militar 1976-1983 se efectuaron ventas de tierras de manera poco clara a través de préstamos hipotecarios a empresarios poco escrupulosos (DARGOLTZ, 1998) que trajeron como consecuencia: a) profundización de los problemas de tenencia de tierras y b) mayor explotación irracional de los recursos. Esta problemática se ha visto agravada en los últimos años a partir del rápido proceso de concentración de la propiedad a nivel nacional, que en esta provincia tiene efectos devastadores

El agua: un recurso escaso

Mientras en las ciudades el uso del agua es indiscriminado y abundante en Santiago del Estero el agua potable es un bien preciado y escaso. Los problemas se derivan de diversos aspectos: falta de infraestructuras y el desconocimiento por parte de las familias campesinas respecto a como potabilizar el agua, como construir formas de reserva, etc.

Con respecto al agua que se necesita para el riego los problemas se derivan de: a) Falta de embalses; b) falta de canalizaciones primarias y secundarias; c) acequias mal cuidadas; d) la desigual distribución del recurso. La apropiación por parte de empresarios del agua para el riego; e) los procesos de salinización por falta de drenaje; f) la contaminación de arsénico; g) falta de construcción de tanques australianos; h) falta de pozos de extracción.

Exclusión social y aculturación del campesino

El modelo extractivo produjo una destrucción no solo en el suelo, sino también en los vínculos ancestrales y afectivos. El disciplinamiento del obraje produjo una modificación en la autopercepción y la propia estima

del trabajador rural. Los campesinos originarios se percibían a sí mismos como libres si bien no conocían la palabra libertad. En la época colonial inventan una palabra que es *escapar...* ¿de qué? De la esclavitud, de la opresión. En el obraje se continúa con este arrasamiento cultural: ahí las relaciones que prevalecen son las de dominación.

Si bien aún perduran algunas de sus tradiciones ancestrales como los sistemas comunitarios donde se asientan las comunidades (antiguamente estas no superaban las cuarenta viviendas rasgo que aún hoy tiende a mantenerse) la falta de respeto por la lengua vernácula en las escuelas donde la lengua oficial y la cultura urbana desconocen o niegan el quichua así como todas sus tradiciones tanto productivas como ancestrales ha atentado sobre uno de sus pilares identitarios. No se poseen datos oficiales acerca de la lengua vernácula de los campesinos de esta provincia si bien se estima que hay alrededor de 160.000 personas cuya lengua es el quichua. Asimismo, un dato relevante a tener en cuenta es que aquellas regiones donde viven mayor cantidad de personas que hablan quichua coincide con las más pobres de la provincia y del país.

Las primeras luchas frente al desalojo

Se puede considerar como momento fundacional del proceso de lucha iniciado por los campesinos de Santiago del Estero a las producidas en el paraje de Suncho Pozo en la Zona Este de la provincia en el año 1960. A partir de aquí se inicia un proceso de lucha campesina que comienza con el objeto de resistir un intento de desalojo.

Los campesinos eran la segunda o tercera generación de trabajadores que participaban en la extracción del quebracho colorado, quebracho blanco, algarrobo, chañar y otras maderas duras típicas de la región así como otros árboles para producir carbón y leña. El usufructo indiscriminado realizado por las empresas madereras produjo efectos desérticos y el agotamiento del monte. Cuando esto se produce las empresas se retiran dejando como saldo recursos naturales agotados y trabajadores sin fuente laboral. Muchos de ellos migraron hacia donde pudieran seguir trabajando y otros se asentaron en esas tierras que en aquel entonces no interesaban a nadie. Poco a poco se fueron convirtiendo en campesinos comenzando a cultivar algo para vivir para luego ir convirtiéndose en pequeños productores

principalmente el algodón. Al demostrar que estas tierras aún podían dar beneficios la tierra es vendida y comienza el desalojo de los campesinos.

Ante esta amenaza los campesinos comenzaron a organizarse para resistir conformando asambleas, formando comisiones y grupos de vigilancia y dando un paso importante hacia la defensa de sus derechos: iniciar la lucha legal al darle la defensa a un abogado. Este juicio duró alrededor de 10 años (1963-73) y el cual finalmente se perdió.

En el año 1973 al perder en el plano del derecho, abren una nueva dimensión de la lucha: la política. Contactan primero a los políticos provinciales mientras que en Buenos Aires la estrategia se dio en dos direcciones: por un lado, trataron de darle difusión pública al conflicto a través de los diarios de tirada nacional y por otro pedir una audiencia al mismo Presidente de la Nación, Juan Domingo Perón.

Simultáneamente los campesinos estaban resistiendo el desalojo de la próxima familia. La situación había alcanzado un alto nivel de conflictividad, y ante la decidida respuesta campesina el gobernador de la provincia no tuvo más remedio que tener una participación más activa. A fin de encontrar una salida elaboró un decreto de expropiación de las tierras que contemplaba sólo parcialmente la expropiación en un lote que coincidía con la ubicación de las familias. Esto lleva a que los campesinos se trasladen a los predios no alcanzados por la expropiación: zona de monte tupido que tuvieron que desmontar y acondicionar para volver a producir.

A pesar de la injusticia la obtención de estas tierras fue vivida como una conquista para los campesinos de Suncho Pozo, llamando a estas nuevas tierras Suncho Pozo del Triunfo.

Desde ese entonces hasta ahora gran cantidad de familias vieron derribar sus casas por las topadoras, violar sus derechos por tierras ocupadas por más de veinte años y las familias fueron echadas sin que sus casos fueran tratados judicialmente, despojándolos de sus más legítimos derechos, arrojándolos de este modo a una situación de no derecho.

Sin embargo esta situación de desalojo, el embate de las grandes empresas y la represión provincial fue planteando a los campesinos de Santiago del Estero la necesidad de unirse para luchar y resistir en defensa de sus legítimos derechos.

En este primer momento el descubrimiento del potencial de la unidad y la lucha por parte de los campesinos abre la posibilidad del proceso que se inicia posteriormente.

El segundo hito en la organización del MOCASE lo constituye la lucha llevada adelante por las familias campesinas de Los Juríes, quienes si bien no solucionaron el problema de la tenencia de la tierra, avanzaron en aspectos productivos y de comercialización. Su preocupación ahora ya no se dirigía solamente a conseguir la titularidad de la tierra sino que se propusieron la mejora de la producción agrícola, resolver el tema de la comercialización de los productos, pensar la educación y también la salud.

Forman así la Cooperativa Agropecuaria Unión Campesina eliminando con ello el problema de la intermediación. Esta Cooperativa marca un antes y un después en el movimiento ya que unida a las otras estructuras organizativas muestra que con lucha y organización, con posibilitar espacios de difusión de la experiencia, se puede modificar las condiciones de existencia.

Desde este momento se comienzan a conformar estructuras campesinas similares con base territorial, con una preocupación por la humanización de las relaciones, organizadas en comisiones departamentales o zonales con la conformación de una cooperativa agropecuaria.

Estas cooperativas se conformaron en el año 1988 en La Unión de Pequeños Productores del Salado Norte (UPPSAN), en la cual participaban alrededor de 500 familias. En los años que siguieron progresivamente se fueron conformando diversas organizaciones de base territorial como:

- √ en 1989 la organización Comisiones Campesinas de Pequeños Productores *Ashpa Sumaj*¹⁶ que reunía a 500 familias de campesinos algodoneros en el Departamento Moreno;
- √ en 1990 la organización Comisiones Unidas de Pequeños Productores de Figueroa, conformada por 13 comisiones vecinales y reuniendo a 610 familias campesinas;¹⁷

¹⁶ Que en quechua quiere decir tierra linda .

¹⁷ Estas comunidades estuvieron asesoradas y acompañadas por el INTA y la Iglesia Católica.

- √ en 1993 se constituyeron los Delegados Unidos de Figueroa Norte conformada por Once Comisiones, agrupando a 300 familias de la zona norte del departamento Figueroa;
- √ más tarde la Organización Campesina de las localidades de Copo, Alberdi y Pellegrini;
- √ la Cooperativa Agropecuaria *Ashca Cayku*, Quimilí, con productores del Departamento Moreno.

Por razones de extensión este trabajo no se va a detener en los detalles de este proceso que ha sido muy complejo, muy rico, con marchas y contramarchas, con uniones y divisiones pero que dieron lugar a la constitución del Movimiento Campesino de Santiago del Estero - MOCASE el 4 de agosto de 1990, en Quimilí.

Una organización por el trabajo, la tierra y la identidad campesina

La forma de organización es de base territorial donde prevalecen las relaciones personales existentes entre familias campesinas y que son llamadas *comisiones vecinales* o *comisiones*. Estas comisiones eligen representantes o delegados para participar en las comisiones zonales o departamentales, llamadas *comisiones unidas*, *delegados unidos* o *unión de pequeños productores*. De igual manera y al mismo nivel se conforman cooperativas agrarias para resolver los temas productivos y de comercialización.

Esta organización tiene como ejes centrales la lucha por la tenencia de la tierra y la dignificación de la vida de las familias campesinas. De la topadora silenciosa, del no derecho se va pasando a la toma de conciencia del derecho campesino.

A partir de este momento se va logrando mayor visibilidad política y se va ampliando la vinculación con otros sectores sociales.

Por otra parte si bien las distintas comunidades acordaron objetivos, la forma que debía asumir la lucha para alcanzarlos fue fuente de divisiones entre las distintas organizaciones. Del mismo modo se produjeron disputas respecto a la estructura interna habiendo sectores que cuestionan el modo de funcionamiento a partir de Comisiones Directivas entendiendo que representan un límite hacia el logro de mayores niveles de autonomía de las

organizaciones zonales. Estas discusiones muestran la riqueza de estos debates que van de aquellas posturas que impulsaban la construcción de horizontalidad a las que simplemente desean mantener la estructura alcanzada.

El MOCASE, surgido en el año 1990 bajo el lema de *campesinos y campesinas unidos por la tierra y la justicia*, está conformado en la actualidad por más de 500 comunidades que reúne alrededor de 8500 familias campesinas distribuidas en nueve departamentos de la provincia.

Las organizaciones que conforman al MOCASE /VIA CAMPESINA son los siguientes: a) CANESI, Tabuada; b) Comisión Central de Pequeños Productores Ashpa Sumaj, Moreno y Juan Felipe Ibarra; c) Cooperativa Ashca Cayku Lda. Quimilí – Moreno; d) FM EL MONTE 88,7, Quimilí - Moreno. Para su instalación recibieron ayuda de FM La Tribu; e) FM SACHAHUAIIRA 89.3, Tintina – Moreno; f) Comisión Central Campesina Tata Iaiá Ashpa Can, Moreno y Alberdi; g) Comisión Campesina de Productores del Norte, Pellegrini y Copo; h) Comisión Central Campesina de Copo-Alberdi, Copo y Alberdi; i) Comisión Central Campesina de Pinto, Mitre, Aguirre y Quebracho; j) Central Campesina de Atamisqui, Salavina, Loreto Atamisqui y San Martín; k) Comunidad Indígena Vilelas, Santo Domingo; l) Comunidad Indígena Lules-Vilelas, El Retiro; ll) Comunidad Indígena Sanavirones, Las Abras; m) Comunidad Indígena Guaycurúes, Pozo del Toba; n) Comunidad Indígena Vilela, Pampa Pozo; ñ) Comunidad Indígena Vilelas, Tres Leones; o) Comunidad Indígena Tonocotes, Puerta Grande.

Una de las características fundamentales del MOCASE es el ir estableciendo vinculaciones con otras organizaciones e instituciones tanto a nivel nacional como internacional. A nivel nacional se vinculan: Mesa Nacional de Productores Familiares, Coordinadora de Trabajadores Desocupados *Anibal Verón*, el Frente Darío Santillán, Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD), Movimiento de Trabajadores Desocupados de Solano (MTD Solano), Madres de Plaza de Mayo, Red Puna, Movimientos de Campesinos de Córdoba, Movimientos de Campesinos de Formosa, Movimiento de Campesinos Sin Tierra de Medoza, Universidad Transhumante, organismos de Derechos Humanos como el CELS.

A nivel internacional: Vía Campesina¹⁸, Universidad Politécnica de España, Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC)¹⁹, Movimiento Sin Tierra de Brasil, entre otras.

Pensando la educación en clave de movimiento: la palabra de otras voces ante el proceso globalizador.

Son vastos los estudios realizados respecto a los cambios iniciados a partir de la década del 70 en el modelo de acumulación capitalista²⁰ que se vio reflejado en la globalización de la economía, en el auge de las políticas neoliberales promovidas por el Consenso de Washington, la importancia que cobró el conocimiento científico-técnico, el reordenamiento del mundo del trabajo, las nuevas formas de relaciones sociales, el desempleo creciente (CASTEL, R., 1999; CASTELLS, M., 1996; BORÓN, 2004; GAMBINA, 2002). La Reforma del Estado en los años 90 no solo profundizó la aplicación de las políticas neoliberales iniciadas durante la dictadura, con la gestión económica de Martínez de Hoz, sino que se ha intensificado la explotación de la mano de obra trabajadora, se produjo la pérdida de derechos laborales, la flexibilización, la precarización y el desempleo. Esta “nueva cuestión social” (ROSANVALLON, 1995, p. 7) en Argentina y en América Latina impactó no solo en la forma de organización del trabajo sino como advierte Vania Salles (1999, p. 1) “en los modos de vida de trabajadores y trabajadoras” cuyos destinos se vieron marcados por el desempleo y la exclusión.

Ante este embate del capital, grupos de trabajadores, tanto urbanos como rurales, frente a la precariedad y el desempleo, han ido desarrollando estrategias para poder sustentarse, dentro de las cuales destacamos aquellas

¹⁸ La Vía Campesina es un movimiento social de carácter internacional conformado en el año 1992. Reúne organizaciones campesinas de Asia, África, América y Europa. <http://www.viacampesina.org>

¹⁹ CLOC es una organización internacional que reúne agrupaciones rurales de Argentina, Belice, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, Ecuador, Guatemala, Honduras, México, Paraguay, Perú y República Dominicana. <http://www.social-movements.org/en/node>

²⁰ En este artículo, el concepto que se toma como modo de acumulación es el referido en la obra de Susana Torrado (2002): a las estrategias de acción (objetivos, proyectos, y prácticas políticas) relativas a los factores fundamentales que aseguran la acumulación capitalista (cómo se genera, cuáles son los elementos que condicionan su dinamismo, como se distribuye el excedente) y que son dominantes en una sociedad concreta en un momento histórico determinado.

experiencias de organización solidaria. Muchas de dichas experiencias se enmarcan en los nuevos movimientos sociales y organizaciones populares donde se esbozan nuevas prácticas, concepciones del trabajo y nuevas relaciones entre trabajo y educación. Estos cambios en los *modos de vida* (RAYMOND, 1997) atribuibles a la sinergia que se produce entre los procesos de movilización social, las instancias socioorganizativas, políticas, culturales y socioproductivas, nuevas formas de entender el trabajo han colocado problemas fundamentales para el campo educativo.

La educación que proporciona el sistema educativo formal se ha ido distanciando de la realidad y esto se hace más evidente ante los contextos de precarización y exclusión social. Es innegable que los saberes escolares han deslegitimado aquellos saberes provenientes de las clases populares, subsumiendo la memoria, las producciones culturales y las luchas de sectores pobres. Por tanto desde la escuela se va descalificando cualquier otra forma de vida y de concebir el mundo.

Mientras la escuela formal se fue apartando de la realidad y las necesidades de los sectores populares, la Educación Popular en América Latina, ha constituido históricamente una herramienta de lucha en la construcción de procesos colectivos participativos, organizativos y de transformación social.

En la experiencia llevada adelante por el MOCASE, a partir de su conformación y la asunción de las dimensiones política, productiva y organizativa de la lucha fue planteando la necesidad de construcción de un nuevo proyecto cultural y educativo en vista a la superación de la situación de postergación y exclusión a la que venían siendo sometidos los campesinos. Este proyecto cultural y educativo debía contener sus tradiciones, su historia, su memoria pero también sus luchas por la tierra, su lengua, la conciencia de ser un trabajador campesino y constituirse en una herramienta de transformación social de la vida campesina. A tal fin y pensando una educación profundamente vinculada con la realidad social se recurrió a la Educación Popular a fin de articular y abrir espacios hacia una lógica democrática, autónoma y participativa. Era la hora de que el campesino alzara la voz y tomara la palabra.

De este modo se inician una serie de acciones y articulaciones hacia la alfabetización y formación de los integrantes del movimiento.

El MOCASE /Vía Campesina y el nuevo campo de disputa: la educación formal.

La experiencia de los campesinos con el sistema educativo formal ha sido sentida como un extrañamiento, una *topadora* cultural dominante tendiente a la subordinación, al no reconocimiento de su identidad campesina, de su historia de lucha por la tierra, de sus usos y costumbres, su cultura, su lengua.

Esta falta de respeto por su cultura y saberes, esta dicotomía entre teoría y práctica así como la negación de la lengua materna en la escuela, produce en los hijos de los campesinos un efecto de discriminación que termina en dificultades de aprendizaje, fracaso escolar y deserción. Esto lleva a plantear la disputa también en el campo de la educación formal.

Por lo que la primera función de la educación a tener en cuenta es comprender la realidad para poder transformarla. Ya no se trata solo de leer y escribir sino de *leer lo real tal cual es*. Y leer lo real es trabajar para una escuela que asuma la identidad del campesinado de Santiago del Estero, que promueva la conciencia histórica, que forme sujetos de derecho comprometidos con la práctica cotidiana, que democratice el saber, que se abra a la comunidad, que sea problematizadora entre otros aspectos.

Arribar a esta instancia llevó a definir los primeros pasos a dar: la necesidad de realizar un diagnóstico. A tal fin la Universidad Trashumante partiendo de hacer una mirada crítica de la escuela de hoy en miras a poder pensar *la escuela que queremos* realizó talleres con las comunidades.

El diagnóstico realizado por la Universidad Trashumante estableció claramente que cualquier educación pensada para los campesinos de Santiago del Estero debe ser pensada a partir de la lucha por la tierra, del trabajo campesino y de sus tradiciones ancestrales. De este modo la educación forma parte de un proceso social constitutivo creador de estilos de vida en el cual los sujetos sociales implicados producen y reproducen modos de vida de la organización campesina que recupera, proyecta y construye determinados valores, principios, convicciones y una determinada forma de vincularse con el otro

En la búsqueda de interlocutores para participar de la discusión de la educación en general para el MOCASE, somos invitadas por la

Universidad Trashumante a un encuentro, realizado en la Universidad Nacional de San Luis, a participar de un proceso de construcción del proyecto de Escuela de Formación de maestros campesinos. También participaron de esta reunión la Universidad Politécnica de España y Norma Michi de la Universidad Nacional de Luján. Desde este momento se proponen una serie de etapas para el armado de la propuesta curricular así como el diseño arquitectónico del espacio físico donde va a funcionar la Escuela.

A partir de ahí se sucedieron una serie de reuniones que culminaron con la propuesta de Escuela de Formación de maestros campesinos. Las categorías educativas contempladas como base de la enseñanza, son la articulación de la educación con las actividades productivas, con la cosmovisión de la organización, la gestión democrática compartida entre estudiantes, docentes y campesinos.

Esta formación tiene como objeto habilitar a los cursantes a una acción transformadora teniendo como perspectiva la igualdad social, la formación de la conciencia crítica, una praxis pedagógica que esté en consonancia con la experiencia político-social y organizativa del propio Movimiento.

Los elementos básicos tenidos en cuenta para el diseño curricular han sido:

Una Pedagogía que permita la Reproducción del Movimiento.

La escuela oficial no contempla las necesidades de los campesinos de Sgo. Del Estero, ya que la educación en estos ámbitos oficiales se articulan con el discurso hegemónico y las prácticas de dominación que garantizan sujetos (sujetados) dóciles, funcionales. Por lo cual una Pedagogía del Movimiento apunta al sujeto integral – político, educativo, técnico, social, productivo – que tenga formación en aspectos técnicos, en aptitudes necesarias para la organización colectiva de la producción, las prácticas de preservación de la salud, educación agroambiental, rescate de las mejores tradiciones ancestrales y otros aspectos de la vida cotidianas.

Contenidos curriculares

En la elaboración de la estructura curricular se trabajó tratando de articular tres grandes áreas: la escuela campesina, el territorio y la comunidad.

Los espacios curriculares de estas áreas fueron distribuidos en tres tipos de formación: a) Formación general y b) formación específica, c) Historia del Movimiento, d) Análisis de la praxis docente, e) articulación entre los contenidos disciplinares y la realidad del movimiento.

La organización de la escuela como elemento pedagógico que constituya una manifestación de las relaciones sociales del movimiento.

Este elemento tiende a contemplar dentro de los contenidos a impartir el develar que las relaciones pedagógicas tienden a ser una reproducción de las relaciones sociales dominantes. Al constituirse la Escuela de Formación como una organización gestionada en los aspectos pedagógicos, políticos y administrativos por estudiantes, docentes y el Movimiento permite una nueva forma de planificación de todas las actividades. Esta estructura organizativa permitiría confluir en una Asamblea General de la Escuela que trataría todos los temas y problemas relativos al funcionamiento. Esta forma autogestionaria tiende a ir alcanzando niveles de autonomía relativa.

Elementos culturales y creativos.

Estos aspectos contemplan actividades culturales artísticas y recreativas que mantengan la identidad y las concepciones del MOCASE.

Vinculación educación trabajo.

Los maestros campesinos deberían estar formados en una fuerte articulación entre educación y trabajo. En este sentido la enseñanza debe estar pensada en que cada estudiante debe estar formado para la defensa del campo, el medioambiente, la producción colectiva, solidaria y cooperativa. Resulta importante poder develar como los aspectos centrales del vínculo educación trabajo emergente surgen en procesos territorializados, enmarcados en formas de acción colectiva y organización de los sectores populares, donde se constituyen sujetos individuales y colectivos que rompen con las formas tradicionales de hacer política, que se expresan de manera diversa que van en este caso por la reivindicación y reclamo por la tierra, y en otros la recuperación de fuentes de trabajo, defensa ambiental hasta la defensa de los derechos humanos, entre otros.

Aspectos sociales

La formación debe atender las necesidades políticas, económicas, sanitarias y todos aquellos aspectos que tienden a la reproducción de la comunidad.

En este diseño la praxis está pensada como un eje transversal que se nutre de los espacios curriculares, donde se va a privilegiar la relación teoría/práctica, de cada cuatrimestre y que exige un trabajo conjunto, articulado de equipos.

En síntesis, estamos hablando de una escuela territorializada que contempla un nuevo vínculo educación trabajo, recupera la formación del sujeto político, reivindica la cosmovisión y la cultura campesina, recupera los saberes de las comunidades, el diálogo y la horizontalidad.

A modo de cierre

La propuesta político pedagógica del MOCASE recupera la Educación Popular, y los autores críticos, sin renunciar a la demanda permanente al Estado por una educación que respete y recupere su cultura e historia.

La emergencia de estos procesos resistentes que presentan una lógica diferente a la del mercado, se aleja de concepciones de educación en oposición a la orientación que propone las Teorías del Capital Humano. La educación es pensada con un potencial político/popular de carácter emancipador donde el campesino es revalorizado como creador y transformador de su propia historia.

Como se dijo anteriormente, es un modelo de escuela territorializada, fundida en la tierra y la comunidad. Y donde el concepto de territorialidad va más allá de lo espacial, va más allá de lo geográfico y tiene más que ver con las relaciones intersubjetivas que se dan a nivel colectivo. O sea, una escuela que empieza a formar parte de ese complejo entramado social que comprende las dimensiones social, cultural, educativa, económica y política.

Finalmente, se puede decir que en sintonía con la lucha por la tierra que están llevando adelante el MOCASE, al construir su propio espacio educativo está planteando también una disputa en el campo pedagógico,

donde se toma “[...] la educación como palanca de la transformación de la realidad” (FREIRE, 1999, p. 88).

Referencias

AGENCIA DE DESARROLLO DE INVERSIONES. *Provincia de Santiago del Estero*. Información Socioeconómica. Secretaría de Industria, Comercio Y Pyme. Mayo de 2004.

ARGENTINA. Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos. *Defensor del Pueblo de la Provincia de Sgo. Del Estero*. Subsecretaría de Derechos Humanos de Santiago del Estero. Ministerio de Justicia, Trabajo y Derechos Humanos. 0385-450-4446/4448 / Salta 326 (4200) Sgo. del Estero.

BORÓN. A. La izquierda latinoamericana a comienzos del siglo XXI: nuevas realidades y urgentes desafíos. *Observatorio Social de América Latina – OSAL*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. n.3, enero-abril, 2004.

CASTELLS, M. *La era de la información*. Economía, sociedad y cultura. Madrid: Alianza, 1996.

CASTEL, R. *La metamorfosis de la cuestión social*. Buenos Aires: Paidós, 1999.

DARGOLTZ, R. E. *Hacha y quebracho*. Historia ecológica y social de Santiago del Estero. 4. ed. Santiago del Estero: Conciencia y Nacional, 1998.

DARGOLTZ, R. E. *Hacha y quebracho*. La confabulación contra el bosque Santiaguense. Santiago del Estero: El Liberal, 1988.

FREIRE, P. *Discurso al recibir el Premio Educación para la paz de la UNESCO*. París, 1986.

FREIRE, P. *La importancia de leer y el proceso de liberación*. México: Siglo XXI, 1999.

GAMBINA, J. *La globalización económico-financiera*. Su impacto en América Latina. CLACSO: Buenos Aires, 2002.

LORANDI, A. M. *Ni ley, ni rey, ni hombre virtuoso*. Guerra y sociedad en el virreinato del Perú. Siglos XVI y XVII. Buenos Aires: Gedisa, 2002.

MOVIMIENTO DE CAMPESINOS DE SANTIAGO DEL ESTERO. *Conclusiones de la Asamblea del MOCASE*. Santiago del Estero, 28 de noviembre del 2001.

RAYMOND, W. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Península, 1997.

ROSANVALLON, P. *La nueva cuestión social*. Buenos Aires: Manantial, 1995.

SALLES, V. El trabajo, el no trabajo: Un ejercicio teórico-analítico preliminar desde la sociología de la cultura. In: TOLEDO, E. G. (comp.). *Los retos teóricos de los estudios del trabajo hacia el siglo XXI*. CLACSO: Buenos Aires, 1999.

THOMPSON, E. P. *La formación de la clase obrera en Inglaterra*. Barcelona: Crítica, 1989.

TORRADO, S. *Historia de la familia argentina moderna 1870-2000*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2003.

PARTE III
POLÍTICAS PÚBLICAS, COOPERATIVISMO
E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O ideal da autogestão como movimento social, política pública e objeto científico

André Ricardo de SOUZA¹

A economia solidária é essencialmente um movimento social que se pretende organizador de formas igualitárias e democráticas de produção, consumo, poupança e crédito. Tem como idéia básica a recuperação do chamado cooperativismo autêntico, iniciado na Europa do século XIX e que se orienta pelos princípios da autogestão. É constituído tanto pelas unidades de produção econômica, sejam elas cooperativas ou não, quanto por entidades e indivíduos que lhes dão apoio técnico, financeiro e, sobretudo, político. Surgiu como resposta ao elevado desemprego, que teve início nos anos de 1980 e se agravou na década seguinte. Além do Estado, com suas políticas, como frentes de trabalho e seguro-desemprego, a sociedade civil também se mobilizou contra o problema da falta de trabalho remunerado (SINGER, 1985). Nos anos de 1980, houve algumas iniciativas de formação de cooperativas populares, ou pequenos empreendimentos informais e solidários (SANTOS, 1982; RAZETO, 1993). Mas foi em meados da década de 1990 que o movimento de economia solidária se formou (SINGER; SOUZA, 2003).

Um marco nesse processo foi a criação da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), a partir de um primeiro encontro nacional, ocorrido em 1994. Sua origem, na verdade, remete a 1991, quando os empregados de uma

¹ Pesquisador de pós-doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária.

fábrica de calçados da cidade paulista de Franca, chamada Makerli, decidiram assumir a direção da empresa, devido ao término de suas atividades, eliminando 482 postos de trabalho direto. Junto com o Sindicato dos Trabalhadores Calçadistas local, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), eles buscaram o apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), para assumir aquele projeto. No contexto dos desdobramentos da Campanha contra a Fome e a Miséria, a Anteag recebeu um incentivo significativo do sociólogo Herbert de Souza, Betinho e seu Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase (NAKANO, 2003).

O apoio aos chamados empreendimentos econômicos solidários foi dado também, desde o início do movimento, por outras ONGs cariocas, que ajudaram a formar, em 1995, o Fórum do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro. Estiveram envolvidos nessa empreitada o Centro de Ação de Comunitária (Cedac), o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), o Centro de Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (Capina) e a Federação dos Órgãos de Assistência Social - Fase (ARRUDA; QUINTELA, 2003; TIRIBA, 2003).

No âmbito da Igreja Católica, já no início da década de 1980, haviam sido formados pequenos empreendimentos solidários, chamados Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Apoiados pela Cáritas Brasileira, esses grupos produtivos se desenvolveram principalmente no Rio Grande do Sul, onde constituíram, em 1996, o Fórum Estadual de Economia Popular Solidária. Na cidade gaúcha de Santa Maria, o Projeto Esperança/ Cooesperança abrange mais de 220 grupos de produtores (de maioria rural), envolvendo cerca de 4 mil pessoas. Eles vêm realizando, desde 1993, uma feira que já se tornou referência internacional do movimento de economia solidária (GAIGER, 2003; BERTUCCI; SILVA, 2003; SOUZA, 2006; SARRIA; FREITAS, 2006).

Em 1997, a Rede Inteuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), fundada no ano anterior, constituiu seu Grupo de Trabalho (GT) de Economia Solidária, convidando para coordená-lo os professores Candido Vieitez (Universidade Estadual Paulista - Unesp), Newton Briand (Universidade Estadual de Campinas - Unicamp) e Paul Singer (Universidade de São Paulo - USP). Tal grupo impulsionaria pesquisas

sobre essa temática e também a criação, em 1998, da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs), com as primeiras unidades formadas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Universidade Federal do Ceará (UFC) e na USP (GUIMARÃES, 2003; SINGER; SOUZA, 2003). Tal rede conta com o fundamental apoio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

A economia solidária também se desenvolveu a partir do apoio do movimento sindical, ligado à CUT. Em 1998, a Central passou a aprofundar o debate a respeito de cooperativas e autogestão. Com o apoio da Unitrabalho, do Dieese e da holandesa Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Icco), ela instituiu, em 1999, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT) (MAGALHÃES; TODESCHINI, 2003). No mesmo ano, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) firmou uma parceria com a Rede de ITCPs e a Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo (Sert). O chamado Programa Integrar-Cooperativas foi executado pelas ITCPs da UFRJ, USP, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e da Fundação Santo André - FSA (CRUZ-MOREIRA, 2003, p. 210-219).

Os clubes de troca são organizações coletivas de consumo e crédito mútuo, através do uso de uma moeda *social* e própria. Constituem outra faceta do movimento de economia solidária. Existentes há duas décadas em países da Europa e da América do Norte, eles começaram a se formar na América Latina em 1995, a partir de uma experiência na cidade argentina de Bernal, província de Buenos Aires. Chegaram ao Brasil, especificamente em São Paulo, em 1998, e logo se espalharam nacionalmente. Junto com as unidades de outros países eles compõem a Rede Global de Trocas (CASTRO et al., 2003).

Também em São Paulo, uma ONG pioneira nesse movimento, chamada Núcleo de Ação e Pesquisa em Economia Solidária (Napes), identificou e colaborou com a Cáritas Paulista para articular pequenos empreendimentos solidários. O Napes se juntou aos clubes de troca, à ITCP-USP e demais entidades para formar, em 1999, o Fórum Municipal de Economia Solidária de São Paulo. Tal mobilização seria fundamental, posteriormente, para o início do trabalho da prefeitura paulistana nessa área.

As primeiras políticas públicas de economia solidária começaram em três grandes cidades, à época governadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT): Porto Alegre, Belém e Santo André, na região do ABC paulista. Na capital gaúcha, em 1996, durante a gestão municipal de Tarso Genro, foi formada a Instituição Comunitária de Crédito Portosol, a primeira voltada para o microcrédito e chamada de *banco do povo*, formada com o apoio do poder público (BARCELLOS; BELTRÃO, 2003). Em Belém do Pará, o então petista e gestor Edmilson Rodrigues começou, em 1997, um trabalho de apoio aos chamados *empreendedores populares*, concedendo-lhes espaços públicos privilegiados para a comercialização de seus produtos. Também estimulou a formação de cooperativas. E, em Santo André, no mesmo ano, o falecido prefeito Celso Daniel iniciou o processo de uma parceria com a fundação homônima para formar uma ITCP, além de oferecer apoio à criação de cooperativas de coleta seletiva e reciclagem de lixo (CUNHA, 2002; GONZAGA, 2005).

Um grande impulso à economia solidária foi dado no Rio Grande do Sul, com o início do governo do também petista Olívio Dutra, em 1999. Foi criada a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), à qual coube implementar essa política específica. Aquele órgão estadual estabeleceu intercâmbios internacionais, sobretudo com a Secretaria de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Coesão Social francês, que funcionou durante o governo do primeiro ministro Lionel Jospin (1997-2002). Tal relação foi bastante debatida no I Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, 2001. Além de apoiar as feiras estaduais de economia solidária, sobretudo as do Projeto Esperança/Cooesperança de Santa Maria, a SEDAÍ estabeleceu importantes parcerias com a Anteg e com a ADS-CUT.

Em São Paulo, devido à mobilização do Fórum local de economia solidária, a prefeita Marta Suplicy, eleita em 2000, assumiu um compromisso com o movimento. Criou no ano seguinte a Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), designando o economista da Unicamp, Marcio Pochmman, para chefiá-la. O recém-empossado secretário procurou Paul Singer e este, devido à minha liderança naquele Fórum, indicou-me para assumir um cargo na incipiente Secretaria. A proposta de Singer, do movimento e obviamente minha era criar um Conselho Municipal de economia solidária, o que foi vetado pela prefeita. Sem poder formar o

Conselho e sem recursos, a curto prazo, para começar um programa, pedi demissão do cargo, passando a colaborar com a ITCP e o nascente Núcleo de Economia Solidária (Nesol) da USP. A saída da prefeitura me permitiu elaborar um projeto de doutorado, também sobre economia solidária. Alguns meses depois, no âmbito daquela secretaria, foi formado o Programa Oportunidade Solidária, que a despeito da inexistência de um conselho interlocutor, levou adiante o trabalho com o movimento.

Também durante o FSM de 2001, ocorreu a articulação de entidades e redes nacionais, constituindo o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro). O grupo foi formado com 12 integrantes: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); PACS; Fase; Anteag; Ibase; Cáritas Brasileira; Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST-Concrab), Rede de ITCPs, ADS-CUT, Unitrabalho, Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (Abicred) e alguns gestores públicos que vieram depois a constituir a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2002, abriu novos e promissores horizontes para a economia solidária. O movimento, que já contava com alguns fóruns locais e regionais, passou a se articular, procurando abranger todos os Estados brasileiros. Organizou-se em dezembro daquele ano, em São Paulo, a primeira Plenária Nacional de Economia Solidária (PNES). Naquele encontro foi aprovada uma carta ao presidente eleito, que apresentava as diretrizes gerais do movimento e reivindicava a criação de um órgão para se dedicar a essa política específica. Tal carta, intitulada *Economia solidária como estratégia política de desenvolvimento*, havia sido redigida pelo GT-Brasileiro.

No mês e ano seguintes, foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para ser coordenada por Paul Singer. Também em janeiro, durante o III FSM de Porto Alegre, aconteceu a II PNES, em que foi traçado o caminho para constituir a instância nacional de representação do movimento de economia solidária. Além de definir uma agenda de mobilização, o evento serviu para tornar o GT-Brasileiro conhecido e politicamente legitimado. A partir de fóruns, bem como grupos locais e regionais, houve reuniões preparatórias em 17 Estados do país, em que

peças foram delegadas para participar, em junho de 2003, em Brasília, da III PNEs. Nesse encontro, que contou com a presença de mais de 900 pessoas, foram aprovados documentos importantes do movimento e instituído o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que dialogaria com a Senaes, então já instalada.

A criação do FBES desencadeou um processo de organização similar em âmbito estadual, de modo a permitir que em três anos fossem formados fóruns de economia solidária nas 27 unidades da Federação. O primeiro grande trabalho do FBES foi organizar um Encontro Nacional de Empreendedores de Economia Solidária. Ocorrido em agosto de 2004, tal evento reuniu mais de 2.500 pessoas, também em Brasília. O movimento abraçou como suas bandeiras o incentivo ao consumo, produção e crédito associados, ao uso de moeda social e ao chamado comércio justo e solidário, além da reivindicação por uma nova lei geral do cooperativismo, que atinja a controversa questão das cooperativas de trabalho, sendo muitas delas atualmente chamadas de *cooperfraudes*.

O FBES é composto por 3 segmentos distintos: os empreendimentos solidários, as entidades de apoio e assessoria e os membros de órgãos públicos, sendo estes organizados numa rede, desde 2001. De sua Coordenação Nacional fazem parte 16 entidades e redes nacionais, bem como 3 representantes de cada Estado, sendo 2 trabalhadores de empreendimentos e 1 integrante de entidade de apoio ou da rede de gestores públicos. Há também uma Coordenação Executiva composta segundo critérios semelhantes. Além das entidades que formavam o GT-Brasileiro, fazem parte dessas instâncias nacionais do FBES: a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol), União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e o Instituto Marista de Solidariedade (IMS).

Em 2006, ocorreram encontros estaduais em que foram designados delegados para outro importante evento nacional do movimento. No mês de junho, mais uma vez em Brasília, ocorreu a I Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes). Esse evento serviu basicamente para definir os parâmetros de escolha de pessoas para compor o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Instituído pelo governo federal e oficialmente responsável pela interlocução do movimento com as instâncias públicas

nacionais, o CNES é composto por 56 membros, sendo 26 representantes de órgãos do governo, 20 de empreendimentos solidários e 17 de entidades de apoio e assessoria.

O III FSM de 2001 marcou também o início de um processo de integração latino-americana, em termos de economia solidária. A 5ª edição do evento - ocorrida em janeiro de 2005 também em Porto Alegre - intensificaria esse processo, não só através de seminários e oficinas, mas também da comercialização de produtos oriundos de empreendimentos solidários. A Feira de Santa Maria, em julho do mesmo ano, daria prosseguimento a esse intercâmbio, que culminou na criação da Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Solidária (Ripess), uma articulação temática que abrange os demais continentes.

Além de colaborar com os intercâmbios internacionais, a Senaes vem desenvolvendo sua política pública específica no país em parceria, sobretudo, com os ministérios do Desenvolvimento Social (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), e também com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Não por acaso, seu principal programa se chama *Economia Solidária em Desenvolvimento*. Contando com recursos do orçamento do próprio MTE, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS-MDS), a Senaes apóia diretamente empreendimentos econômicos solidários e seus eventos, como reuniões e feiras.

Para aprofundar o conhecimento e demarcar sua área de atuação, a Senaes realizou, em parceria com a Fundação Banco do Brasil e o FBES, um mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários existentes. Tal levantamento, feito entre 2004 e 2005, compôs o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Mapeados 41% dos municípios brasileiros por aproximadamente 700 pesquisadores de campo, engajados em 27 comissões estaduais, verificou-se que a grande maioria dos 14.954 empreendimentos analisados se enquadra naquilo que a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD-IBGE) designa como *trabalho por conta própria informal*. Ou seja, estavam distribuídos em 87% de associações e grupos informais, sendo o restante 11% de cooperativas e 2% de outros modos de organização formal (micro-empresa e associações coletivamente geridas). Em termos do tipo

de atividade econômica, a predominância é da agropecuária, com 64%, estando as atividades urbanas (serviços, alimentação, têxtil e artesanato) em segundo plano, com 36%.

Se em 1999 eram estimados 100 mil trabalhadores envolvidos nesses empreendimentos (SINGER; SOUZA, 2003), em 2006 constatou-se o engajamento de 1.251.885 pessoas. Ou seja, em sete anos houve um crescimento de aproximadamente 1.250%. Desse total de trabalhadores, apenas 25.738 (cerca de 2%) não eram associados, mas sim empregados. Por último, um dado revela o elevado grau de precariedade, ainda, da maioria desses empreendimentos: 72% propiciam renda de até um salário mínimo (SM), 18% entre um e dois SMs e apenas 10% acima de dois SMs (SENAES, 2006).

Além do programa básico de desenvolvimento econômico e do sistema nacional de informações, a Senaes participa com o MDS, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Universidade de Brasília (UnB) da condução do Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES). Tal projeto, iniciado em 2006, envolve mais de 500 agentes comunitários, que procuram articular medidas de órgãos e instâncias governamentais diversos para apoiar empreendimentos solidários em todas as unidades federativas do país. Mais recentemente, a Senaes vem se empenhando para formar centros públicos locais de economia solidária.

A economia solidária tem sido praticada como política específica em órgãos públicos municipais e estaduais, alguns deles em parceria com a Senaes (MEDEIROS; SCHWENGBER; SCHIOCHET, 2006). Está na agenda de outros governos de países latino-americanos (sobretudo Venezuela e Argentina) e tem sido foco de debates nos de outros continentes, com destaque para França, Itália, Espanha e Canadá (LAVILLE et al., 2005).

Além de movimento social e política pública, a economia solidária também se tornou um segmento interdisciplinar do conhecimento científico. Entre 2000 e 2006, foram produzidas a seu respeito 134 dissertações de mestrado e 32 teses de doutorado, conforme um levantamento feito no Banco de Teses da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Alguns desses trabalhos já foram publicados, dentre os quais cito as teses de doutorado em sociologia e ciência política, ambas defendidas no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj), respectivamente, por Fernanda Alcântara (2005) e João Pinto (2006). Muitos

artigos sobre essa temática também vêm sendo publicados em periódicos científicos. Entre os livros publicados, sete deles parecem ter maior destaque: *A economia solidária no Brasil* (SINGER; SOUZA, 2003); *Introdução à economia solidária* (SINGER, 2002); *A outra economia* (CATTANI, 2003); *Uma outra economia é possível* (SOUZA, 2003); *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil* (GAIGER, 2004); *Economia solidária: uma abordagem internacional* (LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004); e *Economia solidária e autogestão* (CANDEIAS et al., 2005).

A economia solidária já é tema de disciplinas de cursos de pós-graduação, em diversas universidades brasileiras. Uma delas, ministrada por Paul Singer na Faculdade de Economia da USP, entre 1999 e 2002, gerou os trabalhos que compõem a coletânea *Uma outra economia é possível* (SOUZA, 2003). A partir de trabalhos apresentados em eventos acadêmicos promovidos pelo Nesol-USP e pelo Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec-UFRJ), foram editados os livros *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais* (MELLO, 2005) e *Tecnologia, desenvolvimento social e solidário* (LIANZA; ADDOR, 2005).

Tradicional reuniões científicas têm aberto espaços para a apresentação de trabalhos e o debate sobre economia solidária. No encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) de 2004, ela foi tema de uma mesa-redonda e, no de 2006, de uma sessão do GT sobre sociologia econômica. Nos 3 últimos congressos realizados pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), entre 2003 e 2007, sessões de GTs foram dedicadas a essa temática.

Congressos, encontros, seminários e colóquios vêm sendo organizados nos últimos anos para tratar preferencialmente da economia solidária. Em 2003, aconteceram as primeiras edições do Colóquio Internacional da Cátedra Unesco - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e do Encontro Internacional de Economia Solidária, promovido pelo Nesol-USP. O Colóquio ocorreria de novo em 2005 e o Encontro mais 4 vezes, entre 2004 e 2007. O Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social aconteceu pela primeira vez em 2004, sendo promovido pelo SOLTEC-UFRJ nos três anos posteriores também. Outro evento semelhante é o Seminário Acadêmico Internacional, promovido pelo Comitê Acadêmico sobre Processos Cooperativos e Iniciativas

Econômicas Associativas (PROCOAS) da Associação de Universidades Grupo de Montevideu. Esse evento foi realizado quatro vezes, entre 2005 e 2008, respectivamente, na Universidade Federal de São Carlos (Brasil), na Universidade Nacional de Rosário (Argentina), na Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília (Brasil), e na Universidade Nacional do Litoral (Argentina). Do 3º Procoas decorre esta publicação.

Esses eventos acadêmicos internacionais são organizados e contam com a participação de investigadores de diversas áreas do conhecimento científico. Os pesquisadores de economia solidária também vêm se organizando no âmbito de redes e associações específicas. Em 1996, se formou na Europa, sobretudo na França, a Rede de Pesquisa sobre a Emergência de Empresas Sociais (EMES). Na América Latina, existente desde 2003, a Rede de Investigadores Latino-americanos sobre Economia Social e Solidária (Riless) congregava, até dois anos atrás, mais de 90 pesquisadores, de 14 países do continente (SOUZA, 2005). Essa entidade acaba de criar um periódico científico chamado *A outra economia*. E, no Brasil, além da Unitrabalho, foi fundada em 2005 a Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABPES).

A ABPES conta com pesquisadores, não só de instituições acadêmicas, mas também de órgãos públicos (Ministério do Trabalho e Fundacentro) e ONGs: Cáritas Brasileira, FASE e Capina. Entre os associados que são professores universitários, alguns trabalham em instituições grandes, como USP, UFSCar e outras universidades federais: Fluminense (UFF), da Paraíba (UFPB) e de Lavras (UFLA). Em julho de 2008, somamos 38 membros, sendo 20 mestres e 14 doutores, de áreas diversas. Em termos de distribuição geográfica, as pessoas vivem e trabalham em 10 unidades federativas do país e também no exterior, sendo 22 no Sudeste, 5 no Sul, 4 no Centro-Oeste, 3 no Nordeste, 3 no Norte e 1 na Bélgica. Essa associação e as demais redes de pesquisadores vêm procurando promover intercâmbios e estreitar laços.

O ideal da autogestão é, a um só tempo, cerne e motor da proposta de economia solidária. Em meio a contradições, erros e acertos, ele orienta um movimento social, nacionalmente organizado; uma política pública, praticada em diferentes instâncias e órgãos de governo e, também, uma vertente científica, interdisciplinar, que não se acanha de ser socialmente engajada.

Referências

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. *Economia solidária: o dilema da institucionalização*. São Paulo: Arte e Ciência, 2005.

ARRUDA, M.; QUINTELA, S.. Economia a partir do coração. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

BARCELLOS, J. A.; BELTRÃO, R. E. V.. Instituição Comunitária de Crédito Portosol: construindo uma economia solidária. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

BERTUCCI, A. A.; SILVA, R. M. A.. *20 anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

CANDEIAS, C. N. B.; MACDONALD, J. B.; MELO NETO, J. F. (Orgs.). *Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos*. Maceió: Edufal, 2005.

CASTRO, C. H.; PASCALI, M. J.; PRIMAVERA, H.; WHITAKER, S. O Clube de Trocas de São Paulo. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CATTANI, A. D. (Org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CRUZ-MOREIRA, J. R. Cooperativas populares de confecção do Estado de São Paulo. In: SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (Orgs.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003.

CUNHA, G. C. Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso da Incubadora de Cooperativas de Santo André. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GAIGER, L. I. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003

_____. Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

GONZAGA, Q. *Contribuições educacionais geradas por uma política pública de economia solidária: a incubadora de cooperativas de Santo André*. Dissertação (Mestrado em Educação). 2005. Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo, São Paulo.

GUIMARÃES, G.. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

LAVILLE, J.; FRANÇA FILHO, G. C. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004

_____; MAGNEN, J.; FRANÇA FILHO, G.; MEDEIROS, A. (Orgs.). *Action publique et économie solidaire: une perspective internationale*. Toulouse : Érès, 2005.

LIANZA, S. ; ADDOR, F. *Tecnologia, desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

MAGALHÃES, R. S.; TODESCHINI, R. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

MEDEIROS, A.; SCHWENGBER, A.; SCHIOCHET, V. (Orgs.). *Políticas públicas de economia solidária: por um outro desenvolvimento*. Recife: Editora da UFPE, 2006.

MELLO, S. L. (Org.). *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais*. São Paulo: NESOL/ITCP-USP, 2005.

NAKANO, M. Anteag: a autogestão como marca. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, J. R. L. *Economia solidária: de volta à arte da associação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, J. B. P. *Uma saída para o desemprego: comunidade de trabalho na cidade ou no campo*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SARRIA ICAZA, A. M.; FREITAS, M. (Orgs.). *O Projeto Esperança/Coesperança e a construção da economia solidária no Brasil: relato de uma experiência*. Porto Alegre: Cáritas Brasileira, 2006.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Atlas da economia solidária no Brasil - 2005*. Brasília, DF: TEM; Senaes, 2006.

SINGER, P. A estratégia da sociedade civil no combate ao desemprego. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n.11, jan., pp. 10-16, 1985.

_____. ; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, A. R. de. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. A articulação latino-americana em torno da economia solidária. COLÓQUIO INTERNACIONAL CÁTEDRA UNESCO/UNISINOS, 2, 2005, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Unisinos, 2005

_____. *Igreja, política e economia solidária: dilemas entre a caridade, a autogestão e a teocracia*. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 2006.

TIRIBA, L. A economia popular no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

Intervención directa del estado y la creación de cooperativas de trabajo: el caso reciente de Argentina con el Programa Federal de Emergencia Habitacional

Edith Depetris GUIGUET¹
Gustavo ROSSINI²

Introducción

El alto índice de desempleo en Argentina a fines de la década del '90 y la situación caótica después de la devaluación dejó al margen de la actividad económica a una gran cantidad de población, tanto en las grandes ciudades como en las pequeñas poblaciones rurales del interior del país.

Por la Ley n. 25.561 del 2002 se declaró la emergencia pública en materia social, económica, administrativa, financiera y cambiaria, delegándose facultades en el Poder Ejecutivo Nacional para dar respuesta a la grave situación que la motivara. Así también por Decreto N° 165/02, ratificado por el Decreto n. 565/02, se declaró la Emergencia Ocupacional Nacional y se creó el Programa Jefes y Jefas de Hogar Desocupados, el cual tuvo varias prórrogas y modificaciones posteriores.

El mismo, como su nombre lo indica, estuvo destinado a jefes o jefas de hogar con hijos de hasta dieciocho años, o discapacitados de cualquier edad, o a hogares donde la jefa de hogar o la cónyuge, concubina o cohabitante del jefe de hogar se hallare en estado de gravidez, todos ellos

¹ Profesora e investigadora del Departamento de Economía de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Nacional del Litoral, Santa Fe, Argentina.

² Profesor e Investigador del Departamento de Economía de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Nacional del Litoral, Santa Fe, Argentina.

desocupados y que residieran en forma permanente en el país. Los hijos en edad escolar deberían ser alumnos regulares y cumplir con el calendario de vacunación obligatorio.

Todo beneficiario titular percibía una suma determinada mensual a cambio responsabilidades y cargas respecto del cumplimiento de actividades comunitarias o de capacitación laboral, para la cual tenían una dedicación horaria diaria no inferior a cuatro horas, ni superior a seis.

La ejecución se descentralizó con la participación de municipalidades y comunas, en cooperación con un Consejo Consultivo Municipal (CCM) en el que participaban las fuerzas vivas locales y debían velar por el cumplimiento por parte de los beneficiarios de las condiciones exigidas para la percepción del beneficio.

El Programa, con agregados y cambios en su implementación, llegó a tener casi 2 millones de beneficiarios. Pero pronto se incrementaron los reclamos de los propios participantes por mayores beneficios, y se suscitaban críticas desde diversos sectores. Una de las más fuertes se focalizó en la dependencia y clientelismo a que daba lugar, ya que como los beneficiados perdían ese status al tomar un trabajo en relación de dependencia, priorizaban el beneficio antes que la búsqueda del empleo formal. Esto llegó a generar dificultades de contratación de mano de obra en algunos casos, como el de la producción agrícola con mano de obra intensiva.³

Tampoco el funcionamiento de los CCM fue efectivo y el control sobre el manejo y la transparencia de los planes sociales fue fuertemente cuestionada, así como la alta carga presupuestaria que generaron.

En este contexto, y con la recuperación de la actividad económica, una de las respuestas fue la adopción de políticas públicas dirigidas a este grupo social para revertir la situación. Varios programas gubernamentales fueron implementados, siendo de interés para esta exposición el Programa Federal de Emergencia Habitacional (PFEH), primera etapa. El mismo contempló la construcción de viviendas a través de la creación de cooperativas de trabajo, cuyos miembros debían ser mayoritariamente los beneficiarios de los Planes Jefes y Jefas de Hogares Desocupados (PJJHD).

³ La continuidad del beneficio con empleo formal fue luego permitido por Resol. MTEySS 406/03.

El objetivo fue resumido en las palabras del Ministro de Planificación Federal de la Nación, abril de 2005,⁴

El Programa tuvo por finalidad tender a solucionar la Emergencia Habitacional y Laboral, utilizando a los beneficiarios de los planes Jefes y Jefas de Hogar organizados en forma de Cooperativas de Trabajo para la construcción de viviendas a fin de generar una política que simultáneamente resuelva los problemas habitacionales, de pleno empleo y producción, permitiendo aplicar fondos que actualmente están destinados a subsidios por desempleo en la emergencia, a la generación de un proceso productivo que permita la reinserción social y laboral. De ese modo se irán abandonando paulatinamente las políticas sociales asistencialistas ya que se procurará incorporar al empleo formal a actuales beneficiarios del Programa Jefe y Jefas de Hogar o a mano de obra actualmente desocupada y no beneficiaria de dicho Programa.

La implementación del Programa fue establecida con la participación de varios organismos a nivel nacional, provincial y municipal, que mediante la firma de convenios, debían trabajar en forma coordinada. Las viviendas construidas con este sistema, en algunos casos, pasaron luego a ser asignadas a los propios trabajadores de las cooperativas, con la obligación de pago de cuotas mensuales muy bajas.

Proliferaron de esta manera, sin previa preparación de los grupos ni en aspectos técnicos del oficio de la construcción ni en la teoría ni práctica cooperativa, nuevas organizaciones en diferentes provincias argentinas. Tanto desde el ámbito académico como del mismo movimiento de cooperativas tradicionales hubo mucho pesimismo acerca de las posibilidades de éxito de las mismas. Las experiencias en esta rama de las cooperativas de trabajo han mostrado muchos fracasos en el país y el análisis de los casos exitosos aleccionan sobre necesidades y factores que deben tenerse en cuenta y cumplirse como prerequisites para su sostenibilidad. En esta circunstancia de creación por programa gubernamental, no se cumplían prácticamente ninguno. No obstante, el desarrollo exitoso de algunas de las cooperativas resultantes nos lleva a reflexionar sobre estos elementos.

En este trabajo, comenzaremos por resumir algunas de las condiciones que se consideran requisitos para el éxito de las cooperativas

⁴ Arq. Julio De Vido, ver Informe de la Secretaría de Obras Públicas de la Nación, Buenos Aires, 16 de noviembre de 2006. <http://www.obraspublicas.gov.ar/noticias.php?id=77>

de trabajo y sus dificultades. Luego, por presentarse en un ámbito internacional, y no contarse con antecedentes de artículos que expliquen en detalle el marco legal y de estas cooperativas, expondremos las características más importantes de los programas mencionados y cómo las cooperativas se insertaron como instrumentos.

Posteriormente sintetizaremos el desarrollo de las mismas en este contexto haciendo una mención a los desafíos que enfrentan para el futuro. Si bien la carencia de evaluaciones sistemáticas no permite una evaluación completa, se harán algunas reflexiones tomándose como caso la provincia de Santa Fe.

Objetivos

El objetivo de este trabajo es analizar la intervención del estado en la creación de cooperativas de trabajo en Argentina, enfocándose particularmente en aquellas que surgieron con el Programa Federal de Emergencia Habitacional (PFEH), como se dio en la provincia de Santa Fe. Se hará énfasis en las características del programa y de las cooperativas que surgieron, con una síntesis de su desarrollo, situación actual y desafíos para su viabilidad futura.

El análisis será descriptivo, para lo cual se recurrirá a documentación legal, a las estadísticas disponibles y a entrevistas con informantes calificados.

Cooperativas de trabajo creadas por decreto?

Las cooperativas de trabajo pueden surgir por diversas situaciones y razones, incluyendo su promoción mediante determinadas políticas gubernamentales (TERRA, 1984; CAMILLETTI et al., 2006; NCCF, 2006). En Argentina, la mayor parte de las creadas en el pasado y que han llegado hasta nuestros días, han resultado básicamente del esfuerzo común y la ayuda mutua de los propios integrantes, sin que tuviera un rol preponderante ninguna acción estatal. De la misma forma, la mayoría de las que han desaparecido lo han hecho sin contar con el rescate ni el salvataje del estado.

Cualquiera sea el área de actividad de una cooperativa de trabajo, en una economía capitalista se acuerda en que su desarrollo se basa

primordialmente en encontrar un balance entre la empresarialidad por un lado y la comprensión y compromiso a los principios de propiedad compartida por el otro (NCCF, 2006).

Los indicadores ideales de ese balance pueden resumirse en (NCCF, 2006):

- ◆ Compromiso y comprensión de los asociados de los principios cooperativos y de propiedad de los trabajadores, teniendo las capacidades técnicas y de conocimiento que requiere la actividad.
- ◆ Provisión de un producto o servicio que tiene demanda en el mercado así como capacidad de posicionarse para cambios en operaciones, mercados y necesidades de los asociados.
- ◆ Adecuado acceso al financiamiento, incluyendo contribuciones de capital de cada asociado en la forma de trabajo, efectivo o ambos.
- ◆ Consejeros con un compromiso claro de construir una organización sólida y que trabaje para todos los miembros, mientras cuenta con un grupo gerencial de calidad, ya sea recrutando gente, o concientemente desarrollándola dentro de ella.

La concurrencia conjunta de todos estos factores es muy dificultosa, y la tasa de mortalidad de las cooperativas de trabajo es alta en todas partes del mundo. Gulati, Isaac y Klein (2002) priorizan como aspectos críticos que han conducido al fracaso de este tipo de cooperativas algunos tales como: a) la inadecuada diversificación de los trabajadores, dado que suelen formarse entre compañeros de tareas similares; b) carencias de calidad en la dirección y en el liderazgo, c) demasiado cerradas en sus propios problemas internos sin observar la disciplina del mercado; d) sistemas de compensaciones ineficientes elegidos por los asociados; e) trabajadores con objetivos heterogéneos, lo que afecta la toma de decisiones adecuadas; f) trabajadores que enfrentan barreras más altas que en otro tipo de empresas para juntar el capital necesario; g) propensión a no poner lo mejor de sí mismo como si continuaran en relación de dependencia, sin que la cooperativa provea adecuado monitoreo.

Soverna (1994) enfatiza justamente la dificultad que tienen los socios para asumir la doble condición de trabajador y empresario, así como falta de instrucción formal en temas de gestión empresarial propiamente dicha

y escasa formación en los ideales cooperativos. Ello resulta en la imposibilidad de armonizar lo individual con lo colectivo; el conflicto entre los deseos personales y el interés del grupo; la frecuente dificultad de los cooperativistas de relacionarse con los profesionales contables y legales que deben asesorarlos y capacitarlos para desarrollar la gestión empresarial; los déficits en el manejo contable y administrativo; y una inadecuada organización y distribución interna del trabajo asociada a la formación y distribución del excedente.

Superar estas dificultades internas de las organizaciones, además de los problemas externos relacionados con el mercado y otras variables, requiere tiempo, mucho esfuerzo cotidiano y una educación continua. Idealmente, la preparación debe comenzar mucho antes de la efectiva constitución de la cooperativa, y llegarse a la misma cuando el grupo logra un mínimo nivel de conocimiento y consolidación, tarea que en muchos países desarrollan las Incubadoras.

La situación cuando surgen como resultado de políticas estatales

Por lo visto anteriormente, la creación de cooperativas por resoluciones gubernamentales, sin que medie previamente un proceso de aprendizaje y puesta a punto grupal, constituye un factor de alto riesgo para la sobrevivencia de las mismas. No obstante, dadas las acuciantes necesidades de grupos poblacionales, pueden ser los instrumentos adecuados y el riesgo estar justificado. Así lo entendieron los funcionarios argentinos, considerando que

[...] la conformación de las Cooperativas de Trabajo promueve un proceso de inclusión social que permite simultáneamente: • generar ingresos a cada cooperativista por el trabajo realizado. • Realizar obras -construcción de viviendas y redes de agua potable- que mejoran las condiciones de vida de la población. • Fortalecer los lazos sociales sobre la base de valores como la cultura del trabajo, la solidaridad y la familia. (INAES, 2007).

Este ha sido el caso de las cooperativas de trabajo creadas dentro del marco del Programa Federal de Emergencia Habitacional-Primera Etapa de Argentina, que aunque se previó un proceso de acompañamiento educativo, ha sido posterior a su creación.

Según el INAES (2007), teniendo en cuenta que los actores involucrados beneficiarios son los miembros de la Cooperativa y su grupo familiar y las Municipalidades, esta tarea implica como objetivo la filosofía de contención social y pertenencia y la estrategia clara de reinserción a través del trabajo y la generación de Empleo.

Pasaremos en la siguiente sección a explicar los alcances del Programa y las características de las cooperativas de interés de este artículo.

Programa federal de emergencia habitacional (pfeh)

Este Programa (PFEH) tuvo como objetivo tender a solucionar la Emergencia Habitacional y Ocupacional mediante la implementación de planes de vivienda a ejecutarse a través de los municipios, con la concurrencia de la Nación y las Provincias que se adhirieran y con la participación de cooperativas de Trabajo para la Construcción constituidas a tal efecto, e integradas fundamentalmente por beneficiarios del Programa Jefes y Jefas de Hogar Desocupados (PJJHD). También contempló la participación de profesionales del rubro de la construcción.

Por Resolución 299/2003 ⁵ se creó el componente Emergencia Habitacional en el marco del PJJHD, que ya venía implementándose. Este componente incorporó como actividad de contraprestación la participación de sus beneficiarios en cooperativas de trabajo conformadas localmente para la construcción de viviendas, coordinada por los municipios en el marco del PFEH en su primera etapa. Posteriormente se extendió su alcance para la construcción “[...] de infraestructura social, educativa, de salud u obras de saneamiento, bajo la coordinación de los municipios, de organismos provinciales o de organizaciones no gubernamentales sin fines de lucro que suscriban convenios a tal fin”.⁶

Así se estableció que los beneficiarios del Programa Jefes de Hogar que se incorporasen a las cooperativas de trabajo, continuarían percibiendo la ayuda económica correspondiente durante el período de ejecución del

⁵ Texto explicativo de esta sección tomando como fuente el documento de la Resolución y de los modelos de convenios respectivos. <http://www.vivienda.gov.ar/documentos/convenios/emergencia.pdf>

⁶ Resolución MTEySS n. 594/04

proyecto previsto en el primer contrato de obra suscrito entre el municipio y la cooperativa. Con posterioridad, si se produjera el cese de actividad de la cooperativa de trabajo o el beneficiario optara por desvincularse de la misma, podría recuperar la percepción del beneficio, toda vez que continuara cumpliendo con los requisitos exigidos por el mismo.

El programa se implementó a través de convenios entre organismos nacionales y las provincias, y éstas con los municipios participantes. Por la complejidad y la cantidad de actores involucrados, haremos la descripción del programa por medio de las responsabilidades de cada uno de los organismos, según se especifica en los modelos de convenios.

Participación de la Nación

El Poder Ejecutivo Nacional, a través de varios organismos, ha sido parte esencial de este Programa. En primer lugar, es el *Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios* a través de la Subsecretaría de Desarrollo Urbano y Vivienda, quien se compromete a otorgar a las Provincias signatarias del convenio y éstas a su vez a los Municipios participantes, un financiamiento no reintegrable estipulado destinado a la construcción de un número especificado de viviendas y a proveer los equipos, herramientas y útiles necesarios para ejecutarlas.

Además es el responsable de consensuar el Programa con los distintos actores intervinientes para su efectiva puesta en práctica, articular las acciones de los organismos participantes, determinar la elegibilidad de los proyectos para su financiamiento, auditar el desarrollo de las obras y suspender el financiamiento en el caso en que los objetivos no sean cumplidos.

Para la conformación del Componente Cooperativo, interviene el *Ministerio de Desarrollo Social*. La Secretaría de Políticas Sociales y Organismos Descentralizados, a través del *Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social (INAES)*, tiene responsabilidad por la asistencia y asesoramiento sobre el modelo de cooperativas de trabajo para la construcción, para su organización, capacitación legal, contable, impositiva y administrativa, para su inscripción en el registro de cooperativas y su posterior fiscalización. También se hace cargo de la capacitación y entrenamiento de los agentes

tutoriales locales designados por los municipios que tomen a su cargo el seguimiento y la evaluación en sus aspectos sociales.⁷

Por otra parte, a través de la Comisión Nacional de Tierras Fiscales *Programa ARRAIGO*, se determinarían las tierras de dominio fiscal nacional, aptas y disponibles, cuya utilización resultare factible y conveniente.

Por el Decreto 189/2004 se creó en jurisdicción de este Ministerio el Registro de Efectores de Desarrollo Local y Economía Social, donde podrían inscribirse personas físicas en condiciones de vulnerabilidad social que se encontraran en situación de desempleo, o que resultaren real o potenciales beneficiarios e programas sociales o de ingreso, así como personas jurídicas cuyos integrantes reunieran las condiciones citadas, como las cooperativas de trabajo. De esta forma podrían inscribirse y formalizar su situación en materia previsional y tributaria.

El Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social intervino de varias formas. Una de ellas fue reconociendo la actividad de los asociados a las cooperativas como contraprestación del PJJHD, abonando ayuda económica. Originariamente se preveía durante un período de seis (6) meses, a contar desde la fecha de firmado el contrato para la ejecución de un proyecto del PFEH. Pero esa limitación fue un desestímulo para la incorporación de asociados, por lo que posteriormente se mantuvo la ayuda sin limitaciones de tiempo.

Otra ha sido implementando un procedimiento que garantizare la obtención de la información relevante de los beneficiarios del PJJHD que participen del PFEH, como así también la articulación entre ambos programas durante el período en el cual los socios cooperativos continúen percibiendo la ayuda económica. También tuvo a su cargo implementar un mecanismo a través del cual se operativizaran las bajas de los beneficiarios, originariamente una vez transcurrido un período de seis (6) meses, a contar de la fecha de firmado el contrato para la ejecución de un proyecto. Se buscaba evitar de esta forma que se mantenga el pago de este subsidio social a quien ha dejado de ser desocupado.

⁷ Por la Resolución del INAES n. 3181, de octubre de 2005, se creó el Sistema Nacional de Capacitación, Asistencia Técnica y Monitoreo en el ámbito de la Secretaría de Desarrollo y Promoción.

A través de controles cruzados, verificaba las suspensiones en el PJJHD cuando una persona comienza a percibir un adelanto de utilidades futuras por el sistema de organización laboral propuesto. El organismo ejecutor es el Administración Nacional de la Seguridad Social (ANSES), contando con la participación de las mismas cooperativas de trabajo y con los informes del profesional a cargo de la Dirección de Obra. Recibe de los Municipios la información referente a los Jefes y Jefas de Hogar y el Programa.

También efectuaba el seguimiento de las actividades realizadas por los socios cooperativos beneficiarios del Programa Jefes y Jefas de Hogar Desocupados consideradas como proyecto de contraprestación y de acuerdo a las pautas de monitoreo y fiscalización previstas en el mismo.

Participación de las Provincias

Los Gobiernos Provinciales participan del Programa fundamentalmente a través de los *Institutos Provinciales de Vivienda*, que tienen a su cargo varias funciones.

En primer lugar suscribiendo los convenios respectivos con los Municipios, delegando y transfiriendo a ellos la responsabilidad operativa. Luego ejerciendo el control de gestión sobre los aspectos técnicos y económicos del programa, pudiendo sugerir a los Municipios y Cooperativas los proyectos de vivienda que, a su criterio, son los prototipos más convenientes y económicos para cada región, sujetos a la elegibilidad del Programa.

Debe además administrar los recursos transferidos por la Nación para su aplicación a los proyectos en una cuenta especial, de la que no pueden debitarse cargas administrativas ni impositivas alguna. Es responsable posteriormente de realizar las rendiciones por los pagos efectivizados ante la Subsecretaría de Desarrollo Urbano y Vivienda.

Participa en la adjudicación de las viviendas a partir de las propuestas de los Municipios y tiene a cargo la realización de las escrituras traslativas de dominio a favor de los beneficiarios a través de la Escribanía General de Gobierno, con hipotecas a favor del mismo Instituto, que pasan a integrar el patrimonio provincial.

Adicionalmente instrumenta el recupero de las cuotas que abonen los adjudicatarios para su reinversión en proyectos de viviendas de su jurisdicción. El programa enfatiza que es fundamental el concepto de obligatoriedad de pago de las cuotas por parte de los adjudicatarios, ya que los fondos acumulados con su recupero generan en el Instituto de la Vivienda una partida con asignación específica para Créditos Individuales que el propio Instituto ofrecerá en su Provincia.

Participación de los Municipios

Los municipios son los ejecutores del Programa con funciones de suscribir el Convenio específico con el Instituto Provincial de Vivienda, y luego celebrar contratos con las Cooperativas de Trabajo participantes, según el modelo que oportunamente le entregara la Subsecretaría de Desarrollo Urbano y Vivienda.

En este esquema el municipio es responsable por elaborar el proyecto urbanístico y el proyecto de las viviendas y realizar la entrega de tierras de su propiedad y/o de terceros cedentes para la construcción. Tiene a su cargo el relleno y compactación de los terrenos, la apertura de calles, la conexión de nexos a los servicios urbanos existentes, y la tramitación y gestión de factibilidades técnicas ante las empresas prestadoras de servicios correspondientes. Además debe absorber los costos derivados de las presentaciones de los planos firmados por matriculados y sus respectivas aprobaciones ante las empresas prestatarias de luz, agua, cloaca y /o gas. Realiza la agrimensura: división de las parcelas y contrata las obras con las Cooperativas de Trabajo.

También es responsable por aprobar en régimen de excepción eximiendo al proyecto del pago de las tasas municipales por derechos de construcción, sellados y otras tasas que pudieran existir.

Como los nuevos asociados a las cooperativas no tienen usualmente ni la capacitación técnica del oficio requerido ni cooperativa para llevar adelante este tipo de entidades, el municipio también colabora en la realización de la capacitación técnica de los Jefes y Jefas de Hogar Desocupados incorporados a las Cooperativas. Cuando no tienen los equipos técnicos que lo permitan, el INAES puede suministrar de su planta

técnica el personal especializado para lograr esta reconversión laboral, trabajando en particular con los tutores asignados. Esta figura del tutor de la cooperativa, es designado por el municipio, ya sea por contrato con alguna persona que se considera capacitada a esos efectos, o de entre sus funcionarios.

Otra responsabilidad es la realización de los pagos de Anticipos y Adelantos Acotados para materiales y mano de obra a las Cooperativas, rindiendo cuentas al Instituto Provincial respectivo, el cual a su vez remite la información a la Coordinación Ejecutiva del Programa Federal de Emergencia Habitacional

Supervisa la compra de materiales y facilitar la ejecución estratégica del obrador y depósito de equipos y materiales. Designa agentes permanentes responsables del seguimiento y monitoreo de las diversas actividades que se deducen del funcionamiento legal de una cooperativa. En particular la recepción y transmisión, en tiempo y forma de la información requerida para el normal funcionamiento del Registro de Efectores de Desarrollo Local y Economía Social. El Instituto Nacional de Asociativismo y de Economía Social (INAES) se hará cargo de la capacitación y entrenamiento de los mencionados agentes tutoriales.

Inscribe y selecciona a los adjudicatarios de las viviendas, informa al Ministerio de Trabajo la participación de los beneficiarios del Programa Jefes y Jefas de Hogar Desocupados en el PFEH para que sus beneficiarios sigan percibiendo esta ayuda económica durante el periodo en que se ejecuta.

Contratación de Profesionales

Varios aspectos técnicos específicos de la construcción, como la confección y aprobación de los planos municipales correspondientes a las viviendas, inclusive el plano Conforme a Obra, la Dirección de las Obras y la certificación mensual de su avance físico, se reservan para profesionales, que también deben formalizar la presentación municipal y obtener el final de obra respectivo. El certificado de avance mensual será corroborado por el área técnica municipal, elemento éste que sustentará los pagos a realizar y una copia del mismo será remitida al Instituto Provincial de la Vivienda a los efectos de permitir el control de gestión que el mismo debe llevar a cabo.

Los profesionales se relacionan a través de contratos de locación de obra con las cooperativas, debiendo las Organizaciones Profesionales que deseen participar del Programa adherir al mismo a sus matriculados. Los honorarios profesionales en esta operatoria, no podrán ser superiores al 3% del monto de la vivienda. El máximo a dirigir por cada profesional será de 6 (seis) cooperativas, ó de 24 (veinticuatro) viviendas, ya que dentro de los objetivos de este plan se encuentra la continuidad laboral tanto de las Cooperativas como de los Profesionales actuantes.

Los procedimientos se realizarán en el marco de las leyes provinciales regulatorias del ejercicio profesional, y los aportes previsionales y aranceles respectivos, se devengarán sobre el costo de obra de la vivienda, estando estos incluidos en el honorario resultante.

Características de las cooperativas

La modalidad de cooperativas de trabajo de construcción establecidas dentro del Programa surgieron con la Resolución del INAES No. 2038/2003, la que tuvo vigencia hasta el 26 de setiembre de 2006. Aunque las cooperativas creadas en ese sistema continúan vigentes, no se permitieron nuevos registros a partir de entonces.⁸

Las cooperativas del componente del Programa Federal de Emergencia Habitacional, comúnmente conocidas como cooperativas 2038, están constituidas por un mínimo de dieciséis (16) personas, que deben cumplir con el requisito de ser titular de un subsidio de desempleo (Plan Jefes y Jefas de Hogar). En el caso especial de ser desocupados no alcanzados por el plan Jefes y Jefas de Hogar, menores de edad o mayores que excedan la edad tope del subsidio, los mismos podrán formar parte de esta operatoria dentro de un cupo del 25% del total de los miembros previstos para la Cooperativa. Dado el carácter de solidaridad institucional que reviste el plan, no podrá integrar una misma Cooperativa más de un integrante por grupo familiar.

Si bien están alcanzadas por la legislación nacional en cuanto al cumplimiento de todas las obligaciones y regulaciones que determine el INAES como autoridad de aplicación cooperativa, la Resolución n. 2038/2003 especifica para este caso, en el art. 5 que

⁸ La Resolución n. 3029/2003 introduce algunos cambios en los objetivos de las cooperativas.

[...] la cooperativa tendrá por objeto asumir por su propia cuenta, valiéndose del trabajo personal de sus asociados, las actividades inherentes a la construcción de viviendas colectivas y unidades complementarias o de viviendas individuales, y de toda otra obra afín, conexas o complementarias de aquella o de infraestructura. Asimismo, en razón de la especialidad profesional o técnica de sus asociados, podrá asumir cualquier otro tipo de tareas en obras públicas o privadas.

En el art. 10 establece que

Toda persona que quiera asociarse deberá presentar una solicitud por escrito ante el Consejo de Administración comprometiéndose a cumplir las disposiciones del presente estatuto y de los reglamentos que en su consecuencia se dicten, y a suscribir como mínimo la cantidad de diez (10) cuotas sociales. Se considerará asociada desde el momento en que su ingreso resultara aprobado por el Consejo de Administración..

Las Cooperativas deben celebrar dentro de los alcances del Programa un contrato profesional con un Arquitecto, Ingeniero, Maestro Mayor de Obra o Técnico Constructor como responsable técnico de la obra. Es obligación principal del Contrato de Construcción, la terminación de la obra total consumada y perfecta por la cantidad de dinero detallada en el Anexo Modelo de Contrato. Incluye también la obligación del cumplimiento de las metas parciales previstas (certificados de obra) como avance de obra por el plan de trabajo, las cuales generan el derecho al cobro de los trabajos realizados.

La Cooperativa, como persona jurídica responsable, es depositaria de los útiles, máquinas, herramientas y equipos que en forma de subsidio se les asigne al inicio de éste.

Encuadre tributario y previsional

Varias disposiciones legales⁹ permitieron un encuadre tributario y previsional específico para los asociados y para este tipo de cooperativas siempre que estén inscriptas y matriculadas en el INAES. En primer lugar

⁹ Dentro de la Ley n. 806/25.865 del régimen simplificado para pequeños contribuyentes, del decreto n. 189/04 del 13 de febrero de 2004 de la Secretaría de Políticas Sociales y Desarrollo Humano (SPSDH) dependiente del Ministerio de Desarrollo Social y Resolución 1477/2004 SPSDH - Desarrollo Local y Economía Social.

se permite la inscripción como efector social ¹⁰ (monotributista social) de los bienes y/o servicios ofrecidos a cada uno de los asociados, siempre los ingresos brutos anuales no superen un monto determinado. Por ella se eximen durante dos años del componente impositivo del régimen de Monotributo y se otorga una disminución del cincuenta por ciento por el mismo término sobre los aportes correspondientes a la Obra Social del titular y de los Familiares Adherentes. ¹¹

La Cooperativa de Trabajo, en su carácter de Empresa Social, debe retener y tributar el Aporte pertinente por Monotributo de los integrantes de la misma, descontando la parte proporcional de este impuesto del adelanto de retorno sobre los excedentes repartibles estimados para cada miembro de la misma. La cooperativa puede solicitar su inscripción en el Registro Nacional de Efectores de Desarrollo Local y Economía Social cuando están compuestas en su totalidad por efectores.

De similar manera la cooperativa contratará y pagará a una Compañía de seguros por los riesgos de trabajo, descontando en forma proporcional los importes correspondientes a sus componentes del monto antes mencionado.

Las cooperativas conforme a la normativa vigente, son responsables inscriptos ante el Impuesto al Valor Agregado (IVA). Como el objeto del contrato es la construcción de viviendas, en el monto contratado de la misma se encuentra incluida la cuota del 10,5 % que este tributo impone para estos casos, independientemente de la compra de materiales. La tasa que este impuesto prevé es del 21%, con lo cual es probable que las cooperativas tengan un crédito fiscal.

Como lo estableció el INAES para todas las cooperativas y mutuales, y fue rafirmado en el Programa, los participantes deberán asistir a un curso de información y capacitación sobre el tipo de entidad que desean constituir, además de varios oficios para la construcción de viviendas.

¹⁰ Efector Social: es una persona física en situación de vulnerabilidad social o una Cooperativa de Trabajo cuyos integrantes se encuentren en idéntica situación que reúnen las condiciones para inscribirse en el Registro de Efectores de Desarrollo Local y Economía Social (Decreto 189/04).

¹¹ Pagaban \$11 por mes de obra social, actualmente se ha elevado a 12,20.

Modalidad de Ejecución¹²

La cantidad de viviendas acordadas por Convenio sería ejecutada en dos etapas (en correspondencia con las etapas de formación y de consolidación de las cooperativas) a las que corresponden una primera y una segunda contratación. Esto respondió a la necesidad de garantizar 10 meses de trabajo consecutivos para los integrantes de las cooperativas

Se estableció que cada cooperativa de trabajo ejecutara 4 viviendas, determinándose un costo máximo para cada una, dentro de lo cual se especificaron montos para la contratación de profesionales independientes, materiales y mano de obra. Con la primera contratación y por única vez, la cooperativa recibiría un subsidio no reintegrable de un monto fijo para la adquisición de equipos, herramientas y libros contables.

En la segunda contratación, por otras 4 viviendas, los beneficiarios originariamente dejaban de percibir el subsidio del plan Jefes y Jefas e ingresaban al circuito de la economía formal, pero finalmente no se suspendieron los subsidios por este concepto.

Centros Integradores Comunitarios¹³

En forma similar al PFEH se implementó el Programa de Centros Integradores Comunitarios (CIC) con el objetivo de mejorar la calidad de vida de las comunidades, el desarrollo local, la profundización de las acciones de promoción y las prevenciones socio-sanitarias, promover actividades culturales, recreativas y de educación.

En este caso las cooperativas construyen edificios que constan de dos partes, una para la atención primaria de la salud y otra para el desarrollo social del lugar, teniendo como unidad ejecutora a la Secretaría de Desarrollo Social, Subsecretaría de Gestión y Relaciones con la Comunidad.

El funcionamiento de las cooperativas es similar al que se explicara anteriormente.

¹² INAES. Modalidad de ejecución programa emergencia habitacional.

¹³ El Convenio de Centros Integradores Comunitarios fue aprobado por Resolución n. 2173/04 del Ministerio de Desarrollo Social, las Resoluciones INAES n. 2037/03 y 2038/03

Resultados preliminares de la experiencia en Santa Fe

A nivel nacional, los datos disponibles dan cuenta de que han adherido al Programa 17 provincias, constituyéndose un total de 1.653 cooperativas, con 26.448 cooperativistas que se reincorporaron al ámbito laboral, con 3.186 viviendas terminadas, 5.078 viviendas en ejecución, 4.264 viviendas con convenio firmado y 358 millones de pesos de inversión total.

En el conjunto de los programas de la provincia, el 19% de los asociados son mujeres, y el 81 % hombres.¹⁴ En la composición por edades, casi las dos terceras partes corresponden a jóvenes de hasta 28 años, mientras que el resto se distribuye en forma bastante similar, con la excepción de personas mayores de 60 años que constituyen solamente el 3%.

El proceso de constitución en la práctica

Cuando se aprueba el componente Cooperativas de Trabajo de Construcción en el PFEH, no hubo inicialmente mayor interés entre los desocupados, siendo uno de los aspectos que provocaban el rechazo la suspensión del subsidio de PJJHD a los seis meses. La Subsecretaría de Cooperativas de la provincia asumió un rol muy activo, designando un coordinador provincial y juntamente con otros funcionarios visitando lugares en el interior para promocionar la adhesión al Programa.

Sin embargo, es el rol del Ejecutivo Municipal el que aparece como pieza clave en esta experiencia. En los lugares donde el intendente comprendió el alcance de los programas, con conocimiento de la situación ocupacional del lugar, parece haber respondido con mayor rapidez.

Si surgía el interés de alguna persona, la cuestión siguiente era la de armar un grupo de 16 desocupados que estuvieran en el Programa Jefe y Jefas de Hogar Desocupados. En la mayoría de los casos, las personas no se conocían, y en otras, cuando lo hacían, no había confianza de que fueran capaces de afrontar el desafío. A esto se debe agregar la integración de hombres y mujeres para la construcción de viviendas, en un oficio que ha estado tradicionalmente reservado para hombres. La participación de las

¹⁴ Datos provistos por el señor Sergio Ballario Cenci, Coordinador del Programa en la Subsecretaría de la Provincia.

mujeres hacía temer un recargo de trabajo para los hombres, aunque luego todos tendrían similares derechos.

Relatan algunos miembros que fueron los primeros entusiastas los que salieron en bicicleta o en los medios que pudieran a buscar otros integrantes. En otros casos los grupos se armaban previamente con las listas de los beneficiarios de los Programas y luego eran consultados si deseaban participar.

Una vez constituida la cooperativa, comenzaban en primer lugar las tareas preparatorias para aprender algo de los varios oficios requeridos en la construcción de una vivienda. Para preparar la mezcla, transportar los materiales, levantar las paredes, realizar el reboque grueso y fino, pintura, techado, colocación de puertas y ventanas, pisos, cañería para baños, electricidad, y muchas otras.

En forma simultánea la capacitación en algunos aspectos de las cooperativas, su constitución, obligaciones y derechos de los asociados, trámites para el registro, elección de autoridades, etc. Es unánime el comentario que la gran mayoría de los desocupados no conocía nada ni tenía experiencias dentro del sistema cooperativo.

La designación por parte de la municipalidad de tutores, y el nexo que los mismos tuvieron con la Subsecretaría de Cooperativas parece haber cumplido un rol clave. También la contribución de algunos especialistas enviados por el INAES para la educación cooperativa.

La tarea administrativa y gerencial, según lo manifiestan los propios participantes, ha sido y continúa siendo en todos los casos uno de los aspectos más críticos. Los asociados reconocen sus fuertes limitaciones personales y grupales, aunque debieron asumir algunas de las tareas más simples. Como consejeros, no tenían exposición a este tipo de asociaciones.

La forma en que se asignaron mensualmente los montos correspondientes a la participación del trabajo de cada asociado ha sido determinado por cada grupo, predominando el reparto en montos iguales. Sin embargo, en algunos casos, particularmente cuando se incorporaban desocupados que ya tenían un oficio como el de albañil, electricista, plomero, etc. se hicieron diferenciaciones.

Una mirada global a las experiencias ¹⁵

Aunque es aún muy pronto para sacar conclusiones, se reconoce que algunas experiencias no han logrado los objetivos buscados por el programa. Aún cuando formalmente continúan funcionando, hay una continua rotación de asociados, y no se perciben posibilidades de sobrevivencia cuando se termine la sustentación económica del Programa.

En cambio se destacan (GONZÁLEZ, 2006; GÓNGORA, 2006; CENTURIÓN, 2006) algunas otras experiencias consideradas muy positivas, tomando como referencia el grado de integración de los grupos, la responsabilidad de los trabajadores de ambos géneros, la calidad de las obras realizadas y el deseo de continuidad en el futuro.

A nivel más general de las autoridades involucradas, se valoriza que los desempleados hayan vuelto a tener una salida laboral, la capacitación en un oficio y en la organización del trabajo conjunto (BALLARIO, 2007). Además, cuentan con el beneficio de una obra social, reciben antigüedad en el sistema previsional y formalmente pueden realizar contrataciones y facturación de servicios.

No obstante estos importantes logros de corto plazo, no deja de preocupar la incertidumbre de la evolución futura de las cooperativas.

Si contrastamos algunos de los aspectos que hemos visto anteriormente considerados críticos para la sustentabilidad de las cooperativas de trabajo, con la realidad actual de estas cooperativas 2038, podemos enumerar lo que serán sus desafíos más próximos.

1. Compromisos, comprensión del sistema y capacitación. Los asociados que han permanecido en las cooperativas durante este tiempo, han estado expuestos en teoría y en la práctica al significado de los principios y el sistema cooperativo, demostrando cierto compromiso y comprensión del sistema. Como todos compartían la condición de desocupados, uno de los aglutinantes fue la aspiración de un trabajo y un ingreso mayor al recibido con el subsidio, pero con la capacitación lograda y con el desarrollo de las propias habilidades individuales, en el

¹⁵ Se resumen comentarios y opiniones de tutores e integrantes de las cooperativas del norte de Santa Fe (2006).

futuro pueden surgir objetivos diferenciados. Como las capacidades técnicas iniciales y de conocimiento eran muy pocas en estos casos, la diversificación se fue haciendo por necesidad. Ya ha habido experiencias de asociados que han salido de la cooperativa para desempeñarse en forma individual.

2. La demanda del mercado ha estado asegurada por el Programa, por lo tanto las cooperativas no han sentido hasta ahora la disciplina del mercado. El desafío para el futuro será buscar una demanda independiente, que puede ser en el sector público o privado, para posicionarse en el medio como prestadores genuinos de servicios de calidad. Unas pocas ya lo están haciendo, complementando la actividad comprometida en el Programa con actividades contratadas en forma externa.
3. El financiamiento ha sido provisto en su totalidad por el Estado, pero la independencia les requerirá contar con capital de trabajo e inversiones en equipos, más allá de los recibidos. Ese aspecto continuará siendo crítico por la imposibilidad de contribución de capital de los asociados, y las altas barreras para conseguir financiamiento de otras fuentes, como las bancarias, restricción que además es común en el país a todas las empresas medianas y pequeñas.
4. Las tareas administrativas y gerenciales se comparten entre todos, con el liderazgo natural de quienes han tenido acceso a un poco más de educación formal o experiencia de participación en alguna organización, generalmente ha sido en algún partido político. La experiencia como consejeros se va haciendo con la marcha, así como el relacionamiento con profesionales de todo tipo para asesorarlos y atenderlos, clave para el despegue cuando se concluya el apoyo estatal.

En síntesis, la sobrevivencia de estas cooperativas parece tener muchos escollos que superar en el futuro, a pesar de la plataforma de largada con que contaron.

Conclusiones

La intervención directa del estado argentino con políticas de inclusión social para combatir el desempleo y contribuir a solucionar el problema

habitacional se plasmó en Programas que utilizaron a las cooperativas de trabajo de la construcción como herramientas.

Ha habido algunas experiencias consideradas exitosas hasta el momento, pero aún en éstas existe preocupación sobre su viabilidad futura. Si se toman en cuenta algunos aspectos esenciales para el funcionamiento de las mismas, se observa que la plataforma de lanzamiento que han tenido en el Programa Federal de Emergencia Habitacional ha permitido un impulso básico, útil para quienes lo han sabido aprovechar, pero lógicamente insuficiente para asegurar la proyección posterior.

Muchas condiciones necesarias para el funcionamiento independiente de las cooperativas aún no se han satisfecho, pero se vislumbran casos con potencialidad de permanencia. Asumiendo la voluntad y coherencia de los grupos en marcha, será imprescindible contar con todo el apoyo que le pueda brindar la sociedad civil y el estado. Particularmente, aquellos organismos que pueden brindar asistencia técnica y financiera, y una capacitación frecuente, pero también el propio movimiento cooperativo que ya está arraigado y organizado a nivel nacional y regional.

Referencias

BALLARIO, S. Subsecretaría de Cooperativas Santa Fe. Secretario Coordinador. *Comunicaciones Personales*. Santa Fe, 2007.

CAMILLETTI, A. et al. Cooperativas de trabajo en el Cono Sur. Matrices de surgimiento y modelos de gestión. *Documento de Trabajo del Rectorado*. Montevideo: Universidad de la República. n. 30, pp. 22-34, 2006.

CENTURIÓN, W. La cultura del trabajo: el sistema cooperativo. SEMINARIO ACADEMICO DE PROCOAS, 2., 2006, Rosario, Argentina. *Resumen...* Rosario, Argentina, 2006.

GÓNGORA, R. La experiencia cooperativa en el Noroeste Santafesino. SEMINARIO ACADEMICO DE PROCOAS, 2., 2006, Rosario, Argentina. *Resumen...* Rosario, Argentina, 2006.

GONZÁLEZ, M. Experiencia de San Javier en Cooperativas de Trabajo de Construcción. SEMINARIO ACADEMICO DE PROCOAS, 2., 2006, Rosario, Argentina. *Resumen...* Rosario, Argentina, 2006.

GULATI, A. M.; ISAAC, T.; KLEIN, W. When a workers' cooperativew works. The case of Kerala Dinesh Beedi. *UCLA Law Review*. Working Paper 49, I, 2427, 2002

INFORME DE LA SECRETARÍA DE OBRAS PÚBLICAS DE LA NACIÓN. Buenos Aires, 16 nov. 2006. Disponible: <<http://www.obraspublicas.gov.ar/noticias.php?id=77>>

INSTITUTO NACIONAL DE ASOCIATIVISMO Y ECONOMÍA SOCIAL (INAES). Argentina, c2007. Disponible: <<http://www.inaes.gov.ar>> .

NORTH COUNTRY COOPERATIVE FOUNDATION (NCCF). *Workers cooperative toolbox*. A guide to cooperative employee ownership. Mineapolis, 2006.

SOVERNA, S. *Cooperativas de trabajo*. Algunos elementos para su análisis. Buenos Aires: INAES, 1994.

TERRA, J. P. *Proceso y significado del cooperativismo uruguayo*. Santiago do Chile: CEPAL, 1984.

Trabajo asociado, cambio social y política de estado

Elena ALBORNOZ¹

Ese camino no tiene asegurado el futuro, pero marca el desafío para enfrentar el problema del desempleo, la pobreza, la marginalidad y la explotación. Puede aportar en el camino de la liberación y emancipación de los trabajadores en este comienzo de siglo donde parece recrearse la expectativa de otro mundo posible (GAMBINA, 2003)

Este trabajo intenta hacer un análisis de lo que ha ocurrido en las últimas décadas del siglo XX y primeros años del siglo XXI sobre como han utilizado la herramienta cooperativa los trabajadores, desde su perspectiva.

Para ello partimos de la idea de ubicar a las cooperativas de trabajo dentro de la economía social, tratando de esbozar un concepto sobre lo que hoy se entiende por esta disciplina.

Ubicada a la cooperativa de trabajo dentro de este sector de la economía, analizamos cómo se dieron en el mundo las primeras manifestaciones, desde los precursores, como los socialistas utópicos y dentro de ellos a Robert Owen. Y concluimos que el inicio de aquellas cooperativas se dio en un escenario político-económico y social, similar al que nos toca vivir en este siglo, salvando las distancias.

¹ Docente Adjunta de Derecho Privado de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina. Docente ordinaria de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Nacional del Litoral, Argentina. Docente de la Universidad Católica Argentina, Subsede Paraná.

A nuestro parecer, uno de los problemas por los que atraviesan las cooperativas de trabajo y que debería ser abordado, tanto por el propio movimiento cooperativo, como por quienes ejercen el control estatal, es el de la gestión y educación en el manejo de las propias empresas autogestionarias, que han provocado un cambio social, no solo, en el imaginario colectivo de los propios trabajadores, sino en la forma en que perciben este fenómeno los distintos actores sociales vinculados a este proceso.

La temática del trabajo asociado tanto en nuestro país, Argentina, como en otros países latinoamericanos, la podemos estudiar dentro de lo que modernamente se ha dado en llamar economía social. Al hablar de trabajo asociado, inmediatamente se nos representa mentalmente a las cooperativas de trabajo, también llamadas de producción. En éstas a través de la autogestión democrática, los trabajadores pueden llevar adelante sus empresas solidarias y esto evidentemente ha producido dentro la sociedad un cambio no solo en como la sociedad misma se representa esta entidades, sino que también ha producido un cambio en los mismos sectores de trabajadores que ante la situación de desempleo en muchos casos, han podido vivenciar que a través de la ayuda mutua y el esfuerzo propio es posible autogestionar por sí solos sus fuentes de producción. Por esta razón nos parece apropiado, preguntarnos sobre cual es el marco teórico del trabajo asociado.

Alcance del concepto economía social o solidaria

Coincidimos con Juan Pablo Marti (2007) quien afirmó que muchas veces aparecen conjuntamente y entreverados, unos cuantos conceptos como tercer sector, economía social, economía solidaria, sector nom profit, aparece necesaria y hasta imprescindible comenzar a definir los conceptos y preguntarnos de que hablamos cuando nos referimos a la economía social y si esta denominación es la más apropiadas.

Algunos autores definen a la economía social diciendo que no es más que el común denominador bajo el que se agrupa a toda clase de iniciativas socioeconómicas que toman a la persona como elementos primordial de su estructura organizativa y cuya finalidad es afrontar sus necesidades o desarrollar sus capacidades desde una vocación de solidaridad y de servicios a la comunidad (MARCOS, 1997).

También se afirma que dentro de la economía existe un primer sector o sector público, el sector de las empresas privadas-productivas y lucrativas y en un tercer sector, donde podemos incorporar o hablar de la económica social, donde incluyen a las cooperativas, mutuales, fundaciones, asociaciones, es decir a las entidades que no tienen fines de lucro.

¿A qué llamamos tercer sector o economía social? En principio diremos que alude a un sector de contornos imprecisos pero que de alguna manera nuclea a empresas y actividades que se desarrollan fuera del ámbito público y del capitalista tradicional .

El autor español Monzón (CARPI; MONZÓN, 1998) en su libro el *Libro blanco de la economía*, concibe la económica social al servicio del hombre y de la sociedad, armonizando las dimensiones social e individual y pretende conectar los problemas económicos con el entorno naturalmente ecológico ampliando la visión centrada en la problemática de la asignación de recursos de la económica ortodoxa hacia los conflictos relativos a la distribuciones de condiciones de producción, desempleo pobreza y calidad de vida.

En Francia el Comité Nacional de Enlace de las Actividades Mutualistas Cooperativas y Asociadas de Francia (1982, p. 2) define a la economía social

Como el conjunto de entidades no pertenecientes al sector público que, con funcionamiento y gestión democráticos e igualdad de derechos y deberes de los socios, practican un régimen especial de propiedad y distribución de las ganancias, empleando los excedentes del ejercicio para el crecimiento de la entidad y la mejora de los servicios a los socios y a la sociedad .

Para Luis Razeto (1998), la economía solidaria o de solidaridad es ese gran espacio al que se converge desde diferentes caminos, que se originan a partir de diversas situaciones y experiencias: el camino de la economía popular, el camino de la solidaridad con los pobres y los servicios de promoción social, el camino de los trabajadores, el camino de la participación social y la autogestión, el camino de la acción transformadora y de los cambios sociales; el camino del desarrollo alternativo; el camino de la ecología, el camino de la mujer y la familia; el camino de los pueblos antiguos; el camino del espíritu.

Es por eso que muchos autores han preferido establecer cuales son los caracteres comunes de estas instituciones antes que definirlos, ya que no podemos hablar de una única definición.

En este sentido nos parece apropiado poder establecer algunas características, que nos puedan servir para identificar, primero a las empresas que podemos incluir dentro de la economía social y en segundo lugar, también, puedan ayudarnos a poder entender a que nos referimos cuando hablamos de economía social.

Caracteres:

- ◆ Primacía del hombre y del objeto social sobre el capital, a excepción de las fundaciones, todas son empresas de personas .-
- ◆ Adhesión voluntaria y abierta y control democrático por sus miembros desde la base
- ◆ Conjunción de los intereses de los miembros, usuarios y/o del interés general
- ◆ Defensa y aplicación del principio de solidaridad y de responsabilidad
- ◆ Autonomía de gestión e independencia de los poderes públicos
- ◆ Aplicación de los excedentes al objeto social mediante su reinversión o distribución según los deseos de sus miembros, como ser creación de empleo, de actividades, de nuevas empresas, retorno sobre los capitales invertidos, etc.-

En este contexto entendemos incorporadas a las cooperativas de trabajo, que han surgido precisamente para dar una respuesta o un servicio a los problemas de ocupación.

Entendiéndolas como una organización empresaria circunscripta a las pautas del derecho cooperativo, mediante la cual sus asociados procuran para sí la oferta de su trabajo, en forma individual o articulada colectivamente con sus pares o con otros individuos o productos, materializando una fuente ocupacional, permanente o eventual y obteniendo como beneficio patrimonial, un retorno inordinado a la deducción que el precio de su servicio o bien colocado en el mercado, se haga teniendo en cuenta los costos y reservas signadas por la ley o el estatuto y proporcionalmente a la cantidad y condición en que se haya ocupado su tarea laboral con la entidad o a través de ella (FARRÉS, 2000).

Dentro de los socialistas utópicos, se lo considera a Robert Owen como uno de los precursores de las cooperativas de trabajo, precisamente porque él partía de la idea que una de las plagas del género humano era la pretensión desmedida de ganancia, lo que llevaba a que los bienes económicos se vendieran a un precio mucho mayor de lo que en realidad costaba producirlo. Afirmando que esa ganancia era injusta y que el verdadero valor de los bienes está determinado por la cantidad de trabajo y habilidad que se empleaba al producirlos. Concluyendo que el trabajo es el verdadero patrón del valor de los bienes y no el dinero. Esta conclusión le permitió elaborar su teoría del cambio equitativo, que consistía en abolir el beneficio, mediante un intercambio del trabajo.

Por su parte William King (1786-1865), médico inglés, considerado como uno de los primeros doctrinarios del cooperativismo y fundador de las primeras cooperativas de trabajo, sostenía que el fundamento social y económico de la cooperación reside en la organización del trabajo, en interés de quienes lo suministran. La cooperación ofrece al factor trabajo la posibilidad de liberarse de la situación de dependencia en que se encuentra frente al factor capital. El salario que percibe el trabajador representa sólo una pequeña parte del valor que crea, en síntesis opinaba que la cooperación ofrece a los obreros la posibilidad de organizar su fuerza de trabajo en su propio interés.

Con esta breve referencia de los socialistas utópicos, precursores del cooperativismo, y de sus posicionamiento respecto de estos emprendimientos, nos encontramos con que sus análisis se dieron precisamente en un contexto similar al que estamos atravesando en el presente siglo, ya que el avance de la tecnología, la deshumanización de la economía, la aplicación de políticas tanto sociales como económicas que benefician sólo a los sectores de concentración de poder, ha contribuido entre otros muchos factores más, a que el trabajo asociado, sea una herramienta importante en la mano de los sectores más empobrecidos y excluidos, no solo, de nuestro país sino también de Latinoamérica.

La crisis del 2001 en nuestro país y tal vez mucho antes con la incorporación en nuestra economía de un proyecto neoliberal, que privilegia al capital, y no al hombre en todo su contexto, generó que la clase trabajadora pasara a incorporarse por debajo de la línea de pobreza, y muchos

encontraron en el trabajo asociado, ya sea a través de la conformación de cooperativas o simplemente en la constitución de microempredimiento una herramienta indispensable de autogestión que les permitía volver a sentirse personas y dignificarse dentro del trabajo .

De este modo quedó delineada y cobró independencia esta forma organizacional del trabajo y de los medios de producción, mediante el cual los individuos asociados libremente, eligen entre si a quienes lo dirijan y pautan, la forma de prestar las tareas, dividiéndose la totalidad de los excedentes patrimoniales del giro económico en función de su actividad .

Creo que el fenómeno de las cooperativas de trabajo a fines del siglo XX y principios del XXI fue muy importante en nuestro país. Porque si bien es cierto que en nuestro país existían cooperativas de trabajo, las mismas representaban dentro del sector cooperativo general, una porción pequeña, lo que determinaba que a estas entidades de características tan propias, no se les diera la importancia que en realidad tienen, como motores de un cambio social en la relación patrón-empleado.

Podemos decir que a partir de los años 90 se comenzaron a constituir cooperativas de trabajo, de la mano de fábricas recuperadas.

El modelo neoliberal implementado desde los grandes centro de poder, determinaron que muchas fuentes de trabajo desaparecieran, y algunas no desaparecieron gracias a la autogestión y al marco legal establecido en nuestra ley de concurso y quiebras que determino que los trabajadores *podieran tomar* dichas fabricas y seguir trabajando sin perder su fuente de trabajo, lo que llevó en algunos casos, que los mismos trabajadores pasaron a ser sus propios empleadores.

Si bien es cierto que la ley de concurso y quiebras reformada en el año 1992 viabilizó el salvataje de estas empresas, a partir de la posibilidad, que estableció en su artículo 190, de que los trabajadores puedan solicitar al Juez del Concurso, continuar la empresa a través de la forma de una cooperativa de trabajo.

Esta regulación ha sido insuficiente para todos los problemas que se presentan cuando una fábrica pretende ser recuperada por sus propios empleados, a través de la figura del trabajo asociado, ya que el artículo al que hicimos mención se encuentra incorporado en una legislación general

de Quiebras y Concursos, común para todos las personas jurídicas y no solo para las cooperativas, agravado con la situación de que en nuestro país tampoco tenemos una legislación de cooperativas específica.

Esto genera que muchas veces estos emprendimientos fracasen, y que la justicia no pueda, en virtud de la legislación hoy vigente, resolver los conflictos. Pero este no es el único factor, también y luego de un estudio de campo, creo que otros de los factores es la falta de educación en quienes son los actores necesarios de estos procesos, lo que determina que existen muchas falencias y problemas en la gestión de estas empresas de trabajo asociado.

Cuando hablo de educación, no sólo me refiero, a la formal, sino también a la cooperativa y con la visión que tuvieron los Probos Pioneros de Rodhale.

Y esta falta de educación también es otro factor generado por el propio modelo como afirma Pablo Imen (2006, p. 110),

La idea que pretendemos desplegar aquí enuncia que el sistema educativo, como parte del orden capitalista, establece una dinámica específica de reproducción y legitimación de la desigualdad, que dicha dinámica reconoce la existencia de múltiples resistencias.

Es decir, nuestra formación es esencialmente individualista, no nos preparan para trabajar autogestionariamente ni solidariamente, y esta falta en la educación se trasunta en el manejo de estas entidades. No solo en estos sectores encontramos esta falta, muchas veces por ser sectores que se encuentran por debajo de la línea de la pobreza, ni siquiera han tenido la posibilidad de tener esa educación a la que hacemos mención, lo cual genera muchos problemas y conflictos, ya que la falta total de educación entendida como instrucción, conocimiento, crea en los asociados desconfianza en algunos casos y en otros idealizan a quien detenta el liderazgo, creo que ambos extremos son malos en los proyectos de trabajo asociado.

Conclusion

Luego de haber intentado esbozar un diagnóstico de lo que ocurre en nuestro país con las cooperativas de trabajo asociado, considero que

este tema sea tomado como una política de Estado, lo que debería determinar la inmediata sanción por parte de nuestro Congreso Nacional de una legislación de avazanda, de neto corte social, que tracé las líneas por las que deben transitar estas entidades.

Esto es, que se sancione en forma inmediata una legislación especial para cooperativas de Trabajo asociado, que se amplia la regulación existente de las mismas dentro de la legislación de Concursos y Quiebras.

Y tal vez lo más importante sea que estos procesos sean acompañados desde el Estado mediante la educación y la capacitación en el manejo de estas empresas autogestionarias .

Creo que si estos factores pudieran confluír todos en un solo momento, estas herramientas cumplirían en forma acabada su objetivo, que es lograr realmente un cambio importante, desde lo social y laboral, en el concepto de trabajo. Concepto este, que ha sido muchas veces explotado de manera incorrecta por los sindicatos, quienes deberían encontrar en el trabajo asociado, la verdadera dignificación de la persona como trabajador.

Referencia

CARPI, J. A. T.; MONZÓN; J. L. C. *Libro blanco de la economía social en la Comunidad Valenciana*. Valencia: CIRIEC ESPAÑA, 1998.

COMITÉ NACIONAL DE ENLACE DE LAS ACTIVIDADES MUTUALISTAS COOPERATIVAS Y ASOCIADAS DE FRANCIA - CNLAMCA. *Carta de la economía social francesa*. Paris, 1982.

FARRÉS, P. *Cooperativas de Trabajo*. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Cuyo, 2000.

GAMBINA, J. *Empresas recuperadas en Argentina*. *Net*. Buenos Aires, enero 2003. Disponible: <www.elcheque.com.ar/eco/temrel/03/emprerecu.htm>

MARCOS, C. G. *La economía social una estrategia para la creación de empleo*. Madrid: Anuarios de Estudios Cooperativos, 1997.

MARTÍ, P. *La economía solidaria y su aporte al desarrollo*. Conferencia dictada en la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Nacional de Entre Ríos, inauguración de las Catedras de Economía Social de la Universidad Nacional de Entre Ríos. Entre Ríos, agosto de 2007.

PABLO, I. *La escuela Pública Sitiada*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación Floral Gorini, 2006.

RAZETO, L. *De la Economía Popular a la Economía de Solidaridad en un Proyecto de Desarrollo Alternativo*. Santiago: Ediciones PET, 1998.

PARTE IV
METODOLOGIAS PARA FORMAÇÃO
DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS
E EXPERIÊNCIAS DAS
INCUBADORAS DE COOPERATIVAS

Evolução na atuação da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar em relação à Economia Solidária

Ana Lucia CORTEGOSO¹
Fábio José FERRAZ²
Ioshiaqui SHIMBO³
Miguel Gambelli LUCAS⁴

Introdução

A Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP) da UFSCar vem desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo do trabalho associado como forma de geração de renda e promoção de cidadania para segmentos historicamente excluídos da população desde 1998. Neste período, deu apoio para a constituição de empreendimentos solidários em diferentes cadeias produtivas, como limpeza, alimentação, costura e artesanato, resíduos, marcenaria, horta orgânica, derivados da cana orgânica, etc. situados em diferentes municípios do estado de São Paulo, como São Carlos, Matão, Catanduva, Jaboticabal, Ribeirão Preto, Rio Claro, Itapeva e Araras, e com diferentes tipos de parceiros, órgãos públicos, setor

¹ Profa. Dra. do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, Brasil. Membro da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar.

² Mestrando do Curso de Pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal de São Carlos, Brasil. Membro da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar.

³ Prof. Dr. do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de São Carlos, Brasil. Membro da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar.

⁴ Membro da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos, Brasil.

privado, sindicato etc. Envolveu, neste trabalho, docentes universitários de diferentes áreas do conhecimento, profissionais de nível superior de diferentes campos de atuação profissional, estudantes de graduação de diferentes cursos e de pós-graduação ligados a diferentes programas.

Durante estes anos de existência e funcionamento, a equipe INCOOP investiu na sistematização e avaliação de seu trabalho, de forma permanente e em relação a muitos aspectos, tanto como forma de contribuir para o acúmulo de conhecimento relevante neste campo quanto para aperfeiçoar suas atividades. Neste sentido, formulou propostas sobre estrutura e funcionamento de incubadoras universitárias de cooperativas, e tem investido na implementação e avaliação destas propostas; tem mantido estudo permanente para identificação e caracterização de aspectos relevantes da ação de diferentes atores da Economia Solidária; sistematizou, tem divulgado e revisado, de modo permanente, seu método de incubação de empreendimentos solidários; tem criado oportunidades múltiplas para produção de conhecimento sobre aspectos de interesse neste campo (por meio de monografias de graduação, trabalhos de pós-graduação, capacitação para o processo científico de produção de conhecimento) e para a divulgação deste conhecimento em todas as oportunidades e de todas as formas possíveis. Tem procurado acompanhar e contribuir para o avanço conceitual e prático no âmbito da Economia Solidária, participando e realizando atividades acadêmicas, de articulação de atores da Economia Solidária em âmbito local, regional, nacional e internacional. E, tem se inquietado, de modo também permanente, com os desafios enfrentados e por enfrentar na construção de alternativas de organização social e do trabalho, diante da lógica capitalista predominante e predatória.

Incubação de empreendimentos econômicos solidários como centralidade na INCOOP

Em relação à atividade que tem constituído a centralidade de sua atuação, a INCOOP, em processo interno de discussão de suas experiências acumuladas e observadas a partir do contato permanente com outros atores da Economia Solidária, universitários ou não, à luz de propostas conceituais e de diretrizes neste campo, identificou e descreveu, como representação de seu método de incubação, classes gerais de comportamentos

correspondentes ao processo de incubar empreendimentos solidários. Esse é um produto que, embora necessariamente parcial e temporário, constitui referencial para a atuação de todos e de cada um, na permanente busca de novas e melhores respostas sobre como cumprir nosso papel, como parte integrante de uma instituição universitária pública, no apoio à Economia Solidária. São novas respostas que auxiliam, ainda, na própria revisão, complementação e aperfeiçoamento do próprio método e de sua representação.

No Quadro 1, adaptado de Cortegoso (2007), pode ser observada uma definição daquilo que tem constituído a atividade central da INCOOP, em uma versão na qual estão representados aspectos identificados, até o momento, como essenciais ao incubar empreendimentos solidários.

Quadro 1. Definição de classe de comportamentos que constitui objetivo de uma incubadora universitária de cooperativas populares.

Diante de demandas compatíveis com critérios em vigor na INCOOP para incubação de empreendimentos solidários, e de disponibilidade de recursos considerados necessários para isto, é esperado da incubadora que ela possa **assessorar grupos para formação de empreendimentos econômicos**, por meio da oferta de subsídios e acompanhamento do processo de tomada de decisão e implementação de atividades, com participação dos responsáveis pela incubação em todas as etapas do trabalho, incluindo avaliação de resultados, por meio de relações dialógicas, de modo a promover a existência e consolidação de empreendimentos solidários e autogestionários de natureza popular, organizados para o trabalho coletivo, que funcionem de forma autônoma, com capacidade para identificar suas próprias necessidades e providenciar para que sejam atendidas, inseridos no mercado e no contexto mais amplo da economia solidária e com características gradualmente mais compatíveis com princípios de economia solidária.

Com informações compiladas de Cortegoso et al (2005), Cortegoso (2007) apresenta, ainda, um conjunto de ações da Incubadora, componentes do que foi denominado de método de incubação, entendidas como relevantes para alcançar os resultados, produtos e efeitos indicados como desejáveis para o assessoramento voltado para a constituição de empreendimentos solidários. São elas:

- ◆ processar demanda apresentada por diferentes atores sociais para incubação de empreendimentos solidários;
- ◆ identificar população em potencial para formação de empreendimento solidário;

- ◆ caracterizar, de forma o mais completa possível, diferentes envolvidos no processo de incubação;
- ◆ apresentar a Economia Solidária como possibilidade de organização para geração de trabalho e renda, para população ou grupo em potencial para formar empreendimentos solidários;
- ◆ apoiar a organização inicial do grupo para tomada de decisão sobre formação (ou não) de empreendimento solidário;
- ◆ elaborar proposta de trabalho em conjunto com participantes do grupo a ser incubado;
- ◆ promover formação dos membros do grupo para o cooperativismo de forma contínua e permanente, de todas as maneiras possíveis;
- ◆ promover escolha de atividade econômica pelo grupo;
- ◆ promover condições para capacitação técnica em relação ao serviço ou produção ofertado pelo empreendimento, de forma permanente;
- ◆ promover formação contínua e permanente dos membros para a autogestão administrativa, em todas as oportunidades e de todas as maneiras possíveis;
- ◆ promover elaboração de normas de funcionamento do empreendimento (estatuto e regimento interno), de maneira participativa;
- ◆ assessorar grupo para legalização do empreendimento;
- ◆ assessorar grupo para implantação do empreendimento;
- ◆ assessorar grupo para implantação de sistema de monitoramento por meio de indicadores;
- ◆ assessorar grupo para implementação do empreendimento, de forma episódica e esporádica;
- ◆ assessorar grupo para participação em redes de cooperação e em iniciativas do movimento de Economia Solidária.

Para cada uma das ações indicadas como relevantes no processo de incubação de empreendimentos solidários, foram construídas, com participação de membros da equipe, descrições pormenorizadas dessas ações, em termos de relações do fazer com o ambiente, de forma a destacar aspectos a serem levados em consideração ao realizar cada uma destas ações, tanto aqueles pré-existentes quanto aqueles que devem derivar destas ações, considerando os princípios da Economia Solidária. Um exemplo desta

descrição pode ser visto no Quadro 2, extraído de Cortegoso et al (2007) em relação à ação de processar demandas de incubação de empreendimentos solidários recebidas pela equipe INCOOP.

Quadro 2. Descrição da classe de comportamentos Processar demanda de incubação de empreendimento econômico e solidário, componente do método de incubação da INCOOP.

PROCESSAR DEMANDA APRESENTADA POR DIFERENTES ATORES SOCIAIS PARA INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS E SOLIDÁRIOS

Em que situações ocorrem, ou deveriam ocorrer?

Diante de solicitações apresentadas à Incubadora, por diferentes tipos de agências (ONGs, sindicatos, gestores públicos, entre outros) ou segmentos da população (individualmente ou organizados), por pesquisadores, por empreendimentos coletivos ou movimentos sociais, para atendimento a segmentos da população ou grupos organizados com perspectiva de formação de empreendimento econômico e solidário

O que a Incubadora leva ou deveria levar em consideração?

Crítérios estabelecidos previamente para acolhimento de demandas (por exemplo, grau de motivação sobre Economia Solidária dos dirigentes, no caso de administrações públicas; possibilidade de compor equipe adequada, características da população-alvo existente ou potencial, possibilidade de construir projetos para busca de recursos não disponíveis, adequação às estratégias gerais da Incubadora e de outros atores etc.);

O que é esperado, como resultado desta ação da Incubadora?

Que demandas por incubação de grupos sejam aceitas ou recusadas em função dos critérios e recursos para incubação de novos empreendimentos, de forma transparente para todos os envolvidos, e que estudos e encaminhamentos para os grupos não atendidos sejam realizados como parte do processamento da demanda.

Como a Incubadora atua ou deveria atuar para processar demandas recebidas?

Tem sido feita entrevista inicial ou reunião com demandantes para breve apresentação da Incubadora (significado de incubação, de regional, de cooperativas e Economia Solidária e popular) para caracterização da demanda em relação à origem da demanda, participantes em potencial, estágio de andamento do processo de organização de grupo etc.

Quando a demanda é feita por pessoas que não fazem parte da população em potencial e esta população já está identificada, é feito contato com a população para conhecer disposição inicial para trabalho coletivo, dado que a população é entendida como centralidade neste processo. Caso a população que poderia ter necessidade ou interesse na organização para o trabalho coletivo para atender à situação presente na demanda não tenha sido identificada pelo demandante, são feitas obtenções mínimas de informação que possam constituir evidências ou indícios de que exista uma população nestas condições

Um exemplo do processo de construção e aperfeiçoamento dos referenciais para a atuação da equipe INCOOP ao implementar processos de incubação de empreendimentos solidários, pode ser visto no Quadro 3 (CORTEGOSO et al., 2007), onde aparecem produtos decorrentes de discussão coletiva da ação descrita no Quadro 2.

Quadro 3: Considerações surgidas na discussão da classe “processar demanda apresentada por diferentes atores sociais para incubação de empreendimentos solidários”, pela equipe INCOOP em 23/10/2006 (CORTEGOSO et al., 2007).

Aspectos que requerem providências (operacionalização) para orientar o processamento de demandas tal como definido:

- **Crítérios a serem utilizados para aceitação de demandas: definir.**

Encaminhamentos:

1º. Fazer um estudo das demandas aceitas e não aceitas, para identificar critérios atendidos e não atendidos e resultados provavelmente associados às condições atendidas e não atendidas em função dos critérios utilizados;

2º. Retomar critérios propostos anteriormente, para revisão e aprimoramento;

- *Possibilidades de encaminhamento para grupos cuja demanda não for atendida: identificar parceiros, definir procedimentos;*

- **Caracterização de demandas recebidas:** elaborar instrumentos e procedimentos de apoio;

- **Contato inicial com grupo em potencial para levantamento de disposição para a formação de empreendimento coletivo:** elaborar instrumentos e procedimentos de apoio;

- **Caracterização de existência de população potencial para constituição de empreendimento solidário:** definir informações necessárias;

- **Estabelecimento de parceria entre Incubadora e gestores públicos:** definir condições mínimas desejáveis.

Atuação da Incubadora para além da incubação de empreendimentos solidários

A inserção da INCOOP na Economia Solidária tem sido feita, desde sua existência, não apenas por meio do atendimento direto a grupos interessados na formação de empreendimentos econômicos solidários, ainda que esta constitua, indiscutivelmente, sua atividade fundamental. A INCOOP, tal como outras incubadoras universitárias, tem participado diretamente de muitas outras ações de apoio e fortalecimento da Economia Solidária, ainda que procurando manter sua missão e identidade como instância universitária, comprometida com a produção de conhecimento e transformação deste conhecimento em mudanças – ou possibilidades de mudanças da realidade. É exemplo deste tipo de inserção, a participação em eventos e iniciativas diversas do movimento da Economia Solidária, na condição de agência de fomento. Neste sentido, tem sido permanente a participação de representantes da INCOOP nas atividades dos fóruns de

Economia Solidária (municipal, estadual e nacional), na Comissão Gestora Estadual do Mapeamento de Empreendimento de Economia Solidária do SIES – Sistema de Informações em Economia Solidária promovido pela SENAES, e foi também protagonista da criação do fórum de Economia Solidária local, da mesma forma como se mantém como protagonista no processo de criação e implantação do Centro Público de Economia Solidária. A INCOOP tem participado, ainda, de forma regular, das atividades que envolvem as incubadoras universitárias da Rede de ITCPs, da qual faz parte, tanto em nível regional como nacional, com representantes e mesmo assumindo coordenação (da Região Sudeste) e organização de eventos (Encontros da região Sudeste e Nacional). Da mesma forma, isto tem ocorrido em relação à Associação das Universidades Grupo Montevideo, com participação no Comitê PROCOAS desde sua criação, e organização do primeiro Seminário Acadêmico e 3º. Encontro do Comitê, em São Carlos, 2005, buscando articulações internacionais. Da mesma forma como vem buscando, no momento, criar condições para estabelecimento de intercâmbios com instituições universitárias na Europa, para desenvolvimento conjunto de projetos e capacitações mútuas.

Por meio da proposição de projetos de apoio à Economia Solidária, a INCOOP tem investido em ações voltadas para a promoção de consumo solidário, por meio do ConsumoSol, que mantém hoje a Feira ConsumoSol do Produtor, está promovendo iniciativas financeiras solidárias, como feiras de trocas, cooperativa de crédito e outras que possam contribuir para o fortalecimento do conjunto da Economia Solidária, como organização econômica e social capaz de se consolidar como alternativa ao sistema econômico capitalista, em esferas de abrangência crescentes.

Como decorrência tanto destas experiências, quanto das oportunidades de reflexão sobre elas, produzidas tão frequentemente quanto têm permitido os compromissos assumidos com as outras coletividades com que a equipe INCOOP no seu conjunto e os membros da equipe, individualmente, interagem, dentro e fora da Economia Solidária, duas iniciativas da INCOOP são destacadas e examinadas a seguir, como indicadores de novas etapas da Incubadora neste processo de evolução de sua participação na Economia Solidária.

Núcleo multidisciplinar e integrado de estudos, formação e intervenção em economia solidária: avanços na institucionalização da INCOOP na UFSCar

Em 2006, como subsídio para a busca de recursos necessários para ampliar e consolidar a INCOOP como instância acadêmica, presente inclusive na estrutura da UFSCar, foi elaborado um termo de referência para criação de um Núcleo de Economia Solidária, na condição de Unidade Especial de Ensino, Pesquisa e Extensão, indicada como instância possível de existir, no âmbito da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade. Como parte deste documento (INCOOP, 2006), são indicadas condições que, do ponto de vista da equipe INCOOP, evidenciam a necessidade de atenção e dedicação das universidades à Economia Solidária e às iniciativas universitárias neste campo, de modo geral, e a consolidação da INCOOP, na UFSCar, em particular. Entre elas: contemporaneidade da Economia Solidária como campo de atuação para diferentes tipos de profissionais de nível superior e mesmo como área do conhecimento; aumento da produção de conhecimento em Economia Solidária simultaneamente à incubação de empreendimentos econômicos solidários e atuação no movimento da Economia Solidária; existência de demanda por um novo profissional, o incubador, ou formador em Economia Solidária ou gestor público em Economia Solidária, para atender às demandas crescentes de grupos e de instituições públicas; demanda por cursos de graduação em Economia Solidária, pois ainda não há oferta dos mesmos nas Universidades; carência de oferta de cursos de especialização em Economia Solidária; necessidade de formação e pesquisa multidisciplinar, envolvendo psicologia, economia, engenharia, educação, ciências sociais, meio ambiente etc; necessidade de capacitação de formadores e de trabalhadores para a Economia Solidária; necessidade de formação de professores da rede de ensino fundamental e médio para fomentar a Economia Solidária; necessidade de capacitação de gestores públicos e constituição de secretarias e departamentos municipais de Economia Solidária; necessidade de fomento a Políticas Públicas locais de Economia Solidária; necessidade de estrutura permanente (organizacional e física) para atendimento aos grupos.

A precariedade das condições em que a INCOOP funciona – e outras incubadoras apresentam-se ainda muito mais precárias de vários pontos de

vista – em contraste com o volume de atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas constituíram fundamentos para a defesa da necessidade de superar uma condição de instabilidade que coloca em risco o acompanhamento dos grupos atendidos, lembrando que estes são constituídos de populações já profunda e historicamente precarizadas, uma vez que estas atividades são mantidas, em sua grande maioria, por meio de recursos advindos de projetos. Uma condição que, além da instabilidade no andamento das atividades, gera necessidade de dedicação intensa e prolongada dos membros da equipe à busca de recursos. E, em muitos casos, à administração rigorosa e custosa daqueles recursos conseguidos, por vezes, junto a financiadores pouco familiarizados com as condições da população e das exigências no âmbito da Economia Solidária.

Como objetivos, no projeto de implantação do Núcleo, foram propostos: 1) estruturar um corpo docente multidisciplinar, incluindo contratação de docentes nas áreas de engenharia de produção, economia, psicologia, ciências sociais, educação, ciências agrárias, ciências biológicas, ciências contábeis, direito, administração, entre outros; 2) contratar, em caráter permanente, quadros de profissionais de nível médio e superior para desenvolver incubação simultaneamente à produção de conhecimento; 3) contratar, em caráter permanente, quadro de profissionais de nível médio e superior, para organização e manutenção das atividades de apoio do núcleo (atividades de planejamento, coordenação, secretariado); 4) criar oportunidades de estágios remunerados para alunos de graduação, pós-graduação e atores da Economia Solidária (principalmente das comunidades atendidas); 5) criar oportunidades de bolsas de pesquisas em diversos níveis; 6) implantar estrutura física adequada para cursos, incubação, suporte aos grupos e para pesquisa (equipamentos, acervo bibliográfico).

Em termos de estratégia de implantação, o termo de referência para criação do Núcleo prevê: a) implementar pesquisa multidisciplinar e integrada, articulando pesquisadores de várias instituições, locais e internacionais, partindo das relações já estabelecidas pela Rede Universitária de ITCPs e pelo Comitê Acadêmico de Processos Cooperativos e Iniciativas Econômicas Associativas (Procoas) da Associação de Universidades do Grupo Montevideo (AUGM); b) manter e expandir a incubação de empreendimentos solidários e o fomento às articulações e construção de redes do movimento da Economia Solidária, consolidando grupos existentes

e ampliando número de grupos atendidos; c) oferecer curso de graduação (noturno) em *Gestão em Economia Solidária*, como oportunidade de inclusão de pessoas inseridas no movimento da Economia Solidária que não têm formação superior; d) oferecer curso de especialização em *Gestão em Economia Solidária*, como oportunidade de formação específica de profissionais que atuam no campo da Economia Solidária; e) oferecer cursos de formação de curta duração, em temas de interesse para fortalecer a gestão de grupos de economia solidária e ampliar a inserção de pessoas nesse campo.

Como condições necessárias para implantação deste Núcleo, além de equipamentos e infra-estrutura, com aumento progressivo das instalações e infra-estrutura, aproveitando os recursos existentes, iniciando pela melhoria do espaço físico com a *construção de uma área em torno de 420m²* para apoio à pesquisa e ensino, incluindo espaço para formação dos grupos em incubação, foi destacado o capital humano adicional desejável, considerando tanto a equipe que já atua na INCOOP quanto outros membros da instituição que apresentam potencial para compor a equipe, em termos numéricos e em relação às especialidades acadêmicas destas pessoas. Neste sentido, foi solicitada a contratação inicial de três docentes de áreas diversificadas, para dedicação exclusiva, com experiência acumulada em termos de pesquisa, ensino e intervenção em Economia Solidária; quatro técnicos administrativos de nível superior de áreas diversificadas, para dedicação aos trabalhos de intervenção (incubação) do Núcleo Multidisciplinar proposto. Requisito: experiência acumulada em termos de pesquisa e intervenção em Economia Solidária, Educação Popular, Movimentos Sociais ou áreas afins; dois técnicos administrativos de nível superior de áreas diversificadas, para coordenação da frente de intervenção, planejamento e monitoramento de projetos. Requisito: experiência acumulada em termos de pesquisa e intervenção em Economia Solidária, Educação Popular, Movimentos Sociais ou áreas afins; um técnico administrativo de nível superior em comunicação social ou áreas afins, para gestão da comunicação do Núcleo e atendimento a grupos solidários incubados; um técnico administrativo de nível superior em área diversificada, para gestão administrativa do Núcleo; um técnico administrativo de nível superior em psicologia, assistência social ou áreas da saúde para pesquisa e acompanhamento de dinâmicas de relações humanas junto a grupos solidários incubados; um técnico administrativo de nível superior em

educação ou pedagogia, para pesquisa e formação educacional de grupos solidários incubados; um técnico administrativo de nível superior em contabilidade, para pesquisa e assistência contábil a grupos solidários incubados; um técnico administrativo de nível superior em advocacia, para pesquisa e assistência jurídica a grupos solidários incubados; um técnico administrativo de nível superior em economia, engenharia de produção, administração ou áreas afins, para pesquisa e assistência de mercado/viabilidade econômica a grupos solidários incubados.

A criação do Núcleo permanece, ainda, como orientação para a busca de formas de avanço nas condições de funcionamento da INCOOP, tal como se deu recentemente, quando, em função do Programa REUNI, do Ministério de Educação, foi necessário indicar propostas de ampliação de acesso da população ao ensino de nível superior. Assim, mesmo mantendo uma posição crítica em relação ao programa ministerial, não em relação ao questionamento da necessidade de ampliar este acesso, mas nas formas de promover mudanças propostas, a equipe INCOOP decidiu, com base nas propostas para o Núcleo, sinalizar com a possibilidade de criar um curso de graduação (Gestão em Economia Solidária), noturno, voltado especificamente para a população que já atua neste campo, e não tem nível superior, ainda que cientes das dificuldades de colocar em prática esta proposta, considerando o nível quase que insuportável de atividades desempenhadas pelos docentes que estão envolvidos ou teriam potencial para se envolver com este curso de graduação – e com as outras atividades da INCOOP, mesmo considerando o alto grau de disposição destas pessoas. Uma disposição que pode ser constatada quando, também recentemente, a equipe da INCOOP fez um esforço para aproximar docentes da Incubadora, a propósito da elaboração de projeto voltado para financiamento de incubadoras, e conseguiu ampliar o número de docentes participantes de seis para quinze, e agregar, ainda, mais duas técnicas de nível superior além da que já compõe a equipe INCOOP.

Atuação territorial como estratégia para desenvolvimento local com base em Economia Solidária: nova etapa na atuação da INCOOP

A experiência acumulada pela INCOOP a partir de atendimento a grupos para formação de empreendimentos solidários, mas também a partir

da inserção ampla no movimento da Economia Solidária, tem evidenciado tanto avanços alcançados neste processo, quanto limitações e dificuldades para alcançar resultados pretendidos, tais como aqueles indicados como desejáveis a partir da ação de assessoramento a estes empreendimentos. São dificuldades relativas tanto à superação de conflitos e obstáculos no interior dos empreendimentos, quanto à relação destes empreendimentos com o restante da sociedade, particularmente com os consumidores de produtos e serviços oferecidos por estes empreendimentos. São bem conhecidas, para quem lida com o campo da Economia Solidária, as dificuldades de comercialização destes produtos e serviços, a despeito da existência de forte investimento neste campo, por parte dos próprios empreendimentos e de agentes de fomento da Economia Solidária. A articulação destes empreendimentos para comercialização tem sido uma das estratégias implementadas.

O balanço crítico dos avanços e dificuldades encontradas pela equipe ao desenvolver as atividades assumidas pela Incubadora, particularmente nos últimos anos de seu funcionamento e contando com recursos do Proninc, realizado em uma semana de trabalho intensivo no início do ano de 2007, permitiu indicar diretrizes para a continuidade do trabalho da equipe, úteis para a formulação de projetos destinados a busca de recursos e como subsídio para alinhar a atuação de cada um nos projetos em andamento. Uma destas diretrizes foi a adoção de uma perspectiva territorial e sistêmica para o trabalho de apoio à Economia Solidária, de modo a promover desenvolvimento local sustentável.

Ao eleger o território como área de atuação, passam a ser levados em consideração seus espaços, atores sociais, mercados, cadeias produtivas, gestão e políticas públicas, etc., com vistas a fomentar um processo integrado de desenvolvimento de toda uma comunidade que habita esse território (SOUZA FILHO, 2006; JESUS, 2003; BOISIER, 1996). Nesse sentido, a INCOOP incorpora às suas atividades o debate sobre desenvolvimento local onde a sustentabilidade e o sistemismo tornam indissociáveis as dimensões econômica, social, cultural, político-institucional e ambiental (ACSELRAD, 1999; TEIXEIRA, 1998). Essa discussão, por sua vez, está assentada no conceito de *endogenia* já que é a comunidade e suas relações sociais internas que adquirem o papel principal no processo de desenvolvimento do território em que a mesma está situada (BOISIER, 1999).

Essa nova perspectiva permite pensar a Economia Solidária para além de seus empreendimentos. Permite colocá-la como fortalecedora de relações sociais tais como a solidariedade e a cooperação que se expandem para além das relações puramente econômicas. A Economia Solidária atuará, então, como um fator central de endogeneidade cujas práticas de solidariedade, cooperação, confiança, responsabilidade, etc. - internas aos seus empreendimentos – tendem a se expandir modificando a dinâmica da comunidade local e favorecendo os processos de empoderamento e gestão social.

Essa nova concepção empreende um esforço no sentido da construção de estratégias de desenvolvimento territorial que estejam baseadas numa nova lógica econômica, em circuitos socioprodutivos intrincados ao tecido das relações sociais, políticas e culturais de uma dada localidade. Ela vai, então, além de uma simples política de geração de trabalho e renda, centrar-se no desenvolvimento de um dado território e visar ao fortalecimento das dimensões social, política, cultural e também ambiental do entorno (FRANÇA FILHO apud FRANÇA FILHO et al., 2006).

Nos meses de junho a agosto de 2007, a equipe INCOOP elaborou três projetos destinados a buscar recursos para a implementação da estratégia definida, a partir desta diretriz, ou seja, a proposta de atenção a territórios definidos a partir de empreendimentos que a Incubadora tem atendido e que apresentam potencial de ampliação e consolidação da Economia Solidária, articulada com outras políticas setoriais, como saúde, educação, habitação e saneamento ambiental, com ênfase na geração de renda por meio de trabalho coletivo e práticas de cooperação. Um destes projetos foi elaborado em resposta ao edital de políticas Públicas – FAPESP, e aguarda resposta; o segundo deles foi encaminhado pela UFSCar, na modalidade de Programa, para concorrer ao recurso ProExt, do Ministério da Educação – infelizmente não contemplado, sendo que a UFSCar persiste em busca de explicações para a não inclusão da proposta entre as contempladas com recursos – e, por final, o Proninc – também em fase de avaliação. Tomando este último como representativo da proposta estratégica da INCOOP, são indicadas, a seguir, as condições definidas no projeto submetido ao Comitê Gestor do Proninc, para a atuação da INCOOP nos próximos dois anos. No Quadro 4 podem ser vistos objetivo e estratégia geral de atuação, tal como propostas neste projeto.

Quadro 4. Condições propostas pela INCOOP para desenvolvimento de sua atuação nos próximos dois anos, com recursos Proninc.

Objetivo: Constituição de redes articuladas de iniciativas de Economia Solidária, como forma de promover desenvolvimento local sustentável em duas regiões de atuação da INCOOP/UFSCar: uma área urbana correspondente a dois bairros adjacentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica em São Carlos-SP, e uma área rural no município de Itapeva, região dos mais baixos índices de desenvolvimento humano no estado, a partir do Assentamento Rural Pirituba 2, distante aproximadamente 400 km da sede da incubadora.

Estratégia: Incubação de novos empreendimentos a partir do protagonismo de empreendimentos de trabalho coletivo já existentes, e a desincubação e consolidação de empreendimentos já existentes a partir de sua inserção em atividades de ampliação de iniciativas de Economia Solidária no território em que estão implantados.

No Quadro 5 podem ser vistos os resultados esperados a partir da atuação da INCOOP, nos próximos dois anos, conforme indicados no projeto Proninc.

Quadro 5. Resultados, gerais e específicos, pretendidos para as ações da INCOOP nos territórios, urbano e rural, abrangidos pela Proposta Proninc, para 2008-2009.

Gerais: Em relação aos territórios-alvo deste projeto é esperada a ampliação, de forma articulada, de iniciativas de Economia Solidária, envolvendo produtores (dentro de uma mesma cadeia produtiva, para várias cadeias que sejam identificadas como necessárias e viáveis nos locais específicos), prestadores de serviços, consumidores, gestores públicos e outros atores de fomento à Economia Solidária, com perspectiva de sustentabilidade e desenvolvimento local.

Em relação ao território urbano:

- 1) Empreendimentos de Economia Solidária existentes no território urbano ou que podem contribuir para o desenvolvimento local, incubados ou não pela INCOOP (Cooperlimp, Coopercook, Maria Fuxico, ConsumoSol, Feira ConsumoSol do Produtor, Recriart, Coosturarte, Cooletiva) com graus ampliados de autonomia, estabilidade financeira, capacidade autogestionária, inserção no movimento da Economia Solidária, particularmente na rede local (territorial) de Economia Solidária e como apoio para novas iniciativas no território;
- 2) Informações censitárias sobre a população do território alvo e sobre equipamentos, programas e outras iniciativas governamentais e não-governamentais, afins aos objetivos deste projeto, obtidas e sistematizadas;
- 3) Recursos (equipamentos, programas e outras iniciativas governamentais e não-governamentais) identificados no território, afins aos objetivos do projeto, com potencial para apoiar iniciativas de Economia Solidária, articulados e integrados na implementação das atividades do projeto e outras relacionadas à constituição de rede sustentável de Economia Solidária;
- 4) Novos empreendimentos solidários, relacionados às necessidades e potencialidades já identificados como possibilidades, constituídos a partir do protagonismo dos

empreendimentos já existentes. Neste sentido, foram identificadas já possibilidades em relação a beneficiamento de resíduos de madeira, hortas coletivas, serviços solidários de atenção a crianças e outras populações que requeiram atenção temporária ou eventual, distribuição de produtos da Economia Solidária na região, por jovens, com uso de bicicletas e acompanhamento especializado em esporte e atividade física;

5) Empreendimentos solidários correspondentes a outras necessidades e potencialidades que venham a ser identificadas no desenvolvimento do trabalho, propostos;

6) Outras iniciativas de Economia Solidária, principalmente com potencial para articular as manifestações neste campo no território implantadas, tais como ações relacionadas a práticas de promoção de consumo ético, responsável e solidário (feiras de trocas, finanças solidárias, comercialização local, compras coletivas, redução e reciclagem de resíduos) propostas e implementadas;

7) Melhoria de qualidade de vida no território, em termos de letramento, habitação, igualdade de gênero, lazer, condições de saúde, alimentação e relações humanas da população local, particularmente dos participantes de empreendimentos e iniciativas de Economia Solidária;

8) Inclusão de pessoas com transtorno mental, membros da população local ou adjacente, em empreendimentos solidários no território ou mesmo em empreendimentos econômicos situados em outras áreas do município;

9) Agentes de desenvolvimento local com ênfase em Economia Solidária no território formados para manutenção e ampliação de iniciativas neste campo, mesmo após o término do projeto;

Em relação ao território rural

1) Empreendimentos de Economia Solidária existentes no território rural ou que podem contribuir para o desenvolvimento local, incubados ou não pela INCOOP (Madeirarte, Horta agroecológica) com graus ampliados de autonomia, estabilidade financeira, capacidade autogestionária, inserção no movimento da Economia Solidária, particularmente na rede local (territorial) de Economia Solidária e como apoio para novas iniciativas no território;

2) Informações sistematizadas sobre atores do território alvo, principalmente aqueles que pertencem à cadeia produtiva dos usos múltiplos da madeira de plantios florestais;

3) Recursos (equipamentos, programas e outras iniciativas governamentais e não-governamentais) identificados no território, afins aos objetivos do projeto, com potencial para apoiar iniciativas de Economia Solidária, articulados e integrados na implementação das atividades do projeto e outras relacionadas à constituição de rede sustentável de Economia Solidária;

4) Novos empreendimentos solidários, relacionados às necessidades e potencialidades já identificados como possibilidades, constituídos a partir do protagonismo da Madeirarte. Neste sentido, foram identificadas já possibilidades em relação a beneficiamento de resíduos de madeira para: artesanato e composto orgânico;

5) Empreendimentos solidários correspondentes a outras necessidades e potencialidades que venham a ser identificadas no desenvolvimento do trabalho, propostos;

6) Melhoria de qualidade de vida no território, em termos de letramento, igualdade de gênero, condições de saúde, alimentação, atividades físicas, lazer e relações humanas da população local, particularmente dos participantes de empreendimentos e iniciativas de Economia Solidária;

7) Aumento na inclusão de jovens, principalmente do assentamento rural Pirituba II e da região, em empreendimentos solidários no território principalmente dos inseridos na cadeia produtiva dos usos múltiplos da madeira de plantios florestais;

Em relação à Economia Solidária no contexto mais amplo

- Oportunidades ampliadas e diversificadas para formação em Economia Solidária em nível de graduação, extensão, atualização e aperfeiçoamento, inclusive para as comunidades dos territórios-alvo;

- Agentes de Economia Solidária da região articulados em parcerias para eventos e projetos em Economia Solidária;

- Intercâmbios de conhecimento entre agentes universitários de incubação em Economia Solidária;

- Contribuições sistematizadas sobre novas formas de incubação de empreendimentos solidários (a partir de empreendimentos já constituídos) e de constituição de redes de cooperação para desenvolvimento local em Economia Solidária em territórios urbanos e rurais;

Em relação a temas de interesse para a Economia Solidária

- Pesquisadores na cadeia de resíduos articulados, de modo a propiciar conhecimento sobre massa crítica existente e lacunas para produção de conhecimento;

- Formadores que atuam na cadeia de resíduos, particularmente com catadores, articulados, para identificação de necessidades e encaminhamentos de interesse coletivo e específico;

- Adequações ao método de incubação de empreendimentos solidários da INCOOP produzidas, a partir das novas estratégias utilizadas;

Ainda que, evidentemente, os recursos eventualmente oriundos dos financiamentos pleiteados por meio destes projetos sejam insuficientes para garantir as condições ideais de desenvolvimento das atividades propostas, expressas no projeto Proninc em 22 metas, e prevendo neste, a participação de 15 docentes, três técnicos de nível superior, pertencentes ao quadro da UFSCar, mais sete técnicos de nível superior a serem contratados, e alunos de graduação e pós-graduação, a definição da nova trajetória da INCOOP, construída coletivamente nestas várias oportunidades de discussão e trabalho, constitui importante referencial tanto para a busca de recursos que tornem viáveis estas atividades, quanto orientam no uso dos recursos que venham a ser alcançados, de modo a construir esta viabilidade dentro das possibilidades que se apresentem.

Considerações Finais

As experiências e debates conceituais e metodológicos conduzidos pelas Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares indicam avanços, contradições e limites na operacionalização do princípio da indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão no campo da Economia Solidária, principalmente quanto ao atendimento a segmentos historicamente excluídos da população brasileira, na perspectiva da contribuição das Universidades no processo de transformação da realidade social, econômica, política e cultural.

Há um esforço coletivo de sistematização das experiências, reflexão das práticas, debate conceitual e metodológico para compreensão de organizações coletivas autogestionárias, de cadeias produtivas, processamento de conflitos etc, tendo em vista a produção coletiva de conhecimento para ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento, para a formação de diferentes atores e principalmente ao movimento da Economia Solidária. E, tem sido na história da INCOOP, este esforço de sistematização, que tem oferecido condições para o aumento da visibilidade sobre as fragilidades no âmbito da Economia Solidária, e servido como ponto de partida para a busca de respostas que contribuam para a superação destas fragilidades, como instância de fomento à Economia Solidária comprometida com a missão social da Universidade Pública.

Referências

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Florianópolis, ANPUR, n. 1, jan./dez., 1999.

BOISIER, S. *Desarrollo Local: de qué estamos hablando?* Santiago de Chile, 1999. Disponível em: <<http://www.cedet.edu.ar/sitio/administracion/agenda/boisier.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2006.

_____. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 13, p. 111-143, jun. 1996. Disponível em: www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp13/boisier.pdf. Acesso em: 22 jun. 2006.

CORTEGOSO, A. L. Identificação e descrição de relações comportamentais em economia solidária. *Psicologia Ciência e Profissão*, n. 27, v. 2, p. 246-265, 2007.

CORTEGOSO, A. L. et al. Variáveis que influem no processo de incubação de empreendimentos solidários: um exame de três experiências com base no método de incubação da INCOOP/UFSCar. JORNADA UNIVERSITARIA SOBRE COOPERATIVISMO, ECONOMÍA SOLIDARIA Y PROCESOS ASOCIATIVOS, 2., 2005, Montevideo, Uruguai. *Anais...* Montevideo, Uruguai, 2005.

CORTEGOSO, A. L. et al. Método de incubação como referencial para atendimento a empreendimentos solidários: desafios e limites da experiência da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar. CONGRESSO DA REDE DE ITCPs, 1., 2006, São Carlos. *Anais...* São Carlos: IRCCP, 2006.

FRANÇA FILHO, G. C. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação. In: FRANÇA FILHO, G.C.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J.P. (Org). *Ação Pública e Economia Solidária: uma Perspectiva Internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

JESUS, P. Desenvolvimento Local. In: CATTANI, A. *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SOUZA FILHO. J.R. Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação. Porto Alegre. Disponível em: <<http://nutep.ea.urfgs.br/pesquisas/desenvolvreg.html>> Acesso em: 12 abr. 2006.

TEIXEIRA, B.A.N.; SILVA, R.S.; SILVA, S.R.M., FIGUEIREDO, G.A.B.G. *Desenvolvimento sustentável e Sstentabilidade ambiental*. Breve histórico e conceitos básicos. São Carlos, 1998.

Metodologias para formação de organizações associativas e experiências das incubadoras de cooperativas: o caso da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas

Miguel Juan BACIC ¹

Introdução

Os efeitos negativos no emprego provocados pelas profundas alterações nos padrões tecnológicos (informatização, robotização), de gestão (toyotismo, terceirização) e de acumulação (financeirização, mundialização) da economia capitalista foram agravados no Brasil pela crise econômica e social dos anos de 1980, o que levou a um aumento importante e persistente nos índices de desemprego.

Na busca de soluções para um problema que se tinha tornado crônico, diversos atores sociais apostaram no trabalho associado.

As pastorais vinculadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) procuraram, a partir dessa década, mostrar alguns caminhos para os trabalhadores desempregados. Esses caminhos passavam por ações associativas entre os trabalhadores que buscavam obter alguma renda para permitir sua sobrevivência.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) surgiram no Brasil na década de 1990, dentro da perspectiva de desenvolver ações que permitissem aos setores populares retomar suas condições econômicas de sobrevivência e seu direito à cidadania. O antecedente

¹ Professor Doutor do Instituto de Economia e membro da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil.

encontra-se na Cooperativa de Manguinhos, originada a partir da ação de Herbert de Sousa (Betinho), que liderava o movimento em prol da cidadania contra a fome e a miséria. Betinho assinou uma parceria entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no Rio Grande do Sul, que possuía um curso sobre cooperativismo, e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), organização não-governamental (ONG) presidida por ele, para a criação de uma cooperativa popular formada por moradores da região da Maré (Rio de Janeiro), com o objetivo de prestar serviços para a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), dando origem à Cooperativa de Manguinhos.

A experiência de Manguinhos levou professores e alunos da Coordenação do Programa de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ) a decidirem criar, em 1995, a primeira iniciativa de uma ITCP, cujo objetivo inicial foi estabelecer um contato com comunidades das favelas interessadas na formação de cooperativas de trabalho. Posteriormente outras universidades constituíram suas ITCPs. As universidades pretendem, por meio das ITCPs, desenvolver tanto os aspectos relacionados com a geração de renda e a viabilização das cooperativas, como contribuir para o resgate da cidadania das pessoas participantes.

O surgimento das novas formas associativas, como resposta popular à crise do emprego, levou Paul Singer a qualificar essas experiências como “economia solidária”, apresentando-as como exemplos inovadores de ações no campo da inclusão econômica e social (SINGER, 1997). A posição de Singer, tal como lembra Cruz (2006), nadava contra a corrente dominante do governo e das centrais sindicais, que defendiam programas de requalificação de trabalhadores e o incentivo a abertura de empresas (CRUZ, 2006, p. 51).

As novas formas associativas foram resultados da conjunção de três fatores, segundo Cruz (2006, p. 126): a) existência de trabalhadores e suas famílias em situação de desemprego, b) lideranças que apostam em formas coletivas de participação, c) estruturas de apoio que aportam conhecimentos e metodologias de forma que o grupo possa viabilizar economicamente seu empreendimento.

A rede de ITCPs constitui-se numa das estruturas que apóiam a viabilização coletiva e econômica desses empreendimentos.

A ITCP da Universidade Estadual de Campinas

A ITCP da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) faz parte da rede de ITCPs. É um Programa de Extensão Universitária criado pela resolução GR n. 086, do Gabinete do Reitor, de 28 de agosto de 2001 e está formalmente vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC). Seu objetivo é “contribuir para o desenvolvimento da Economia Solidária, a partir da formação de grupos autogestionários e/ou cooperativas populares” (ITCP-UNICAMP, 2001). A atuação da ITCP-UNICAMP faz-se diretamente junto às cooperativas e aos grupos atendidos, em seus locais de trabalho, e envolve ações de extensão e de pesquisa nas áreas de trabalho e geração de renda, educação popular de jovens e adultos, autogestão, adequação sociotécnica e tecnologias apropriadas, saúde e meio ambiente, bem como ações experimentais de atuação coletiva e associativismo.

O papel da incubadora é formar e organizar cooperativas ou grupos populares, facilitando o resgate da noção de cidadania das pessoas atendidas, a melhora de sua saúde e de sua auto-estima e das bases de convivência social e a obtenção de renda.

O público atendido consiste em pessoas desempregadas, com baixa escolaridade, com experiências de subemprego e emprego informal, em situação de risco social, pessoas com pouquíssimas oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho, pessoas marginalizadas por diversas causas (sociais, econômicas, de saúde, pela profissão em que atuam).

Espera-se que a atuação da ITCP-UNICAMP traga resultados positivos no referente à geração de emprego e saída da exclusão social de um número significativo de famílias; que melhore a qualidade de vida dos trabalhadores, os índices de escolaridade da população atingida e as condições de vida da população atingida, possibilitando assim a estruturação das famílias e a inserção cidadã das pessoas. Como consequência, espera-se redução dos investimentos em políticas compensatórias nas áreas de atuação dos projetos que a incubadora desenvolve e a redução dos custos de governo em tratamento a adictos, alcoólatras e crianças subnutridas.

A ITCP-UNICAMP é composta por um Conselho Orientador formado por docentes da universidade e por um Coletivo de monitores (alunos de graduação e pós-graduação) que delibera de forma

autogestionária. A Coordenação Executiva da ITCP (CE) é constituída por uma equipe de três monitores eleitos anualmente pelo Coletivo. A CE representa o coletivo da ITCP interna e externamente à UNICAMP e coordena o conjunto de atividades. Os Grupos de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária (GEPES) são responsáveis pela realização de estudos coletivos temáticos demandados pelo Coletivo. Todos os monitores estão inseridos em um ou mais GEPES, de acordo com sua área de atuação dentro da ITCP. Inicialmente existiam na estrutura da ITCP-UNICAMP cinco GEPES: planejamento econômico; processos pedagógicos; produção & tecnologia; saúde do trabalhador; e dinâmica das relações humanas. A esses foram posteriormente acrescentados dois novos GEPES em função das necessidades de novos projetos: comunicação & arte; e gênero. Cada GEPES desenvolve seus estudos com o apoio de um professor responsável. As equipes de incubação são constituídas por um conjunto de monitores que se responsabiliza pela incubação de um ou mais grupos. As equipes são interdisciplinares, com monitores que participam dos distintos GEPES de acordo com a característica da demanda de cada projeto.

As atividades da ITCP-UNICAMP tiveram início com a assinatura de um contrato em janeiro de 2002 com a Prefeitura Municipal de Campinas dentro do Programa de Geração de Emprego e Renda, cujo objeto era o oferecimento de cursos de capacitação de 6 meses de duração para oito grupos visando formar cooperativas. No final de 2002 foi assinado convênio com a prefeitura para incubar 11 grupos num prazo de 24 meses, ao longo dos anos de 2003 e 2004. Seis desses grupos geraram cooperativas (separação de recicláveis, separação de entulhos, alimentação, artesanato e corte e costura). Esse projeto gerou 120 novos postos de trabalho diretos.

Em setembro de 2004 teve início um projeto de um ano de duração com uma empresa privada da área de construção civil (Pratec), cujo objetivo era confeccionar mantas térmicas de subcoberturas fabricadas a partir da reutilização das embalagens de leite longa vida, o que permite agregação de valor às cooperativas de triagem de resíduos. Essa tecnologia foi desenvolvida pelo pesquisador Luis Otto Faber Schmutzler, da Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM) da UNICAMP, e foi disponibilizada para o uso das cooperativas populares incubadas pela ITCP.

Ainda em 2004, a ITCP-UNICAMP assinou um convênio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Fundação Banco do Brasil dentro do Programa Nacional de Incubação (PRONINC), com o objetivo de formar oito grupos de cooperativas populares nas seguintes áreas: juventude em situação de risco, agricultura familiar e rede de cooperativas de separação de resíduos sólidos. Esse projeto foi finalizado em dezembro de 2006.

No final de 2005 a ITCP-UNICAMP assinou um convênio com a FINEP para desenvolver um projeto de 18 meses de duração dentro da Rede de Tecnologia Social, com início em fevereiro de 2006. O projeto prevê a incubação de dois grupos autogestionários no município de Campinas, em parceria com o Programa Municipal de DST/AIDS da cidade: uma cooperativa de customização e revitalização de roupas e uma associação de profissionais do sexo. Além disso, o projeto objetivou a formação de uma incubadora junto ao Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (IDESC).

Um convênio assinado em 2006 com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tem como objetivo propiciar a melhoria das condições de trabalho em cooperativas populares de separação de resíduos sólidos por meio da aquisição de maquinário adequado e equipamentos de proteção individual para duas cooperativas, a Cooperativa Bonsucesso e Cooperativa Barão.

Metodologia de incubação

A metodologia seguida pela ITCP-UNICAMP decorre basicamente da experiência de Antônio Cruz, quem na época de criação e início das atividades da incubadora era aluno de doutorado em economia na universidade e impulsionou sua fundação, colaborando na estruturação das atividades e na definição da metodologia.

O documento que embasa o convênio com a Prefeitura Municipal de Campinas, assinado em 2002, explicita claramente a metodologia (ITCP-UNICAMP, 2002).

Nesse documento explicitam-se inicialmente os princípios da ação, que são: 1) coerência da práxis - a ITCP deve praticar internamente todos os

princípios defendidos para as cooperativas, ressalvadas as mediações necessárias entre as diferenças estruturais da situação entre docentes e alunos; 2) autonomia autogestionária das cooperativas - co-gestão do projeto (prefeitura, ITCP, cooperativas); 3) educação popular - todo incubador é um educador e um educando, todo cooperado é um educando e um educador, o universo social e individual de cada sujeito do processo deve ser reconhecido e respeitado; 4) adequação sociotécnica - pesquisa permanente para produtos e processos que levem em consideração os princípios da autogestão e da economia solidária; 5) aperfeiçoamento metodológico - avaliação e pesquisa continuada em métodos de funcionamento das iniciativas e em métodos de incubação de cooperativas populares.

O documento informa que a metodologia a ser utilizada resulta de processo de discussão interna que levou em consideração outras experiências realizadas e em andamento (por outras ITCPs, pela Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão – ANTEAG), e o acúmulo teórico-metodológico das próprias unidades da UNICAMP.

Equipes

Para atuar junto aos grupos que desejam formar uma cooperativa constituem-se as equipes de cinco monitores (alunos de graduação e pós-graduação). As equipes são responsáveis pelo trabalho de assessoria e de formação, com responsabilidades compartilhadas e ênfase em suas respectivas áreas de conhecimento.

Cada monitor é membro de um dos seguintes GEPES: planejamento econômico; processos pedagógicos; produção & tecnologia, saúde do trabalhador; e dinâmica das relações humanas.

O monitor de planejamento econômico é responsável pela elaboração e execução do plano de negócios (perspectiva de faturamento, financiamento e investimentos), estudos de viabilidade, formação de preços, prospecção de mercados, organização da contabilidade, *marketing* etc.

O monitor de produção & tecnologia é responsável pela organização do processo produtivo a partir dos princípios da incubação, pela identificação e pesquisa de insumos e de maquinário adequados, pela motivação para a inovação de produtos e processos, pela pesquisa em tecnologias apropriadas

e socialmente adequadas, pela organização das rotinas de decisão na produção.

O monitor de processos pedagógicos presta assessoria aos processos de formação, com oficinas e cursos, motivação para a alfabetização e para a escolarização formal, busca de acessibilidade à informática pelos cooperados, monitoração da construção de processos internos de educação cooperativa.

O monitor da área de dinâmica das relações humanas auxilia nas atividades de regularização jurídica e dos registros internos da cooperativa e assuntos que digam respeito às relações e comunicações internas, como formas e rotinas de decisão, construção de laços de solidariedade, resolução de conflitos, dinâmicas interpessoais.

O monitor de saúde & meio ambiente aplica noções básicas de saúde, tais como higiene, alimentação, comportamento saudável, prática do lazer e trabalha com a prevenção de doenças e acidentes do trabalho.

Fases de incubação

Distinguem-se as seguintes fases do processo de incubação:

Fases	Tempo
1. Pré-incubação	3 meses
2. Incubação – Etapa 1	6 meses
Incubação – Etapa 2	6 meses
Incubação – Etapa 3	6 meses
3. Desincubação	3 meses

Na *pré-incubação* a equipe elabora um diagnóstico da situação dos grupos ou cooperativas, estabelecem-se os vínculos que permitem aos cooperados compreender a forma de funcionamento da ITCP e as características da equipe que atua junto a eles. O resultado das atividades é a elaboração de um Plano de Incubação que estabelece: 1) objetivos e atividades no longo prazo, a serem cumpridos até o final da incubação; 2) objetivos e atividades no curto prazo, a serem cumpridos nos próximos

seis meses; 3) as responsabilidades da equipe e do grupo cooperado; e 4) formas de avaliação permanente do desenvolvimento do plano. Paralelamente, a equipe atua assessorando a estruturação da cooperativa, nas três esferas gestão, produto e processo.

A *etapa de incubação* inicia-se a partir do plano de incubação, aprovado conjuntamente pela equipe e pela cooperativa. Nessa etapa são estabelecidas rotinas de assessorias conjuntas com o coletivo da cooperativa e com toda a equipe e assessoria pontual das áreas contempladas pela ITCP-UNICAMP.

As reuniões dos membros da equipe com a cooperativa ocorrem semanalmente. Ao final de cada 6 meses (etapas 1, 2 e 3) a equipe e a cooperativa elaboram um relatório parcial, com o registro das atividades, dos resultados alcançados e com uma avaliação do desempenho do conjunto (equipe & cooperativa). O plano de incubação é revisto, em todos os seus aspectos, à luz dos resultados alcançados na etapa concluída.

A rotina prevista para o funcionamento da incubação, e que pode ser alterada em comum acordo entre os conveniados, prevê a presença das equipes, no local de trabalho ou sede administrativa das cooperativas, com a seguinte frequência: a) reuniões coletivas da equipe e cooperativa, pelo menos uma vez a cada duas semanas; b) visita dos monitores para assessoria específica, pelo menos duas vezes a cada três semanas. Essas rotinas são alteradas provisoriamente quando da realização de oficinas e cursos de formação.

As oficinas e os cursos de formação são ministrados ao longo da etapa de *incubação*, e obedecem às prioridades e aos ritmos determinados pelo Plano de Incubação, sendo utilizados materiais didáticos, incluindo cadernos editados pela ITCP, apropriados ao público das cooperativas.

Os temas a serem abordados nas oficinas e nos cursos de formação são aqueles relacionados ao objeto específico da atuação da ITCP nos projetos de incubação, a saber. 1) apoiar a formação e organização das cooperativas populares prestando serviços de assessoria e consultoria nas seguintes áreas: regularização jurídica; organização contábil; prospecção de financiamento e de mercado e elaboração de plano de negócios, incluindo estudos de viabilidades; organização das normas de conduta e das formas de processo decisório, incluindo a elaboração e auxílio preliminar para o funcionamento de regimentos internos; organização da produção de bens e serviços e pesquisa de tecnologias apropriadas à estrutura autogestionária

e aos princípios de preservação ambiental; formulação de planos de educação internos às cooperativas, que prevejam a generalização da alfabetização, da inserção e reinserção dos cooperados na escola formal e o acesso à informática; ordenamento das formas de trabalho e de convivência que garanta a preservação da saúde dos cooperados, estendida ao ambiente doméstico e social. 2) compartilhar o conhecimento científico acumulado e desenvolvido na UNICAMP, levando em consideração os níveis de escolaridade e as características socioculturais dos cooperados, através de oficinas e cursos específicos de formação nas seguintes áreas: comunicação e expressão; comunicação interna à cooperativa; formação política I (classes sociais, Estado e movimentos sociais); formação política II (economia política e economia do trabalho); história do cooperativismo e da economia solidária; inovação em tecnologias apropriadas (adequação sociotécnica); legislação cooperativa, direito comercial e direito do consumidor; *marketing* & contratos; organização contábil (faturamento e retiradas); plano de negócios, preços, financiamento e investimentos; programas pedagógicos para autoqualificação cooperativa; redes de cooperação e corporações associativas; qualificação profissional (segundo as exigências específicas do segmento de mercado de cada cooperativa); saúde no trabalho; trabalho e meio ambiente. 3) desenvolver entre os cooperados uma atitude de participação comunitária ativa, responsável e solidária em relação aos problemas sociais, e uma atitude ética em relação ao trabalho, à concorrência econômica, ao respeito ao consumidor e à preservação do meio ambiente.

Na *etapa de desincubação* a ITCP desliga-se gradativamente da cooperativa. A equipe altera suas rotinas a fim de reduzir o tempo de contato com a cooperativa e atende apenas a demandas emergenciais, priorizando um acompanhamento observador-crítico do andamento da cooperativa, de forma que sugira eventuais alterações ou consolidações em relação a rotinas e procedimentos de decisão. Ao mesmo tempo, equipe e cooperativa devem elaborar o Relatório Final da Incubação, com o registro e a avaliação de todo o processo.

Alterações posteriores na metodologia

A metodologia inicial foi alterada posteriormente, a partir da necessidade surgida com o projeto assinado com a FINEP, Rede de Tecnologia

Social, que previa a atuação com grupos de características diferentes dos anteriores. Esse projeto mostrou a necessidade de criar um grupo específico para atuar junto à incubadora Vale do Ribeira e equipes para trabalhar junto ao grupo de portadores de DST/AIDS e de profissionais do sexo, apoiadas por dois novos GEPES, o de comunicação & arte e o de gênero.

Formação dos monitores

Os monitores são formados por meio de um curso de extensão de 104 horas-aula ministrado pelos professores do Conselho Orientador da ITCP, por monitores dos GEPES e por docentes convidados. A seguir, figura o conteúdo do curso.

Módulo: Realidade Brasileira, Trabalho e Educação

Disciplina	Horas-aula
Apresentação da ITCP	4h
Educação popular	4h
Extensão universitária	4h
Planejamento e avaliação dos processos pedagógicos	4h
Encontro com cooperativas	8h
Análise da conjuntura, mundo do trabalho	4h

Módulo: Economia Política e Economia Solidária

Disciplina	Horas-aula
Economia política	4h
Economia solidária	4h
Formação econômica do Brasil	4h
Território nacional	4h
Empresas autogestionárias e Complexo de Mondragon	4h
Empresas e cooperativas: semelhanças e diferenças	4h
Ciência e tecnologia	4h
Legislação e tributação para o cooperativismo	4h
Avaliação	4h

Módulo: ITCP, Metodologia e GEPES

Disciplina	Horas-aula
Pesquisa-ação	8h
Gênero e trabalho	4h
Lazer e trabalho	4h
Saúde e trabalho	4h
Comunicação & arte	8h
Debates	8h
Avaliação	4h

Resultados obtidos e avaliação crítica da metodologia

Em 2005 a ITCP-UNICAMP efetuou um levantamento dos resultados obtidos com o Programa de Geração de Emprego e Renda da Prefeitura Municipal de Campinas (ITCP-UNICAMP, 2005). As questões a definir eram o perfil dos cooperados e os resultados do programa.

O perfil retrata claramente que os cooperados são pessoas em situação de exclusão social. Dois terços dos cooperados são mulheres, que em sua maioria chefiam a família e 55% identificam-se como de cor parda ou negra. Seu nível de escolaridade é baixo, a maioria fez no máximo o ensino fundamental (69%) ou nunca chegou a frequentar a escola (11%). Cerca de 60% dos cooperados informou uma renda familiar inferior a R\$ 500,00 e, entre esses, 22% vivem com menos de um salário mínimo. Em relação ao número de pessoas da família que tem carteira de trabalho assinada, 63% das famílias não têm nenhum parente com emprego formal, 19% têm uma pessoa com carteira assinada e somente 12% têm duas ou três pessoas em condições legalizadas de trabalho.

Os cooperados tiveram experiência anterior de trabalho em 93% dos casos e desses 85% já tiveram, pelo menos uma vez na vida, um trabalho com registro em carteira. A experiência dos cooperados em outras profissões é bem extensa. A maioria deles trabalhava com limpeza (23%), comércio (15%) e agricultura (9%). A baixa escolaridade dos cooperados parece ser

um fator que aumenta as dificuldades para a reinserção no mercado formal de trabalho.

No referente aos resultados obtidos, estes devem ser avaliados a partir de uma óptica ampla e não somente econômica. Ou seja, devem ser considerados aspectos relacionados com a melhoria da qualidade de vida, saúde, educação e motivação para o trabalho. Dos trabalhadores inseridos no programa, 77 % apontam preferir o trabalho atual na cooperativa aos trabalhos anteriores. Os principais motivos que levam os cooperados a gostarem de trabalhar nas cooperativas são os fatos de: não terem patrão (40%), ter uma nova alternativa de emprego (26%), trabalharem em grupo (17%) e terem uma melhoria na renda (17%). Isso mostra que o processo de autogestão utilizado nas cooperativas tem possibilitado um sentimento de liberdade, em que todos os indivíduos de forma coletiva têm os direitos e as responsabilidades de dar rumo ao seu próprio empreendimento, sem ter patrão. Observe-se que o aspecto melhoria de renda é valorizado em quarto lugar e que outras variáveis são consideradas mais relevantes. O reconhecimento pelo trabalho cooperado também tem tido sucesso dentro da família dos cooperados, pois 75% dos cooperados dizem que a família acha o trabalho na cooperativa bom ou muito bom.

Ao participar de uma cooperativa, o trabalhador adquire novas habilidades e conhecimentos que lhe permite um melhor desempenho na área técnica e nas questões administrativas. E isso é um importante fator motivador para que os cooperados retomem os estudos. Assim, 40% dos cooperados afirmaram que voltaram a estudar após a entrada na cooperativa.

A incubação é um processo amplo que vai além da geração de renda e desencadeia um processo de transformação pessoal e familiar. Nesse novo modo de trabalho, o trabalhador precisa transformar aspectos de sua vida particular e do cotidiano da cooperativa, na medida em que é dele que depende a gestão do empreendimento cooperativo e a manutenção do espírito de cooperação no ambiente de trabalho. Isso explica o fato de que 75% dos cooperados relataram que melhoraram seus conhecimentos como cidadão e que para 44% dos entrevistados o aspecto mais importante que aprendeu na cooperativa foi o trabalho em grupo.

De acordo com a pesquisa, a cooperativa possibilitou uma melhoria na qualidade de vida na família de 71% dos cooperados. Aponta que o fim

do desemprego, a melhoria da renda, o aumento na satisfação individual, a aquisição de novos conhecimentos foram os principais motivos para a melhoria.

A melhoria na qualidade de vida atingiu também aspectos ligados à saúde e à alimentação dos trabalhadores. Dos cooperados, 62% disseram ter melhorado os cuidados com a saúde (ir ao médico, parar de fumar e beber etc.) e 52% informaram melhoria com a alimentação, o que se explica em virtude da geração de renda, satisfação no trabalho, educação e acesso à informação.

Os resultados do processo de incubação são positivos. Há, porém, algumas ressalvas que devem ser feitas nos aspectos relacionados com a plena autonomia econômica dos empreendimentos.

Parte das cooperativas incubadas é de reciclagem. Essas cooperativas dependem do planejamento público municipal no referente à gestão dos resíduos sólidos. Assim, aspectos tais como disponibilidade de área, prédio, equipamentos utilizados, coleta dos resíduos são dependentes de decisões da própria prefeitura. A renda dos cooperados depende dessas decisões e da correta execução do planejamento público. Sua autonomia econômica é pequena e atuam mais como terceirizados do poder público para executar a triagem dos resíduos sólidos.

Outro conjunto de cooperativas tem maior autonomia para desenvolver suas atividades. São as cooperativas que desenvolvem atividades que as colocam em relação com o mercado: de artesanato, alimentação, agricultura, costura etc. Para essas cooperativas o tempo de incubação (18 meses) tem-se mostrado curto demais. A explicação disso se encontra no baixo perfil de escolaridade dos cooperados, se comparado com os pré-requisitos para o êxito desses empreendimentos, que são função de três elementos básicos:

- a) a democracia e o espírito de solidariedade presentes no grupo; b) a qualificação profissional, que repercute sobre o produto ou serviço oferecido; c) a capacidade de gestão, indicada pelo espírito e pela qualificação empreendedora do grupo ou de suas lideranças (aproveitamento de oportunidades de negócios, busca de diversificação, adequação ao mercado, planejamento estratégico etc.) (CRUZ, 2006, p. 165).

A qualificação profissional e a capacidade de gestão tendem a ser baixas, o que coloca limitações sérias no referente às respostas para os desafios da atuação no mercado. Tal como diz Cruz (2006, p. 238) ao caracterizar esses empreendimentos:

São empreendimentos cujo objetivo é a geração de renda para aqueles que deles participam e são fundados quase exclusivamente a partir de um único fator de produção disponível em quantidade e relativo em sua qualidade: o trabalho.

Se a qualidade do único fator de produção é relativa, é de se esperar dificuldades para atuar no mercado e obter certo grau de autonomia. Cruz (2006, p. 240) afirma, ao referir-se às condições de viabilização desses empreendimentos no mercado, que:

Sob este ponto de vista, as condições de viabilização das IESs não parecem diferir, em nada, das condições das pequenas empresas quando estas se confrontam com as grandes empresas ou, ao menos, com empresas ‘maiores’.

As dificuldades destes empreendimentos para negociar com empresas maiores são decorrentes de razões estruturais que determinam poder de barganha assimétrico e tendem a transferir a maior parcela do valor gerado para a parte com maior poder de negociação (PORTER, 1986), recriando assim as condições de exploração do trabalho. Não surpreende, assim, que estudiosos das condições de trabalho dentro das cooperativas relatem a precarização do trabalho e o fato de que os patrões na prática “continuam mandando” (REIS, 2007, p. 207). Porém, isto não significa uma piora das condições anteriores, pois tal como Reis relata, para os cooperados “o agora é melhor do que antes” (REIS, 2007, p. 207).

A obtenção de autonomia no mercado não decorre da formação de grupo associativo e da constituição de uma pessoa jurídica e sim da articulação de conhecimentos e redes para identificar e explorar uma determinada oportunidade. Uma ampla pesquisa realizada em 2002 na América Latina e Leste Asiático (KANTIS; ISHIDA; KOMORI, 2002) sobre as características dos empreendedores individuais mostrou o perfil dos empresários das novas empresas criadas ao longo da década de 1990. Em todos os países pesquisados, inclusive o Brasil, esses empresários possuem elevada escolaridade. No caso do Brasil, unicamente 9% não concluiu o ensino médio e 60% tem curso

universitário completo. O negócio tende a ser iniciado a partir da experiência de trabalho anterior, que é o local onde é observada a oportunidade e é madurada a idéia que dá origem ao novo empreendimento. O período de incubação da idéia até o surgimento da empresa leva três anos em média. Um fator muito importante para o sucesso da empresa é o acesso às redes de relações construídas ao longo da vida profissional.

Esses aspectos são tratados com detalhe em texto de Bacic, Baldeón e Almeida (2003), no qual é comparado o perfil desses empreendedores com o perfil dos cooperados. Há um diferencial muito significativo no que se refere à escolaridade, à qualidade da experiência profissional prévia e ao acesso às redes por parte dos novos empresários com relação aos cooperados. A sensível desvantagem dos cooperados mostra a necessidade de um tempo de incubação maior e de ações de apóio adicionais, no referente à construção das bases de viabilização do empreendimento.

Conclusão

Os resultados obtidos com a aplicação da metodologia de incubação da ITCP-UNICAMP são positivos, especialmente quando avaliados desde uma perspectiva ampla, que considera além dos aspectos econômicos aqueles relacionados com a educação, a saúde e a qualidade de vida.

No referente ao aspecto econômico, dadas as diferenças na escolaridade e no acesso às redes de relações, é necessário um tempo bem maior de incubação, no caso das cooperativas, que aquele inicialmente previsto de 18 meses. Pensar num tempo de, por exemplo, quatro anos parece ser necessário, de forma que permita a melhoria de qualidade do principal fator de produção disponível, que é o trabalho. Este tempo parece necessário para poder desenvolver melhor o *projeto de negócio* e a melhoria das condições relacionadas com o aumento do poder de barganha.

Um tempo maior de incubação não deve surpreender os críticos, pois a incubação deve ser vista como um processo que age positivamente sobre a qualidade de vida familiar, que cria culturas de trabalho coletivas, que melhora a inserção individual e familiar dentro da sociedade. Esse processo é basicamente educacional, razão pela qual lhe deve ser concedido um tempo extenso, pois se trata de uma atuação sobre um amplo conjunto

de variáveis, que precisam de tempo. E que podem produzir efeitos positivos, não unicamente sobre o cooperado mais sobre seus familiares e filhos, que passam a se beneficiar de novos valores e conceitos, tais como cidadania, ética do trabalho, autonomia e esforço para melhorar as próprias condições de vida e a dos colegas.

Cabe também lembrar que o poder público local pode facilitar a inserção desses empreendimentos no mercado, quando os reconhece como elementos necessários e integrados com os planos de desenvolvimento local e os articula com as políticas territoriais e com outros agentes locais. Essa é uma forma de alavancar as possibilidades do trabalho associado tal como lembrado por Campregher (2004). Ainda, segundo Pagan e Gomes (2005), o poder público municipal pode agir como facilitador dos agentes produtivos contribuindo com a identificação de oportunidades, provendo infra-estrutura, facilitando o acesso à tecnologia, facilitando a formação de cooperativas e associações e facilitando a organização dos agentes. A articulação das políticas e dos agentes pode facilitar o acesso ao mercado e a diminuição do tempo de incubação. Esta articulação deve ser realizada pelas distintas esferas do governo (federal, estadual e municipal), de forma a alavancar os resultados obtidos a partir da aplicação de diferentes programas.

Referências

BASIC, M.; BALDEÓN, N.; ALMEIDA, C. *Empreendedorismo x cooperativismo: um estudo de caso das cooperativas incubadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/Unicamp*. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 3., São Paulo, 2003. *Anais...* São Paulo: FECAP, 2003. Disponível em: <<http://www.itcp.unicamp.br>>. Acesso em: 29 out. 2007.

CAMPREGHER, G. Das novas possibilidades do trabalho coletivo. *Economia – Revista da Anpec*. v. 5, n. 1, p. 123-159, jun., 2004.

CRUZ, A. *A diferença da igualdade. A dinâmica da Economia Solidária em quatro cidades do Mercosul*. 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES – ITCP-UNICAMP. *Objetivos da Incubadora*. Campinas. 2001. Disponível em: <www.itcp.unicamp.br>

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES – ITCP-UNICAMP. *Projeto Campinas 2003-2004*. Convênio: Universidade Estadual de Campinas – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e Prefeitura Municipal de Campinas – Secretaria do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho. Campinas, nov., 2002.

_____. *Pesquisa sobre as cooperativas atendidas pelo Programa de Geração de Trabalho e Renda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Trabalho*. Campinas, 2005.

KANTIS, H.; ISHIDA M.; KOMORI, M. (Coords.) *Entrepreneurship in emerging economies: the creation and development of new firms in Latin America and East Asia*. Washington: Inter-American Development Bank, 2002.

PAGAN, C.; GOMES, E. A visão do poder público municipal na geração de trabalho e renda. In: FÓRUM PERMANENTE DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., Campinas, 2005. *Anais...* Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://www.cori.unicamp.br/foruns/extensao/foruns_extensao.php>. Acesso em: 1 nov. 2007.

PORTER, M. *Estratégia Competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

REIS, C. Não tem patrão, mais têm, porque eles continuam mandando: trabalhadores e cooperativas de trabalho no Maranhão. In: LIMA, J. (org). *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo: AnnaBlume, 2007.

SINGER, P. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. *Revista Proposta*, São Paulo, ano 26, n. 72, 1997.

El viaje continua... El punto cero fue superado... ¿dónde estamos, quiénes somos, con quién estamos, cómo somos hoy?

Maria José DABEZIES¹
Cecilia MATONTE
Diego MORENO
Anabel RIEIRO
Gerardo SARACHU
Cecilia SORIA
Milton TORRELLI

Onde estamos e para onde vamos não é tão importante. O mais importante é a travessia (ROSA, 2001).

Introducción

Efectivamente se trató de un viaje, que un conjunto de estudiantes² inició hace aproximadamente cinco años desde la Unidad de Estudios Cooperativos (UEC) de la Universidad de la República (UDELAR). Viaje hacia afuera de la Universidad, conociendo experiencias de otros universitarios en Brasil y otros contextos nacionales. Viaje hacia adentro de

¹ Los autores son integrantes de la Unidad de Estudios Cooperativos (UEC) de la Universidad de la República (UDELAR), Montevideo, Uruguay.

² Son varios los estudiantes que en diversos momentos aportaron a la creación de este programa, algunos de los cuales asumieron otras responsabilidades en la UEC u otros espacios universitarios. Asimismo, otros se han integrado al equipo docente de base que actualmente trabaja en el programa.

la Universidad, identificando espacios posibles y generando condiciones para ampliar los mismos, buscando aliados y definiendo una hoja de ruta. Viaje junto a trabajadores sin trabajo o precarios a la deriva, buscando crear colectivamente emprendimientos que puedan consolidarse y desarrollarse en el tiempo.

Trabajadoras y trabajadores con diversas formas de asociación entre ellos, que se preguntan: ¿Qué podemos hacer juntos para construir un espacio de trabajo viable y con sentido?, ¿Cuál puede ser el aporte de la Universidad en esos procesos?³ Aunque las respuestas a estas preguntas por momentos en el camino se nos alejan, hemos tratado de generar mecanismos que tanto a unos como a otros nos permitan, tal vez, no encontrar la mejor de las respuestas pero sí la siguiente pregunta. Hemos podido construir mecanismo que transforman las preguntas en objetivos de trabajo, que tanto los trabajadores como los universitarios abordamos conjuntamente.

Es por eso que el camino permanece incierto hacia adelante, desafiándonos permanentemente con nuevos obstáculos y nuevas posibilidades. Pero lo que es verdad es que el surco comenzó a trazarse y la historia nos juzgará, eso sí, por lo que hicimos. Donde la estrategia se basa: “en salirle a todo”, es decir, atacar en principio todas las demandas, lo que no podemos, lo derivamos. No sin ser conscientes de la difícil realidad que encontramos en ese ‘salirle a todo’ y las impotencias que nos genera no tener las condiciones para “abordarlas todas”.

El rumbo lo marca la apuesta a lograr emprendimientos autogestionarios y para eso la clave y la apuesta está en la capacidad de escuchar no solo a los trabajadores, sino también a los propios universitarios que convocamos, ya que cada uno rinde homenaje a la cultura de la que proviene. En el encuentro de estas culturas, la lucha de poder no esta ausente. Es así que Soria (2006, p. 2) realiza una clarificación inicial que es fundamental para comprender la incubadora como

[...] un proyecto académico y político que tiene importantes repercusiones

³Se trata de una ponencia presentada en Noviembre de 2006 en la Universidad Católica de Pelotas en el seminario organizado por la ITCP de dicha universidad, intenta recuperar el trabajo colectivo del equipo de trabajo de la INCOOP/UEC: Cecilia Matonte, Cecilia Soria, Maria José Dabezies, Diego Moreno, Milton Torrelli, Anabel Rieiro y quien escribe: A.S. Gerardo Sarachu.

sobre la naturaleza de la intervención. El carácter del vínculo entre los asesores y emprendedores, mediados por los conocimientos, tecnologías y códigos utilizados da cuenta en el orden de lo micro de las relaciones sociales que construimos, y en este caso, específicamente, en lo organizativo laboral.

Los objetivos replanteados, ahora provenientes del contacto con los protagonistas de este viaje, no han sido fácilmente abordados. Construir viabilidades tanto sociales como económicas, productivas, jurídicas, comunicacionales y por qué no artísticas tampoco lo es. He aquí lo que somos hoy.

¿Dónde se encontraba el Punto Cero? Marco conceptual de la propuesta

La Incubadora Universitaria de Cooperativas (INCOOP) es una iniciativa orientada al apoyo y promoción de emprendimientos de trabajo cooperativo, y a la vinculación de éstas con las actividades universitarias tradicionales (enseñanza, investigación y extensión)

El concepto que sostiene este planteo a la interna de la Universidad es el de la **Extensión Universitaria** y sus preceptos. Es decir que la Incubadora debe ser vista como un Programa de Integración Universitaria, que además permita la creación de organismos que lleven adelante iniciativas económicas aportando directamente en la generación de empleo y riqueza.

Parados sobre estos conceptos es que el programa ha ido construyendo diferentes estrategias interventivas y no metodologías rígidas y preestablecidas. Donde la idea fuerza se centra en la convicción de que la construcción colectiva tanto de conocimiento intra universitarios como el desarrollo de los emprendimientos, definitivamente se debe realizar en diálogo con todos los actores involucrados. Así estos sean del mundo académico como también trabajadores, miembros de la comunidad organizada, organizaciones cooperativas, etc.

Entonces la pregunta de: ¿por qué impulsar una incubadora de cooperativas? se hace urgente responderla, es así que entendemos en primer lugar, que es en los comienzos de estos emprendimientos cuando encontramos una mayor vulnerabilidad y por tanto el mayor riesgo de mortandad, por lo que se requieren aportes específicos.

Los trabajadores que optan por la cooperativización lo hacen mayoritariamente para crear o sostener su fuente de trabajo contando con la única alternativa, en buena parte de las situaciones de la exclusión social. Carecen, por lo tanto, de los recursos necesarios para hacer frente a los costos de formalización de la empresa o de la actividad productiva. Esto incluye la imposibilidad de obtener una mínima remuneración y formación de los emprendedores en los conocimientos necesarios para gestionar su novel empresa. La existencia de apoyo es condición para la viabilización de las cooperativas originadas en un contexto adverso.

Este punto por ende constituye uno de los criterios más fuertes de selección de los emprendimientos para ser incubados.

Por otra parte, en esta realidad se verifica la proliferación de iniciativas económicas asociativas escasamente competitivas, que en busca de solucionar inminentemente el problema del empleo para los emprendedores, desarrollan su proceso productivo precariamente y con mínima inversión en capacitación de recursos humanos y en tecnología, y devienen por tanto en extremadamente vulnerables y destinadas a perecer en el corto o mediano plazo. Es objetivo de este programa generar estrategias económicas-sociales- productivas- jurídicas viables ya que no se pretende generar economía de pobres para pobres donde la exclusión se perpetúe.

Metodología

La incubadora se entiende como una iniciativa político académica. Ambos componentes del programa se hallan indisolublemente ligados. En el mismo se verifican en un sentido, actos de transmisión de conocimientos y enriquecimiento conceptual de prácticas de producción. En otro, la práctica orienta y condiciona la producción de conocimiento y las metodologías para su democratización.

Dos ideas fuerza son delineadoras del sentido de la propuesta. Una tiene que ver con la construcción de una herramienta y actores que coadyuven al fortalecimiento del Bloque Popular y específicamente al Movimiento Cooperativo. La otra se proyecta a generar acciones de reversión del compromiso técnico científico con la acumulación de capital, consolidado con la división socio técnica del trabajo (unos piensan, otros ejecutan). Se

parte de la premisa de que uno de los ámbitos de transformación social hacia la contemplación de los intereses mayoritarios es el de la organización del trabajo. En esta, el sistema de dominación encuentra uno de sus tantos enclaves, a través de la jerarquización y los mecanismos de control de la fuerza de trabajo, en busca de su mayor rendimiento, fenómeno en el que desempeñan un papel protagónico técnicos y profesionales universitarios. Es por esta razón que consideramos relevante especificar, desde el punto de vista político, el sentido de los procesos de enseñanza aprendizaje que se busca propiciar entre todos los protagonistas, incubados en sentido estricto y docentes y estudiantes universitarios.

La apuesta al fortalecimiento de la propuesta cooperativa entre los sectores trabajadores y a la interna del ámbito académico parte de concebirla como una herramienta de transformación de la realidad y escuela de relaciones sociales alternativas desde una función fundante de la sociedad como es la producción de valor.

Se procura generar un dispositivo dirigido a satisfacer las múltiples necesidades de los grupos pre cooperativo o cooperativo en sus etapas iniciales. La eficiencia del mismo, caracterizado por posibilitar la sinergia y movilidad de recursos de diversa índole, estriba en la capacidad de poner al alcance de los emprendedores todos los medios necesarios para la consolidación de la cooperativa a través de intervenciones coordinadas, articulando aportes de diferente origen institucional y su mutua potenciación.

Donde los emprendimientos surgen a partir de vínculos interinstitucionales que corresponden a tres vertientes:

- ◆ Demandas provenientes de los distintos ámbitos que tienen la Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio de la Universidad proyectos de extensión, Casas y asentamientos universitarios);
- ◆ Demandas que provengan de organismos públicos (JUNAE, MTSS, MDS, Intendencias municipales);
- ◆ Demandas que provengan de instituciones representativas del sector cooperativo uruguayo y sindical.

El objetivo último de esta forma de construcción de la demanda es tratar de asegurar un “mínimo de viabilidad” por lo general debilitada en que se encuentran los emprendimientos asistidos. Este “mínimo de

viabilidad” pasa básicamente por intentar comprometer a la institución derivante ante la Universidad de la Republica y ante los emprendedores en por ejemplo: la viabilización de trámites burocráticos, realización de gestiones para obtener capital de giro, contratación de saberes no Universitarios y todo aquello que se entienda necesario para viabilizar el emprendimiento.

Luego de realizado el vinculo con la institución y acordados los términos de cooperación entre ambas, se toma contacto con el emprendimiento, procurando explicitar que los objetivos son contribuir a la consolidación y desarrollo de emprendimientos populares asociativos, democráticos, autogestionarios y solidarios, generar y difundir conocimiento, tecnología pertinente para los emprendimientos populares asociativos y solidarios y crear espacios de encuentro y de construcción colectiva entre la Universidad y los emprendimientos populares.

Mientras que desde el punto de vista legal, la incubadora proporciona un soporte jurídico para que los emprendimientos aún no formalizados puedan comenzar las actividades productivas y de comercialización que les permitan obtener los primeros recursos como producto de su trabajo en condiciones regulares.

Se destaca aquí la forma de abordaje de estos objetivos dejando claro que el contrato de incubación parte de un acuerdo entre todos los emprendedores y todos los integrantes del a INCOOP y es producto de espacios de negociación entre ambos colectivos procurando plasmar tanto derechos como obligaciones por parte de ambos.

Se entiende por lo tanto que debe existir por parte del colectivo un interés explícito en comprometerse con los objetivos de la incubación, es por eso que cumplida la etapa de explicitación del Programa se aguarda la convocatoria del colectivo emprendedor al colectivo de la INCOOP/UEC. Este tiempo de espera es entendido metodológicamente como un tiempo necesario para que los emprendedores puedan procesar libremente la adhesión a la forma de trabajo planteada lo que genera para el colectivo de la incubadora momentos de angustia y cuestionamientos a cerca de sí la claridad en la exposición del dispositivo fue la correcta, si se habrá comprendido la apuesta política que se realiza al proponer este tipo de metodologías, etc. Así también, si no existiera por parte del colectivo

emprendedor un explícito interés sobre la propuesta se entiende que no existen condiciones básicas de compromiso para ser incubados y se rechaza la postulación del emprendimiento. Se podría pensar que esta definición invalida y presiona a los emprendedores a tomar una decisión, pero lo que se intenta y luego de negociar con ellos la situación por la cual no demostraron interés es trabajar con emprendimientos que realmente apuesten a una superación de las limitaciones detectadas y manifestadas en el encuentro tanto con la institución derivante como también en la que se encuentran los dos colectivos por primera vez.

Si existiera la explicitación de interés a continuar con el proceso de incubación se le propone al colectivo emprendedor la realización de un diagnóstico participativo donde se forman grupos mixtos entre los emprendedores y los incubadores perfilados en las áreas de trabajo de la INCOOP/UEC (jurídica, relacional, económica-productiva y productiva). Es de este diagnóstico que se redacta y acuerda el plan de trabajo que constituirá la hoja de ruta de la etapa de incubación, que trata además cumplir una función de testigo del momento del acuerdo para en etapas posteriores ser evaluado y modificado.

Desarrollo de la incubación

Como dice el comienzo de este documento a cerca de *donde estamos y para donde vamos no es tan importante. Lo más importante de la travesía*, es que se le presenta a la incubadora y su novel equipo de docentes universitarios de las áreas económico- contable, social- relacional, jurídico, y productivo el desafío de las primeras experiencias de incubación concreta.

Es allí que se presentan las dos primeras experiencias a analizar y poner en práctica las estrategias metodológicas descritas anteriormente. Donde una de ellas corresponde a un emprendimiento de huerta de autoconsumo que se planteaba como objetivo la posibilidad de un emprendimiento agro-económico- productivo derivado por el Programa Integral de Asentamientos Irregulares (PIAI) y la cooperativa URUVEN, Cooperativa Uruguay-Venezuela. Siendo esta una empresa recuperadas por sus trabajadores vinculada al curtido de cueros. Esta cooperativa fue derivada por la Federación de Cooperativas de Producción del Uruguay y es en ella que se centrara este trabajo a continuación.

Caso URUVEN

Cuando se realizó el primer contacto con URUVEN, se pensaron algunas premisas metodológicas como: procurar un proceso de formación basados en coherencia con los principios cooperativos, buscando que la experiencia de enseñanza-aprendizaje desarrolle al mismo tiempo el enriquecimiento cultural de los participantes, la afectividad y la reflexión permanente sobre los valores que orientan la práctica. Además se previeron espacios interdisciplinarios de construcción teórico- metodológico, así como a la interna de las disciplinas actuantes, con eje en el emprendimiento específico, en problemáticas comunes a la experiencia y en el dispositivo de incubación en su totalidad. Pero es importante destacar que el trabajo se orientó según las exigencias de la realidad, conformándose equipos con perfiles específicos atendiendo a las características y problemáticas particulares del emprendimiento. Este hecho, así como el momento del proceso del grupo incubado, pauta la presencia de cada disciplina e intensidad de su intervención.

Luego de realizado el diagnóstico participativo implementado y desarrollado en equipos mixtos incubadores e incubados por áreas de trabajo del programa, se llegó a la siguiente descripción del problema que posteriormente se constituiría en el eje estructurante del acuerdo de trabajo:

En el área social – relacional se entiende necesario y surge la necesidad de comprender las raíces del proyecto, con su naturaleza doble entre historia de sumisión/ resistencia, con el fin de comprender el presente y la pretensión de cambiar el futuro. Es desde allí y luego de tres instancias de taller con los trabajadores que se concluye por parte del equipo universitario que existe en el emprendimiento una alta “deshistorización” por parte de los sujetos pertenecientes al emprendimiento. Por lo que rearmar una historia colectiva significa también devolver la palabra a personas que durante diez años han vivido “puertas adentro” dadas sus estrategias que los situaron “al borde de la legalidad”. En este sentido, el lenguaje y la captura de la memoria ayudarán también a canalizar una historia corporal de resistencia. Es desde allí que el plan de trabajo parte de la captura de los procesos de precarización provocados por el desempleo desde una perspectiva que no pierda de vista lo macro y los procesos económicos- políticos determinantes de la expulsión. En este sentido se enfatizará el conocer los propios errores no para

culpabilizar a los individuos sino para “abrir ventanas” al futuro, es decir generar la crítica prepositiva.

Partiendo de la transformación estructural que ha fragmentado nuestro entramado social durante las últimas décadas, se vuelve necesario pensar cómo ante el aumento vertiginoso de los asalariados precarios amenazados constantemente por la desocupación algunos trabajadores reaccionan agrupándose y luchando por mantener su derecho a participar en la esfera productiva.

Desde esta perspectiva, el trabajar ‘sin patrón’ no se enmarca en una búsqueda principista de lucha de la clase trabajadora frente al capital, sino que nace como el último manotazo de ahogado, para los que se sienten amenazados a ser expulsados del sistema (RIEIRO, 2006).

Desde aquí que se piensa *lo económico- productivo- contable* llegando al diagnóstico de estas áreas que se presentan por separado teniendo el área económica- contable un perfil más de análisis económico sectorial, coyuntural y portador de herramientas para la gestión administrativa del emprendimiento, por otro lado el área productiva se desarrolla desde lo relativo a la organización del trabajo, tecnológico y productivo.

El emprendimiento se encuentra en un estado crítico donde la intervención interdisciplinaria es acuciante y urgente ya que el proceso de desmantelamiento tanto de la fuerza productiva, como la motivación de los trabajadores, las inexistentes herramientas de gestión administrativa ponen en peligro la continuidad del proceso de consolidación de esta novel cooperativa desde todo punto de vista.

Por otro lado el mismo proceso de precarización lleva al límite de la legalidad y formalización a este tipo de emprendimientos que desde el diagnóstico del *área jurídica* implica un desafío sobre todo para trascender el rápido lugar de asesor letrado y enfocar más la tarea a un espacio de formación en derechos. Donde el énfasis está puesto en la construcción de herramientas organizativas tanto del trabajo como de la producción que torne al emprendimiento y la cultura de sus trabajadores en más solidarios, democráticos y participativos.

Algunas reflexiones que se podrían considerar resultados de esta etapa del viaje

Existen algunos temas transversales e integradores de la discusión del equipo incubador así como también por parte de los trabajadores. La organización del trabajo y para ellos tener en cuenta no solo variables de optimización de proceso o rendimientos económicos sino también lo relativo a la motivación, cultura institucional, subjetividades, comunicación, etc, son puntos centrales. También se vuelve necesario analizar los contextos institucionales tanto en lo relativo al emprendimiento así como también en lo que hace a la apuesta transformadora universitaria que implica la incubadora y evaluar el alcance.

Si partimos de la base que URUVEN no es un emprendimiento 'nuevo' sino que se trata de una curtiembre llamada Midobers instalada a mitad del siglo pasado, en un barrio industrial (Nuevo París) en un contexto nacional donde la apuesta era sobre un modelo de desarrollo basado en la sustitución de importaciones. Donde el emprendimiento llegó a generar más de 500 puestos de trabajos.

De esta manera se comienzan a estructurar relaciones sociales a la interna del emprendimiento, historias de luchas sindicales-patronales, tensiones nacionales que también explican la actual situación del emprendimiento. Tanto la acción de los actores y sujetos directamente involucrados como los cambios nacionales e internacionales llevan a un decaimiento sostenido del emprendimiento productivo, que deriva en la medida de "ocupación productiva" por parte de los trabajadores en 1997. Durante este período los trabajadores no son capaces de diseñar una reconstrucción productiva y un crecimiento autónomo y sostenido, sino que podríamos decir que viven bajo una estrategia de sobrevivencia, sin estrategias productivas de largo plazo, un día a día que se prolonga durante una década.

La crisis generalizada que atraviesa el país durante el 2002 no ayuda al alto desaliento y la decadencia de las condiciones materiales, laborales, sociales, y psicológicas.

Diez años después, a través del otorgamiento de un crédito por parte del gobierno de Venezuela destinada a comprar nueva maquinaria, se forma una cooperativa y el gobierno nacional (a través de la Intendencia de

Montevideo) decide realojarlos en un parque industrial donde pasarían a ser una piedra fundacional.

Esto vuelve vigente la discusión a cerca del desarrollo en general pero en particular tecnológico, e incluso científico que responden a elementos culturales, sociales e históricos. No es posible entonces desvincularlas de la subjetividad de los involucrados en su construcción. En ese sentido sería esperable encontrar diferencias entre la gestión de la tecnología y el desarrollo científico que se realiza en el espacio de las empresas capitalistas y en el de las cooperativas o unidades recuperadas por sus trabajadores. Es indiscutible la importancia de la ciencia y la tecnología en la generación de oportunidades y sobrevivencia de los emprendimientos de carácter económico. Sin embargo cabe preguntarse si las trayectorias de empresas con racionalidades diferentes no deberían tener características propias.

Donde además esto no solo tiene que ver con aspectos técnicos sino también con espacios de formación que ayuden a visualizar la problemática desde un lugar diferente no solo como el “técnico asesor” sino también como un profesional capaz de respetar los saberes adquiridos de la practica y unirlos a los adelantos tecnológicos **apropiados** que hoy en día son tan importantes para un buen rendimiento económico del proyecto. Por lo tanto entra allí la necesidad de reflexionar sobre la transformación de hábitos productivos, tendientes a consolidar un emprendimiento que no solo sea solidario para con sus integrantes procurando mejoras salariales, sino también con su entorno, construyendo oportunidades de mejora en su calidad de vida a través de construir formas productivas sustentables ambiental, económica y socialmente.

Por otro lado se cruza allí **cooperativismo de producción y nuevos modelos de organización del trabajo** que Philippe Zarifian (1993, p. 14) enmarca el cambio en los criterios sobre productividad en el pasaje del paradigma de producción en masa al paradigma de producción flexible motivado por la desaparición del crecimiento regular de la demanda.

Los autores apelan, en este contexto de incertidumbre, a un nuevo principio de gestión de los flujos de productos: *la flexibilidad dinámica*, para aquellos casos en los que la velocidad de respuesta a los cambios del mercado aparece en primer plano de importancia. La productividad en este escenario

depende del encuentro de dos procesos de aprendizaje, el de las transformaciones del entorno externo y el reaprendizaje permanente del medio interno de la empresa.

Este enfoque, según Zarifian (1993, p. 16) “relativiza el carácter objetivista de las definiciones tradicionales de la productividad, dejando un buen espacio a los *diálogos* necesarios para facilitar los dos procesos de aprendizaje, tanto el externo como el interno” .

A partir de estas consideraciones el autor (1993) plantea la relación existente entre la “nueva” productividad y:

- ◆ la cuestión del saber profesional
- ◆ la cuestión del saber social
- ◆ la de la actividad comunicacional

La aplicabilidad de estas conceptualizaciones a nuestro objeto de estudio deriva de la adopción de la siguiente premisa: la reconstitución de una organización y su gestión paralelamente a la lucha por la manutención o reconquista de los mercados de la empresa madre, a la vez que se operan reciclajes laborales y sociales en los trabajadores- gestores con recursos técnicos y financieros disminuidos, contiene todos los elementos de las situaciones aludidas por estos autores para las unidades productivas que consideran, en una expresión verdaderamente crítica.

En el caso de la cooperativa URUVEN por su carácter de espacio tradicional fabril recuperado por aquellos que ocupaban tareas solo de subordinación es necesario problematizarlo y repensarlo. Estos trabajadores deberán desarrollar destrezas no solo en lo relativo al funcionamiento y realización de la tarea realizada por años dentro de la fábrica sino también en lo que tiene que ver en la gestión del emprendimiento en su totalidad, agregando una dificultad extra que es lo que implica gestionar el doble rol que adquieren los integrantes. Doble rol que implica cierta manipulación en su utilización ya que cuando el colectivo marca las pautas de trabajo la reacción general es “yo soy socio, soy dueño, a mi no me puedes mandar porque yo soy patrón” y cuando las cosas no salen bien inmediatamente se recurre a “necesitamos alguien que nos mande”.

Recorramos los que propone Zarifian (1993) aplicándolo al caso que nos ocupa.

Rol del saber profesional:

Los requerimientos productivos -expone el autor (1993)- suponen la autonomía de obreros y técnicos asociada a procesos participativos. Esto da lugar a una nueva relación cognitiva: la generación de un conocimiento innovador a través de la representación del proceso productivo por simbolización. Aquí el poder del lenguaje adquiere relevancia y el conocimiento se independiza del dispositivo técnico de la producción, trascendiendo su función instrumental.

Para que esta nueva relación cognitiva se opere deben reunirse dos condiciones, una social, que el autor entiende decisiva. El conjunto de los trabajadores debe poder participar en la innovación, contradiciendo la división del trabajo entre concepción y ejecución. Y - por otra parte-, una condición cognitiva, es necesario que los trabajadores puedan desarrollar conocimientos en el ámbito de los principios tecnológicos (ZARIFIAN, 1993, p. 18).

Esto está asociado al acercamiento de los lenguajes técnico y obrero y a la utilización conjunta de los saberes que vehiculizan.

La optimización del sistema técnico de producción es una necesidad cuya satisfacción es clave para la viabilidad de los emprendimientos estudiados. El conocimiento y apropiación masivos del conocimiento relativo al proceso de producción se verifica particularmente en las cooperativas de producción de bienes. Cuando este paso no se realiza de la forma apropiada aparecen dificultades en la organización del trabajo que repercuten en las relaciones laborales y en la organización cooperativa propiamente dicha.

La situación crítica ambiental que enfrentó el colectivo de URUVEN se genera a partir de la coexistencia en el predio de la planta de varios emprendimientos productivos, en condiciones de informalidad. Situaciones heredada por los trabajadores en el proceso de ocupación productiva del establecimiento.

En el largo proceso de lucha y organización los trabajadores se han enfrentado paulatinamente a estas situaciones en la búsqueda de la mejora hacia la consolidación de la cooperativa URUVEN como emprendimiento productivo responsable.

Enfrentando al proyecto colectivo a riesgos no solo laborales sino también políticos tales como: **perdida de la confianza** reconstituida a partir de la formación de la cooperativa, **hipotecar todos los apoyos institucionales** que a partir de la reconstrucción de la confianza están apostando a la cooperativa, **hipotecar el proyecto** de la planta nueva y por ende el futuro de todos así como también al colectivo universitario involucrado en la incubación de este emprendimiento en lo que hace a que **hoy se es garante** de este procedimiento por ende responsable de lo que pase, se **hipoteca la** posibilidad de **una Universidad diferente** que forme sus profesionales en función de problemas.

Comprendido estos riesgos la siguiente tarea es afrontarlos y por sobre todo minimizarlos, evidentemente esto no es posible en tanto el planteo no sea de construcción colectiva de planes de contingencia, adaptaciones tecnológicas, intercambio de saberes entre los técnicos y los trabajadores. Hoy se puede decir que esta meta fue cumplida ya que se logro realizar obras de infraestructura diseñadas y desarrolladas por un equipo mixto, se logro el abordaje de la seguridad personal ante las operaciones de riesgo mediante la adquisición de materiales de protección, así como también de una instancia de sensibilización para todos los integrantes del emprendimiento.

La situación de informalidad en cuanto a los registros contables y la inexistencia de herramientas de gestión administrativa fue otra de las aristas abordadas colectivamente por integrantes de ambos colectivos. Aquí el énfasis no estuvo únicamente puesto en la implementación de estas herramientas, sino que, estuvo en crear un espacio de enseñanza aprendizaje donde los trabajadores pudieran incorporar las destrezas necesarias para llevarlos a cabo. Como punto de partida fue necesario realizar una “alfabetización informática” que rápidamente pudiera dar lugar a la construcción de un sistema de registro de información contable, necesaria para la toma de decisiones estratégicas de la empresa. Nuevamente aparece aquí la urgencia de rápidamente construir un espacio de dialogo horizontal para poder abordar la crisis que produce lo desconocido ya que para los que tuvieron que realizar esta tarea tanto trabajadores como universitarios esto constituyo el primer desafío a encarar.

Visto esto es necesario según Zarifian (1993) pensar en el rol del saber social.

Se trata de un saber que proporcione una “inteligencia de la dinámica de las relaciones sociales” (ZARIFIAN, 1993, p. 20) y se relaciona con la productividad de dos formas.

Constituye un fondo de referencias comunes, un recurso compartido por los actores de la producción, a los que proporciona una base indispensable para su comunicación (incluso siendo conflictiva) [...] Por otra parte, este saber es el espacio donde puede ser discutida la propia utilidad de las producciones. (ZARIFIAN, 1993, p. 20-21).

Es posible visualizar la importancia de este “saber social” en la gestación de un emprendimiento autogestionario a partir de una empresa quebrada. De hecho, la constitución o mejor dicho, *reconstitución* colectiva de significados en lo laboral, lo organizativo, lo vincular, es el primer hecho que se presenta, luego de que aparece en escena la posibilidad de una cooperativa y está asociado al aprendizaje cuya intensidad recalcan los protagonistas de estas situaciones como componente fundamental del proceso de constitución y consolidación del emprendimiento.

Aquí se podría decir que el trabajo en URUVEN aporta en varios sentidos al redimensionamiento de este “rol social del saber” por un lado en las lógicas de cultura organizacional donde existían trabajadores que luego del quiebre de la empresa y luego de diez años de ocupación por parte de ellos mismos, continuaban realizando la misma rutina que desde entonces.

Esto es, llegaban a la fábrica y se disponían a ocupar el mismo puesto de trabajo de antaño, donde solo y a esta altura quedaban “ellos” es como si hubieran creado pequeñas “islas de resistencia” siendo testigos plenos tanto de la decadencia de la fábrica como de sus propias motivaciones, intereses y saberes. Por otro lado parte del colectivo vinculado a tareas relativa a luchas sindicales permanecían luchando por condiciones más dignas de trabajo para sus compañeros.

Es necesario entonces pensar como estas aristas constituyen una cultura institucional que ante el impulso externo (prestamos de Venezuela) se para, adapta y reconstruye su proyecto a partir del rol social de su saber. ¿Cómo se organizarán para afrontar las dificultades de un mundo cada vez

más inhóspito para este tipo de emprendimientos autogestionarios y colectivos, como motivaran a sus propios compañeros para la recalificación laboral cuando la tecnología utilizada en el mundo pasó de lo mecánico a lo digital y ellos se encuentran en la época de lo manual? Son todas preguntas sin respuesta únicas, eh aquí la motivación para el equipo de la incubadora.

Por otro lado en lo que hace a la actividad comunicacional Zarifian maneja respecto a este tópico la siguiente hipótesis: “[...] la capacidad de definir el campo de un acuerdo y de negociar su contenido es un requisito esencial a la calidad de la cooperación entre los actores y, por lo tanto, a la calidad de la combinación de sus saberes” (1993, p. 22).

Agrega que “la productividad por simbolización se mide por la capacidad de hacer efectivo un proyecto intersubjetivamente engendrado y asocia el progreso de este género de productividad a los progresos en la calidad de las individualidades de los trabajadores.” (ZARIFIAN, 1993, p. 22) Define dicha calidad como “las facultades a autoaprehensión y de autocontrol de sus campos de acción (que integran conocimientos, comprensiones, pero también dominio de las circunstancias de la acción social y de la acción individual)”. (ZARIFIAN, 1993, p. 22).

Concluye el autor que los progresos en las direcciones expuestas sólo son posibles en un marco institucional que legitime en el ámbito de las relaciones sociales los espacios de la actividad comunicacional.

El problema de la comunicación dentro de organizaciones que intentan ser autogestionarias es central, esto basado en la democratización de la información, descentralización de los espacios de poder y fortalecimientos de los órganos vertebrantes del emprendimiento. En este sentido el colectivo URUVEN se encontraba en una situación de adhesión a la forma cooperativa de baja intensidad.

Quiere decir que el proceso de consolidación de la figura no era tal, ya que hace relativamente poco tiempo que se instaura y la lógica de trabajador dependiente sigue presente aún luego de los diez años de ocupación. Por lo que la comunicación, información y socialización de diferentes aristas de la construcción de un nuevo proyecto por parte de todos los miembros del emprendimiento son puntos neurálgicos a trabajar.

Es por eso que conjuntamente con los trabajadores se constituyó un espacio de coordinadores con el fin de poder articular, sistematizar y mejorar la producción. La necesidad de descentralizar el poder de la comisión directiva, la necesidad de transparentar aspectos económicos y la urgencia de tomar decisiones orientadoras en cuanto a lo productivo llevaron a que este espacio se constituyera en un lugar político de conducción intermedia entre aquellos que no participan activamente del proyecto político y los que tienen la responsabilidad política de conducción.

Allí también surgió la urgencia de crear una herramienta de socialización de la información y de las diferentes actividades de la cooperativa, surge pues “un granito de arena”. Esta herramienta escrita, trata de ponerle voz a aquellas informaciones necesarias para poder colectivizar la toma de decisiones, para compartir las alegrías y las tristezas de aquellos que hacen del emprendimiento todo los días.

Conocer, profundizar y apropiarse del estatuto que rige la cooperativa para luego poder crear un reglamento interno que recoja acuerdos, derechos y obligaciones de los miembros del emprendimiento desde el punto de vista del Derecho es importante pero también lo es, desde el punto de vista cultural, productivo, social y económico por lo que la tarea debe estar basada y apoyada en la construcción de un emprendimiento conducido y producido por todos. Es allí donde la formación como cuestión política y no instrumentalista en el Derecho conforma la apuesta de la incubadora en todas sus facetas.

Es importante entonces concluir en que no han sido pocos los aprendizajes para ambos colectivos tanto universitario como trabajador que en estos siete meses de trabajo juntos hemos tenido.

No han sido pocas las discusiones, diferencias, angustias, certezas, alegrías que hemos tenido también en este camino que hemos emprendido.

Conclusiones

El esfuerzo de procurar alcanzar un nivel de conclusión ante esta experiencia primera de incubación estará centrado en dos aspectos fundamentales, uno en tanto y en cuanto esta experiencia significa un desafío interdisciplinario de puesta en diálogo de disciplinas con marcos teóricos y

metodológicos propios con la complejidad que significa la disposición generosa por parte de los trabajadores para compartir, modificar y sobrepasar sus saberes con los nuestros.

Por otro lado nos centraremos en el esfuerzo adaptativo socio-técnico que la elección de este emprendimiento nos implicó. Allí trataremos de problematizar a cerca del concepto de adecuación socio-técnica (AST) desarrollado por Novaes y Dagnino (2004). El concepto de Adecuación Socio-Técnica se entiende como un proceso inverso al de construcción socio-técnica, según el cual un artefacto tecnológico sufriría un proceso de adaptación a los valores y los intereses políticos de grupos sociales relevantes diferentes de aquellos que participaron originalmente en su construcción.

En la investigación empírica titulada: *¿Más allá de la apropiación de los medios de producción? El proceso de Adecuación Socio-Técnica en fábricas recuperadas*, se observa que a pesar de estar insertas en el sistema de producción de mercancías y tendiendo a reproducir las relaciones de trabajo heredadas, promovieron procesos de AST en diferentes ámbitos (NOVAES, 2005), por lo que trataremos de analizar a la luz de estos conceptos el caso que nos ocupa.

Los cambios de naturaleza cultural relacionados a la distribución del excedente (es decir, retiros más cercanos o igualitarios) en el caso de URUVEN se complejiza dada la relación de façon con el cliente que marca el ritmo de distribución del salario, regulando los niveles de producción. Hay adaptación parcial de la fábrica a los intereses de los obreros, apropiación del conocimiento del proceso productivo sin la modificación de la división del trabajo.

Es imperiosa la pregunta ante el caso de desmantelamiento no solo tecnológico, productivo sino social del emprendimiento y su colectivo ¿a que intereses de los obreros se adapta la fabrica?; la apropiación de los conocimientos del proceso productivo sin modificación de la división del trabajo no genera comportamientos conservadores y comprometen así la posibilidad de generar un emprendimiento “nuevo” oponiéndose a cualquier iniciativa de cambio? ¿Para generar emprendimientos autogestionarios a parte de los factores económicos, productivos no es necesario contar con una actitud preactiva por parte de sus protagonistas?. Entonces, ¿la adecuación hasta donde no es una estrategia de resistencia y permanencia en la precariedad?

La clave por ahora se entiende en la posibilidad de trascender la etapa de adecuación y a través de ella construir espacio de discusión política a cerca de lo político- productivo, que hay detrás de cada modelo de desarrollo, motivar y fortalecer a aquellos que asumen una actitud de transformación, partiendo de la adaptación y poner en dialogo los saberes técnicos, científicos y populares.

a) La apropiación del conocimiento del proceso productivo con la modificación de la división del trabajo.

Para esto es necesario pensar en profundizar los espacios de democratización de la información, motivar a la búsqueda y conocimiento de nuevas formas productivas distintas a las pautadas cuando “existía el patrón”. La modificación de la división del trabajo en un emprendimiento autogestionario no es sencilla, por ende en URUVEN tampoco, pero es absolutamente necesario cuestionarse en este punto la diferencia entre autoridad y autoritarismo ya que para apropiarse del proceso productivo y modificar la división del trabajo es necesario organizarse y dada la cultura organizacional de estos trabajadores el peligro siempre latente se centra en quien ejerce o asume el liderazgo de mando en la organización.

Por otro lado nos encontramos ante el desafío que implica apropiarse de un conocimiento que presenta dificultades para estos trabajadores en cuanto a carencias de lecto-escritura, surgiendo la pregunta: ¿el que se apropia del conocimiento porque ha podido desarrollar mejores destrezas, que hará con él?, ¿es valido apropiarse de los conocimientos y que la modificación de la división del trabajo sea que todos hacemos todos, generando ineficiencias ecológicas, sociales, económicas?

Para este equipo de Incubadora estas son preguntas frecuentes de análisis ante la intervención en URUVEN, no teniendo aun respuestas para ellas.

b) adquisición de maquinarias, adaptaciones y repotenciación.

En cuanto a la adquisición de maquinaria, es valido reconocer que para realizar esta etapa la necesidad de capital de inversión es una limitante real. No obstante y en el caso de análisis esta restricción no existe ya que el

gobierno de Venezuela les otorgo un préstamo para que pudieran invertir en maquinaria. Pero, ¿qué maquinaria se compra, la que hace diez años utilizaban?, ¿esto no genera un rezago tecnológico, invirtiendo en tecnología de segunda mano?, ¿la tecnología de segunda mano, no implica un rezago, no implica una inversión menor en el corto plazo pero que al largo plazo genera un aumento en los costos de mantenimiento?, ¿donde queda la utilización de tecnologías de producción más limpias, que permitan solidariamente trabajar y producir sin hipotecar el pasivo ambiental? ¿Hasta donde la adquisición de nuevas tecnologías genera conflictos ante lo no conocido, porque es necesario para implementar nuevas practicas productivas, modificar hábitos, recalificarse, etc.?

En una palabra, no basta con “medias tintas” en este punto o los trabajadores son protagonistas únicos en lo relativo a la elección tecnológica o continúan generando dependencia, bien de los ingenieros o bien de sus propios compañeros “más ágiles” para reestructurarse, ya que el objetivo de producción autogestionaría en manos de los que algún día dependió de un capital y sus lacayos es estratégico político.

Tampoco aquí la Incubadora cuenta con certezas ya que por su naturaleza universitaria apuesta firmemente a la construcción colectiva de nuevas formas de democratización de los espacios y su esfuerzo se centra en apoyar al colectivo para que en estos tópicos pueda informarse, discutir y resolver. Queda sujeto a las discusiones precedentes lo relativo a la adaptación y repotenciación.

No obstante estos autores (NOVAES; DAGNINO, 2004) proponen en sus observaciones que aunque las fabricas recuperadas hayan promovido procesos incluidos en las siete modalidades de AST propuestas en la metodología desarrollada en la investigación, parecen enfrentar obstáculos debidos a: a) la naturalización de la organización del proceso de trabajo por los cooperados, b) el fetiche de la tecnología que supone que la última tecnología siempre es la mejor e ignora el carácter relacional de la tecnología, y c) al tiempo necesario para una transformación significativa de las fuerzas productivas y de la manera de distribución del excedente.

Es por eso necesario problematizar aún más sobre las facetas que adquieren estas dimensiones ya que estamos ante la propuesta basada en la transformación profunda de una lógica racional de producción, donde para

desnaturalizar las formas de organización del trabajo subordinado no alcanza con democratizar la toma de decisiones, fortalecer los órganos institucionales de la cooperativa sino que implica desafiar la cultura de los trabajadores y técnicos involucrados, significa relativizar lo que los autores denominan el “fetiche tecnológico”.

La forma de distribución de las ganancias es uno de los posibles indicadores de transformación. Tal vez sea necesario en pensar en una distribución centrada en las necesidades de cada uno de los protagonistas y relativo al esfuerzo realizado por la obtención de un bienestar superior del colectivo.

Es que así cobra significado lo planteado a cerca de la dimensión tecnológica de estos emprendimientos expresado por Novaes (2005) cuando dice que a partir de la idea de Fetichismo de la tecnología, argumentamos que los artefactos tecnológicos que nos parecen en el día a día neutros, intrínsecamente buenos, producidos tan solamente para resolver problemas prácticos, contienen relaciones sociales históricamente determinadas. De la misma forma que la mercadería encuentra una relación de clases de una época histórica determinadas, la tecnología es entendida como un medio para conseguir el fin, como ciencia aplicada en equipamientos para aumentar la eficiencia en la producción de bienes y servicios.

A nuestra forma de ver, la visión de que la tecnológica avanza, siendo la última tecnología siempre la mejor, esta impregnada en las mentes de los trabajadores de las Fabricas recuperadas tanto en cuando los trabajadores de empresas convencionales también. No se percibe, el carácter relación de la tecnología, en lo que se entiende como el fetichismo (NOVAES; DAGNINO, 2004). Por otro lado plantean que en lo que se refiere a los procesos de trabajo, verificamos dos casos: en aquellas fabricas donde existen ingenieros y lideres de sección, todavía se constata una dependencia estructural de los trabajadores en relación a los primero, por más que los cooperados no lo reconozcan. Los cambios pueden ocurrir si los trabajadores de la fabrica crean mecanismos de contra-poder, pues sabemos que los lideres e ingenieros fueron todos formados para mantener las antiguas relaciones de dominación (NOVAES; DAGNINO, 2004).

Es aquí que la dimensión de espacios de intercambio cultural, disposición al dialogo horizontal, formación política, y capacidad de rescindir

antiguas posturas tanto del grupo de los trabajadores como de los técnicos para construir espacios comunes de encuentro de saberes es uno de los objetivos de la INCOOP/UEC.

Esta dimensión de la interdisciplinariedad donde se ponen en juego no solo marcos teóricos referenciales de las disciplinas intervinientes en el proceso sino también historias personales vinculadas a diferentes procedencias como pueden ser los espacios de militancia sindical, es una elección política, más allá que académica. Percibirnos el conjunto de los profesionales que actuamos en la incubadora como trabajadores al igual que quienes desarrollan sus tareas en una fábrica es el lugar de encuentro, tal vez la única diferencia que tengamos sea el saber hacer.

En el entendido de que la polarización no se centra solo en quien ejerce el poder sino como. Es sabido que aquellos que con el único objetivo de cambiar de lugar en la fila y antes estaban atrás hoy dan un paso adelante pero siguen perpetuando relaciones sociales de dominación se vulva urgente la humanización de la discusión y el ejercicio permanente de acercar el racionalismo al sentimiento.

Es en ese esfuerzo que Aldous Huxley (1964, p. 15) plantea:

El mundo al que se refiere la literatura es el mundo en que los hombres son engendrados, en el que viven y en el que, al fin, mueren; el mundo en el que aman y odian, en el que triunfan o se les humilla, en el que se desesperan o dan vuelos a sus esperanzas; el mundo de las penas y las alegrías, de la locura y del sentido común, de la estupidez, la hipocresía y la sabiduría; el mundo de toda suerte de presión social y de pulsión individual, de la discordia entre la pasión y la razón, del instinto y la de las convenciones, del lenguaje común y de los sentimientos y sensaciones para los que no tenemos palabras.

La ciencia, por el contrario no se ocupa de los contenidos del mundo de la vida de los grupos sociales y de los sujetos socializados construidos en esos términos perspectivistas, centrados en el yo, y preinterpretado en las categorías del lenguaje ordinario.

El químico, el físico, el fisiólogo son habitantes de un mundo radicalmente diverso – no del mundo de los fenómenos dados, sino de un mundo de estructuras averiguadas y extremadamente sutiles; no del mundo experimental de los fenómenos únicos y de las propiedades múltiples, sino del mundo de las regularidades cuantificadas. (HUXLEY, 1964, p. 15).

Tal vez entonces a este colectivo se le interponga el objetivo de lograr como dice Huxley la creación de espacios que permitan las condiciones para que se forme:

[...] un poeta que nos diga como hay que glosar poéticamente las oscurecidas palabras de la tradición y las demasiado exactas de las ciencias, para poder poner en concordancia nuestras vivencias privadas y no compartibles con nadie, con las hipótesis científicas con que esas vivencias son explicadas. (HUXLEY, 1964, p. 15).

La especie humana se ve así desafiada por las consecuencias socioculturales no planificadas del progreso técnico mismo, no solo a conjurar como ya lo ha hecho su destino social, sino también a aprender a dominarlo. Pero a este desafío de la técnica no podemos hacerle frente únicamente con la técnica. Lo que hay que hacer, más bien, es poner en marcha una discusión políticamente eficaz que logre poner en relación de forma racionalmente vinculante el potencial social del saber y poder técnicamente con nuestro saber y querer prácticos (HABERMANS, 1986, 129).

Referencias

- HABERMAS, J. *Ciencia y Técnica como «ideología»*. Montevideo: Tecnos, 1986.
- HUXLEY, A. *Literatura y ciencia*. Barcelona: Edhasa, 1964.
- NOVAES, H. T. *Para além da apropriação dos meios de produção? o processo de Adequação Socio-Técnica em fábricas recuperadas*. 2005. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- NOVAES, H; DAGNINO, R. Mapeando mudanças em empresas recuperadas sob a ótica do conceito de adequação socio-técnica. In: ENCONTRO DE ECONOMÍA SOLIDARIA, 2., 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2004.
- RIEIRO, A. *Recuperando el trabajo en economías dependientes: Uruguay un modelo de desarrollo por armar*. Documento interno de trabajo. Montevideo: UDELAR; Unidad de Estudios Cooperativos, 2006.
- ROSA, G. *Em memória de João Guimarães Rosa (póstumo)*. Rio de Janeiro: Editorial Nova Fronteira, 2001.
- SORIA, C. Propuesta para coordinación de campo concurso Gº 2 de la INCOOP/UEC. Montevideo: UDELAR, 2006.
- ZARIFIAN, P. *Quels modèles d'organisation pour l'industrie europeenne?* Paris: L'Harmattan, 1993.
- ZARIFIAN, P. *Modelo de organización y performanse en la firma industrial moderna*. Montevideo: Editorial Universitaria, 1994.

El balance social como herramienta de transformación en la gestión de las cooperativas - El caso de la cooperativa eléctrica de Concordia

Fabián Gustavo TISOCCO.¹
Emilio Argentino SOTO²

Introducción

El presente trabajo intenta introducir la temática de la gestión socialmente responsable de las organizaciones de la economía social o solidaria y su evaluación a través del balance social, resaltando la necesidad de conocer y destacar la importancia de la herramienta, las particularidades de su implementación y haciendo fuerte hincapié en la trascendencia del balance social como instrumento de transformación y cambio fundamentalmente en las empresas cooperativas, en la búsqueda del difícil equilibrio entre una gestión económicamente viable y socialmente responsable de acuerdo a los principios guías del movimiento cooperativo.

Nuestro aporte pretende resumir muy brevemente la experiencia que desde la Cooperativa Eléctrica de Concordia hemos venido acumulando en los últimos años en la implementación de esta valiosa herramienta de gestión que es el Balance Social Cooperativo.

¹ Docente de la Facultad de Ciencias de la Administración de la Universidad Nacional de Entre Ríos, Concordia, Entre Ríos, Argentina.

² Miembro del Equipo de RSE y Balance Social de la Cooperativa Eléctrica y Otros Servicios de Concordia Ltda.

El trabajo pretende también, transmitir la inquietud y motivación para la realización del balance social en las cooperativas de electricidad y en las de servicios públicos en general (si es que aún no lo llevan a cabo) compartiendo tanto la experiencia práctica alcanzada en el desarrollo y puesta en marcha de los sucesivos balances sociales, como el producido de nuestras investigaciones y estudios teóricos realizados en torno a la responsabilidad social empresaria y su evaluación.

La vinculación existente entre la temática del balance social y la responsabilidad social empresaria (RSE) y su aplicación a las empresas del ámbito cooperativo ha sido sin dudas un aspecto relegado, que al momento creemos, se impone como una asignatura pendiente para el movimiento cooperativo en general y como un desafío para la gestión de cada cooperativa en particular.

Las empresas capitalistas le están dando un impulso muy importante a la temática, tanto que hasta pareciera que estamos frente a cuestiones nuevas. Sin embargo, las cuestiones sociales no son nuevas para el cooperativismo porque forman parte como decíamos, de sus principios rectores.

La responsabilidad social empresaria en las empresas capitalistas y en el mundo cooperativo

Como mencionábamos en la introducción, creemos fundamental estudiar y analizar la responsabilidad social en las empresas cooperativas cuestionando la idea o preconcepción de que por el sólo hecho de ser una cooperativa se contará con una gestión social responsable y también con el objetivo de recuperar el espacio que ha ido, eventualmente, abandonando o dejando en la indiferencia el cooperativismo.

El avance de las empresas capitalistas en la RSE y en los instrumentos de evaluación es abrumador. Se habla por todas partes de RSE como una nueva forma de gestionar las organizaciones, como una moda incluso. Aunque según Bernardo Kliksberg (2006, p. 2),³ “[...] la RSE es lo opuesto

³ Profesor Honorario, Profesor Emérito y Doctor Honoris Causa de diversas Universidades del Continente y asesor de más de 30 países en alta gestión, además de organizaciones como ONU, BID, UNESCO, UNICEF, OIT, OEA y OPS. Autor de más de 40 libros y centenares de artículos técnicos utilizados internacionalmente e Director de la Cátedra de Gerencia Social Para el Desarrollo Humano en la Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires.

de una moda. Es parte de un proceso de evolución de la concepción misma de la empresa privada en las últimas décadas.”

Definida como *la visión de los negocios que incorpora el respeto a los valores éticos, las personas, las comunidades y el medio ambiente*, la responsabilidad social en las empresas se ha impuesto en muchos países como una especie de bandera de las grandes firmas internacionales, del buen accionar, de la gestión solidaria y de la mirada hacia la comunidad. Y algunas empresas comienzan a comunicar todas las buenas acciones que desarrollan, de manera tal de coordinar funcionalmente la acción social con algo de marketing social.

Leonardo Schvarstein (2003) menciona una diferenciación que creemos importante tener en cuenta; la responsabilidad social *exigible* o *legal u obligatoria*, que abarca aquellas acciones enmarcadas en el simple cumplimiento de una norma, y la responsabilidad social *interna*, que incorpora el verdadero deseo y voluntad de una organización por colaborar, ayudar o actuar de determinada manera, sin obligaciones ni imposiciones. En esta línea, Schvarstein (2003, p. 2) expresa que “[...] una organización es socialmente responsable cuando instituye un conjunto de prácticas obligatorias y voluntarias orientadas a promover la satisfacción de las necesidades sociales de sus integrantes y las de los miembros de su comunidad”.

En el ámbito de las empresas de la economía social y en particular en el cooperativismo, creemos que existe una brecha importante entre nuestros principios y nuestras acciones, entre el decir y el hacer. La urgencia en la necesidad de implementar esta temática se relaciona entonces con dos aspectos fundamentales: la recuperación o profundización de la identidad cooperativa y el desarrollo de una herramienta que nos conduzca a una mayor *excelencia en la gestión y en consecuencia en la prestación de servicios de calidad para los asociados*.

Kliksberg (2005) decía que las empresas capitalistas llegan a la RSE por evolución, aunque **nosotros agregamos también por presión y por necesidad**.

Cabe destacar que dentro del movimiento cooperativo y esencialmente en el cooperativismo de servicios públicos en Argentina, la FACE ha marcado un camino en estos últimos años dando un privilegio más que destacado a la temática, tal es así que se ha establecido como emblema de este XIII Congreso.

El cooperativismo, por mandato de su propia naturaleza, no se imagina a las cooperativas sin respetar las leyes, sus empleados, sus comunidades y su ambiente, independientemente que, por razones extras les resulte imposible en algún momento el cumplimiento estricto. Pero hay un principio (compromiso con la comunidad) que nos lleva naturalmente a ello, nos lleva naturalmente a la Responsabilidad Social.

La identidad cooperativa y los principios como ejes de la evaluación de la Responsabilidad Social Empresaria (cooperativa)

La recuperación y profundización de nuestra identidad junto a la eficiencia en la gestión social y económica son aspectos necesarios para que nuestra presencia en la sociedad manifieste la diferencia cualitativa del cooperativismo como fuerza transformadora hacia una mejor calidad de vida. En este marco el balance social se erige como un instrumento de evaluación y gestión que posibilita la consecución de estos objetivos puesto que el modelo que sugiere la ACI (Alianza Cooperativa Internacional) se basa justamente en los siete principios cooperativos y los establece como estándares en base a los cuales determinaremos qué tan alineado con los mismos está la gestión de la cooperativa.

La *identidad* es lo que mantiene a una organización dentro de los límites de su propia esencia y en el caso de las organizaciones cooperativas, la constitución de su identidad está dada por la manera en que se concretan los principios y valores cooperativos a partir de sus actividades específicas. Como dice Marcelo Gallo:

[...] quienes trabajan –en cooperativas- necesitan tener la educación, en principios y valores cooperativos de forma que adquieran conciencia que están al servicio de una entidad solidaria y que los objetivos no deben conseguirse de cualquier manera sino respetando los procedimientos cooperativos. (BRAGULAT; GALLO, 2006, p. 37).

No se debe confundir el éxito en la gestión con la identidad cooperativa; podemos alcanzar un equilibrio económico financiero pero no necesariamente se está respetando y profundizando la identidad cooperativa.

En este sentido la Alianza Cooperativa Internacional sostiene: “Las cooperativas deben demostrar con su quehacer diario las razones de su existencia como forma especial de asociación de personas con un objetivo común. Y eso obliga a gestionar adecuadamente todas sus dimensiones, no únicamente las económicas” (ALIANZA COOPERATIVA INTERNACIONAL AMÉRICAS, 2001).

Por eso es importante no perder de vista la necesidad de contar con el mayor número de *cooperativistas* en la administración de nuestras entidades. No es sano el cooperativismo sin cooperativistas.

En parte deberíamos estar agradecidos a este movimiento que se viene gestando a nivel mundial desde los ámbitos de las empresas con fines de lucro, ya que de alguna manera, esto ha llevado - quizás por reacción - a mirarnos y a retomar caminos que nunca debieron abandonarse.

El Balance Social Cooperativo

Es notable que hasta el momento no hayamos evaluado científicamente los resultados sociales de nuestra propia actividad en el ámbito cooperativo. Sabemos que nuestras actividades se orientan a objetivos solidarios; realizamos nuestras acciones y desarrollamos proyectos en pos de esos objetivos, administramos nuestras cooperativas de la mejor manera que podemos, con mayor o menor grado de eficiencia, pero con un sentido social que subyace en todas las acciones, bajo ese marco general que señalan los valores y principios del movimiento que comentábamos en los párrafos anteriores.

En el ámbito cooperativo el instrumento de medición de estas actividades o acciones sociales es el denominado Balance Social Cooperativo. Gerardo Martínez y Alberto Bialakowsky sostenían en su libro, editado en el año 1984 (p. 34), que el Balance social cooperativo

[...] consiste básicamente en reunir, sistematizar y evaluar la información que corresponde a las dimensiones sociales que hacen a la naturaleza y a los fines de la actividad cooperativa, volcada en un documento de alcance público, donde se pueden cuantificar los datos mediante el elemento operativo del balance social que son los indicadores sociales. Un control periódico de esta información, lo más amplio, preciso y objetivo posible constituye un Balance Social Cooperativo.

Para las investigadoras de la Universidad Nacional de La Plata, Fernández Lorenzo, Geba y Montes (1998, p. 5),

[...] se considera Balance Social Cooperativo al informe que surge del sistema de información socioeconómico de la cooperativa. Su finalidad es brindar información metódica y sistemática referida a la responsabilidad social asumida y ejercida por la misma, en concordancia con su propia identidad.

Ventajas que conlleva la elaboración del balance social

Todo lo expresado hasta aquí es en gran medida demostrativo de las ventajas que la implementación de esta herramienta genera en una cooperativa. Pero además podríamos mencionar sintéticamente a otras como: es una fuente de aporte de información social y económica basada en la estructura de los principios cooperativos; permite analizar los resultados de la acción social considerando tanto la situación social en un momento determinado (cierre de ejercicio) como la evolución operada a través del tiempo, posibilitando además la comparación de los principales resultados en varios períodos. Permite también a la cooperativa realizar una autoevaluación de su gestión social detectando debilidades y fortalezas, aspectos fundamentales para la corrección de errores.

Otro aspecto que sin dudas se constituye en una beneficio y que nosotros en nuestra cooperativa por su tamaño lo hemos observado muy de cerca, es que promueve el conocimiento de los hechos, acciones, programas y políticas de contenido social que posee la empresa, por parte de todos los niveles de la estructura organizacional y la interacción no sólo internamente entre los miembros de la empresa sino también, en relación a otras instituciones.

Por último no podemos dejar de mencionar una ventaja que la ACI manifiesta como posible pero que en nuestro caso aun no hemos podido aprovechar como quisiéramos, y es la posibilidad de comparación de la información social con otras cooperativas. Esto es así fundamentalmente debido a la gran asignatura pendiente que las cooperativas (en todos los rubros) tienen con el principio de cooperación entre cooperativas.

Metodología para la implementación del Balance Social Cooperativo

Si bien cada empresa cooperativa de acuerdo a su estructura, su tipo, el grupo responsable que lo lleve a cabo y su situación coyuntural determina el método y los pasos que conformen el mismo, queremos establecer una secuencia lógica de etapas que son las que hemos puesto en marcha en nuestra experiencia.

Dichas etapas se deben considerar no como compartimentos estancos que tiene un principio y un fin sino como un proceso de retroalimentación y corrección constante que implica retroceder ante determinadas situaciones para corregir o modificar lo hecho en alguna etapa anterior.

Se indican entonces como etapas necesarias:

Designación de responsables: Una de las primeras actividades que implica la implementación de una evaluación social o específicamente la puesta en marcha del balance social en una cooperativa es la conformación de un grupo o equipo de trabajo más o menos estable que pueda llevar a cabo la tarea. Las cooperativas de electricidad suelen tener estructuras que les permiten seleccionar personas de diversas áreas de las mismas con diferentes formaciones y/o experiencia lo que enriquece mucho más el trabajo del equipo.

Capacitación de los involucrados: Probablemente gran parte de los integrantes que se designen tendrán poca o nula experiencia en el desarrollo de balances sociales o en la generación de informes de evaluación social, por lo que la capacitación de los mismos será un aspecto de suma importancia.

Definición de un Plan de Trabajo: Esta etapa se refiere al armado de un cronograma de las actividades que el grupo se propone realizar durante los próximos meses. Esta planificación estará condicionada por la oportunidad de su confección y la cercanía de esta con el cierre del próximo ejercicio de la empresa.

Recolección de Información secundaria: En forma paralela al proceso de capacitación y estudio del tema es fundamental que el equipo vaya formándose una base bibliográfica sobre el tema.

Recolección de Información interna y armado del Cuadro de Balance: En cuanto al armado del cuadro del balance esta etapa dependerá de si la cooperativa

se guía en forma íntegra por uno de los modelos vigentes, supongamos el de la ACI, en cuyo caso tendrá que organizar la información según lo establecido por dicho modelo (con las modificaciones y adaptaciones que estime viable de acuerdo a su especificidad).

Encuesta institucional al personal de la cooperativa: si fuera posible realizarla en los primeros ejercicios donde la cooperativa comience a desarrollar sus balances sociales, permitirá dotar de un información útil para la toma de decisiones y para incorporar al balance social.

Circularización de la información y Presentación ante Consejo de Administración y la Asamblea: es necesario que la información sea presentada en todos los ámbitos político estratégicos.

Evaluación y retroalimentación del balance social: que implica una concepción de trabajo continuo en su rediseño, elaboración y exposición, tendiente a la mejora continua del instrumento como herramienta de exposición y como factor motivante del cambio y la mejora en la gestión.

Principales obstáculos en su implementación

Creemos importante destacar los obstáculos con los que nos hemos enfrentado al momento de poner en marcha este proceso. La experiencia nos marca que otras cooperativas de electricidad (y otras no vinculadas a nuestra actividad) que comenzaron a implementar el balance social se han encontrado en mayor o menor medida con similares barreras por lo que creemos fundamental conocerlas para planificar acciones concretas al respecto.

En principio se marca como principal obstáculo el gran desconocimiento de la temática del balance social en los diferentes niveles, lo que trae como consecuencia la dificultad para encontrar compromiso con el trabajo a realizar y con los beneficios que el mismo conlleva.

Otro de los aspectos a destacar es que generalmente nuestras cooperativas no formalizan sus objetivos y acciones sociales por lo tanto es probable que la información proveniente de la dichas acciones no esté ni formalizada ni sistematizada.

Un problema o escollo que consideramos aún más crítico y sobre el que debe trabajarse es la no valoración del contenido social de acciones

realizadas por la empresa, fundamentalmente en las áreas técnicas donde se trabaja en acciones de gran impacto social pero no teniendo en claro las consecuencias positivas del mismo.

Por último y en la faz técnica uno de los obstáculos es la falta de adecuación de los modelos existentes para implementar el balance social a la realidad de las cooperativas de electricidad (y de cada tipo en particular). En este sentido hemos avanzado particularmente dentro de nuestra cooperativa desarrollando con el correr de los años un modelo adaptado a la realidad de este tipo específico de cooperativa que en la actualidad podemos decir que se ha transformado en un modelo acorde a estas especificidades.

A partir del análisis de estos aspectos es que sugerimos que año a año se planifiquen las nuevas tareas considerando estos obstáculos o desventajas a fin de minimizarlos en cada ejercicio.

Adaptación del modelo de Balance Social a las características de la Cooperativa. Aspectos que movilizaron el desarrollo

Como comentábamos en el punto anterior uno de los aspectos más positivos que han surgido de nuestro trabajo es la adaptación del modelo a nuestras especificidades, lo que ha generado un modelo diferente con características propias de las cooperativas de electricidad y de servicios públicos en general.

Desde lo comunicacional, el destinatario siempre determina el éxito del mensaje; por ello hemos puesto atención a las características de los mismos con relación a la información social.

También hemos buscado un equilibrio entre la información cuantitativa y cualitativa (modelo contable - modelo social), aprovechando las ventajas propias de los modelos gráficos y narrativos y, sin desestimar los modelos básicos, hemos desarrollado un nuevo modelo de balance social cooperativo.

Hemos trabajado aspectos relacionados con beneficios sociales difíciles de cuantificar, motivados fundamentalmente en el hecho de que observamos la existencia de cuantificaciones forzadas con valores poco

representativos; como así también acciones sociales cuantificadas sin expresión del beneficio concreto aportado a los socios.

Conclusiones

A manera de conclusión de los aspectos vertidos y de acuerdo con nuestra experiencia desarrollada en la investigación teórica y en la aplicación práctica, podemos afirmar que la implementación del balance social como instrumento de evaluación del cumplimiento de los principios rectores del cooperativismo y de la Responsabilidad Social Empresaria Cooperativa, contribuye firmemente a:

- 1) El ordenamiento de la gestión, toda vez que permite el alineamiento de la organización con relación a los principios esenciales del cooperativismo.
- 2) Contribuye a la conservación y/o profundización de los principios cooperativos, lo cual significa custodiar o recuperar la esencia del movimiento y la identidad de la misma empresa cooperativa.
- 3) Permite visualizar internamente y medir cuánto estamos cumpliendo con los principios cooperativos en la organización.
- 4) Permite la visualización externa (comunicar – mostrar) resultados de acciones sociales no perceptibles a través del balance contable como elemento representativo de los resultados de la gestión de la cooperativa.
- 5) Permite cuantificar el Valor Agregado Cooperativo es decir el aporte concreto a la comunidad y al los grupos de interés en general de la empresa.
- 6) Permite contar con una herramienta de gestión para la mejora continúa, lo cual redundará en la calidad de la organización y del servicio que presta a su comunidad.
- 7) Y fundamentalmente posibilita tener una medida mas justa e integral del accionar de la empresa cooperativa considerando que su doble finalidad – económica y social – debe necesariamente ser evaluada desde la perspectiva de dos instrumentos que cubran ambos aspectos (el balance contable y el balance social).

A partir de estas afirmaciones es que creemos que la instrumentación del balance social en las cooperativas, se constituye como una excelente herramienta en la búsqueda del difícil equilibrio entre una gestión económicamente viable y socialmente responsable de acuerdo a los principios guías del movimiento cooperativo. Por esto es que no nos caben dudas que su implementación debe ser considerada urgentemente en la gestión de nuestras organizaciones.

Referencias

ALIANZA COOPERATIVA INTERNACIONAL AMÉRICAS. *Proyecto balance social informe final*. X Conferencia Regional de Alianza Cooperativa Internacional Américas. Colombia, 2001. Disponible: http://www.aciamericas.coop/spip/article.php3?id_article=465. Visto: 03 de jul. de 2007.

BRAGULAT, J.; GALLO, M. (compiladores). *Aportes para el desarrollo de las cooperativas de electricidad*. Buenos Aires: Fundación FACE, 2006.

FERNÁNDEZ LORENZO, L.; GEBA, N.; MONTES, V. Sistematización contable del balance social cooperativo: Evaluación del cumplimiento de objetivos sociales a través del Balance Social Cooperativo. *Cuaderno 5. Serie Investigación del Instituto Provincial de Acción Cooperativa (IPAC)*. La Plata: Ministerio de la Producción y el Empleo de la Provincia de Buenos Aires, 1998.

KLIKSBERG, B. *Ética empresarial: ¿Moda o demanda imparable?* Madrid: Fundación Carolina de España, 2006.

MARTÍNEZ, G. F.; BIALAKOWSKY, A. L. *El balance social en las Cooperativas*. Evaluación sistemática del impacto social. Buenos Aires, 1984.

SCHVARSTEIN, L. *La inteligencia social de las organizaciones: desarrollando las competencias necesarias para el ejercicio efectivo de la responsabilidad social*. Buenos Aires: Editorial Piados, 2003.

SOBRE O LIVRO

<i>Formato</i>	16X23cm
<i>Tipologia</i>	Garamond
<i>Papel</i>	Polén soft 85g/m ² (miolo)
<i>Acabamento</i>	Cartão Supremo 250g/m ² (capa) Grampeado e colado
<i>Tiragem</i>	500

Produção Editorial Maria Rosangela de Oliveira

Catálogo Elizabete C. S. de Aguiar Monteiro

Normalização Elizabete C. S. de Aguiar Monteiro

Capa Edevaldo D. Santos

Diagramação Edevaldo D. Santos

Impressão Giancarlo Malheiro Silva

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

GRÁFICA DO *CAMPUS*

(14) 3402-1305



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora